

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA



SANTA FÉ
PARANÁ - 2017



“Santa Fé, Capital da Fotografia”



APRESENTAÇÃO

A sociedade brasileira passou por um rápido processo de urbanização. Novas cidades surgiram, as existentes passaram por um processo de crescimento vertiginoso e grandes polos metropolitanos se formaram.

Em 1960, a população urbana representava, aproximadamente, 45% da população total, contra 55% de população rural. No ano 2000, 81% da população brasileira viviam nas cidades, contra 19% na zona rural.

Este desafio tem que ser enfrentado e, neste sentido, o processo de planejamento contido no Plano Diretor Municipal incorpora o conceito de gestão como processo permanente de discussão, avaliação, proposição e monitoramento do desenvolvimento urbano e territorial. As ações de planejamento adquirem, assim, um caráter organizador que implica na articulação de diferentes sujeitos e interesses e na participação mais ampla da população para a definição da política urbana.

Esta nova concepção de gestão e planejamento da cidade foi consolidada pelo Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001 que trata da política urbana e das funções sociais da cidade e da propriedade, regulamentando os dispositivos constitucionais, artigos 182 e 183 que compõem o Capítulo da Política Urbana, da Constituição Federal de 1988 - primeira Lei Magna Brasileira - que contém um capítulo tratando especificamente sobre a questão urbana, dispõe que compete aos municípios executar a política de desenvolvimento urbano, através de diretrizes gerais fixadas em lei municipal, visando ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (Art.182 da CF)

A Constituição do Estado do Paraná de 1989, em seu Capítulo da Política Urbana, também prevê que o Plano Diretor disporá sobre: normas relativas ao desenvolvimento urbano; políticas de orientação da formulação de planos setoriais; critérios de parcelamento, uso e ocupação do solo e zoneamento, prevendo áreas destinadas a moradias populares, com garantias de acesso aos locais de trabalho, serviço e lazer; proteção ambiental; e ordenação de usos, atividades e funções de interesse zonal. (Art. 152 da CE)

O Estatuto da Cidade estabelece, assim, as normas de ordem pública e interesse social que devem ser adotadas pelos municípios, visando à regulamentação do uso da propriedade em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Utilizando o Plano Diretor Municipal, aprovado pela Câmara Municipal, abrangendo o território do município como um todo, e que conforme a Constituição Federal "*é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana*".



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ "Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

O Estatuto da Cidade determina que o plano diretor seja instrumento obrigatório da política urbana para: municípios com mais de 20.000 habitantes; municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; municípios onde o poder público pretenda utilizar os instrumentos previstos no parágrafo 4º do Artigo 182 da Constituição Federal (parcelamento ou edificação compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública); municípios integrantes de áreas de especial interesse turístico; e municípios inseridos em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. (Art. 41 do EC).

O Governo do Estado do Paraná determinou ainda que somente firmará convênios de financiamento de obras de infraestrutura e serviços com municípios que disponham de Planos Diretores que observem o Estatuto da Cidade, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 2581, de 17/02/2004, substituído pela Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial nº 7276 de 26/07/2006, que dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual.

O Município de Santa Fé elaborou esse Plano Diretor Municipal em 2006, portanto já está na fase da revisão do plano.

O Plano Diretor Municipal passa a ser parte integrante do processo de planejamento municipal, cujas diretrizes e prioridades nele contidas deverão ser incorporadas pelo plano plurianual (PPA), pelas diretrizes orçamentárias (LDO) e pelo orçamento anual (LOA). Neste sentido, busca-se superar a dicotomia existente entre as diretrizes de desenvolvimento e expansão urbana previstas no Plano Diretor Municipal e o direcionamento dos investimentos públicos, mediante a integração entre as políticas públicas e os investimentos municipais.

O Plano Diretor Municipal não expressa apenas a visão do governo. Trata-se de uma síntese de conceitos e ideias que foram debatidos durante o período de elaboração, envolvendo vários segmentos da sociedade civil, que atenderam ao chamamento para construir junto com o governo municipal e consultoria o planejamento do Município numa visão do futuro desejado, atendendo os anseios de toda a comunidade local. O resultado final, portanto, não representa uma visão única do Município, mas o produto com base em propostas dos vários segmentos da sociedade.

A gestão territorial municipal deve ser um processo permanente de construção da cidade, no qual o poder público deve desempenhar seu papel de articulador e formulador de propostas, com ênfase na atuação coordenada e integrada dos diversos agentes que produzem e estruturam o município tanto nos aspectos físicos, econômicos e ambientais.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ "Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Desta forma, pode-se dizer que o Plano Diretor Municipal é constituído de cinco vertentes:

- Proteção e Preservação Ambiental;
- Serviços Públicos, Infraestrutura e Saneamento Ambiental;
- Desenvolvimento Social e Econômico;
- Desenvolvimento Institucional;
- Desenvolvimento Físico-territorial.

Os objetivos e princípios da política urbana e do desenvolvimento territorial contidos no Plano Diretor Municipal visam à justiça social, à redução das desigualdades e à inclusão social, mediante o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade. O Plano Diretor Municipal aponta os instrumentos e os mecanismos de operação da política urbana que devem ser aplicados na cidade para a promoção e a proteção dos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais de seus habitantes.

A propriedade cumprirá sua função social quando atender às diretrizes e exigências do desenvolvimento e expansão urbana, as quais objetivam o uso efetivo da terra e da infraestrutura instalada, a otimização dos recursos naturais e a contenção do crescimento urbano em direção à periferia e às áreas ambientalmente vulneráveis. Os critérios que definem os imóveis não edificadas, subutilizados e não utilizados e as normas que determinam o cumprimento de sua função social, constantes, são aplicáveis aos imóveis do município, os quais ficam também sujeitos a edificação e parcelamento compulsório, ao imposto predial e territorial progressivo no tempo.

O Plano Diretor Municipal incorpora e regulamenta instrumentos de política e reforma urbana, previstos no Estatuto da Cidade relativos à indução do desenvolvimento urbano e intervenção no solo, indução do uso social da propriedade, às normas de uso, ocupação e parcelamento do solo, à regularização fundiária, à gestão ambiental e à participação popular.

Neste processo de desenvolvimento territorial que o município vem construindo, a consolidação do planejamento a partir do Plano Diretor Municipal será fundamental para a conformação de uma cidade mais justa, democrática e sustentável, em que as oportunidades sejam oferecidas a qualquer cidadão e o futuro seja construído por todos.

A Revisão do Plano Diretor Municipal atualizará dados da *Avaliação Temática Integrada*; as *Diretrizes e Proposições*; o *Plano de Ação e Investimentos* (PAI) que traz a construção dos indicadores municipais e o processo de planejamento para os primeiros cinco anos do PDM; e o *Processo Participativo* que relata o a participação popular, assim como as reuniões de trabalho junto a Equipe Técnica Municipal.

Num segundo momento fará a revisão das leis que consubstanciam o Plano:



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

- Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano;
- Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo Urbano;
- Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural;
- Anteprojeto de Lei do Código de Edificações e Obras;
- Anteprojeto de Lei do Sistema Viário;
- Anteprojeto de Lei do Código de Posturas.



OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A proposta da Revisão Plano Diretor Municipal tem por finalidade principal a adequação através do aperfeiçoamento da legislação de uso e ocupação do solo, visando privilegiar a melhoria na qualidade de vida da população do município, considerando a promoção da equidade e justiça social, da eficiência administrativa e da qualidade ambiental. Para isso, o Plano Diretor Municipal tem em vista os seguintes objetivos gerais:

- I. Orientar o crescimento do Município em seus aspectos físicos, econômico, social, cultural e administrativo, além de promover o pleno aproveitamento destes recursos;
- II. Permitir o atendimento às necessidades da população quanto à habitação, ao trabalho, ao lazer, à cultura, ao transporte e ao saneamento básico, bem como, no âmbito da competência municipal, promover políticas de distribuição de renda;
- III. Preservar o patrimônio cultural e ambiental natural do Município, direcionando a sustentabilidade de suas atividades;
- IV. Promover a integração entre a ação governamental municipal e ações dos órgãos e entidades federais e estaduais;
- V. Ordenar o Uso e a Ocupação do Solo Urbano e Rural, visando à garantia da função social da propriedade.

São objetivos específicos proporcionar aos órgãos gestores, estaduais e municipais, instrumentação técnico-administrativa abrangente e acessível que possibilite:

- I. Estabelecer mecanismo de planejamento, respeitando a dinâmica urbana e rural, que democratize o uso dos equipamentos urbanos;
- II. Atualizar os mecanismos legais, incorporando alternativas de desenvolvimento com justiça social;
- III. Orientar ações da iniciativa privada e das demais esferas de poder quanto às intervenções no meio urbano e coordená-las, garantindo proteção às paisagens e sítios de relevantes interesses arqueológico, histórico e cultural;
- IV. Criar Unidades de Conservação, bem como mantê-las, garantindo o lazer às populações locais;
- V. Incrementar as atividades do turismo rural e urbano com proteção ao meio natural, viabilizando suporte econômico para as populações locais.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	II
OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	VI
LISTA DE FIGURAS	IX
AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA	XIV
INTRODUÇÃO.....	XV
1. ASPECTOS REGIONAIS	16
1.1 MUNICÍPIO DE SANTA FÉ	17
1.2 REGIÃO DE SANTA FÉ.....	22
2. ASPECTOS AMBIENTAIS	41
2.1 CLIMA.....	42
2.2 GEOLOGIA	44
2.3 HIDROGRAFIA	55
2.4 ARBORIZAÇÃO.....	60
3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	67
3.1 DEMOGRAFIA	68
3.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO	73
3.3 ECONOMIA.....	79
4. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS	98
4.1 HABITAÇÃO.....	99
4.2 SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES	105
5. ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA.....	110
5.1 SANEAMENTO BÁSICO.....	111
5.2 PAVIMENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE URBANA E RURAL	121
5.3 ENERGIA ELÉTRICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ARBORIZAÇÃO	123
5.4 COMUNICAÇÃO.....	125
6. ASPECTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS	126
6.1 SAÚDE.....	127
6.2 EDUCAÇÃO.....	135
6.3 CULTURA E TURISMO	153
6.4 ESPORTE E LAZER.....	157
6.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL	161
6.6 SEGURANÇA.....	164
6.7 SERVIÇOS FUNERÁRIOS	166
7. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	168
7.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	169
7.2 FINANÇAS PÚBLICAS.....	173
7.3 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA.....	196
8. PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	198
LISTA DE SIGLAS	202



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

REFERÊNCIAS	204
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL	207



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização do Município de Santa Fé.....	19
Figura 2 - Mapa dos municípios limítrofes de Santa Fé.....	20
Figura 3 - Mapa Estradas e Rodovias de Acesso ao Município	21
Figura 4 - Mapa de Localização da Mesorregião Norte Central Paranaense	24
Figura 5 - Concentração Industrial no Paraná.....	25
Figura 6 - Concentração Agroindustrial no Paraná.....	26
Figura 7 - Cinco Principais Grupos Do Valor Adicionado Da Agroindústria Paranaense - 2000.....	26
Figura 8 - Mapa da Microrregião de Astorga	28
Figura 9 - Mapa Paraná com Associações Municipais.....	29
Figura 10 - Índice Desenvolvimento Humano Municipal	31
Figura 11 - Grau de crescimento do IDH.....	31
Figura 12 - Serviços de Saneamento Básico em domicílios urbanos.	33
Figura 13 - Serviços de Saneamento Básico em domicílios rurais.	33
Figura 14 - Infraestrutura Viária	34
Figura 15 - Ocupação dos Setores Predominantes.	35
Figura 16 - Culturas predominantes.....	37
Figura 17 - Classificação climática	43
Figura 18 - Temperatura média anual	43
Figura 19 - Precipitação média anual.....	43
Figura 20 - Umidade relativa anual	43
Figura 21 - Direção predominante do vento	43
Figura 22 - Principais Unidades Geológicas do Paraná.....	46
Figura 23 - Formações Geológicas de Santa Fé.....	47
Figura 24 - Mapa de Geomorfologia de Santa Fé.....	49
Figura 25 - Mapa de Hipsometria de Santa Fé	50
Figura 26 - Mapa de Declividade de Santa Fé	51
Figura 27 - Tipos de Solo do Município de Santa Fé.....	54
Figura 28 - Unidades hidrográficas do Paraná.....	56
Figura 29 - Cachoeira no Rio Bandeirantes.....	57
Figura 30 - Balneário Salto do Bandeirantes.....	57
Figura 31 - Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Pirapó	58
Figura 32 - Mapa da Hidrografia do Município de Santa Fé	59
Figura 33 - Fitogeografia de Santa Fé.....	63
Figura 34 - Remanescente de Vegetação de Santa Fé.....	64
Figura 35 - Áreas de Preservação Permanente de Santa Fé	65
Figura 36 - Mapa das Áreas de Conflito de Uso do Solo	66
Figura 37 - Índice de Desenvolvimento Humano na região Sul	74
Figura 38 - Sistema Viário Regional	106
Figura 39 - Sistema Viário Municipal	107
Figura 40 - Destino dos resíduos sólidos	119
Figura 41 - Abrangência dos Equipamentos de Saúde na Sede do Município de Santa Fé	133
Figura 42 - Sede compartilhada da Escola Municipal 9 de Dezembro e do Colégio Estadual Mal. Arthur Costa e Silva	145
Figura 43 - Abrangência dos Equipamentos de Educação no Município de Santa Fé.....	149
Figura 44- Balneário Rossi	155
Figura 45- Balneário Santo do Bandeirante	156
Figura 46 - Ginásio de Esportes José Brambilla em Santa Fé	158
Figura 47 - Equipamentos de Lazer em Santa Fé	159
Figura 48 - Equipamentos de Assistência Social, Associações e Entidades.....	163
Figura 49 - Localização do Cemitério Municipal de Santa Fé	167
Figura 50 - Organograma Administrativo Geral	170
Figura 51 - Organograma dos Órgãos de Administração Específica.....	171



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População estimada em 2015 dos municípios que compõe a Microrregião de Astorga	27
Tabela 2 - Índice de Gini das Mesorregiões Paranaenses.....	36
Tabela 3 - Crescimento populacional em Santa Fé por população total, urbana e rural.	69
Tabela 4 - População por grupo etário- Censo Demográfico de 2010	70
Tabela 5 - Estimativa Populacional em Santa Fé	71
Tabela 6 – IDH-Educação dos municípios da microrregião de Astorga.....	76
Tabela 7 – IDH-Longevidade dos municípios da Microrregião de Astorga.....	77
Tabela 8 – IDH-Renda dos municípios da Microrregião de Astorga.	78
Tabela 9 - PIB Deflacionado a preços de 2013 dos Municípios de Tamarana, Santa Fé e Alvorada do Sul em R\$1.000.00 e Variação do PIB.	81
Tabela 10 - Valor Adicionado Bruto por setor de atividade com a participação de cada setor, a preços correntes – município de Santa Fé, período de 2010 a 2013.....	82
Tabela 11 - Valor Adicionado Fiscal Deflacionado em R\$ de 2015 dos Municípios de Alvorada do Sul, Tamarana e Santa Fé período de 2012 a 2015 (Em Mil R\$).....	84
Tabela 12 - Estabelecimentos RAIS de Santa Fé, período 2012 a 2015	85
Tabela 13 - Empregos RAIS, período 2012 a 2015 – Município de Santa Fé.....	87
Tabela 14 - Flutuação do emprego formal de Santa Fé, ano de 2015.....	89
Tabela 15 - Participação no Valor Bruto de Produção da Agropecuária Municipal em valores reais corrigidos pelo INPC, período de 2013 a 2015 do município de Santa Fé ..	90
Tabela 16 - Produção Agrícola Municipal – área colhida, quantidade produzida e valor da produção município de Santa Fé (Valores corrigidos pelo INPC)	91
Tabela 17 - Número e Área de estabelecimentos agropecuários - 2006	92
Tabela 18 – Total dos Efetivos de Rebanhos (Cabeças), período de 2012 a 2015	93
Tabela 19 - Efetivos de rebanhos por tipo de rebanho, município de Santa Fé	93
Tabela 20 - Quantidade e Valor da Produção de Produtos de Origem Animal, durante o período de 2012 a 2015 (Valores em R\$ a preços constantes de 2015)	95
Tabela 21 - Número de domicílios segundo tipo e uso	100
Tabela 22 - Unidade e percentual de domicílios particulares por número de componentes familiares e situação do domicílio em Santa Fé.	100
Tabela 23 - Número de domicílios particulares permanentes por condição de ocupação e situação em Santa Fé.....	101
Tabela 24 - Características dos domicílios particulares permanentes	101
Tabela 25 – Domicílios particulares permanentes por número de famílias e situação em Santa Fé, ano 2000.	102
Tabela 26 – Domicílios particulares permanentes por condição da moradia em Santa Fé, 2000.....	103
Tabela 27 - Frota por tipo de veículo no município de Santa Fé	109
Tabela 28 – Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água em Santa Fé, 2010.	111
Tabela 29 – Abastecimento de água por categorias atendidas em Santa Fé, 2014.....	113
Tabela 30 – Volume de abastecimento de água e consumo de água em Santa Fé, 2014.	113
Tabela 31 - Registro sobre as características da água distribuída, 2016.....	113
Tabela 32 – Atendimento pela rede de esgoto no município de Santa Fé, 2014.....	114
Tabela 33 - Domicílios particulares permanentes por forma de esgotamento sanitário em Santa Fé, 2010.....	114
Tabela 34 - Domicílios particulares permanentes por existência e tipo de coleta de lixo em Santa Fé, 2010.	117
Tabela 35 - Consumo e número de consumidores de energia elétrica, 2014.	124
Tabela 36 - Indicadores de saúde em Santa Fé, 1991-2010.	127
Tabela 37 – Coeficiente de mortalidade, 2013.	128
Tabela 38 - Óbitos segundo tipos de doenças, 2013.....	128
Tabela 39 -Estabelecimentos de saúde segundo a esfera administrativa, 2014.	130



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 40 -Número de Estabelecimentos de Saúde, segundo tipo de estabelecimento-2014.....	130
Tabela 41 - Equipamentos de Saúde de Santa Fé, 2016	131
Tabela 42 - Matrículas no ensino regular, segundo as modalidades de ensino - 2014 ..	138
Tabela 43 - Matrículas na Educação Especial e na Educação de Jovens e Adultos, 2014	138
Tabela 44 - Equipamentos de ensino, por localidade em Santa Fé, 2016.....	139
Tabela 45 - Avaliação dos padrões de infraestrutura do ambiente escolar - CMEI Prof. Antônio P. Machado, 2016	140
Tabela 46 - Avaliação dos padrões de infraestrutura do ambiente escolar - CMEI Profª. Ivone Malavazi, 2016.....	141
Tabela 47 - Avaliação dos padrões de infraestrutura do ambiente escolar - CMEI Profª. Marly A. Silva, 2016.....	143
Tabela 48 - Número de matrículas, desistências, transferências, reprovações e conclusões na E. M. 09 de Dezembro, 2011-2015.....	144
Tabela 49 - Número de matrículas e evasão escolar nos últimos 5 anos na E.E. Cecília Meireles	146
Tabela 50 - Quadro de funcionários da Escola Novo Amanhecer.....	152
Tabela 51 - Equipamentos Culturais de Santa Fé, 2014	153
Tabela 52 - Equipamentos de Esporte e Lazer em Santa Fé.....	158
Tabela 53 - Quantitativo por tipo de benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) em Santa Fé, setembro de 2016	162
Tabela 54 - Receitas Municipais de Santa Fé, período 2013 a 2015 a preços de 2015 (em R\$ 1,00) - Valores Deflacionados.....	175
Tabela 55 - Transferências Constitucionais recebidas pelo município de Santa Fé (em R\$) - Valores deflacionados	177
Tabela 56 - Comparativo da Receita Orçamentária com as Transferências Correntes recebidas de Santa Fé, no período de 2013 a 2015 (em R\$) - Valores deflacionados. ..	178
Tabela 57 - Origem dos Recursos Federais para repasse aos Estados e Municípios	178
Tabela 58 - Repasses de Receitas Federais - município de Santa Fé, 2013 a 2015 (em R\$) – Valores deflacionados	179
Tabela 59 - Comparativo das Transferências Constitucionais do Estado para o município de Santa Fé, 2013 a 2015 (em R\$)	180
Tabela 60 - Composição da Receita Corrente do município de Santa Fé, (em R\$) – Valores deflacionados.....	182
Tabela 61 - Receitas Próprias e Tributárias de Santa Fé, período de 2013 a 2015 (em R\$), valores deflacionados	183
Tabela 62 - Relação da receita tributária com a receita corrente, de Santa Fé, período de 2013 a 2015(em R\$) – Valores deflacionados.....	184
Tabela 63 - Composição das Despesas Correntes e de Capital de Santa Fé. Anos de 2013, 2014 e 2015 (em R\$) – Valores Deflacionados.	185
Tabela 64 - Participação das Despesas Correntes e de Capital em relação a Despesa Orçamentária de Santa Fé, período de 2013 a 2015 (em R\$) – Valores deflacionados ..	185
Tabela 65 - Despesas por Função do município de Santa Fé, período 2013 a 2015.....	187
Tabela 66 - Gastos com Pessoal em relação a Receita Corrente Líquida (RCL) de Santa Fé – Período 2013 a 2015 (em valores deflacionados)	189
Tabela 67 - Resultado da Execução Orçamentária - Relação entre despesa e receita do município de Santa Fé, durante o período de 2013 a 2015 (em R\$)	189
Tabela 68 - Indicador de Dependência – Santa Fé em Valores Deflacionados, 2013 a 2015 (em R\$)	190
Tabela 69 - Indicador de Financiamentos dos Gastos do município de Santa Fé, período 2013 a 2015 (em R\$).....	191
Tabela 70 - Indicador de Poupança do município de Santa Fé, 2013 a 2015 (em R\$) ..	192
Tabela 71 - Capacidade de Investimento do município de Santa Fé, 2013 a 2015 (em R\$)	193
Tabela 72 - Comportamento das principais receitas e despesas. Estudo per capita em valores deflacionados do município de Santa Fé, durante o período de 2013 a 2015 (em R\$)	193



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População Urbana e Rural em Santa Fé	69
Gráfico 2 - Pirâmide etária comparativa da população de Santa Fé, Paraná e Brasil, 2010.	71
Gráfico 3 - Comparativo do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de Santa Fé, em 1991, 2000 e 2010.	75
Gráfico 4 - Evolução do IDHM no Município de Santa Fé em relação as médias estadual e nacional.	75
Gráfico 5 - PIB por ramo de atividade – média período 2010 a 2013	83
Gráfico 6 - Média de crescimento do Valor Adicionado dos municípios de Alvorada do Sul, Tamarana e Santa Fé – 2012 a 2015	84
Gráfico 7 - Proporção entre os setores e o Emprego Total das Atividades Econômica, segundo a RAIS – Média entre 2012 e 2015.....	88
Gráfico 8 - Composição Média dos Efetivos de Rebanhos, 2012 a 2015.....	94
Gráfico 9 - Percentual de domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água na área urbana de Santa Fé, 2010.	112
Gráfico 10 - Percentual de domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água na área rural de Santa Fé, 2010.....	112
Gráfico 11 - Percentual de domicílios particulares permanentes por forma de esgotamento sanitário na área urbana de Santa Fé, 2010.....	115
Gráfico 12 - Percentual de domicílios particulares permanentes por forma de esgotamento sanitário na área rural de Santa Fé, 2010.....	115
Gráfico 13 - Fluxo Escolar por Faixa Etária de Santa Fé, 1991, 2000 e 2010.....	136
Gráfico 14 - Comparativo do fluxo escolar por faixa etária em Santa Fé, no Paraná e no Brasil	136
Gráfico 15 - Escolaridade da População Adulta de Santa Fé - 1991, 2000 e 2010.....	137
Gráfico 16 - Distribuição das matrículas por série no CMEI Prof. Antonio P. Machado, 2016.....	139
Gráfico 17 - Distribuição das matrículas por série no CMEI Profª. Ivone Malavazi, 2016	141
Gráfico 18 - Distribuição das matrículas por série no CMEI Profª. Marly A. Silva	142
Gráfico 19 - Número de matrículas e taxa de evasão no Colégio no ensino médio regular	147
Gráfico 20 - Número de matrículas e taxa de evasão no Colégio no ensino fundamental (EJA)	147
Gráfico 21 - Número de matrículas e taxa de evasão no Colégio no ensino médio (EJA)	148
Gráfico 22 - Número de matrículas na Escola Novo Amanhecer, 2012-2016	151
Gráfico 23 - Composição Média da Receita Municipal.....	175
Gráfico 24 - Transferências Constitucionais – Média No período de 2013 a 2015.....	177
Gráfico 25 - Média dos repasses federais de 2013 a 2015	179
Gráfico 26 - Repasses Estaduais – Média de participação, período 2013 a 2015.....	181
Gráfico 27 - Receitas próprias referentes ao IPTU e ISSQN, 2013 a 2015.....	183
Gráfico 28 - Composição da Despesa Municipal, período 2013 a 2015	186
Gráfico 29 - Composição das principais despesas por função – Média do período 2013 a 2015.....	188
Gráfico 30 - Indicador de Poupança, período 2013 a 2015	192
Gráfico 31 - Pontos positivos levantados na 1ª Audiência Pública.....	200
Gráfico 32 - Pontos negativos levantados na 1ª Audiência Pública.....	201

AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA



INTRODUÇÃO

A Avaliação Temática Integrada caracteriza-se por apresentar o diagnóstico municipal, apoiado em dados e informações numéricas e qualitativas, tendo como fonte e parceria a prefeitura municipal, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Associação de Municípios, Defesa Civil e outros órgãos Estaduais, Federais e Regionais, além de sites específicos. Por se tratar de uma Revisão do Plano Diretor Municipal, iremos contextualizar o município e atualizar os dados necessários.

Serão avaliados e atualizados os seguintes temas:

- Aspectos Regionais;
- Aspectos Ambientais;
- Aspectos Socioeconômicos;
- Aspectos Socioespaciais;
- Aspectos de Infraestrutura;
- Aspectos dos Serviços Públicos;
- Aspectos Institucionais.

Esta fase se configurará como um dossiê da realidade do município e das expectativas do Governo Municipal (executivo e legislativo), dos órgãos setoriais específicos e da comunidade local, as quais subsidiarão a formulação das diretrizes e proposições para o desenvolvimento municipal atual e para os próximos 10 anos, a serem regidos através da implementação do Plano Diretor Municipal, com a consequente atualização e acompanhamento permanente, através do Conselho de Desenvolvimento Urbano.



1. ASPECTOS REGIONAIS



1.1 Município de Santa Fé

BREVE HISTÓRICO

O Município de Santa Fé teve seu nome inspirado na religião dos fundadores da cidade – católica. Os primeiros moradores foram José Emídio, Fioravante Zavate, Dante Ozelim, Paulo de Oliveira e Valenciano Mendes e suas famílias, vindos de São Paulo e Minas Gerais atraídos pela situação geográfica e geoeconômica da cidade, como também pela exuberância da terra roxa. Este interesse foi de vital importância e contribuiu para o progresso da localidade. Novos moradores, na maioria colonos e agricultores instalaram-se na região. E o povoamento iniciou-se em 1949. Anos mais tarde, em 1955, foi criado o município de Santa Fé, através da Lei Estadual nº 2486 de 14 de novembro, com o território desmembrado de Astorga.

Seu histórico físico-territorial e administrativo remonta ao começo da década de 1920, quando as terras concedidas pelo governo estadual, foram primeiramente vendidas de Percy James Allem, James Cady Ferry, Alberto Berndt, Jacob Petry e José Habuer Junior à Dr. Antônio Alves de Almeida. Anos mais tarde, em 1928, a pedido do governo, foi iniciado a construção de uma via para ligar Porto Afonso Camargo, no Rio Paranapanema, até a cachoeira Santa Fé, no Rio Bandeirante do Norte. Em 1941, com o intuito de ocupar os vazios demográficos, o governo concedeu terras ao Sr. José César de Melo Sampaio, que as vendeu quatro anos depois para o Sr. Urbano Lunardelli. Com as terras compradas, Urbano Lunardelli desmembrou 202 alqueires e vendeu ao Sr. Luiz Zaporoli, que promoveu o loteamento do quadro urbano da cidade.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

LOCALIZAÇÃO

O município de Santa Fé está localizado na região Norte do Paraná (Figura 1), com área de 276,241 km², altitude de 538 metros acima do nível do mar, nas coordenadas geográficas de Latitude 23° 02' 15" no Hemisfério Sul e Longitude de 51° 48' 19" à oeste de Greenwich. Santa Fé faz limite com Colorado, Nossa Senhora das Graças, Guaraci, Jaguapitã, Munhoz de Melo, Iguaraçu, Ângulo, Flórida e Lobato (Figura 2).

O acesso ao município (Figura 3) acontece pela PR 317 e PR 458 recentemente recuperada pelo programa do governo estadual oferecendo boas condições de circulação. A distância da cidade de Santa Fé a Maringá é de 49 km, a Londrina, 77 km, a Curitiba 448 km e a São Paulo, 625 km.

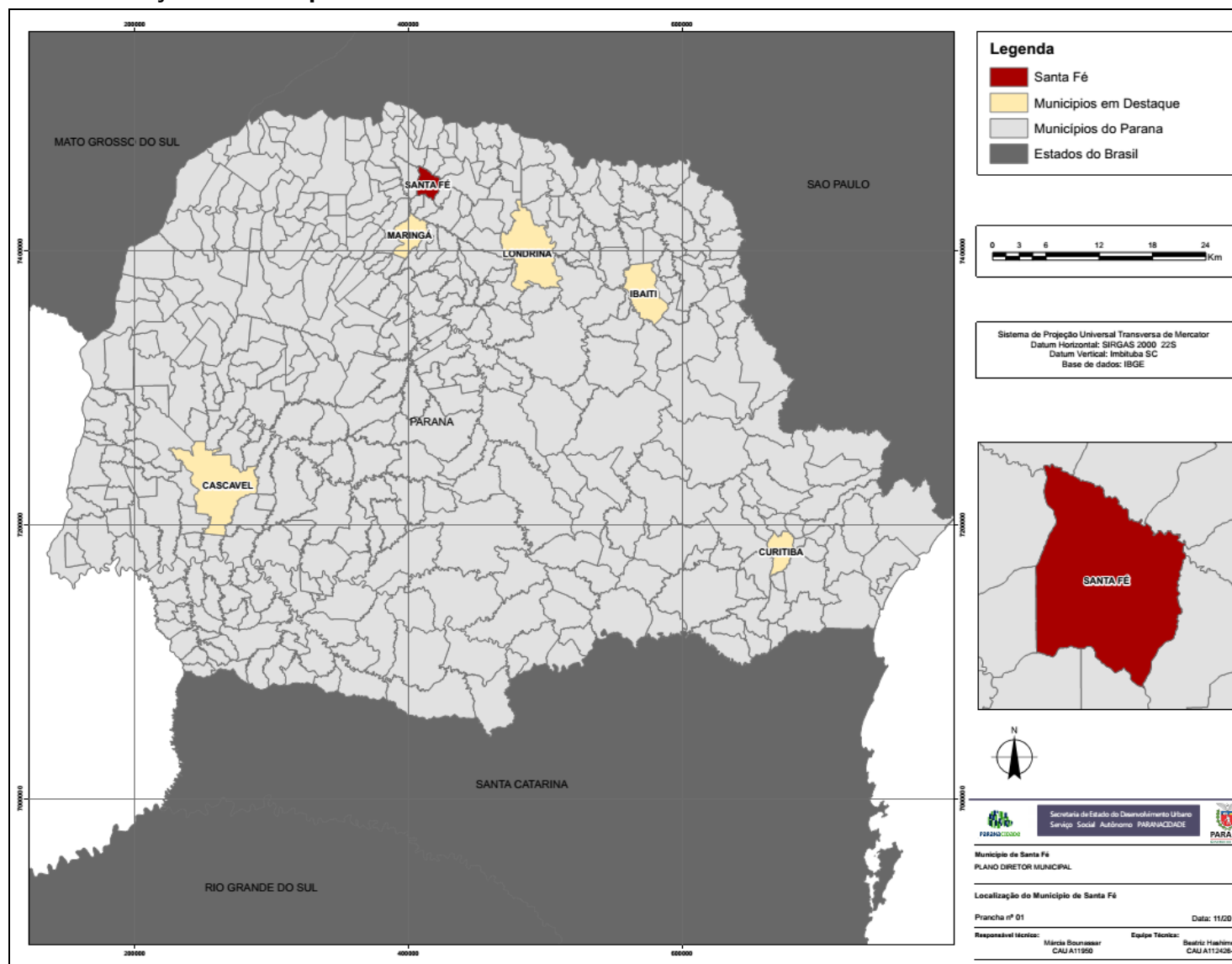


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 1 - Mapa de Localização do Município de Santa Fé



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.



Gestão de Cidades



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 2 - Mapa dos municípios limítrofes de Santa Fé



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.

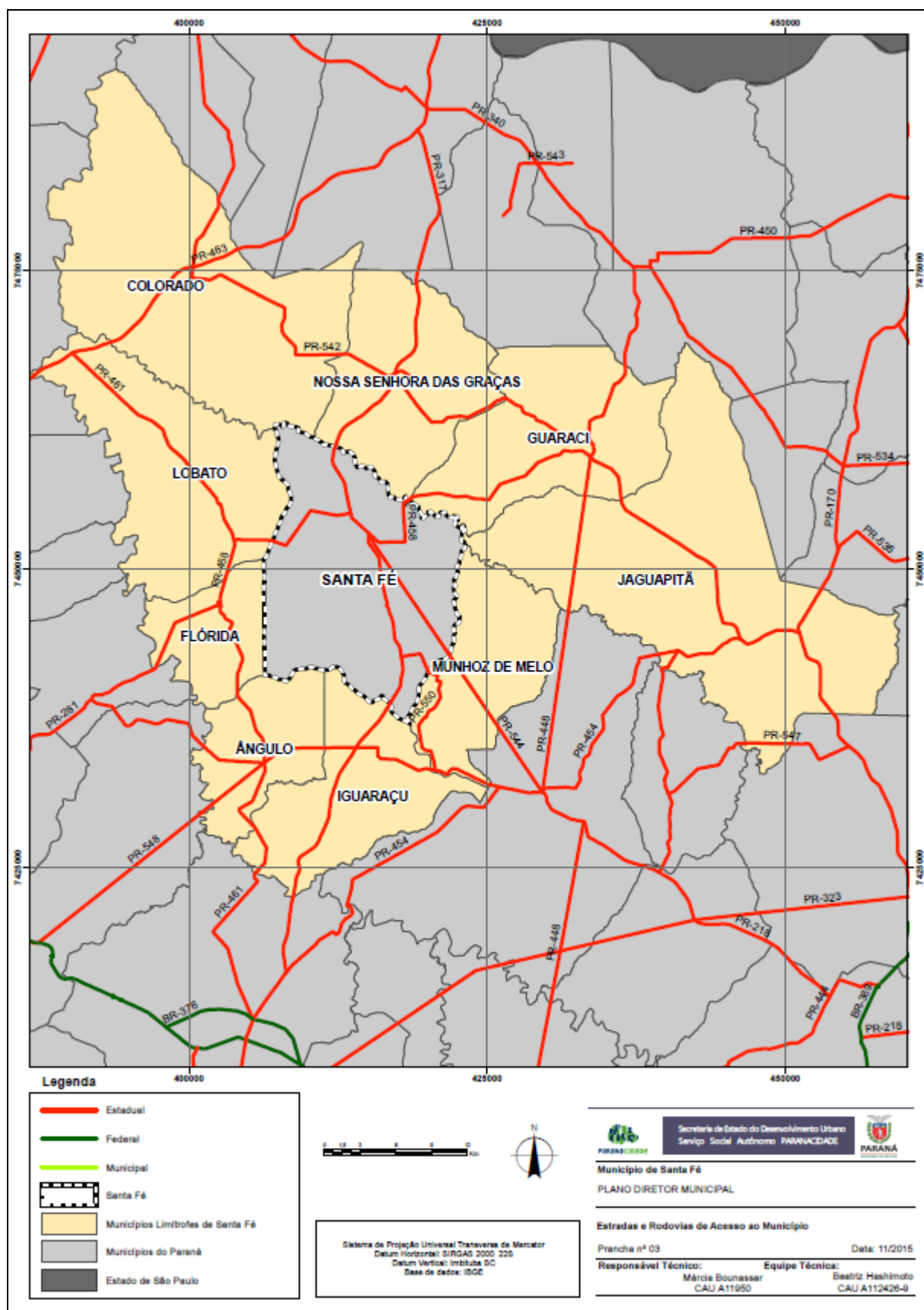


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 3 - Mapa Estradas e Rodovias de Acesso ao Município



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.



1.2 Região de Santa Fé

HISTÓRICO

A ocupação da região denominada Norte Central Paranaense teve início a partir da década de 1940, com a expansão da fronteira agrícola estadual pela atividade cafeeira, alastrando-se rapidamente nas áreas de terra praticamente desabitadas, atuando como uma válvula de escape para as inversões lucrativas. Baseou-se fundamentalmente no regime de colonização dirigida, com capital privado, nacional e internacional. A venda de terras loteadas e ampla oferta com ótimo preço e qualidade, tornaram-se um forte atrativo ao capital especulativo, dos quais, empresas de colonização encaminharam para a região milhares de trabalhadores, que, juntamente com suas famílias, formaram pequenas e médias propriedades voltadas à produção para consumo próprio e para comercialização.

Por consequência desse fato, distintas correntes imigratórias, de paulistas, mineiros, nordestinos, das áreas pioneiras de ocupação do Estado, no leste paranaense, adentraram a região do Norte. Os próprios colonizadores iniciaram a construção de estradas, pontes e o prolongamento dos trilhos férreos, possibilitando a comunicação das propriedades rurais e o escoamento da produção. Nesse contexto de acelerado crescimento populacional, a mesorregião Norte Central Paranaense alcançou o início da década de 1970 cerca de 1,5 milhão de habitantes, refletindo no seu elevado grau de urbanização (IPARDES,2004).



MESORREGIÃO

Mesorregião é entendida como uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço definidas pelas dimensões de processo social (determinante); Quadro natural (condicionante); Rede de comunicação e de lugares (elementos de articulação espacial). Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade espacial.

Na divisão territorial do IBGE, Santa Fé pertence à Mesorregião Norte Central Paranaense, que segundo o IPARDES, corresponde a cerca de 12% do território estadual e faz fronteira ao norte com o Estado de São Paulo, pelo rio Paranapanema, e possui como principais divisas o rio Tibagi, a leste, e o rio Ivaí, a oeste. A mesorregião do Norte Central Paranaense é uma das dez mesorregiões do Estado do Paraná, formada pela união de 79 municípios agrupados em oito microrregiões dos quais se destacam, Londrina e Maringá por suas dimensões populacionais e níveis de polarização (Figura 4). Segundo dados do IPARDES, esta mesorregião apresenta área territorial de 24.553,976km² e densidade demográfica de 89,282hab./km², com 91,63% de grau de urbanização.

A mesorregião Norte Central é caracterizada como área de concentração e de esvaziamento, já que muitos de seus municípios apresentam êxodo rural e urbano. As cidades de Londrina e Maringá assumem destaque devido as suas espacialidades concentradoras, apresentam maior contingente populacional em relação aos demais municípios, sua capacidade polarizadora e forte potencial de integração geográfica e articulação funcional.

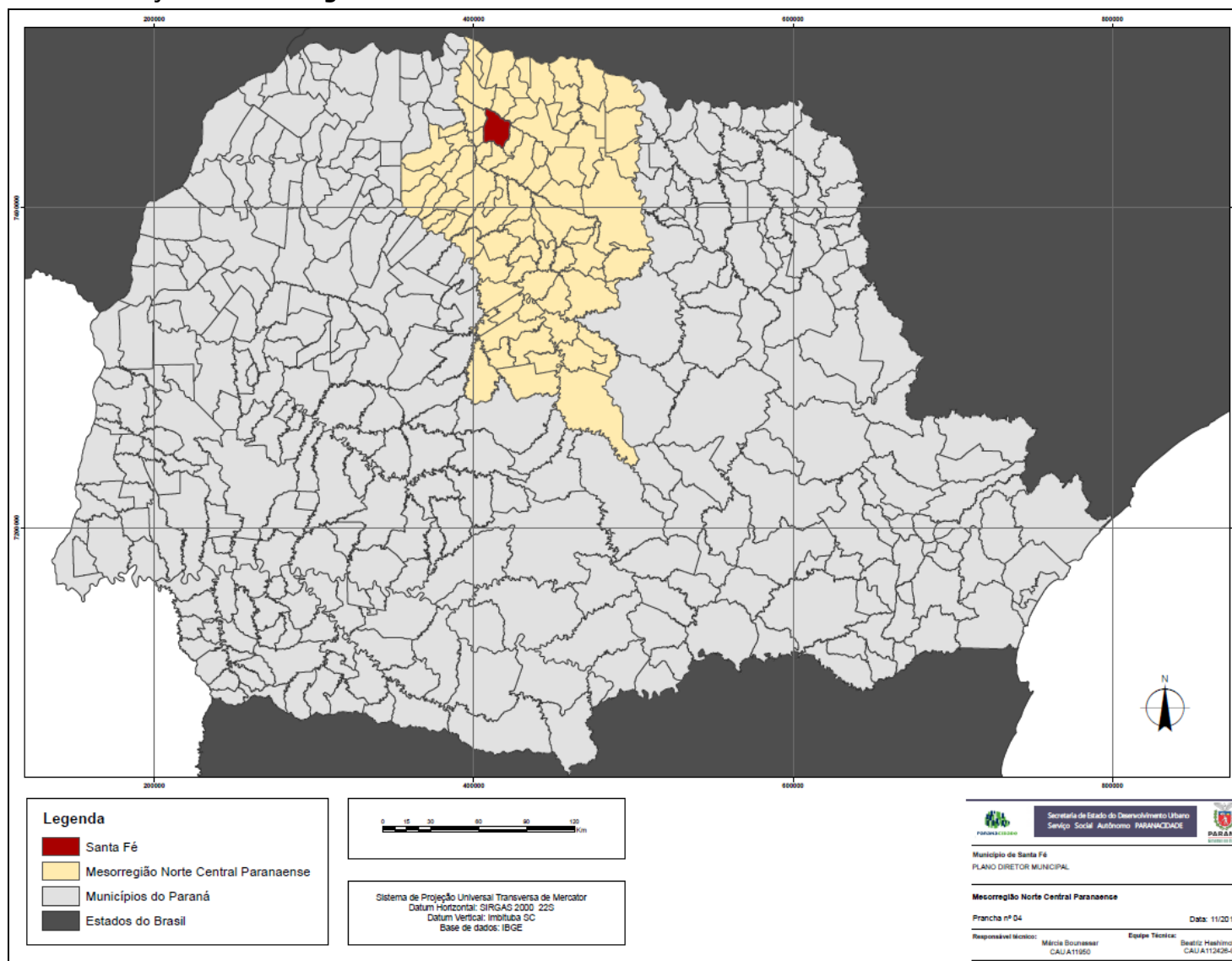


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 4 - Mapa de Localização da Mesorregião Norte Central Paranaense



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.



Gestão de Cidades



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

O Norte Central Paranaense é responsável por uma importante participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná. Em comparação com PIB estadual em 2012 (que foi de 24.195) o PIB do município de Santa Fé, que apresentou PIB de 18.851,88; representa 77,9% do PIB estadual.

Segundo IPARDES, a mesorregião Norte Central Paranaense tem como principal atividade a produção agrícola extensiva de grãos como a soja e o milho e a representatividade de participação nos outros setores concentrados nas cidades polo do eixo Londrina-Maringá. Os ramos de metal-mecânica, principalmente química e material de transporte, vêm se destacando sobre os ramos tradicionais representando 42% do valor adicionado industrial contra 24% do ramo de alimentos, fumos e bebidas.

Figura 5 - Concentração Industrial no Paraná



Fonte: IPARDES, 2000

A estrutura do agronegócio na região encontra-se concentrada em três grupos industriais – óleos e gorduras vegetais; destilação de álcool e produção de açúcar e abate de animais. As áreas de beneficiamento de café, mate, grãos e fibras sofrem forte redução de valor adicionado, emprego e de estabelecimentos. Segundo IPARDES, a agropecuária no Estado manteve bons resultados em seu desempenho, principalmente nas atividades de maior articulação com a agroindústria. A importância da produção agropecuária reflete nas exportações paranaenses que representaram 55%, em 2002 e continua estreitamente dependente da soja, trigo e milho que em 2001 representaram 60% do valor bruto da produção de lavouras.

Os agricultores empresariais (14% dos produtores) e uma pequena parcela dos agricultores familiares articulados às agroindústrias adotam técnicas avançadas de produção, obtém elevados rendimentos físicos e são os responsáveis pelo desempenho produtivo paranaense. A grande maioria dos produtores 50% que estão representados pelos agricultores familiares que ocupam menos 15% da área do Estado praticamente não possui renda, apenas subsistem.

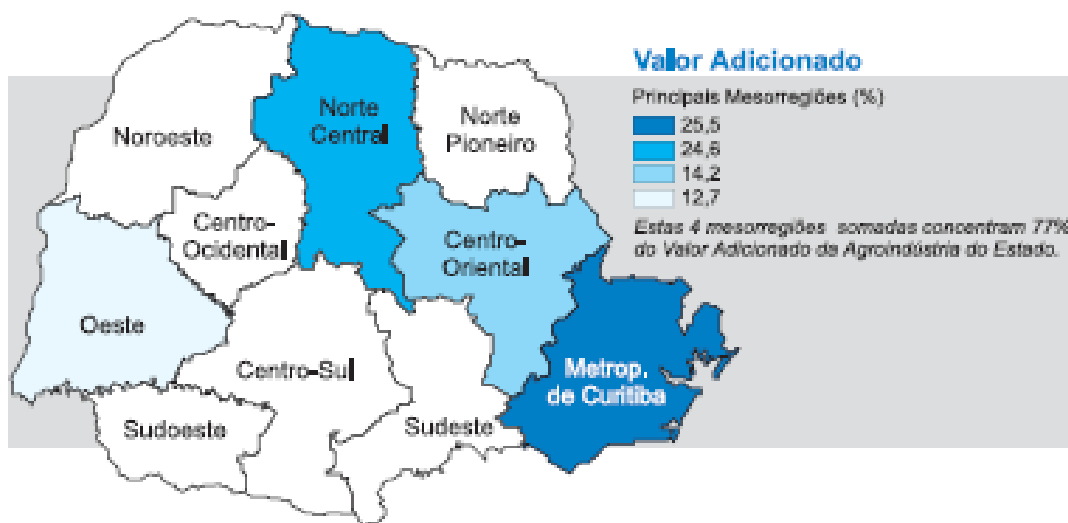


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

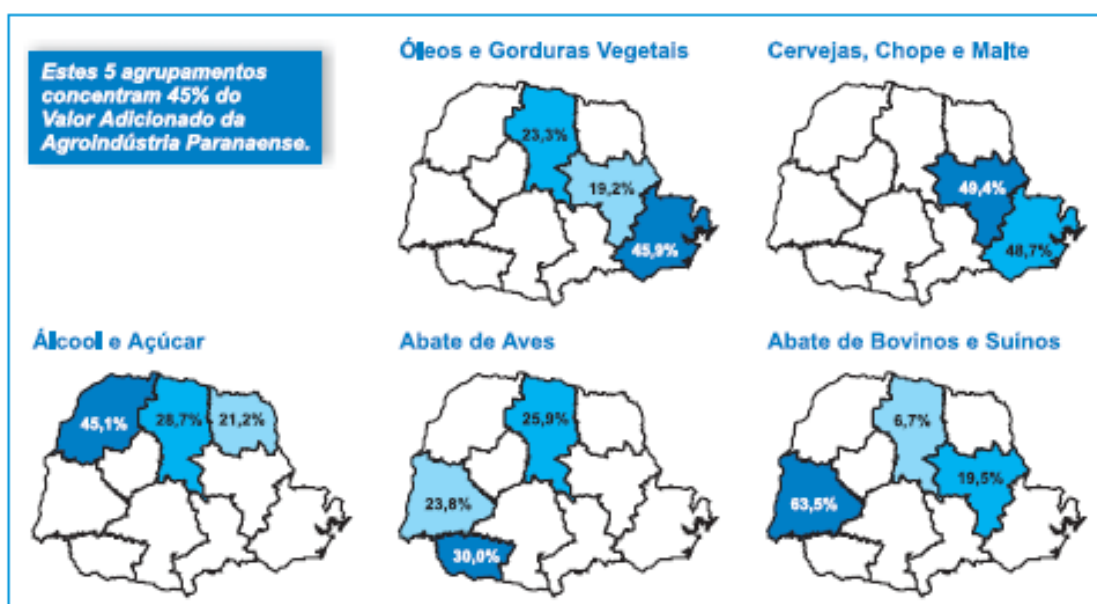
Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 6 - Concentração Agroindustrial no Paraná



Fonte: IPARDES, 2000

Figura 7 - Cinco Principais Grupos Do Valor Adicionado Da Agroindústria Paranaense - 2000



Fonte: SEFA, dados trabalhados pelo IPARDES, 2000

Podemos ressaltar ainda o potencial turístico da região que em alguns municípios já começou a ser explorado. Esse potencial turístico está principalmente em seus recursos hídricos, Rio Ivaí, Rio Paranapanema, Rio Tibagi e Rio Pirapó, que formam grandes corredores de biodiversidades, que podem ser explorados através do turismo ecológico, de aventura e científico, entre outros.



MICRORREGIÃO

Microrregião é definida como parte da mesorregião que apresenta especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca.

A organização do espaço microrregional é também identificada pela vida de relações em nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção, locais de beneficiamento e distribuição de bens e serviços de consumo frequente. Assim a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada no sentido total, envolvendo a produção propriamente dita, a distribuição, a troca e o consumo, incluindo atividades urbanas e rurais. Devido à proximidade, Santa Fé depende em diversos aspectos econômicos e de equipamentos urbanos de Maringá, como por exemplo comércio e serviços especializados.

De acordo com a divisão territorial do IBGE, Santa Fé pertence à Microrregião de Astorga (Figura 8), que compreende 17 municípios e uma população total de 176.729 habitantes, conforme dados do IBGE de 2007, 183.911 habitantes conforme dados do IBGE de 2010 e a projeção populacional estimada do IBGE em 2015 foi 194,497 habitantes.

Tabela 1 – População estimada em 2015 dos municípios que compõe a Microrregião de Astorga

Município	População Estimada em 2015
Astorga	25.976 mil habitantes
Atalaia	4.004 mil habitantes
Ângulo	2.964 mil habitantes
Colorado	23.678 mil habitantes
Flórida	2.674 mil habitantes
Iguaraçu	4.275 mil habitantes
Itaguajé	4.639 mil habitantes
Lobato	4.690 mil habitantes
Mandaguaçu	21.672 mil habitantes
Munhoz de Melo	3.909 mil habitantes
Nossa Senhora das Graças	4.064 mil habitantes
Nova Esperança	27.886 mil habitantes
Presidente Castelo Branco	5.144 mil habitantes
Santa Fé	11.431 mil habitantes
Santa Inês	1.765 mil habitantes
Santo Inácio	5.481 mil habitantes
Uniflor	2.593 mil habitantes

Fonte: IBGE Cidades, 2015

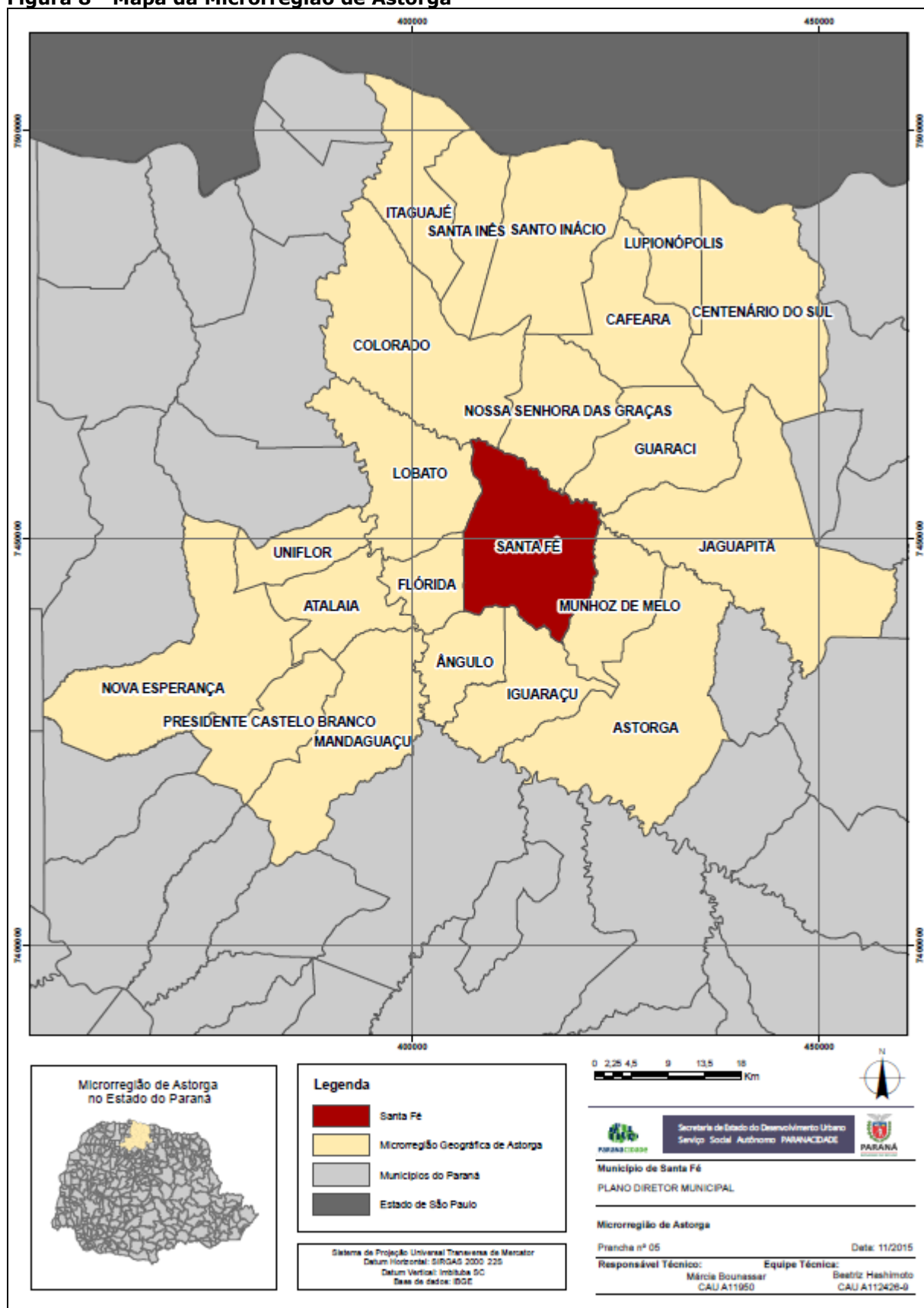


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 8 - Mapa da Microrregião de Astorga



Fonte: DRZ, Gestão de Cidades



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

O município de Santa Fé está associado a AMUSEP - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (Figura 9). Essa associação é composta pelos seguintes municípios: Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Flórida, Iguaraçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Paçandu, Paranacity, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí, Sarandi e Uniflor. Tem como cidade pólo o município de Maringá.

Os objetivos da AMUSEP são: ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios; promover a cooperação entre os municípios associados; prestar assessoria jurídica, contábil e técnica aos municípios; promover o intercâmbio de informações e reivindicações com a Associação dos Municípios do Paraná; incentivar o intercâmbio com institutos e organização de pesquisas e estudos; e atuar na promoção da integração dos municípios e das suas entidades e organizações, visando o desenvolvimento regional.

Figura 9 – Mapa Paraná com Associações Municipais



Fonte: Governo do Estado do Paraná (www.municipios.pr.gov.br)



DESENVOLVIMENTO HUMANO

Segundo dados do IPARDES, do diagnóstico socioeconômico do território Norte Central Paranaense apenas 8 municípios, de um total de 79 da mesorregião, apresentam Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) acima da média do Estado (0,787). Sendo que Maringá, Londrina e Ibiporã sobressaem por apresentar IDH-M superior a 0,800, classificado como de alto desenvolvimento humano, obtendo posição de destaque estadual. Entretanto, nos índices observados, ocorre uma variação expressiva entre os valores máximo e mínimo do IDH-M na mesorregião. Os municípios de Rosário do Ivaí e Cândido de Abreu, são dois dos cinco municípios que ocupam posições inferior do ranking estadual.

Os componentes do IDH-M-Esperança de Vida ao nascer, Taxa de Alfabetização de Adultos, Taxa de Frequência Escolar (pessoas de 7 a 22 anos de idade) e Renda *per capita* refletem mudanças sociais com desempenhos diferentes, nos vários municípios, e ao serem aplicados as políticas públicas voltadas à educação, os índices apresentam melhor desempenho. Santa Fé apresenta IDH-M de 0,705, sendo inferior ao índice estadual em 2010.

Outro indicador importante para caracterizar a situação econômica e social da região que Santa Fé está inserida, a partir da mensuração de famílias pobres e renda per capita até meio salário mínimo. No ano 2000 o total de famílias pobres no território Norte Central Paranaense era de 95.928, representando 16,3% do total do estado, com 17,4 de taxa de pobreza.

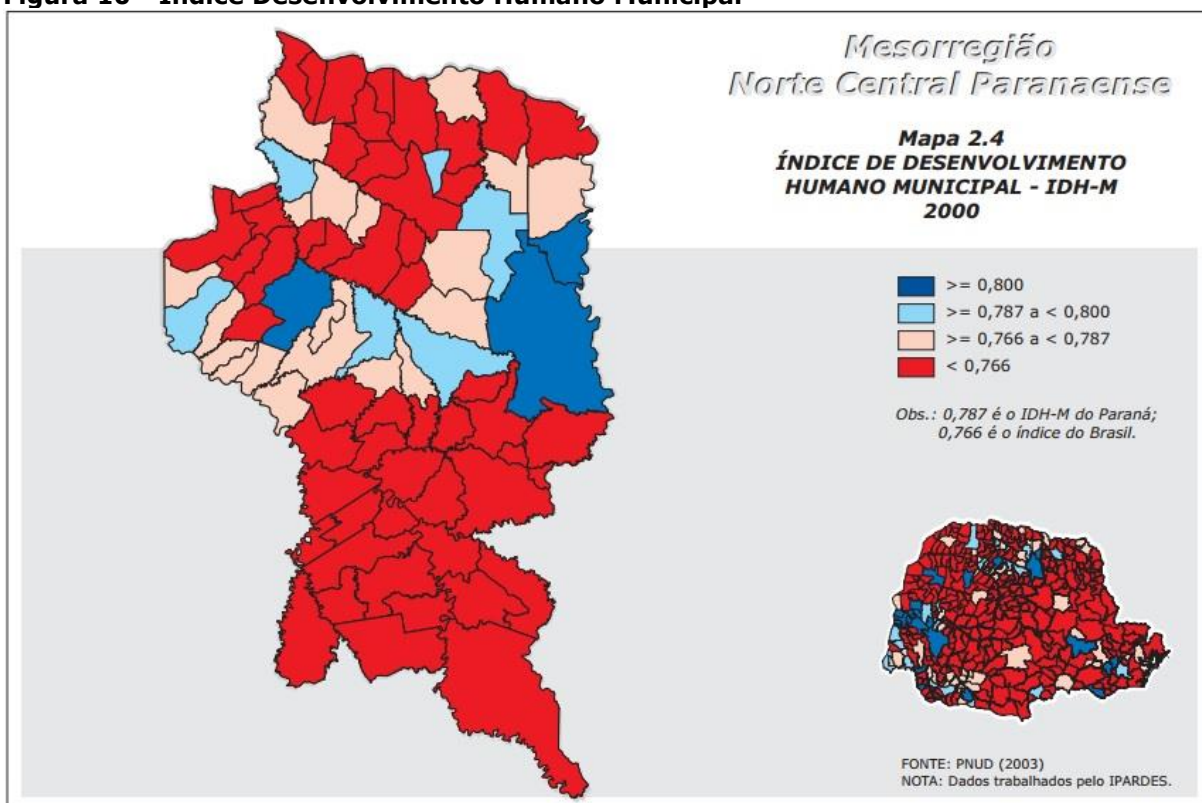


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

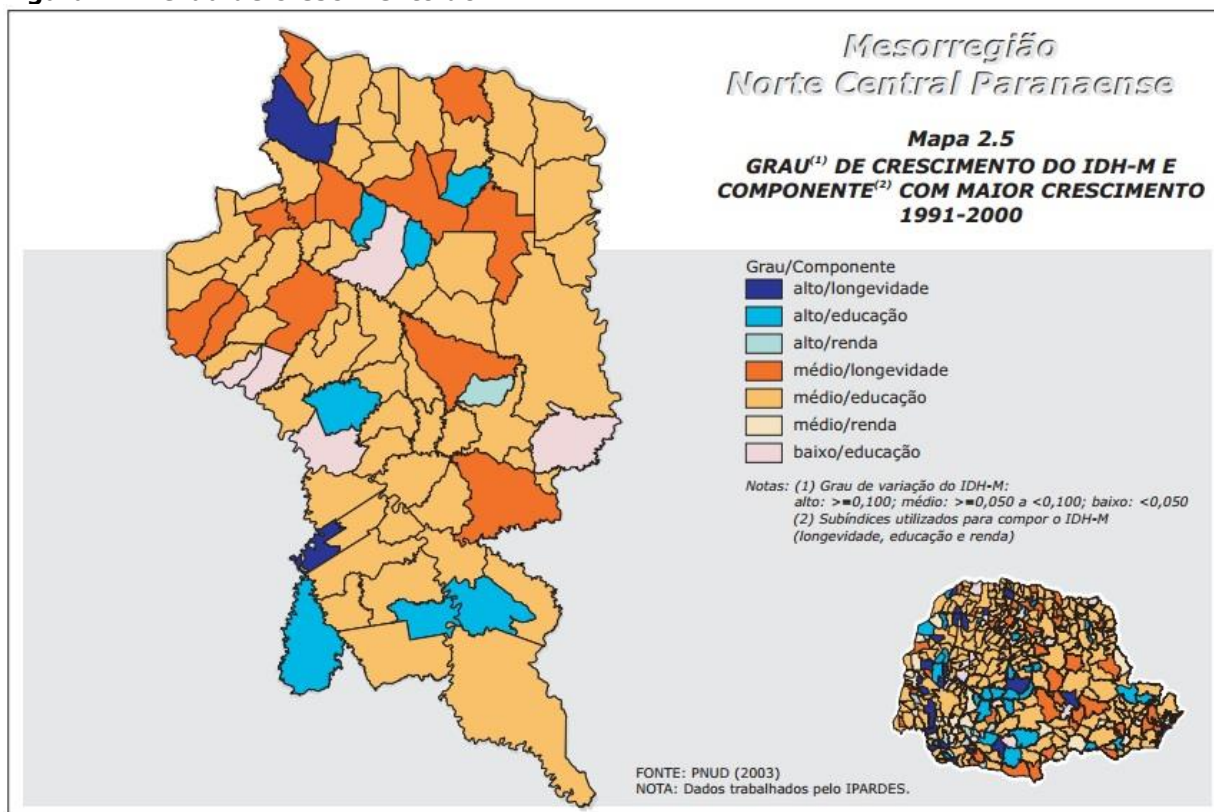
Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 10 - Índice Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional

Figura 11 - Grau de crescimento do IDH



Fonte: IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional



SANEAMENTO BÁSICO

Quanto ao saneamento básico, um fator de grande importância no desenvolvimento social e a oferta desses serviços na Mesorregião Norte Central, sabe-se que:

"A disponibilidade de serviços de saneamento, englobando a oferta de água, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo, apresenta-se como mais um indicador das desigualdades sociais pela sua importância em dimensionar o grau de acesso da população a esses serviços, os quais têm efeitos diretos na qualidade de vida. Sob o ponto de vista da abrangência do atendimento desses serviços, o abastecimento de água por rede na mesorregião Norte Central já alcançou, a exemplo da maioria das mesorregiões paranaenses, uma cobertura que pode ser considerada bastante extensiva em áreas urbanas, encontrando-se presente, com alguma importância, em vários núcleos rurais." (IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Norte Central Paranaense).

Segundo dados do IPARDES (2004), a proporção de domicílios urbanos que ainda se conservam à margem do atendimento de saneamento básico fica em torno de 3% na mesorregião Norte Central. A extensão desse serviço em áreas rurais é resultado, principalmente, de políticas estaduais de abastecimento comunitário realizadas desde 1978, beneficiando, no Norte Central, 16,8% dos domicílios rurais. De modo geral, conclui-se que:

"(...) a extensão da rede de abastecimento de água encontra-se em desequilíbrio quando comparada à de esgotamento sanitário – bem menos extensa –, o que reflete um grave e complexo problema. Ressalta-se que, comparativamente às demais mesorregiões paranaenses, esse desequilíbrio é relativamente menos acentuado na região Norte Central. Dos domicílios urbanos, 97,3% são atendidos por rede de água e apenas 42,5% estão ligados à rede de esgoto. Essa condição a coloca pouco abaixo do patamar médio estadual, de 45,9%, porém na quarta posição entre as mesorregiões." (IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Norte Central Paranaense).

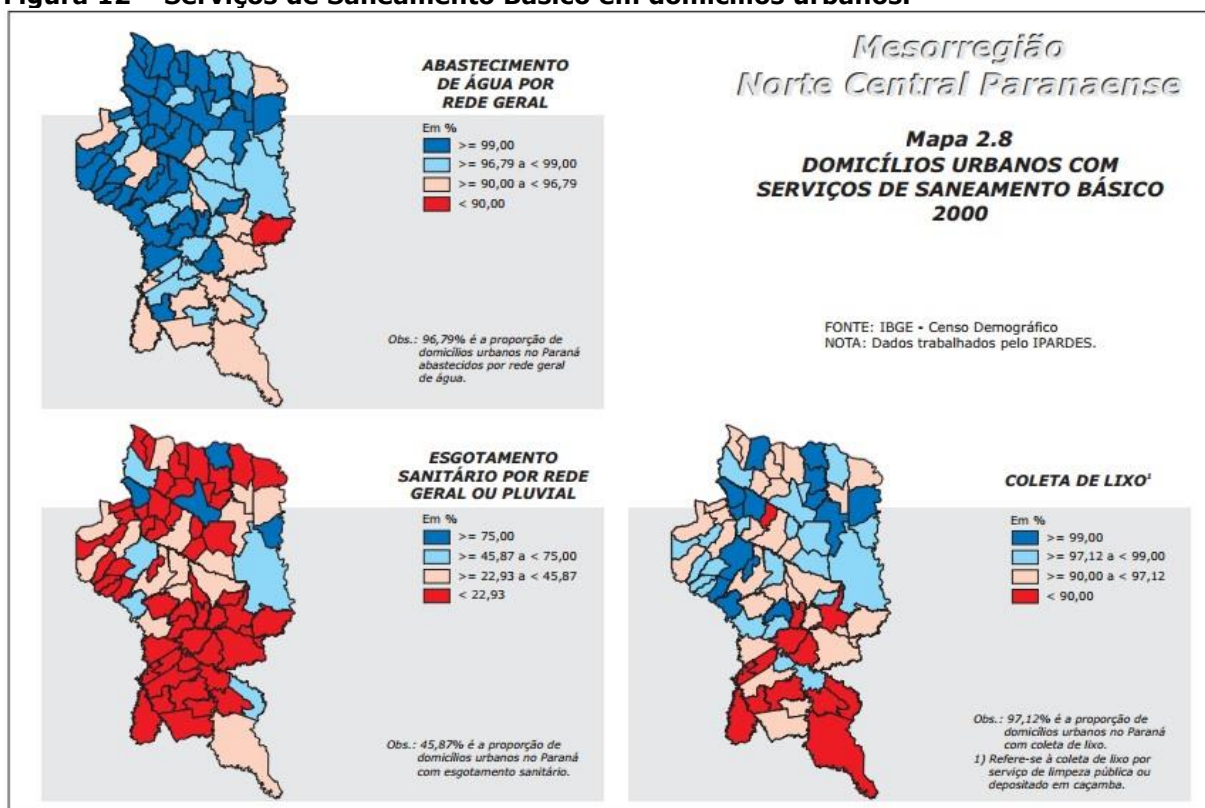


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

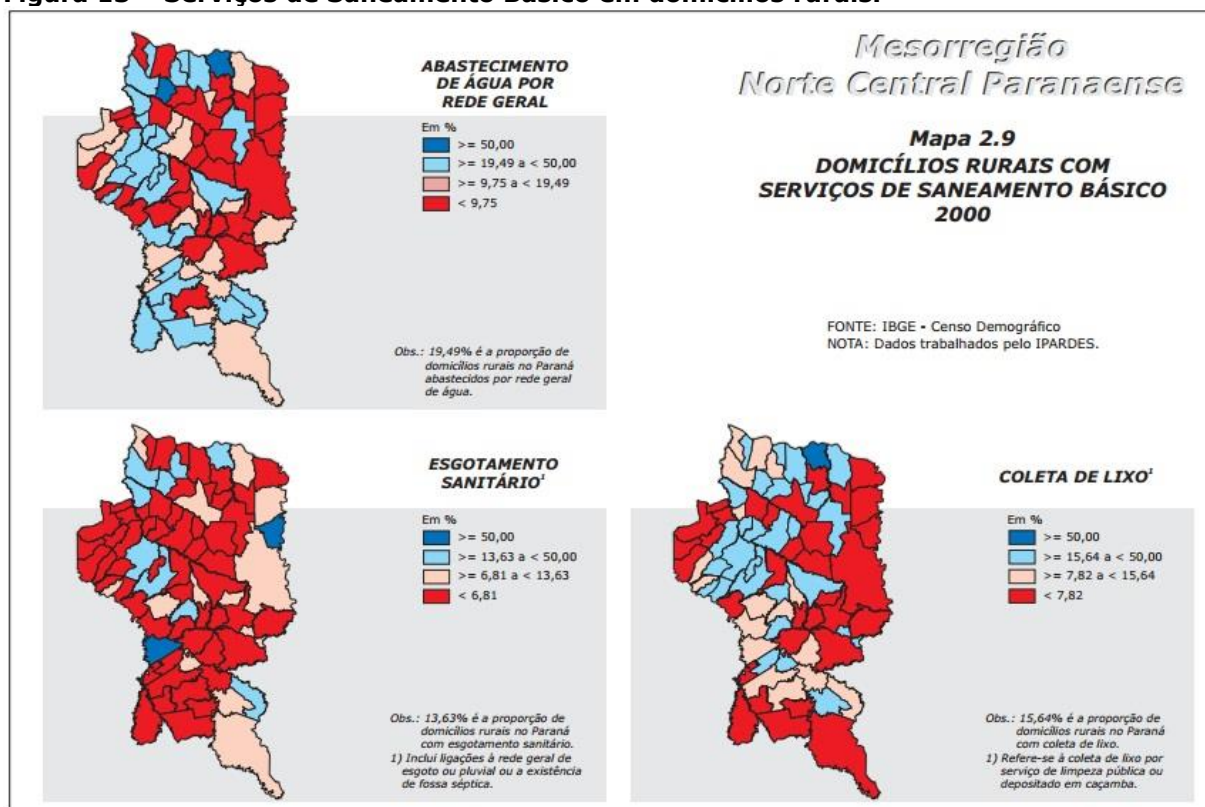
Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 12 – Serviços de Saneamento Básico em domicílios urbanos.



Fonte: IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional

Figura 13 – Serviços de Saneamento Básico em domicílios rurais.



Fonte: IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

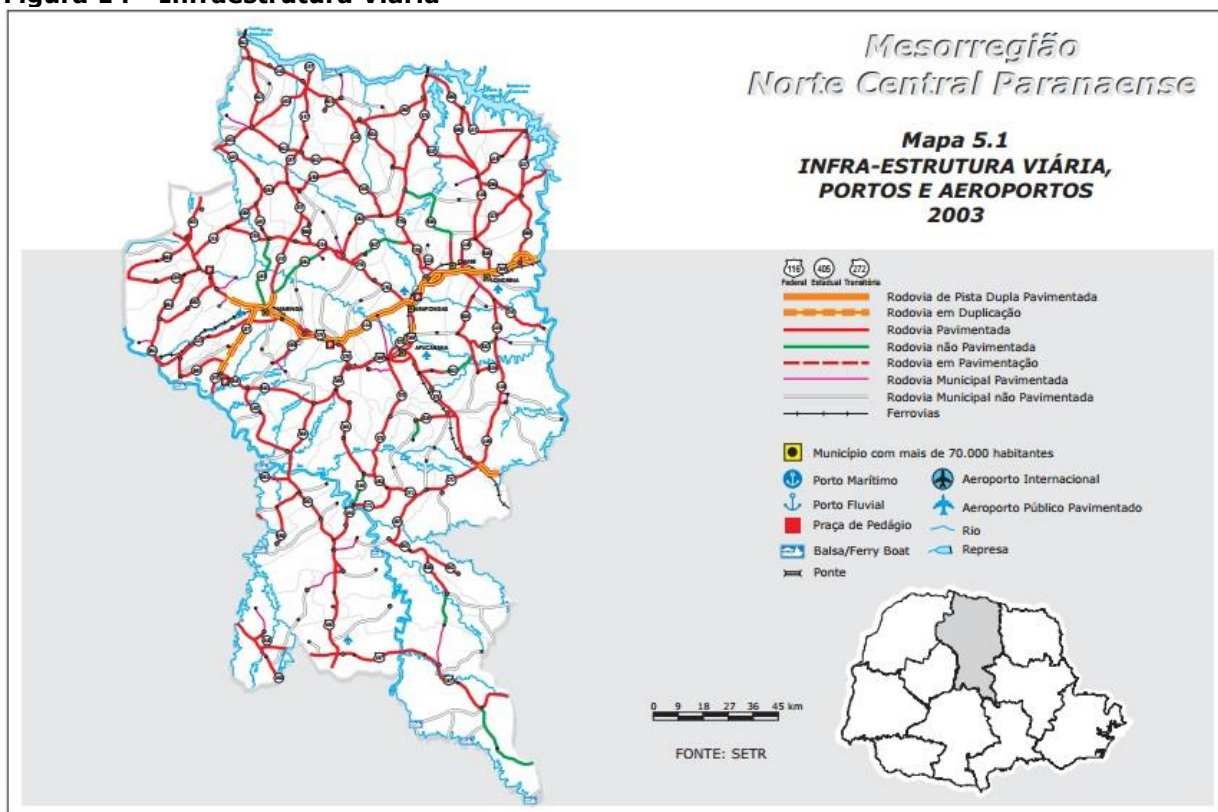
Revisão do Plano Diretor Municipal

TRANSPORTES

O sistema rodoviário da Mesorregião Norte Central é formado por dois grandes eixos. O primeiro, constituído pela BR-376, cruza diagonalmente o Estado do Paraná em direção a noroeste na fronteira com Mato Grosso do Sul e é a principal ligação dessa Mesorregião com a capital do Estado e com o litoral. O segundo eixo é representado pela junção das rodovias BR-369, PR-317 e BR-158. Promove a principal ligação da Mesorregião com o Estado de São Paulo, bem como com Cascavel, no oeste paranaense. A Mesorregião Norte Central consiste em área de convergência dos ramais ferroviários provenientes de Cianorte, a oeste, passando por Maringá e Mandaguari, e de Ourinhos (SP) e Cornélio Procópio, a leste, atravessando Londrina, Cambé e Arapongas. Ambos se unem em Apucarana, formando uma via que segue em direção a Ponta Grossa, já fora dos limites da Mesorregião, e posteriormente a Curitiba e Paranaguá.

A Mesorregião possui uma significativa estrutura aeroportuária. Conta com 6 aeroportos públicos e 15 aeródromos privados. Os aeroportos públicos, à exceção do aeroporto de Londrina, são administrados pelas prefeituras.

Figura 14 - Infraestrutura Viária



Fonte: IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional

ECONOMIA

Segundo dados do IPARDES (2004), a mesorregião Norte Central há uma forte participação econômica das atividades urbanas (comércio e serviços), com



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ "Santa Fé, Capital da Fotografia"

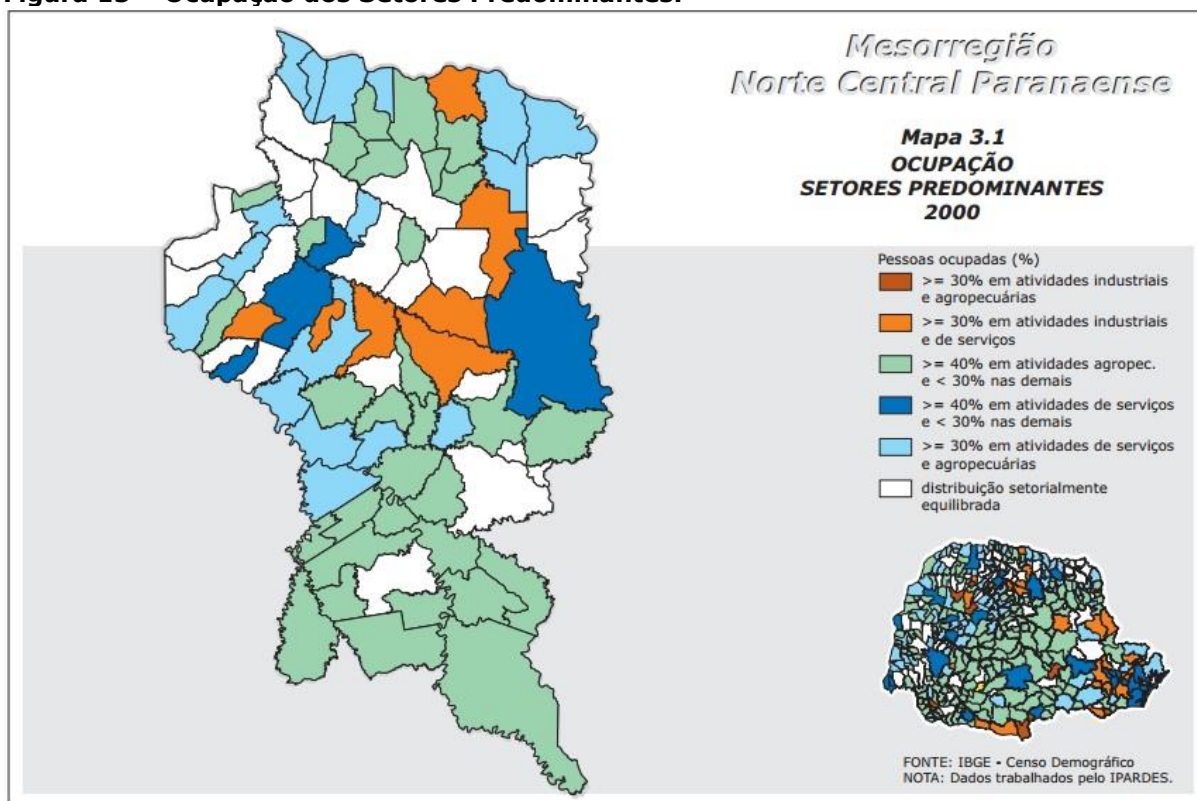
Revisão do Plano Diretor Municipal

58,3% dos empregos. Entre as mesorregiões do Paraná, esta é a que apresenta a maior participação relativa do setor industrial na distribuição das ocupações, representando 16,8%.

Observando a estrutura ocupacional dos municípios (Figura 15), podemos subdividir a mesorregião em três principais áreas: um eixo formado pelos municípios que compõem as duas aglomerações urbanas polarizadas por Londrina e Maringá, onde se destaca o setor de serviços e a presença mais expressiva da indústria; a porção sul, onde o foco está na agropecuária; e a parte norte, cuja a estrutura ocupacional apresenta uma distribuição mais equilibrada entre todos os setores.

O setor agropecuário, apesar de representar apenas 16,3% do total de ocupação da população economicamente ativa, na dimensão econômica propriamente dita, através do valor bruto da produção agropecuária percebemos a importância desta atividade econômica na mesorregião.

Figura 15 – Ocupação dos Setores Predominantes.



Fonte: IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional

Agropecuária

Do início do século XX até a década de 60, a cafeicultura dominava a região norte paranaense. A partir da década de 70, período de incorporação técnica na produção agrícola, se dá o processo de modernização, o qual teve na soja seu veículo avançado. Se por um lado ocorre a expansão de uma agricultura moderna e eficiente,



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

por outro se dá a concentração da estrutura fundiária, o que resulta na liberação de um contingente significativo de mão-de-obra do campo (IPARDES, 2004).

Essa concentração de terras também pode ser medida pelo índice de Gini (Tabela 2), cujo resultado revela uma forte concentração de terras na mesorregião Norte Central, com índice de 0,731, menor que a média estadual.

Tabela 2 - Índice de Gini das Mesorregiões Paranaenses

Mesorregião	Índice de Gini (1)
Noroeste	0,781
Centro-Occidental	0,733
Norte Central	0,731
Norte Pioneiro	0,743
Centro-Oriental	0,796
Oeste	0,676
Sudoeste	0,582
Centro-Sul	0,796
Sudeste	0,686
Metropolitana de Curitiba	0,771
Paraná	0,752

Nota: (1) O índice de Gini, calculado a partir do Censo Agropecuário, inclui proprietários e não-proprietários. Considera-se que entre 0,5 e 0,7 a concentração é forte e entre 0,7 e 0,9 é muito forte.

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário; IPARDES, 2004, dados trabalhados pela DRZ- Gestão de Cidades.

A estrutura fundiária da região é caracterizada pelo predomínio de pequenos e médios estabelecimentos. A importância da agricultura familiar na mesorregião Norte Central Paranaense fica evidente ao analisarmos a distribuição dos estabelecimentos agropecuários, onde 84% dos estabelecimentos possuem área inferior a 50 hectares, ocupando somente 27,6% da área (IBGE, 1995). Quando se comparam os resultados da agricultura familiar e empresarial, revela-se uma grande heterogeneidade estrutural das condições de trabalho entre as duas categorias de produtores, pois o valor bruto da produção que resulta de uma unidade de trabalho empregada no estrato de 10 a 20 hectares é 4,5 vezes menor do que no estrato de 200 a 500 hectares (IPARDES, 2004).

Atualmente, o setor agropecuário da mesorregião está caracterizado pela sua articulação à agroindústria e pela inserção no mercado internacional, o que garante a maior rentabilidade aos produtores. No período entre 1990 e 2011, a produção de milho mais que triplicou e a de soja cresceu 89% (IPARDES, 2004). Estes extraordinários níveis de crescimento se devem ao aumento da produtividade, e não de área colhida, o que prova o emprego cada vez maior da tecnologia.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

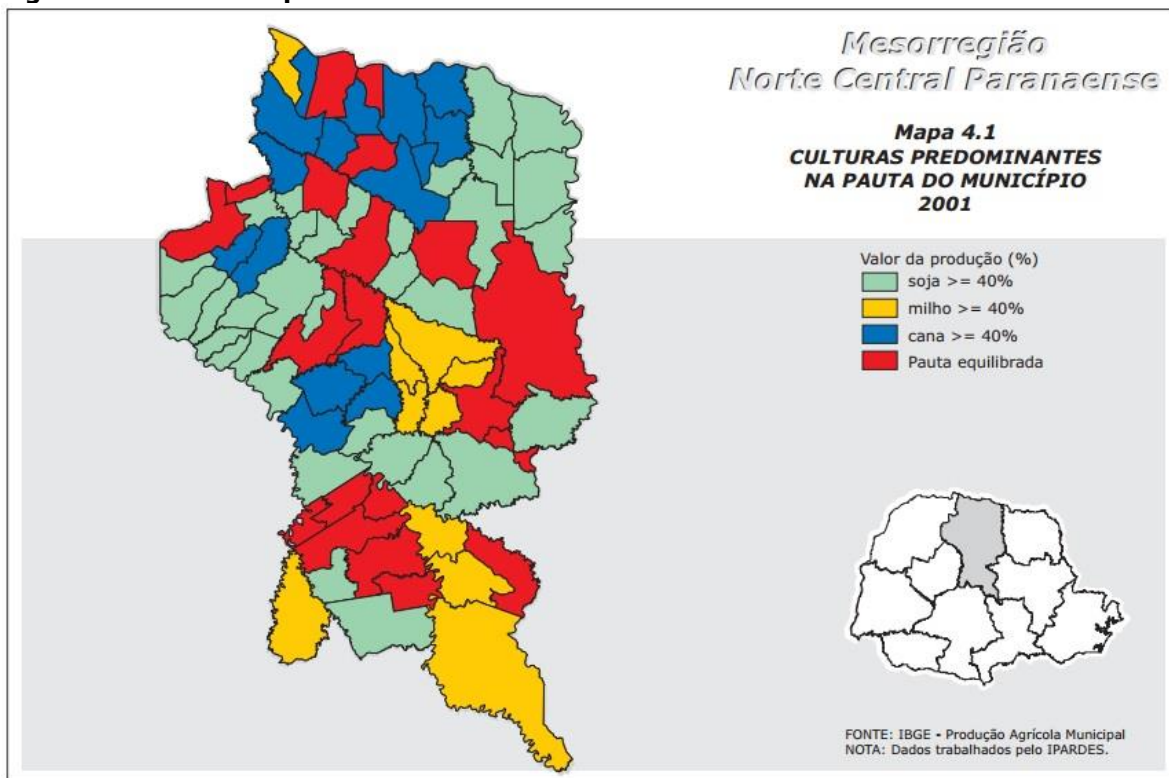
Revisão do Plano Diretor Municipal

A maior participação no valor da produção agropecuária da mesorregião é proveniente da soja e o milho, 41,5% em 2001. Cabe também destacar, mesmo que em menores proporções, as participações da cana-de-açúcar (11,8%), rebanhos bovinos (10,7%) e produção de frutas (4,5%) (IPARDES, 2004).

Em 2001, a região colheu 4,2 milhões de toneladas de grãos, representando 17,2% da produção estadual. A aveia teve a maior participação no total obtido no Estado (23,3%), seguida por outros grãos que também tiveram participações importantes, como trigo, café, soja, milho, arroz, centeio e feijão. Além dos grãos, outros produtos da região têm peso expressivo na pauta agrícola do Estado, como tomate, cana e algodão. A fruticultura, tida como uma das alternativas adequadas para a pequena produção, aparece também com participações expressivas na produção total do Paraná, principalmente com a uva (57,4%) e a laranja (28,2%). Em relação à pecuária, a região concentra 15,8% do efetivo de bovinos e 11,2% do rebanho ovino estadual, participações superiores às das aves e dos suínos. Ressalte-se, ainda, a participação da região nos produtos de origem animal, pois esta é responsável por 37,7% da produção estadual de casulos do bicho-da-seda, 27,4% da produção de ovos e 13,0% da produção de leite do Estado (IPARDES, 2004).

Apesar da predominância de cultura de soja, milho e cana, a mesorregião apresenta uma pauta variada e equilibrada em boa parte de seus municípios (Figura 16).

Figura 16 – Culturas predominantes.



Fonte: IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional



Agroindústria

Na mesorregião atuam várias agroindústrias cooperativadas, com destaque para a Cooperativa Agroindustrial (Cocamar), com fiação de algodão e seda, produção de óleo vegetal, molhos e temperos, a Cooperativa Agropecuária Rolândia (Corol), a qual produz álcool e beneficia arroz, a Cooperativa Central Agroindustrial (Concepar), entre outras.

No ano 2000, de acordo com dados da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab), a mesorregião é a maior produtora de cana-de-açúcar (7,9 milhões de toneladas ao ano) e de café (61 mil toneladas ao ano) do Estado e segunda maior produtora de soja (1,9 milhões de toneladas ao ano) do Estado. A região é ainda a segunda mais maior produtora de arroz e a terceira maior produtora de milho no Estado. Além disso se destacam também as indústrias ligadas à produção de laticínios e ao abate de frangos e de boi (IPARDES, 2004).

Indústria

Além da forte produtividade das agroindústrias, a região também tem bom desempenho em outros setores industriais. O principal empregador no setor industrial é o segmento do Vestuário e conta com mais de mil confecção, com destaque para as empresas localizadas nos municípios de Maringá e de Londrina. A mesorregião Norte Central é também o maior pólo da indústria moveleira do Estado, principalmente devido ao município de Arapongas. A região coloca-se também como pólo coureiro, com a produção de sapatos.

Segundo dados do IPARDES (2004), o segmento químico, em particular a produção de fertilizantes e defensivos agrícolas, é o segmento com participação regional mais significativa. Ainda no segmento da indústria química, destaca-se também o ramo de Perfumaria e Cosméticos. Destaca-se também na região o setor de transformação plástica, com o segmento de embalagens plásticas. São importantes, também, as fiações de rami e seda; doces, chocolates, balas e sorvetes; biscoitos, doces e massas alimentícias; vinho e aguardente; e medicamento.

Comércio e Serviços

Na mesorregião Norte Central, os setores de comércio e serviços são de extrema importância, tanto na geração de empregos quanto no Valor Adicionado Fiscal do Estado. A mesorregião é a segunda em representatividade nestes setores, ficando apenas atrás da mesorregião Metropolitana de Curitiba.

No setor comércio, o segmento com maior representatividade na mesorregião Norte Central é o de comércio e reparação de veículos, com destaque para o município de Londrina. No setor serviços, a mesorregião apresenta melhores



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ "Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

desempenhos nos segmentos Serviços Prestados às Empresas, Pesquisa e Desenvolvimento, Outros Serviços e Transporte (IPARDES, 2004).

Turismo

Segundo o IPARDES (2004), a mesorregião possui dois principais eixos de interesse turístico. O primeiro perpassa o rio Paranapanema, ao norte em direção a Maringá, seguindo em direção ao rio Ivaí, ao sul. O segundo acompanha a rodovia BR-376 no sentido Paranaíba – Londrina, também cortando a microrregião de Maringá. Nesses eixos concentram-se alguns dos principais pontos turísticos da região, com áreas de parques e remanescentes da mata nativa.



DIMENSÃO AMBIENTAL

A mesorregião Norte Central localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense, Planalto do Trapp do Paraná ou Planalto de Guarapuava. Este planalto se estende desde a Escarpa da Esperança até o rio Paranapanema, divisa com o estado de São Paulo, e com o rio Paraná, divisa com o estado de Mato Grosso do Sul, com o Paraguai e com a Argentina, continuando ainda em Santa Catarina. Sua composição é principalmente rochas ígneas extrusivas, como o Basalto. Solos bastante férteis, (as antigas Terras Roxas estruturadas, que hoje são chamados de Nitossolos) auxiliam a agricultura como um forte componente na economia. Posteriormente, a partir do basalto, aliado com o clima mais seco, formou-se solos bastante arenosos – Caiuá - responsável pela formação de solos ambientalmente frágil do ponto de vista dos processos erosivos.

O relevo da mesorregião apresenta declividade que vai de 0% a 10% (até 6 graus de inclinação do terreno) em 60% de sua área total e que corresponde a relevo plano e suavemente ondulado. No geral, o relevo é apto à agricultura, inclusive mecanizada, bem como à pecuária e ao plantio para reflorestamento. Relevo ondulado compreendido no intervalo de declividade 10 a 20% (até 12 graus) ocorre em 25% da área desta mesorregião, onde há aptidão para agricultura não-mecanizada, pecuária e reflorestamento. Nestas áreas a mecanização agrícola possui limitações devido aos riscos de erosão do solo, sendo recomendável a utilização de práticas conservacionistas. No intervalo de declividade 20 a 45% (até 24 graus) o relevo é fortemente ondulado e corresponde a 10% do total desta mesorregião, geralmente em áreas dispersas. São áreas inaptas à agricultura mecanizada e com restrições severas à agricultura não-mecanizada, e apresentam restrições moderadas para pecuária e reflorestamento.

Em relação à biodiversidade, a região apresentava em grande parte Floresta Ombrófila Mista e Floresta Estacional Semidecidual, ou seja, dois biomas de floresta distintos. Registra-se a ocorrência de algumas espécies de mamíferos e aves ameaçadas de extinção. Na região, foram registradas 40 espécies de mamíferos, o que indica que do total da biodiversidade de mamíferos do Paraná, 27% tem seu habitat na área da mesorregião Norte Central, muitas dependentes dos poucos remanescentes florestais ainda existentes. Com relação à biodiversidade das aves, ocorrem, no Norte Central, espécies raras, ameaçadas de extinção, migratórias e comuns. Estima-se que a região conta com 61% da avifauna do Estado do Paraná.

O potencial hídrico da região é caracterizado pela presença de três bacias hidrográficas, dos rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi.

2. ASPECTOS AMBIENTAIS



2.1 Clima

Conforme Köppen, Santa Fé classifica-se como Cfa (Figura 17), apresentando clima Subtropical Úmido Mesotérmico, de temperatura média nos meses quentes é superior a 22 graus centígrados e nos meses mais frios é inferior a 18 graus centígrados, como representado na Figura 18. O município de Santa Fé tem como média anual de temperatura de 22°C a 23°C, com verões quentes, geadas pouco frequentes e tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, contudo sem estação seca definida (IAPAR, 2014).

A Figura 19 ilustra que em Santa Fé, as chuvas têm ocorrido em média de 1400 a 1600 mm ao ano tendo como média de 175 a 200 mm no mês de dezembro, o mais chuvoso e 50 a 75 mm o mês mais seco sendo o mês de julho. A umidade relativa do ar tem uma média anual de 75 a 80% (Figura 20).

Segundo o IAPAR, os ventos predominantes na região próxima à Santa Fé, conforme consta na Figura 21, têm Leste como direção de maior frequência anual, pela posição geográfica ocupada. Entretanto, devido a conformação do relevo, podem em algumas regiões sofrer uma deflexão ora tendência para o quadrante norte, ora para o quadrante Sul. Outra alteração no vento é percebida na mudança de estações. No inverno, a circulação é modificada por ventos com rajadas, vindos do quadrante sul e no verão, a formação de chuvas convectivas, esparsas e localizadas provocam a formação de ventos de direções variadas, podendo ser de grandes intensidades e capazes de causarem danos locais.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 17 - Classificação climática

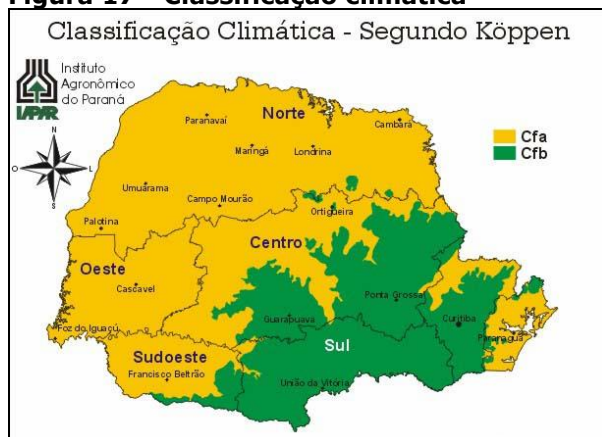


Figura 18 - Temperatura média anual

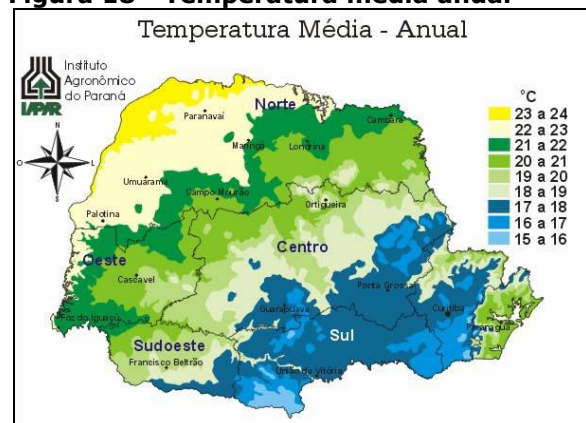


Figura 19 - Precipitação média anual

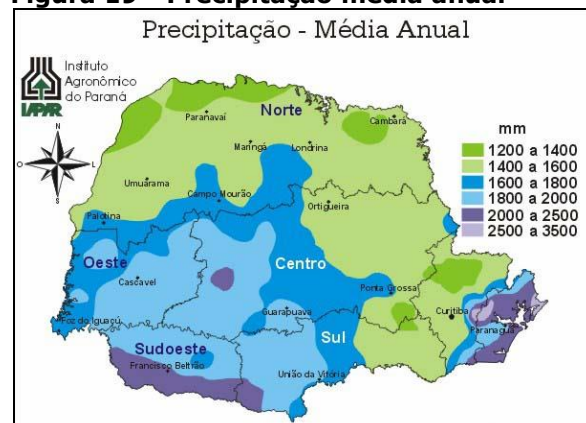


Figura 20 - Umidade relativa anual

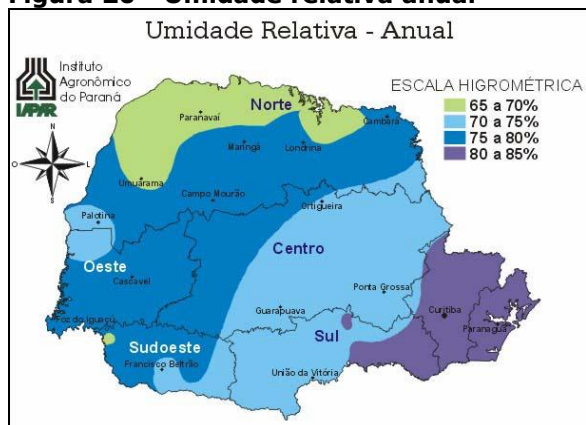


Figura 21 - Direção predominante do vento





2.2 Geologia

Geologia é a ciência natural que estuda a origem, formação, composição e estrutura da Terra. Os conhecimentos geológicos podem ser aplicados em diversas áreas, como na exploração de minérios, na construção civil e na obtenção de energia geotérmica.

Segundo o Serviço Geológico do Paraná – MINEROPAR, as rochas do Paraná formam compartimentos distintos e abrangem um extenso intervalo do tempo geológico, com idades de 2,8 bilhões de anos até o presente. O MINEROPAR descreve estes compartimentos da seguinte maneira:

Na baixada litorânea, Serra do Mar e Primeiro Planalto, encontram-se rochas magmáticas e metamórficas mais antigas, recobertas parcialmente por sedimentos recentes de origem marinha e continental. O Segundo Planalto constitui a faixa de afloramento dos sedimentos paleozóicos da Bacia do Paraná. Sobrepostas a estes sedimentos ocorrem as rochas vulcânicas de idade mesozóica do Grupo Serra Geral, formando o Terceiro Planalto, recobertas por sedimentos cretáceos no noroeste do Estado. Sedimentos recentes ocorrem em todas as regiões, principalmente nos vales dos rios, além de outros tipos de depósitos inconsolidados.

Santa Fé localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense ou Planalto de Guarapuava e faz parte da Bacia Sedimentar do Paraná. Seu solo foi formado há aproximadamente 250 a 65 milhões de anos atrás, na idade mesozoica, através de sedimentação e magmatismo básico alcalino (Figura 22). Sua composição é principalmente rochas ígneas extrusivas, como o Basalto. Solos bastante férteis, Nitossolos ou "Terra Roxa", auxiliam a agricultura como um forte componente na economia. Posteriormente, a partir do basalto, aliado com o clima mais seco, formou-se



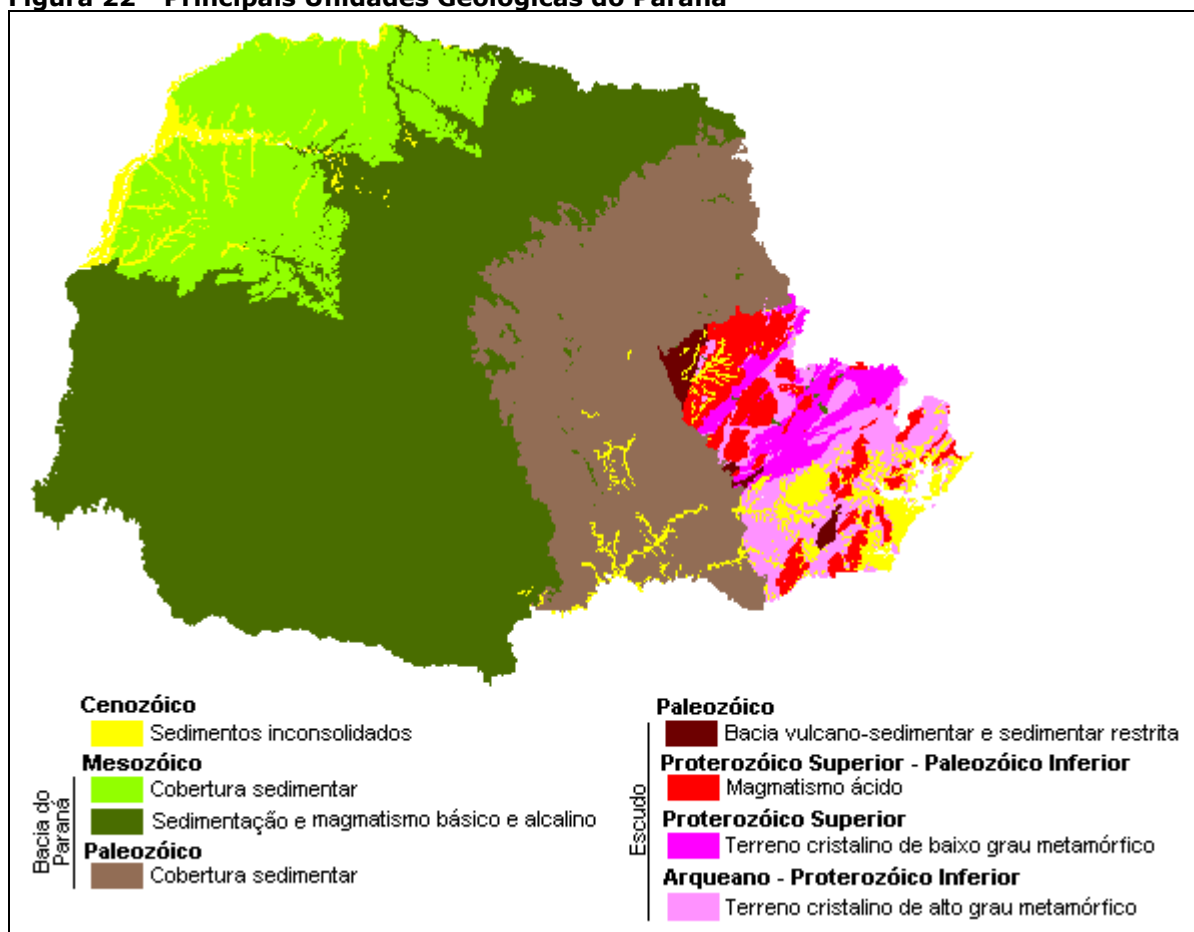
MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

solos bastante arenosos – Caiuá - responsável pela formação de solos ambientalmente frágil do ponto de vista dos processos erosivos.



Figura 22 - Principais Unidades Geológicas do Paraná



Fonte: MINEROPAR¹

A Bacia do Paraná, segundo o MINEROPAR, é uma bacia sedimentar, intracratônica ou sinéclise, que evoluiu sobre a Plataforma Sul-Americana. Ela ultrapassa os 5.000 m na porção mais profunda e cobre uma área de cerca de 1,5 milhão de quilômetros quadrados. Sua evolução se deu por fases de subsidência e soerguimento com erosão associada, no transcorrer das quais a sedimentação se processou em compartimentos ou sub-bacias. Os compartimentos que fazem parte do município de Santa Fé são o Grupo São Bento e o Grupo Bauru (Figura 23).

¹ Disponível em <

<http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=106> >. Acesso em 25 de outubro de 2016.

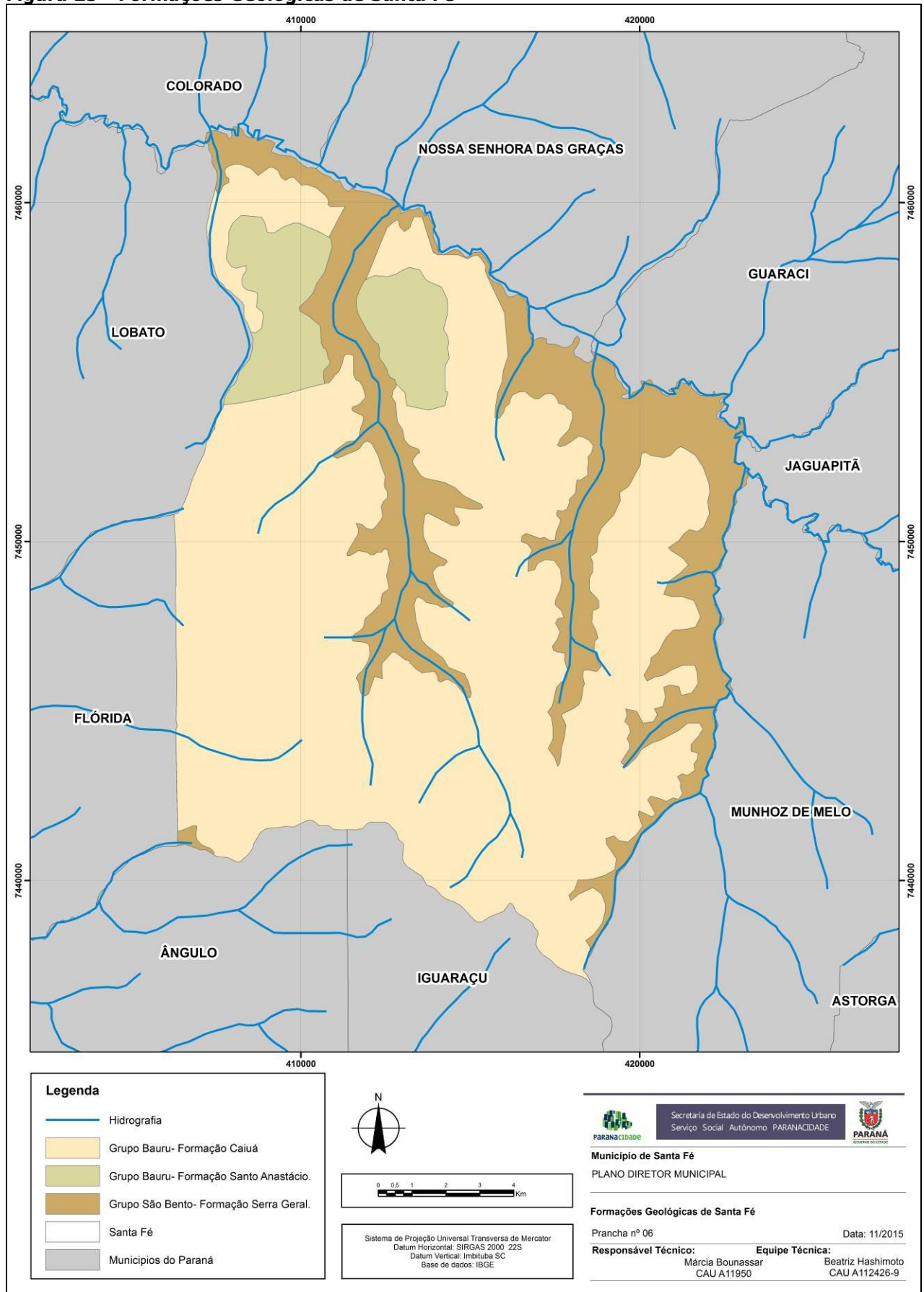


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 23 - Formações Geológicas de Santa Fé



Fonte: CPRM, dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades



GEOMORFOLOGIA

A geomorfologia é ramo da geologia física que estuda as formas do relevo terrestre atuais e investiga a sua origem e evolução. Utilizando da classificação disponibilizada pelo MINEROPAR, o município de Santa Fé fica no Planalto de Maringá (Figura 24), onde a classe de declividade predominante é menor que 6% e apresenta altitudes variando entre 260 e 620 m.

Com relação à altitude, as áreas mais baixas do município estão localizam-se ao norte, próximas ao Rio Bandeirantes com cotas de 300m e seus principais afluentes encontram-se nascentes na cota de 560m. A área mais alta encontra-se ao sul na divisa com o município de Iguaçu com cotas de 620m e a área urbana na cota de 460m (Figura 25).

O relevo de Santa Fé, como podemos observar na Figura 26, caracteriza-se por ser suavemente ondulado, com declividades entre 3% e 8% em aproximadamente 40% de todo o Município. Ao aproximamos das nascentes dos ribeirões Água do Brás, Água do Ó e Ribeirão do Interventor a declividade aumenta para 15% e 20% representando cerca de 10% da área do município. Declividades acima de 20% somente são encontradas bem próximas aos veios d'água e nascentes em alguns trechos ao sul do município.

Nas proximidades da área urbana o relevo é praticamente plano (entre 0% e 5%) não apresentando problemas para o desenvolvimento e expansão urbana, com exceção às áreas próximas das nascentes da Água das Pedras e Água Santa Fé com declividades maiores. A área urbana está sob três vertentes que conduzem as águas de chuva para a Água das Pedras, Água Santa Fé e afluente da Água do Brás.

Desta forma tornam-se restritos a ocupação as áreas de preservação permanente nas proximidades destes córregos com faixa de preservação de 30 metros do curso da água e de 150 metros no entorno das nascentes e as áreas próximas à faixa de preservação, destinadas à urbanização controlada.

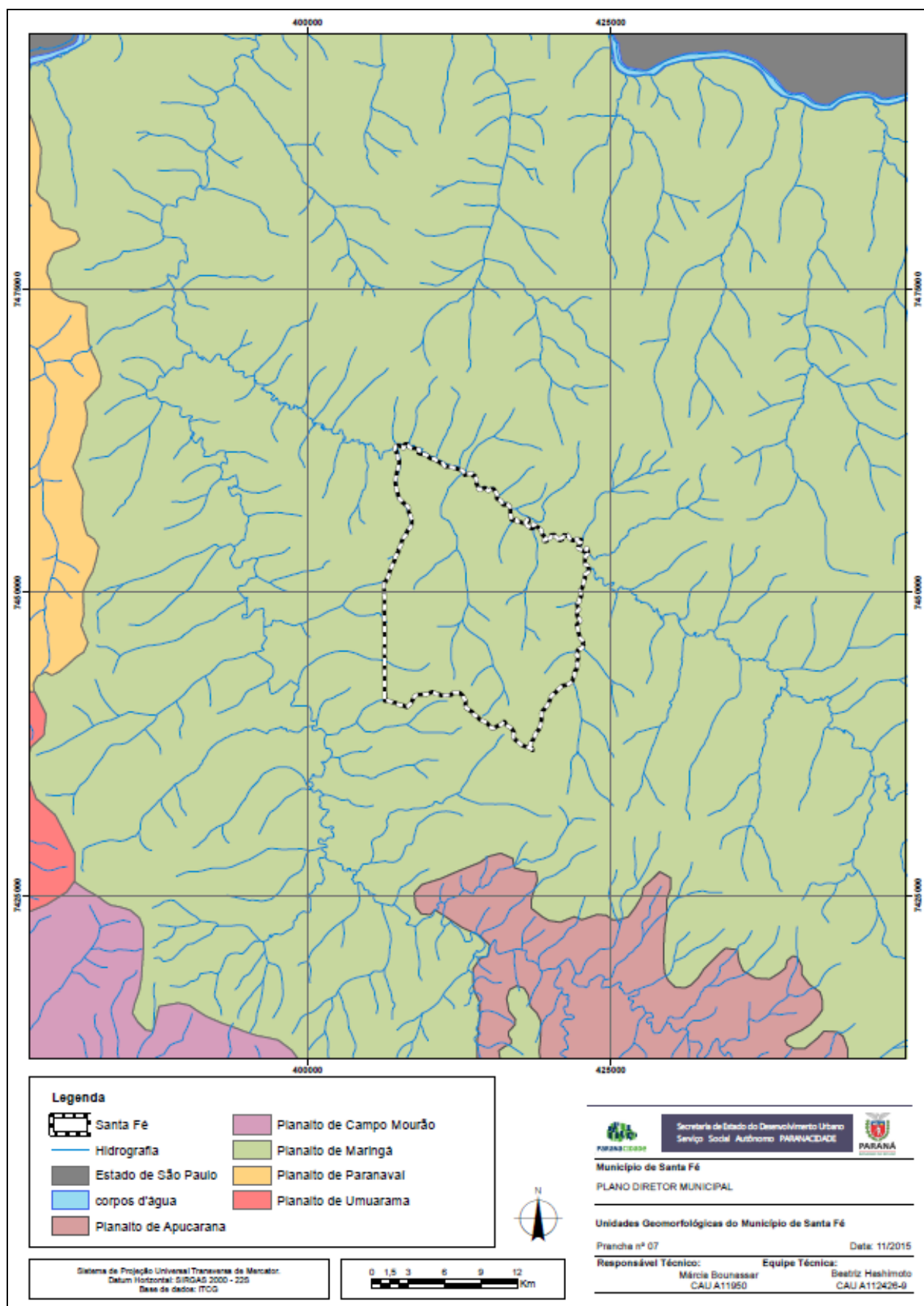


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 24 - Mapa de Geomorfologia de Santa Fé



Fonte: DRZ-Gestão de Cidades.



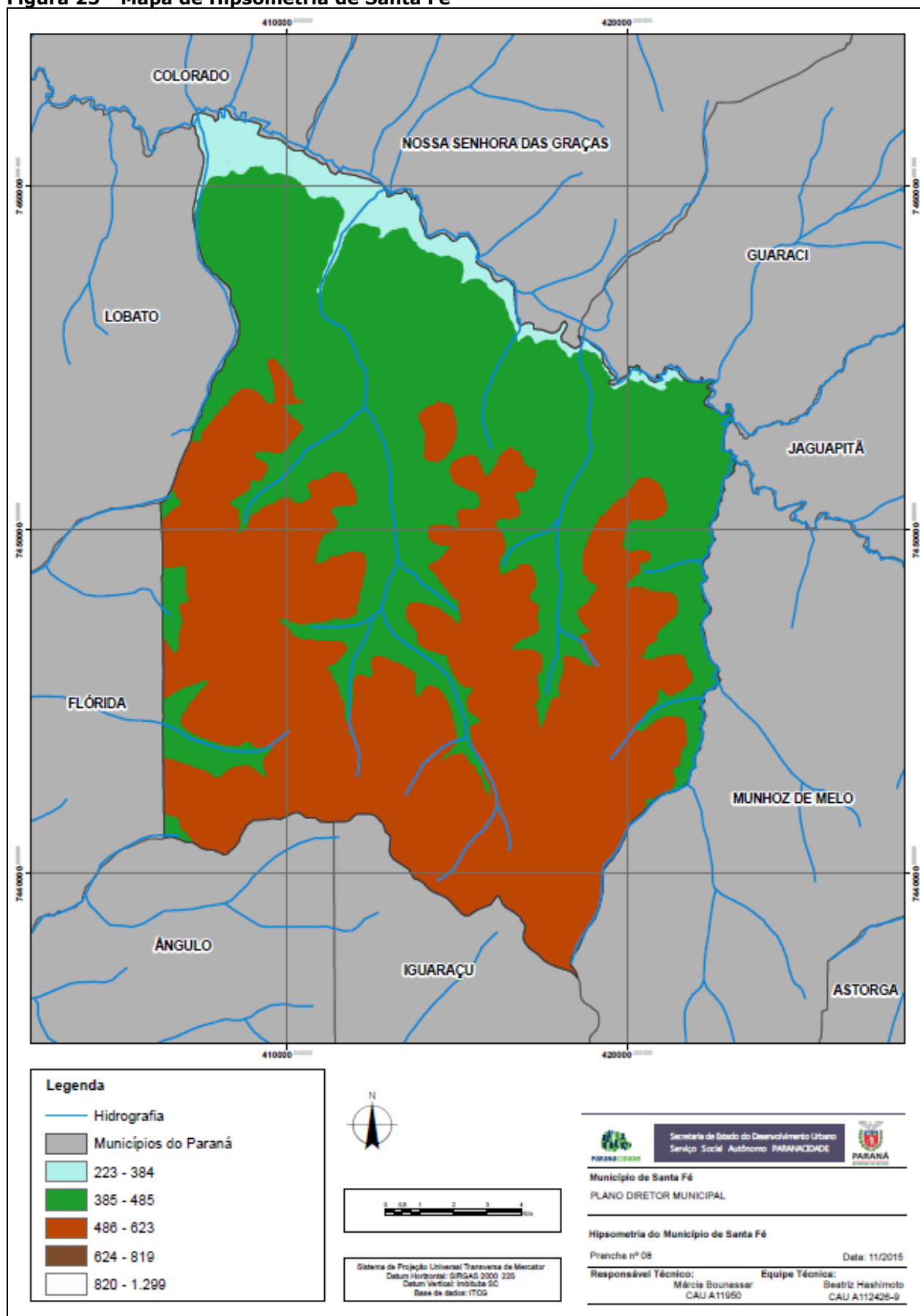


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 25 - Mapa de Hipsometria de Santa Fé



Fonte: DRZ-Gestão de Cidades.



Gestão de Cidades

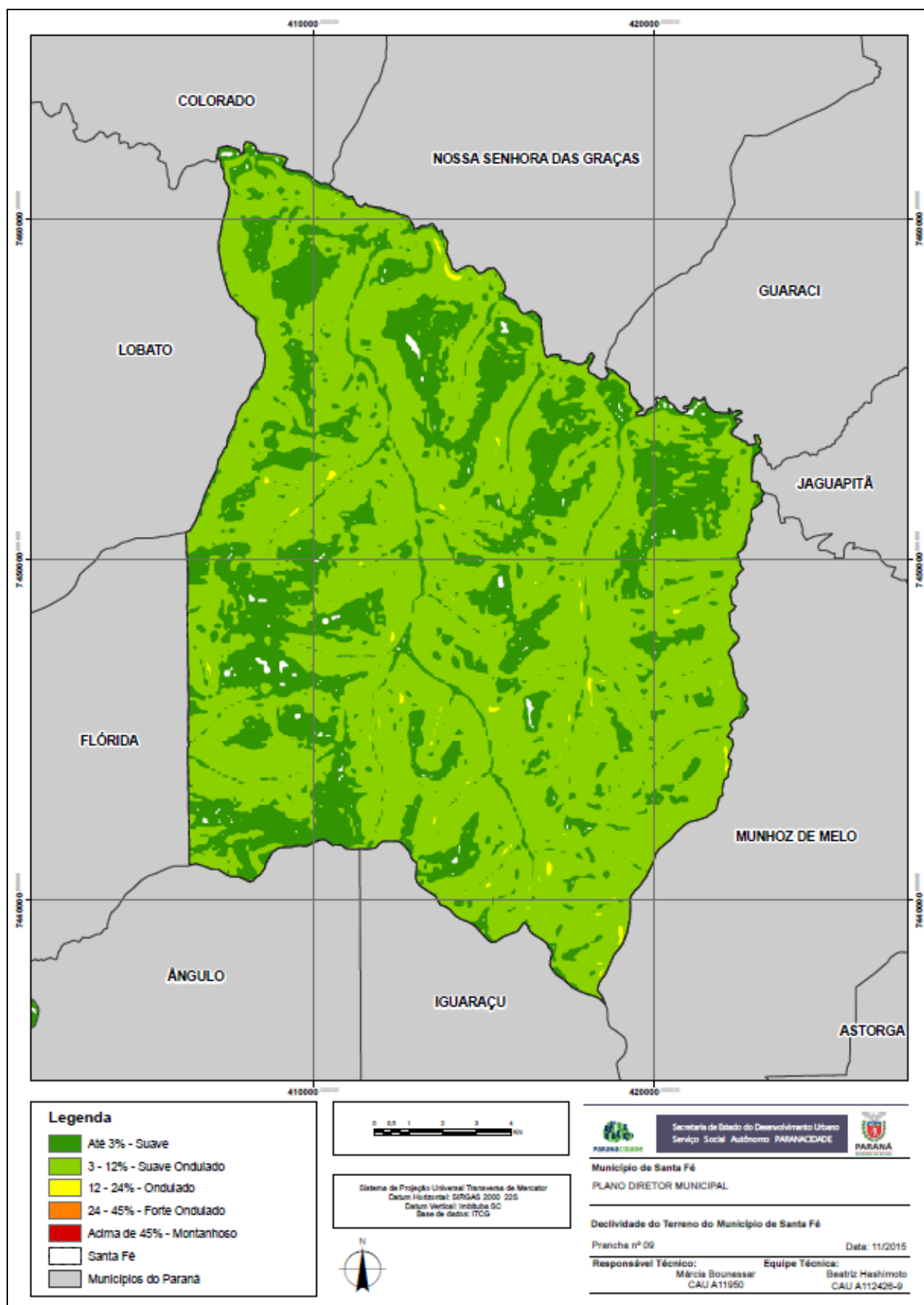


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 26 - Mapa de Declividade de Santa Fé



Fonte: DRZ-Gestão de Cidades.



Gestão de Cidades



PEDOLOGIA

Pedologia é um dos ramos da geologia em que se estuda os solos. Verifica-se a predominância no Município de Santa Fé o solo do tipo latossolo, representando cerca de 80% da área do município, e o solo do tipo argissolo, presente em cerca de 15 % do território ao longo dos rios Água do Brás e Água do Ó (Figura 27).

A classificação dos solos a seguir foi elaborada pelo Centro Nacional de Pesquisa de Solos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), concluída e publicada em 1999, sob o título "Sistema Brasileiro de Classificação de Solos". A descrição, segundo a EMBRAPA, das características dos tipos de solo encontrados em Santa Fé segue abaixo:

Argissolos

São solos constituídos por material mineral, que tem como características diferenciais argila de atividade baixa e horizonte B textural (Bt), imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte superficial, exceto o hístico, sem apresentar, contudo, os requisitos estabelecidos para serem enquadrados nas classes dos Alissolos, Planossolos, Plintossolos ou Gleissolos. Parte dos solos desta classe apresenta um evidente incremento no teor de argila, com ou sem decréscimo, do horizonte B para baixo no perfil. A transição entre os horizontes A e Bt é usualmente clara, abrupta ou gradual. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas, a mais raramente, brunadas ou acinzentadas. A textura varia de arenosa a argilosa no horizonte A e de média a muito argilosa no horizonte Bt, sempre havendo aumento de argila daquele para este. São de forte a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta, ou baixa, predominantemente cauliniticos e com relação molecular Ki variando de 1,0 a 2,3, em correlação com baixas atividades das argilas.

Quando localizados em áreas de relevo plano e suave ondulado, estes solos podem ser usados para diversas culturas, desde que sejam feitas correções da acidez e adubação, principalmente quando se tratar de solos distróficos ou álicos. Em face da grande susceptibilidade à erosão, mesmo em relevo suave ondulado, práticas de conservação de solos são recomendáveis.

Latossolos

São solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto H hístico. São solos com avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, como resultado de enérgicas transformações no material constitutivo (salvo minerais pouco alteráveis). Os solos são virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes aos intemperismo e têm capacidade de troca de cátions baixa, inferior a 17cmolc/kg de argila sem correção para carbono, comportando variações desde solos predominantemente cauliniticos, com valores de Ki mais altos, em torno de 2,0 admitindo o máximo de 2,2, até valores oxídicos de Ki extremamente baixo. Variam de fortemente a bem drenados, embora ocorram variedades que têm cores pálidas, de drenagem moderada ou até mesmo imperfeitamente drenados, transicionais para condições de maior grau de gleização. Os Latossolos Vermelhos Eutroféricos possuem saturação por bases alta ($V > 50\%$) e teores de Fe_2O_3 (pelo H_2SO_4) de 18% a < 36% na maior parte dos primeiros 100cm do horizonte B (inclusive BA). Os latossolos são propícios para culturas perenes, anuais, pastagens e reflorestamento, apesar de ter alto potencial para a



agropecuária esse tipo de solo deve, também, ser mantido como reserva para proteção da biodiversidade desses ambientes.

Nitossolos

Os Nitossolos são solos constituídos por material mineral, com horizonte B nítico, textura argilosa ou muito argilosa (teores de argila maiores que 350g/Kg de solo a partir do horizonte A), estrutura em blocos subangulares ou angulares, ou prismática, de grau moderado ou forte, com cerosidade expressiva nas superfícies dos agregados. Estes solos apresentam horizonte B bem expresso em termos de grau de desenvolvimento de estrutura e cerosidade, com gradiente textural menor que 1,5. São profundos, bem drenados, de coloração variando de vermelho a brunada.

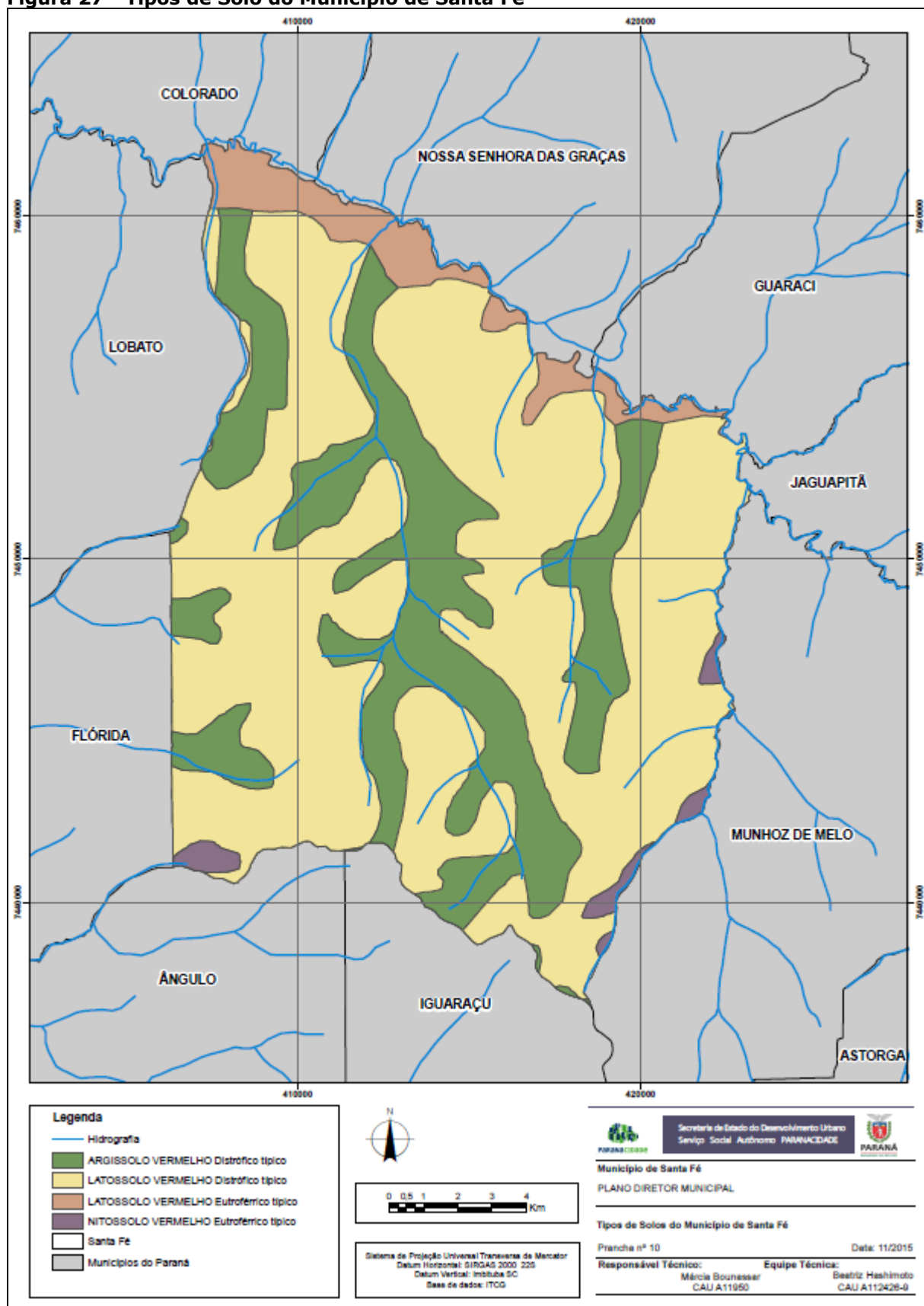


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 27 - Tipos de Solo do Município de Santa Fé



Fonte: DRZ-Gestão de Cidades.



2.3 Hidrografia

Define-se bacia hidrográfica como o conjunto de terras banhadas por um rio e seus afluentes, de forma que toda vazão seja descarregada através de um curso principal, limitada perifericamente por uma unidade topográfica mais elevada, denominada divisor de águas.

O sistema hidrográfico do Paraná, de acordo com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, está dividido em duas bacias, sendo a Atlântica com rios desaguando diretamente no Oceano Atlântico e a do Rio Paraná com seus afluentes principais, percorrendo o sentido Leste-Oeste.

Este sistema está subdividido em 16 sub-bacias ou unidades hidrográficas (Figura 28), segundo Legislação Estadual, Lei nº 12.726/99, sendo elas: Bacia do Rio das Cinzas, Bacia do Rio Iguaçu, Bacia do Rio Itararé, Bacia do Rio Ivaí, Bacia Litorânea, Bacia do Rio Paranapanema 01, Bacia do Rio Paranapanema 02, Bacia do Rio Paranapanema 03, Bacia do Rio Paranapanema 04, Bacia do Rio Paraná 01, Bacia do Rio Paraná 02, Bacia do Rio Paraná 03, Bacia do Rio Piquiri, Bacia do Rio Pirapó, Bacia do Rio Ribeira, Bacia do Rio Tibagi.

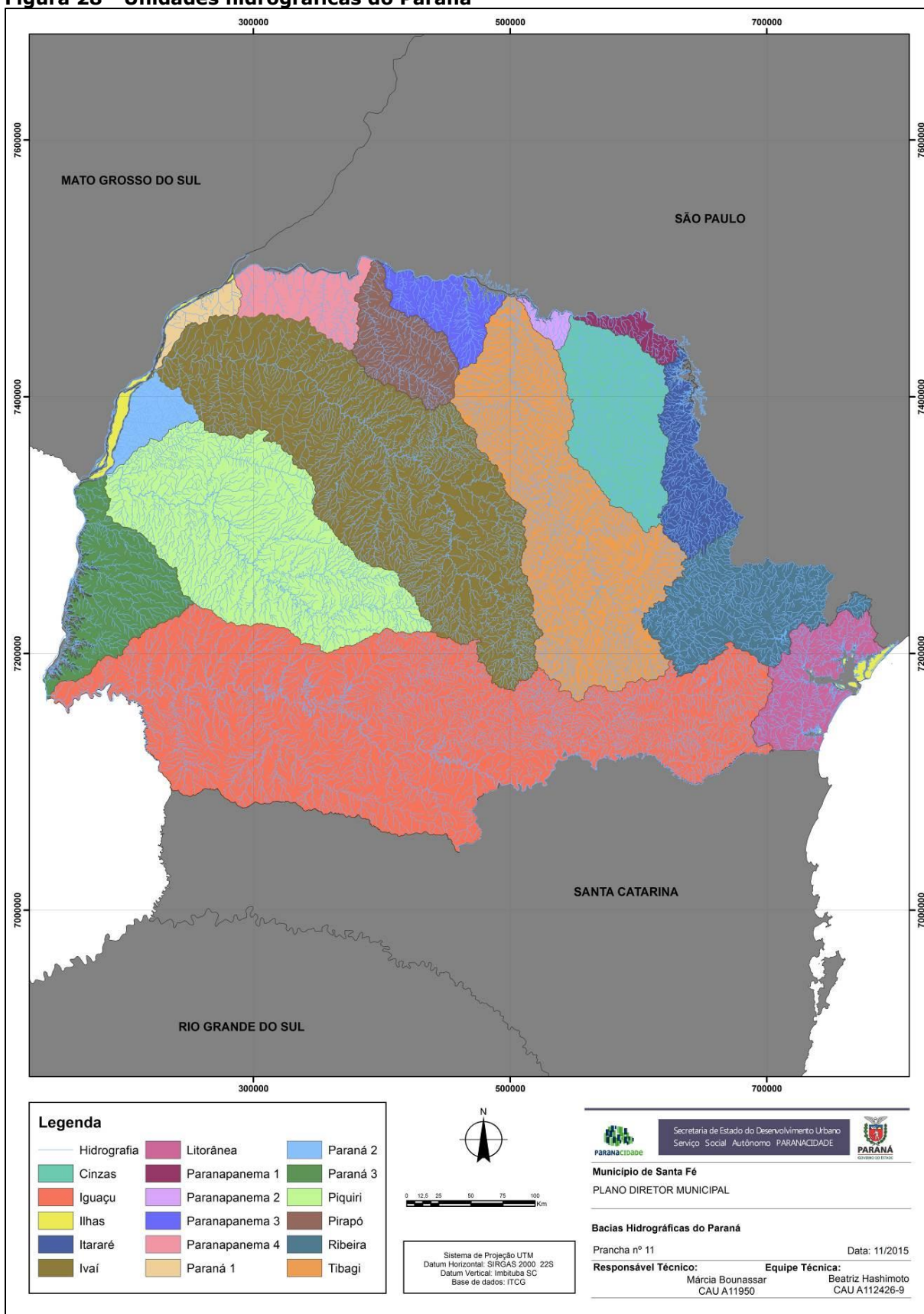


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 28 - Unidades hidrográficas do Paraná



Fonte: ITCG – dados trabalhados por DRZ Gestão de Cidades.



O Município de Santa Fé pertence à bacia do Rio Pirapó (Figura 31), onde seu principal curso d'água foi objeto de estudos e levantamentos com objetivo recuperar através de ações emergenciais esta bacia. Nesta, a principal atividade será a recomposição das matas ciliares, fundamentais para a sobrevivência deste rio. Atualmente as margens do Pirapó contam com apenas 15% de vegetação nativa, sendo que há um ano o total não chegava a 10%. Além da falta de vegetação o rio possui trechos assoreados e problemas de abastecimento em períodos chuvosos. O Rio Pirapó possui 168 quilômetros de extensão tendo sua nascente em Apucarana e a sua foz no município de Jardim Olinda, divisa com São Paulo.

A bacia hidrográfica do Pirapó apresenta uma área de drenagem de cinco mil quilômetros quadrados, sendo seu afluente mais importante o Rio Bandeirantes do Norte, que banha o município de Santa Fé. Em seu trecho pertencente a este município, o Rio Bandeirantes do Norte não possui navegabilidade, mas encontra-se com potencial turístico ecológico e de lazer, servindo de referência no âmbito regional do modo como já é explorado, com infraestrutura hoteleira e de lazer.

No sistema hidrográfico de Santa Fé (Figura 32), o Rio Bandeirantes do Norte, afluente do Rio Pirapó, sofre influência direta dos ribeirões Interventor, Água do Trigo, Água do Brás, Água das Pedras, Água do Pito, Água do Ó, e Água Santa Teresinha, sendo que os dois primeiros fazem divisa com os Municípios de Munhoz de Melo e Lobato respectivamente. A captação de água para abastecimento é realizada através de poços artesianos. Estes estão localizados dentro do perímetro urbano e, portanto, se localizam na Sub-bacia do Ribeirão Água do Brás.

Os ribeirões Água do Dante e Água do Ó, próximos à área urbana, são referências para lazer e pesca respectivamente, já os Ribeirões Água Santa Fé e Água das Pedras possuem nascentes próximas à malha urbana, fazendo com que estes locais sejam adequados para implantação de parques e balneários destinados a recreação, encontros e prática de esportes.

Figura 29 - Cachoeira no Rio Bandeirantes



Fonte: Acervo da DRZ- Gestão de Cidades

Figura 30 - Balneário Salto do Bandeirantes



Fonte: Acervo da DRZ- Gestão de Cidades

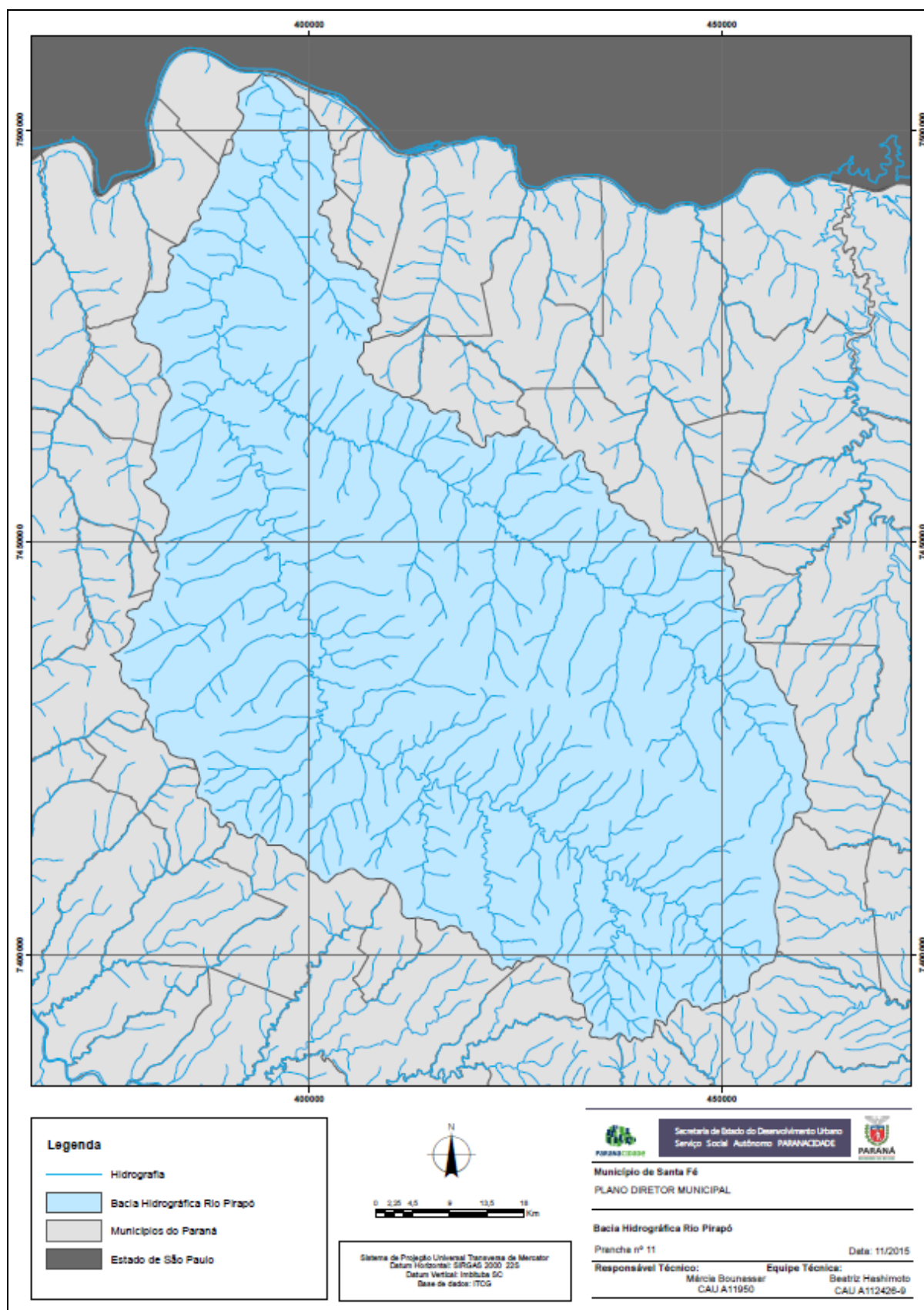


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 31 - Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Pirapó



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.

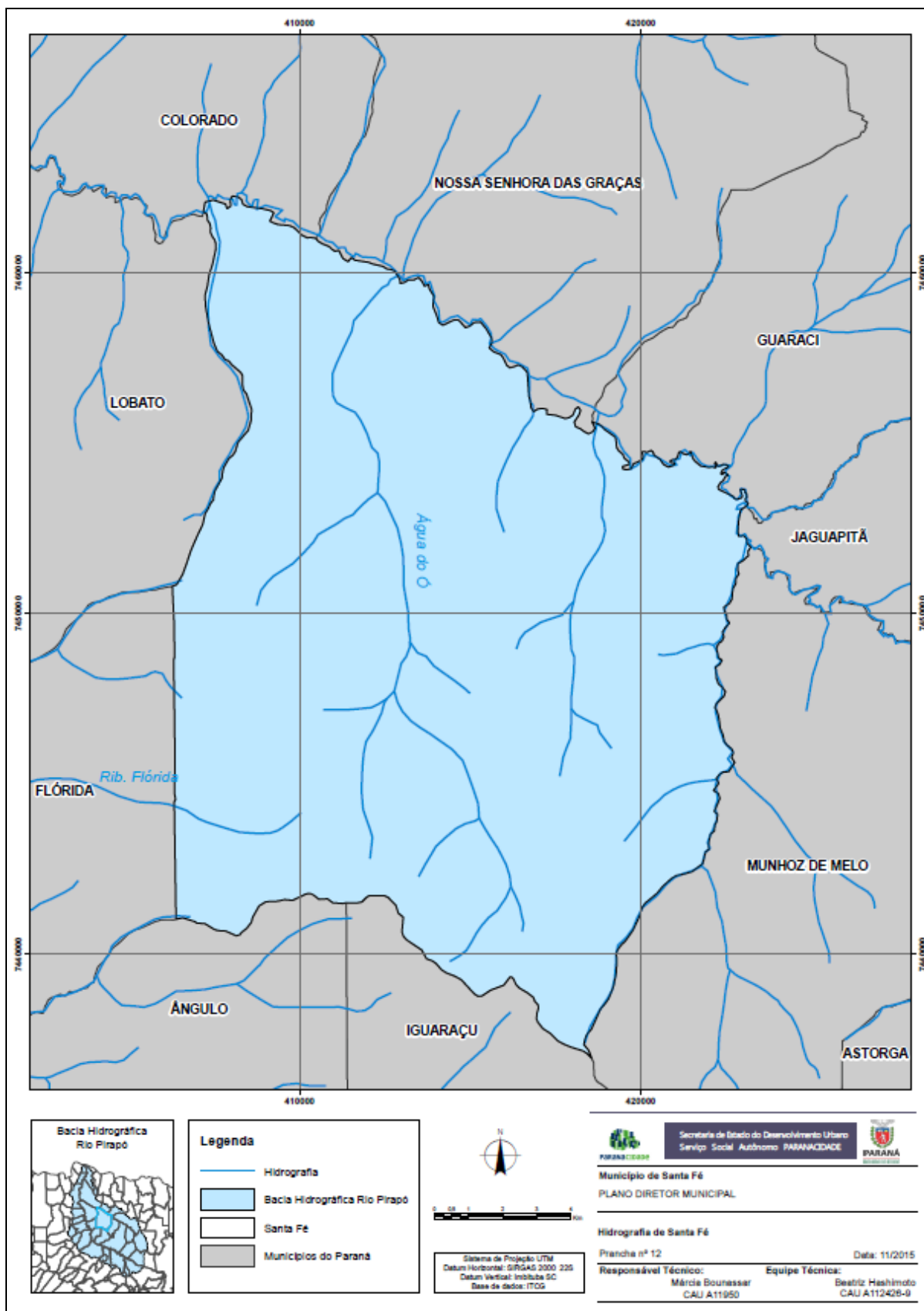


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 32 - Mapa da Hidrografia do Município de Santa Fé



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.



2.4 Arborização

A arborização urbana, além da função paisagística, contribui significativamente na melhoria da qualidade do ambiente urbano, desde que bem planejada e adequada aos demais elementos da cidade.

O papel das árvores no meio urbano tem grande importância, pois:

- Auxiliam o processo de purificação do ar pela fixação de poeiras e gases tóxicos e pela reciclagem de gases através dos mecanismos fotossintéticos;
- Promovem melhoria do microclima da cidade, pela retenção da umidade do solo e do ar e pela geração de sombra, evitando que os raios solares incidam diretamente sobre os espaços urbanos;
- Reduzem a velocidade do vento;
- Influenciam no balanço hídrico, favorecendo a infiltração da água no solo e provocando evapotranspiração mais lenta;
- Proporcionam abrigo à fauna, favorecendo maior variedade de espécies, e, como consequência, influenciam positivamente o equilíbrio das cadeias alimentares e a diminuição de pragas e agentes vetores de doenças;
- Amortecem ruídos.

Outra função importante da arborização que acompanha o sistema viário das cidades é seu préstimo como corredor ecológico, interligando as áreas livres vegetadas da cidade, como praças e parques. Além disso, em muitas ocasiões, uma árvore defronte à residência confere uma identidade particular e propicia o contato direto



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ "Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

dos moradores com um elemento natural significativo, considerando todos os seus benefícios.

A política ambiental do Estado do Paraná foi marcada por ações pontuais sem considerar uma visão ampla capaz de permitir a adequada conservação dos ambientes naturais e suas comunidades bióticas. Por outro lado, tornou-se crescente o entendimento de setores da sociedade sobre a conservação das Áreas de Preservação Permanente (APP). A preservação destas áreas é fundamental para a harmonização e equilíbrio entre os sistemas produtivos e o modo de vida das populações humanas, para preservação vital da água e das espécies nativas da flora e fauna. Por conseguinte, muitas ações em favor da recuperação e preservação da APP foram e continuam sendo desenvolvidas por cidadãos, instituições e entidades, agentes que se sentem responsáveis pela manutenção desses ecossistemas naturais.

O Novo Código Florestal, Lei nº 12.651/2012 e a Lei 12.727/2012, estabelecem novas regras para a recomposição das APPs em propriedades com até 4 módulos fiscais e definem áreas protegidas, coberta ou não por vegetação nativa, pela função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Estas Leis estabelecem, ainda, que as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as devidas limitações legais.

O município de Santa Fé possui como seu principal curso d'água o Rio Bandeirantes, além de um grande número de rios, córregos e ribeirões que estão localizados por todo o município. No entanto, existe pouca mata ciliar às margens dos cursos d'água, que deveriam ser de preservação permanente. Como estas matas de proteção dos córregos é muito deficiente, praticamente todos os mananciais d'água apresentam problemas de poluição e assoreamento, por escoamento de águas de chuvas e carregamento de resíduos de agrotóxicos.

Existe um percentual pequeno de propriedades com as matas de preservação permanente reconhecida, isto porque a preservação permanente existente muitas vezes é composta por mato e espécies de reflorestamento sem benefício algum ao ecossistema. A maior parte do território, cerca de 60%, é utilizada para pastagens e lavouras (33%), e em menor índice estão as matas naturais (5%), estando este último dado bem abaixo do recomendado que é de 20% de área de preservação em propriedades rurais. As áreas de reserva têm potencialidade para tornarem-se Reservas de Proteção ao Patrimônio Natural devendo a administração pública incentivar os proprietários, hoje existem apenas duas RPPNs. A Figura 34 indica as áreas de cobertura vegetal remanescentes.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ **“Santa Fé, Capital da Fotografia”**

Revisão do Plano Diretor Municipal

A expansão desordenada das atividades tem avançado sobre áreas reconhecidamente de proteção dos recursos naturais, dentre as quais destacam-se as Áreas de Preservação Permanente (APPs). Para determinação das áreas passíveis de recuperação nas marginais dos corpos hídricos presentes no município, foi sobreposto o mapa de cobertura do solo com o mapa de APP (Figura 35), resultando no mapa dos conflitos de uso (Figura 36).

Na Figura 36 estão representadas as áreas que deveriam estar preservadas, entretanto encontram-se com usos diversos. A faixa de proteção da mata ciliar, às margens dos cursos hídricos, é desrespeitada em sua maioria, ocorrendo exploração agrícola e ocupação residencial irregular. A não preservação dessas faixas de proteção acarretam diversos problemas ambientais, entre eles, assoreamento dos corpos hídricos, erosão do solo às margens e inundações.

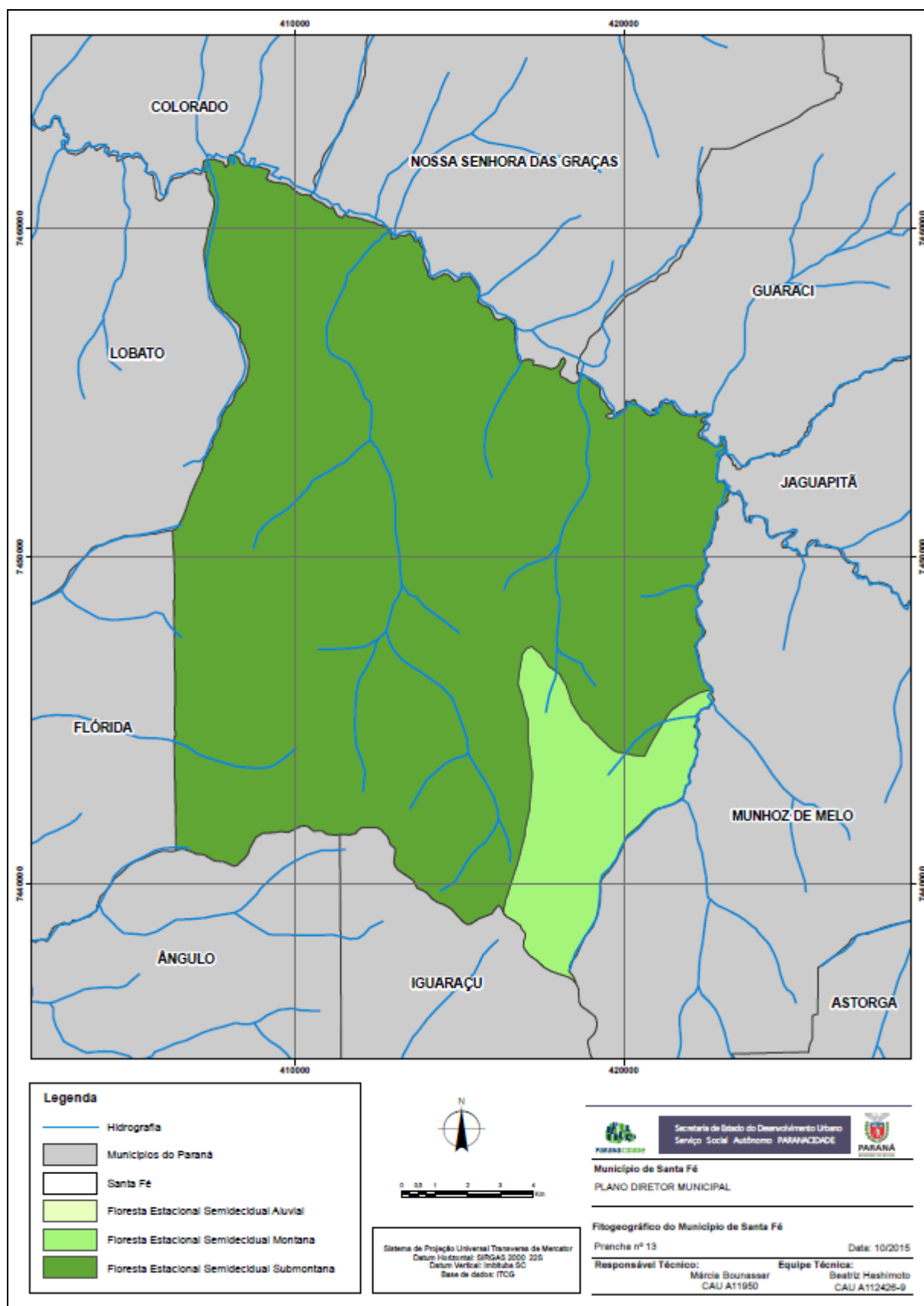


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 33 - Fitogeografia de Santa Fé



Fonte: DRZ - Gestão de Cidades.

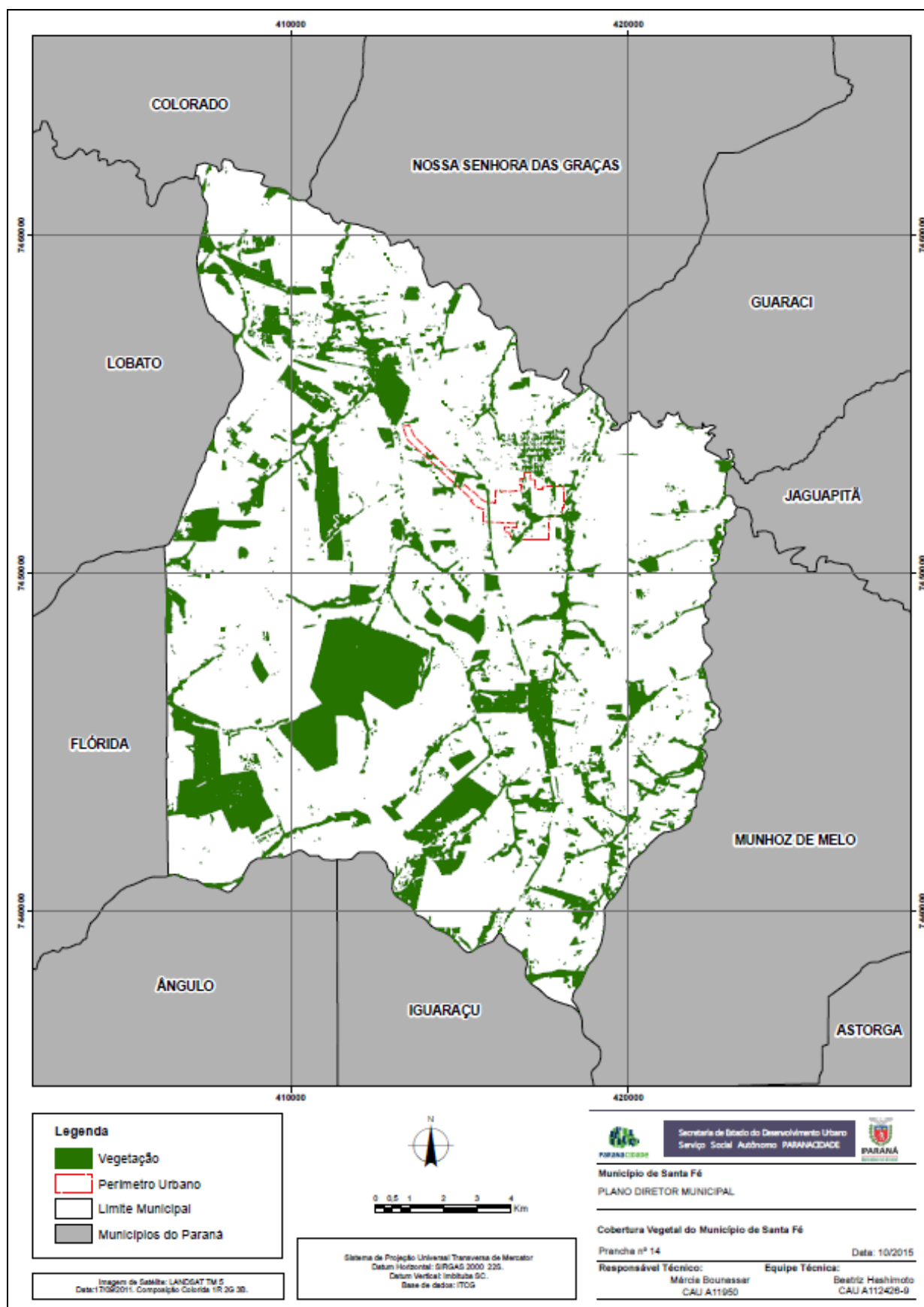


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 34 - Remanescente de Vegetação de Santa Fé



Fonte: DRZ - Gestão de Cidades.

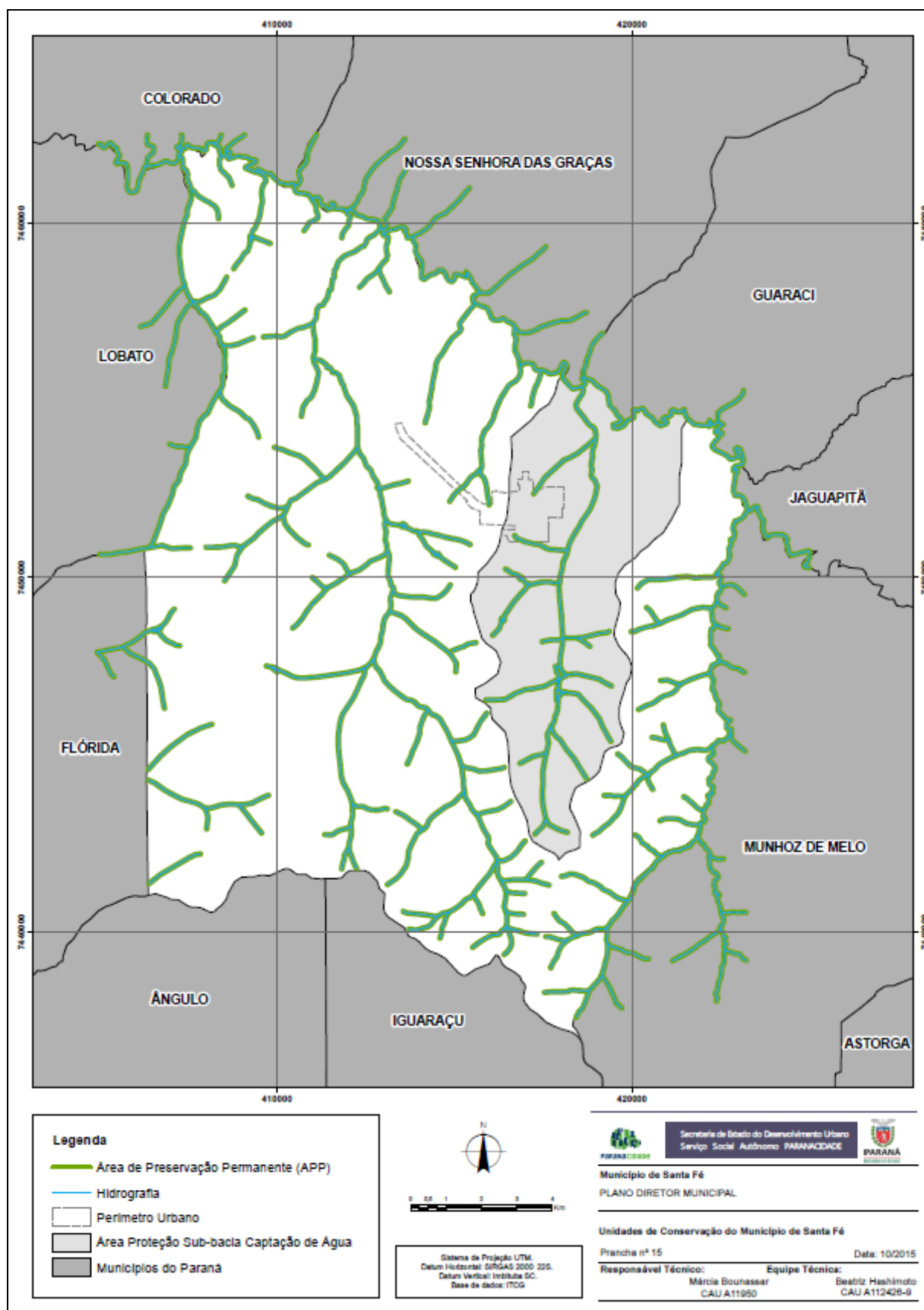


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 35 – Áreas de Preservação Permanente de Santa Fé



Fonte: DRZ - Gestão de Cidades.

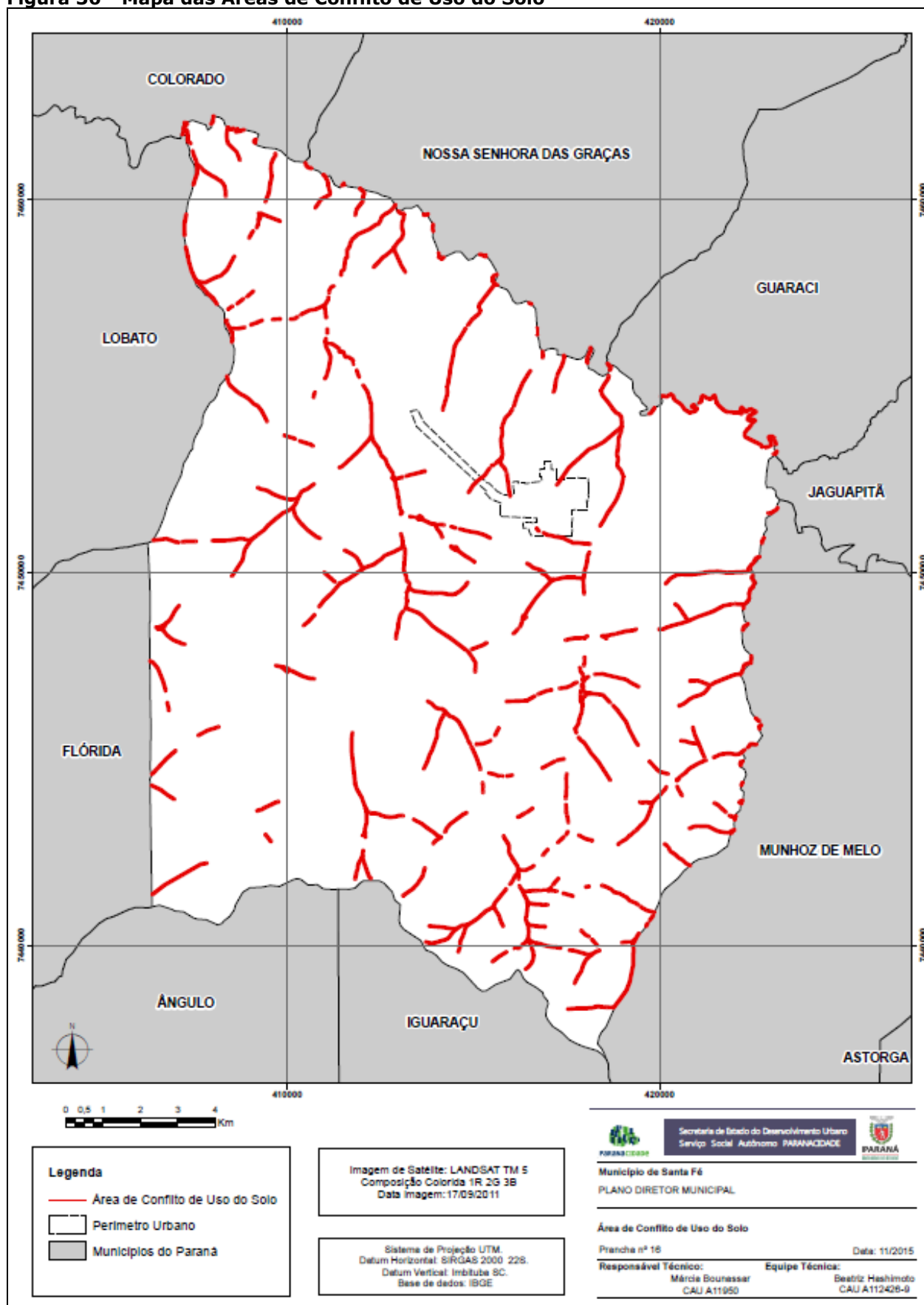


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 36 - Mapa das Áreas de Conflito de Uso do Solo



Fonte: DRZ - Gestão de Cidades.

3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS



3.1 Demografia

A densidade demográfica do município é de 37,6 hab./km², inferior à média do Estado do Paraná, que é de 52,4 hab./km², porém superior à densidade média do Brasil, de 23,4 hab./km². Sob essa base comparativa, tem-se que Santa Fé é um município de médio adensamento.

Para o município de Santa Fé, o IBGE possui contagens oficiais desde o ano de 1970. Comparando os censos de 1970 e 1980, houve um decréscimo de 17,50%, ou seja, 2.017 habitantes na população total do Município. Neste período, a população rural diminuiu de 8.535 para 4.575 habitantes, representando um drástico decréscimo de 46,40% no número de moradores. Simultaneamente, a população urbana cresceu de 2.992 para 4.935 habitantes, crescimento de 64,94%. Podemos perceber, a partir desses dados, o intenso êxodo rural no Município durante a década de 1970 e a inaptidão de Santa Fé em absorver em sua área urbana toda a mão-de-obra saída do campo, resultando em um decréscimo populacional.

No período seguinte, de acordo com o Censo de 1991, o Município de Santa Fé possuía um total de 8.708 habitantes, ou seja, um decréscimo de 8,43%. Ainda que mais discretamente que na década anterior, a população de Santa Fé continuou apresentando crescimento negativo devido ao êxodo rural. Em 1991, 74% da população de Santa Fé já residia na área urbana. Este índice era de 26% em 1970 e de 52% em 1980, mostrando a rapidez do processo de urbanização.

No entanto, é entre 1990 e 2000 que a população do Município volta a apresentar um crescimento positivo, passando de 8.708 para 8.870, o que representa um aumento de apenas 1,86%. Neste período, a população urbana já representa 82% do número total de habitantes, esta parte da população apresentou um aumento de 12,58%



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

- crescimento muito mais significativo do que quando se considera o número total da população.

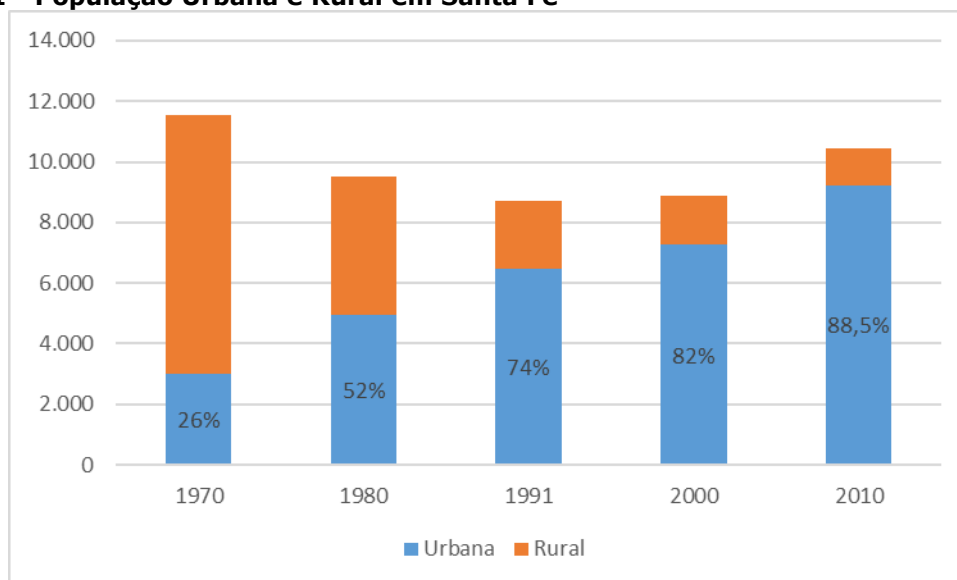
Em 2010, segundo o IBGE, a população de Santa Fé era de 10.432 habitantes. Isso significa que o crescimento populacional foi de 17,61% no período entre 2000 e 2010. Este aumento se deve a maior prosperidade econômica da área urbana de Santa Fé, tanto na área de comércio e serviços quanto no setor industrial.

Tabela 3 - Crescimento populacional em Santa Fé por população total, urbana e rural.

Situação do domicílio	1970	1980	1991	2000	2010
Total	11.527	9.510	8.708	8.870	10.432
Urbana	2.992	4.935	6.452	7.264	9.232
Rural	8.535	4.575	2.256	1.606	1.200

Fonte: Acervo Sidra IBGE (Tabela 202), dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

Gráfico 1 - População Urbana e Rural em Santa Fé



Fonte: Acervo Sidra IBGE (Tabela 202), dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

A composição da população por sexo, focada segundo grupos etários, evidencia um certo equilíbrio da relação numérica entre homens e mulheres, como demonstrada no gráfico abaixo. Na composição total, a população masculina e feminina está bastante equilibrada. Apenas na faixa etária entre 30 e 39 anos, a população feminina é visivelmente maior que a masculina.

A tabela abaixo mostra a caracterização da população por grupos de idade, verificada no Censo Demográfico de 2010. Em relação à população total no ano analisado, percebe-se o maior número da população nos estratos de 10 a 14 anos, correspondente a crianças e adolescentes em idade escolar, e 15 a 24 adolescentes e adultos em fase de transição entre fase escolar, profissionalizante e inserção no mercado de trabalho.

O município apresenta população de 2.112 com idade de até 15 anos, 7.305 habitantes de 15 a 64 anos e 1.015 habitantes com 65 anos ou mais. Portanto, a



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

população de maior representatividade é a população economicamente ativa, de 15 a 64 anos, representando 70,02%. Também se observa que Santa Fé apresenta taxa de envelhecimento da população² de 9,73% e expectativa de vida ao nascer é de 73,5 anos, semelhante à média brasileira que é de 73,9 anos.

Tabela 4 - População por grupo etário- Censo Demográfico de 2010

Pirâmide Etária						
Idade	Santa Fé		Paraná		Brasil	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	308	312	363.112	350.925	7.016.614	6.778.795
5 a 9 anos	346	319	390.883	377.509	7.623.749	7.344.867
10 a 14 anos	402	405	463.552	445.519	8.724.960	8.440.940
15 a 19 anos	447	429	469.762	458.869	8.558.497	8.431.641
20 a 24 anos	457	448	451.739	449.593	8.629.807	8.614.581
25 a 29 anos	428	416	436.675	443.557	8.460.631	8.643.096
30 a 34 anos	363	410	410.438	425.939	7.717.365	8.026.554
35 a 39 anos	334	404	384.351	403.019	6.766.450	7.121.722
40 a 44 anos	403	413	372.379	394.269	6.320.374	6.688.585
45 a 49 anos	387	391	336.461	363.723	5.691.791	6.141.128
50 a 54 anos	311	322	282.641	309.977	4.834.828	5.305.231
55 a 59 anos	263	292	231.993	256.686	3.902.183	4.373.673
60 a 64 anos	186	221	180.838	201.289	3.040.897	3.467.956
65 a 69 anos	157	165	133.729	151.451	2.223.953	2.616.639
70 a 74 anos	137	144	99.314	114.342	1.667.289	2.074.165
75 a 79 anos	96	110	64.121	80.272	1.090.455	1.472.860
80 a 84 anos	57	65	36.887	50.561	668.589	998.311
85 a 89 anos	28	33	15.588	23.876	310.739	508.702
90 a 94 anos	7	10	4.945	8.998	114.961	211.589
95 a 99 anos	1	4	1.273	2.538	31.528	66.804
Mais de 100 anos	0	1	313	620	7.245	16.987

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2010.

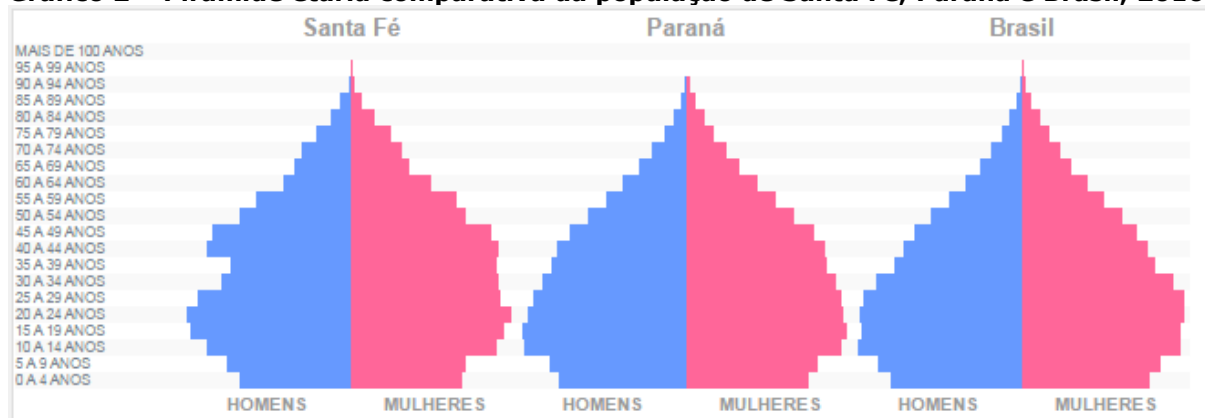
² Taxa de envelhecimento é a razão da população de 65 anos ou mais em relação à população total



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ "Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Gráfico 2 – Pirâmide etária comparativa da população de Santa Fé, Paraná e Brasil, 2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Analisando o gráfico acima, Santa Fé mostra afunilamento na base, como na pirâmide etária do Estado do Paraná, confirmando tendências nacionais de diminuição do número de filhos por cada mulher. Vale pontuar que a conformação etária constitui resultados dos efeitos combinados entre fecundidade, mortalidade e migração, gerando pressões de demanda diferenciadas sobre os serviços públicos para o atendimento das necessidades básicas da população. Nota-se um leve afunilamento entre 30 e 49 anos, correspondente à população adulta que provavelmente deixa a cidade em busca de melhores colocações no mercado de trabalho.

Tabela 5 - Estimativa Populacional em Santa Fé

Ano	População Total (hab.)
1990	8.708
2000	8.870
2010	10.432
2015	11.431
2017	11.490
2018	11.656
2019	11.827
2020	12.003
2021	12.184
2022	12.371
2023	12.564
2024	12.763
2025	12.968
2026	13.180
2027	13.398

Nota: IBGE divulga população estimada para 2015; para compor dados após 2017, a DRZ Gestão de Cidades elabora cálculo através de modelo logístico de estudo populacional

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1990, 2000 e 2010, dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

O cálculo de estimativa da populacional de Santa Fé inicia-se com a verificação do número de habitantes do Censo Demográfico de 1991, 2000, de 2010, o valor estimado em 2015 divulgado pelo IBGE, o ano de 2017 como ano de implantação



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

efetiva do Plano Diretor Municipal e sua previsão para 10 anos subsequentes. Sob esse parâmetro, optou-se por utilizar o modelo matemático logístico (modelo exponencial assintótico), como método para projeção populacional, estipulando-se um limite máximo sustentável ou carga máxima de suporte, com a taxa de variação da população no tempo, sujeita a um fator de proporcionalidade inibidor como: as guerras, doenças, espaço, alimentação, condições ambientais, entre outros.

Estima-se em Santa Fé uma população de 11.490 habitantes em 2017. Posteriormente a este ano, percebe-se um acréscimo constante no número total de habitantes. Para que esta previsão bastante positiva se concretize, ou até mesmo se supere, é necessário que o município aplique programas de atração de incentivos culturais, educacionais, de saúde e principalmente de empregos.



3.2 Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é um indicador que compreende um banco de dados com informações socioeconômicas sobre todos os municípios e Estados do País. Varia no intervalo de 0 a 1, sendo que quanto maior for o grau de desenvolvimento econômico-social, mais próximo o indicador estará da unidade. O índice é ainda uma média aritmética de três outros indicadores:

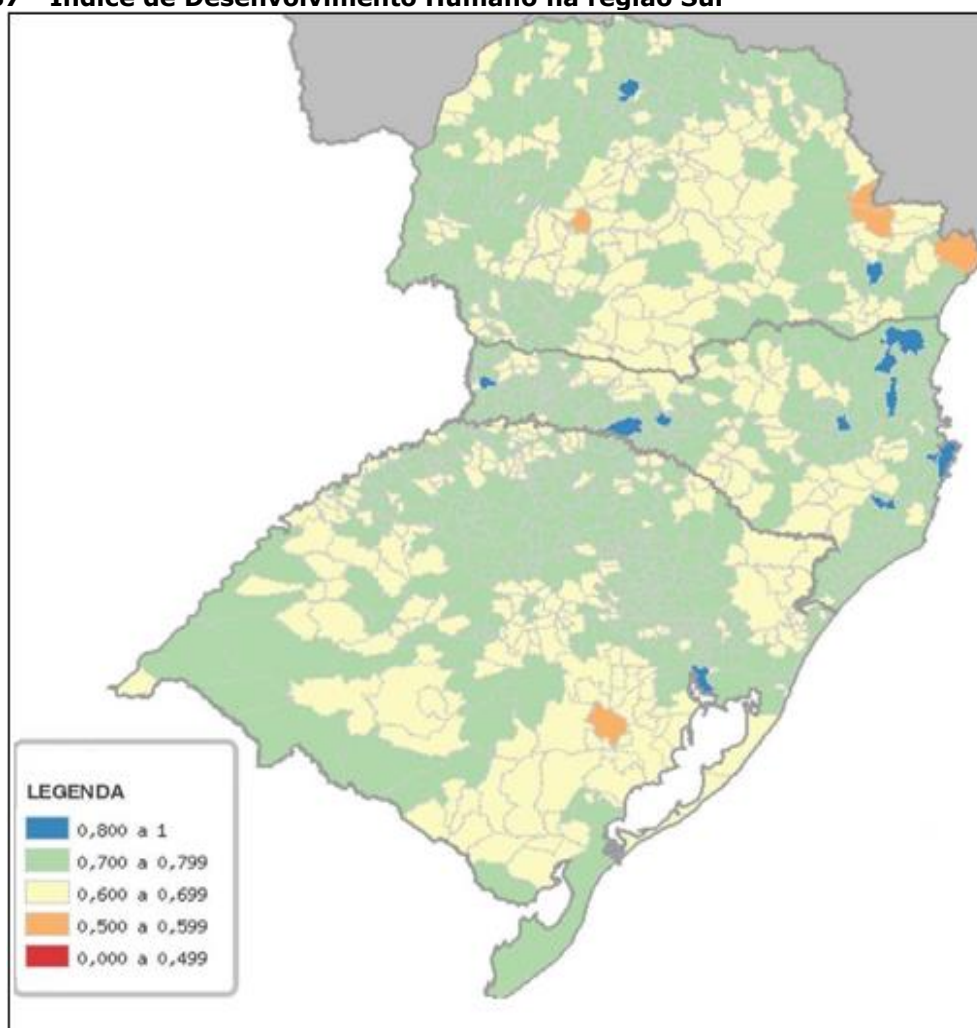
- Indicador econômico: considera o produto interno bruto (PIB) per capita em dólar PCC (paridade do poder de compra);
- Indicador de saúde: analisa a expectativa de vida ao nascer;
- Indicador de educação: avalia o índice de analfabetismo e a taxa de matrícula em todos os níveis de ensino.

O Brasil se encontra em 2014 na 79ª posição entre 187 países, com o IDH de 0,744. Com relação aos Estados, o Paraná ocupa a 5ª posição, com o IDH-M de 0,783. Referente ao IDH-M de 2010, 37% da população paranaense vive nos 306 municípios com IDH-M inferior à média nacional (0,727), conforme cálculos com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Coincidentemente, também 37% encontra-se nos 236 municípios de alto IDH (de 0,700 a 0,799) e apenas 2 municípios apresentam altíssimo IDH (de 0,800 a 1).

Comparativamente aos estados vizinhos, a situação do Paraná é bastante desigual, sendo que as porcentagens das populações que vivem em municípios com índices de alto desenvolvimento em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul variam em torno de 70%.



Figura 37 - Índice de Desenvolvimento Humano na região Sul



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - PNDU 2010

De acordo com o IDHM, o município de Santa Fé ocupa a 1756ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, apresentando taxa de 0,705 (em 2010), considerada alto para os padrões propostos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com destaque para a Longevidade, com índice de 0,808, seguido por Renda, com índice de 0,721.

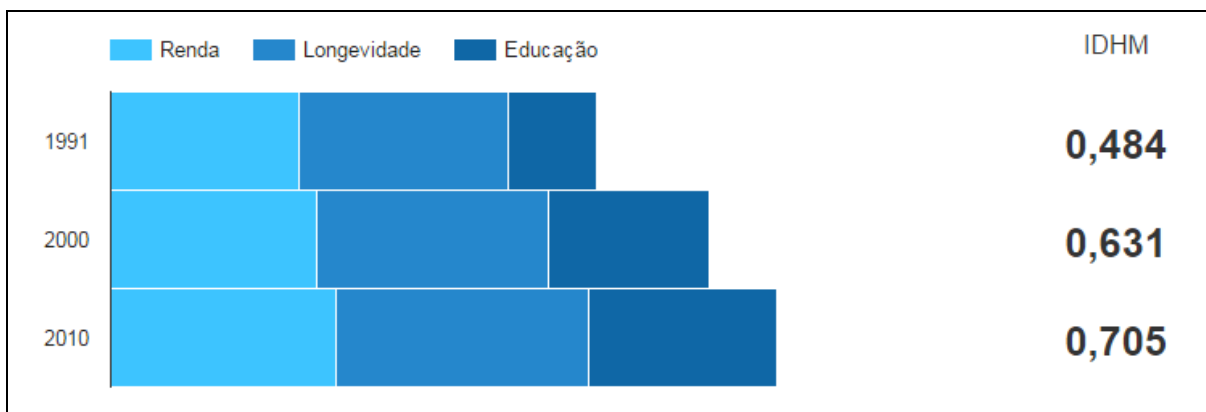


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

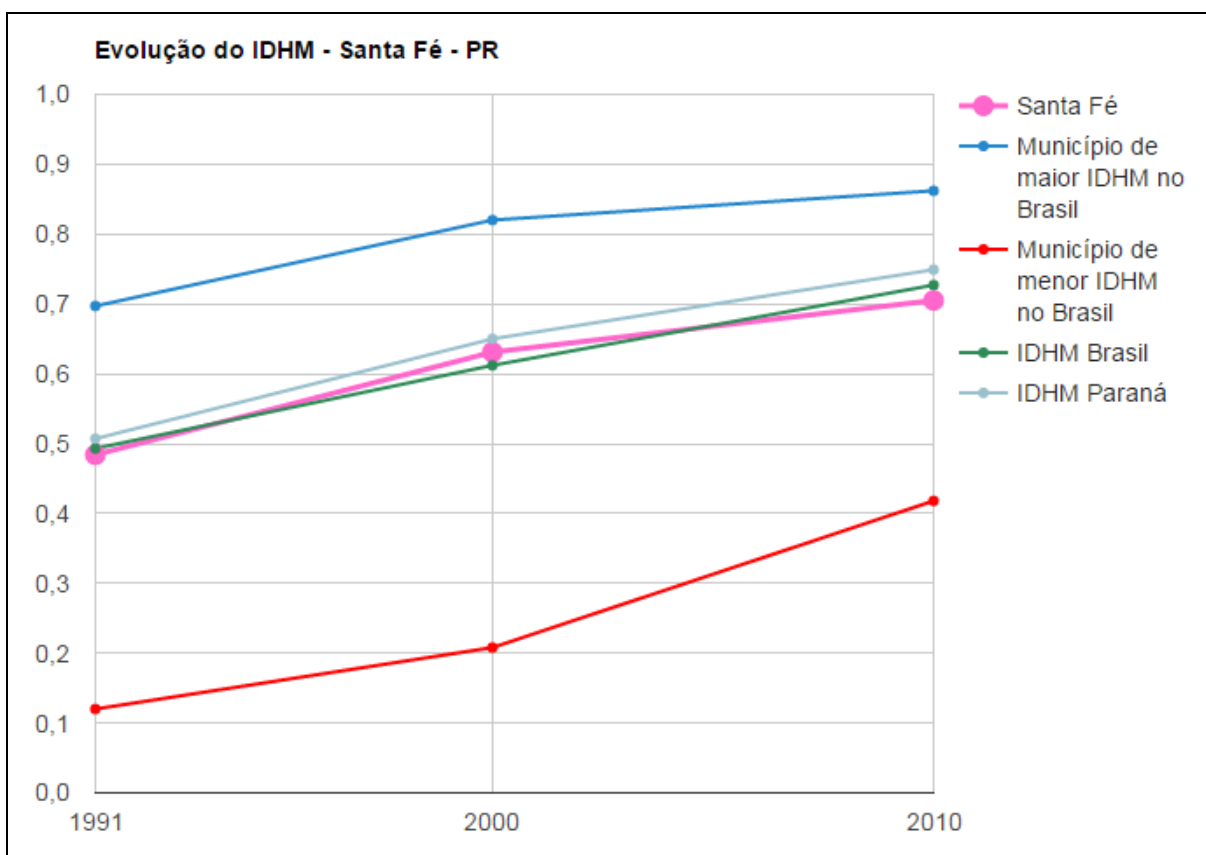
Revisão do Plano Diretor Municipal

Gráfico 3 - Comparativo do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de Santa Fé, em 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – dados PNUD, Ipea e FJP

Gráfico 4 - Evolução do IDHM no Município de Santa Fé em relação às médias estadual e nacional.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – dados PNUD, Ipea e FJP

O IDHM passou de 0,631, em 1991, para 0,705, em 2010. Isso implica em uma taxa de crescimento de 11,73% para o município e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que 1, de 79,95% entre 1991 e 2010. Esse é um bom desempenho para o município e indica que os programas Municipais, Estaduais e Federais estão trazendo melhorias mensuráveis para a população.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Educação³

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Educação é um sub-índice do IDH relativo à Educação. Segundo o PNUD:

É obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola, convertidas em índices por: (valor observado - limite inferior) / (limite superior - limite inferior), com limites inferior e superior de 0% e 100%. O IDH-Educação é a média desses 2 índices, com peso 2 para o da taxa de alfabetização e peso 1 para o da taxa bruta de frequência.

A respeito do componente do IDH sobre Educação, Santa Fé se mostra com índices inferiores à média dos municípios pertencentes à microrregião, apesar disso demonstrou crescimento em todos os períodos analisados, assim como os demais IDH municipais da microrregião.

O IDH-Educação de Santa Fé é de 0,601, considerado médio, e está 0,051 pontos abaixo da média da microrregião e 0,131 do índice do município de Iguaraçu, que é o mais alto da microrregião.

Tabela 6 – IDH-Educação dos municípios da microrregião de Astorga

Município	Educação, 1991	Educação, 2000	Educação, 2010
Astorga	0,323	0,522	0,675
Atalaia	0,257	0,531	0,660
Ângulo	0,269	0,517	0,644
Colorado	0,296	0,522	0,649
Flórida	0,381	0,579	0,679
Iguaraçu	0,351	0,579	0,732
Itaguaí	0,244	0,454	0,664
Lobato	0,311	0,632	0,692
Mandaguaçu	0,234	0,520	0,625
Munhoz de Melo	0,248	0,527	0,634
N. Sr ^a . Das Graças	0,259	0,515	0,631
Nova Esperança	0,306	0,491	0,628
Pres. Castelo Branco	0,274	0,504	0,608
Santa Fé	0,281	0,515	0,601
Santa Inês	0,285	0,511	0,659
Santo Inácio	0,273	0,499	0,641
Uniflor	0,219	0,437	0,655
Média da Microrregião	0,283	0,521	0,652

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, Dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.

Longevidade⁴

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Longevidade é um sub-índice do IDH relativo à dimensão Longevidade. De acordo com o PNUD:

³ Os indicadores de educação serão tratados no tópico 6.2 - Educação.

⁴ Os indicadores de longevidade serão tratados no tópico 6.1 - Saúde.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

É obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer, através da fórmula: (valor observado do indicador - limite inferior) / (limite superior - limite inferior), onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente.

O IDH-Longevidade de Santa Fé é de 0,808 (2010), considerado muito alto. Este índice demonstra a qualidade de vida e o bom desempenho das políticas públicas na área de saúde. Este índice também demonstrou crescimento em todos os períodos analisados, assim como os demais IDH municipais da microrregião. Ainda assim, o índice de Santa Fé é ligeiramente inferior à média dos municípios da microrregião (0,021 pontos). O município que recebeu o melhor IDH-Longevidade foi Presidente Castelo Branco, com 0,857 pontos.

Tabela 7 – IDH-Longevidade dos municípios da Microrregião de Astorga.

Município	Longevidade, 1991	Longevidade, 2000	Longevidade, 2010
Astorga	0,684	0,741	0,818
Atalaia	0,704	0,800	0,854
Ângulo	0,702	0,744	0,827
Colorado	0,704	0,767	0,804
Flórida	0,697	0,743	0,816
Iguaraçu	0,688	0,765	0,833
Itaguajé	0,630	0,712	0,791
Lobato	0,750	0,768	0,841
Mandaguacu	0,672	0,743	0,825
Munhoz de Melo	0,704	0,794	0,856
N. Sr ^a . Das Graças	0,689	0,766	0,832
Nova Esperança	0,704	0,769	0,829
Pres. Castelo Branco	0,708	0,803	0,857
Santa Fé	0,672	0,744	0,808
Santa Inês	0,668	0,753	0,827
Santo Inácio	0,704	0,776	0,843
Uniflor	0,726	0,757	0,826
Média da Microrregião	0,694	0,761	0,829

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, Dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.

Renda

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Renda é um sub-índice do IDH relativo à dimensão Renda. De acordo com o PNUD:

É obtido a partir do indicador renda per capita média, através da fórmula: $[\ln (\text{valor observado do indicador}) - \ln (\text{limite inferior})] / [\ln (\text{limite superior}) - \ln (\text{limite inferior})]$, onde os limites inferior e superior são equivalentes a R\$3,90 e R\$1560,17, respectivamente. Estes limites correspondem aos valores anuais de PIB per capita de US\$ 100 ppp e US\$ 40000 ppp, utilizados pelo PNUD no cálculo do IDH-Renda dos países, convertidos a valores de renda per capita mensal em reais através de sua multiplicação pelo fator (R\$297/U\$7625ppp), que é a relação entre a renda per capita média mensal (em reais) e o PIB per capita anual (em dólares ppp) do Brasil em 2000.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

O componente do IDH de renda entre os municípios da microrregião de Santa Fé registra crescimento ao longo dos anos em análise. Este é o único subitem cujo o índice de Santa Fé (0,7021) é superior à média da microrregião (0,710), indicando um maior potencial econômico e de geração de empregos. O único município com IDH-Renda superior ao de Santa Fé é Astorga, polo da microrregião.

Tabela 8 – IDH-Renda dos municípios da Microrregião de Astorga.

Município	Renda, 1991	Renda, 2000	Renda, 2010
Astorga	0,618	0,675	0,754
Atalaia	0,575	0,649	0,707
Ângulo	0,605	0,636	0,705
Colorado	0,616	0,683	0,747
Flórida	0,605	0,636	0,707
Iguaraçu	0,563	0,645	0,714
Itaguajé	0,554	0,654	0,672
Lobato	0,641	0,676	0,708
Mandaguaçu	0,607	0,653	0,717
Munhoz de Melo	0,536	0,645	0,704
N. Sr ^a . Das Graças	0,562	0,581	0,679
Nova Esperança	0,622	0,664	0,723
Pres. Castelo Branco	0,544	0,620	0,695
Santa Fé	0,600	0,657	0,721
Santa Inês	0,550	0,610	0,675
Santo Inácio	0,593	0,640	0,746
Uniflor	0,569	0,609	0,690
Média da Microrregião	0,586	0,643	0,710

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, Dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.



3.3 Economia

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

Principal indicador da atividade econômica, o PIB - Produto Interno Bruto - exprime o valor da produção realizada dentro das fronteiras geográficas de um país, num determinado período, independentemente da nacionalidade das unidades produtoras. As informações do Produto Interno Bruto dos Municípios são de importância crucial para o desenvolvimento sustentável, independentemente das condições econômicas ou políticas, e pode servir como uma ferramenta potencialmente importante na formação das opções de desenvolvimento e esforços de melhoria social. Os resultados são apresentados pelo IBGE, deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), referente aos anos de 2010 a 2013. A análise dos resultados, ilustrada por meio de tabelas e gráficos, destaca alguns aspectos econômicos de abrangência municipal.

Análise dos Resultados – PIB

A Tabela 9, a seguir, ilustra o desempenho da economia dos municípios de Santa Fé, Alvorada do Sul e Tamarana durante o período de 2010 a 2013, resultado do esforço produtivo dos grupos de atividade econômica.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

De acordo com os dados da Tabela 9, o PIB a preço de mercado gerado pelo município Tamarana tem maior valor em todo período analisado. Nota-se que os municípios têm diferenças significativas na distribuição do PIB per capita, que é crescente. Comparativamente, Santa Fé tem o maior PIB per capita e o segundo maior PIB a preços de mercado na média do período, em relação aos demais municípios analisados.

Considerando o efeito comparativo de 2010 para 2013 o município de Alvorada do Sul tem o menor PIB a preços de mercado, mas com 12,34% de crescimento médio (em valores deflacionados a preços constantes de 2013) seguido do município de Tamarana com 9,72% de crescimento e Santa Fé com crescimento de 14,68% de crescimento. No PIB per capita, Alvorada do Sul apontou crescimento médio de 10,39%, inferior ao município de Santa Fé (12,22%) e superior o município de Tamarana (6,83%).

As economias dos municípios de Santa Fé, Tamarana e Alvorada do Sul, basicamente estão centradas no setor da agropecuária e no setor de serviços. O PIB Preços de Mercado⁵ e per capita de Santa Fé, Alvorada do Sul e Tamarana em média evoluíram positivamente, durante o período analisado, conforme mostra a Tabela 9.

⁵ Inclui os impostos sobre os produtos.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 9 - PIB Deflacionado a preços de 2013 dos Municípios de Tamarana, Santa Fé e Alvorada do Sul em R\$1.000.00 e Variação do PIB.

Município	PIB de Mercado								PIB Per Capita							
	2010		2011		2012		2013		2010		2011		2012		2013	
	PIB	Δ %	PIB	Δ %	PIB	Δ %	PIB	Δ %	PIB	Δ %	PIB	Δ %	PIB	Δ %	PIB	Δ %
Alvorada do Sul	135.491	0	151.633	11,91	184.393	21,61	190.824	3,49	13.176	0	14.632	11,05	17.663	20,72	17.557	-0,60
Santa Fé	140.926	0	186.004	31,99	193.995	4,30	209.042	7,76	13.509	0	17.627	30,48	18.185	3,16	18.735	3,03
Tamarana	181.240	0	207.073	14,25	223.486	7,93	239.053	6,97	14.781	0	16.622	12,46	17.671	6,31	17.977	1,73

Fonte: IBGE/Base de Dados elaborada pela DRZ – Gestão de Cidades, 2016.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

PIB – Produto Interno Bruto por Setores

Na distribuição do PIB de mercado deflacionado por ramo de atividade no período de 2010 a 2013 o município de Santa Fé mostra que segue o perfil nacional em relação ao esforço produtivo em que o setor terciário o chamado setor de serviços, tem grande força nos resultados financeiros e sociais, com o setor industrial em terceiro plano nas atividades.

Como mostra a Tabela 10, o município tem sua base econômica assentada nos setores destinados a agropecuária/serviços que juntos correspondem, em média a 65,97% das riquezas do município durante o período de 2010 a 2013. Salientando que o setor de serviços sofreu pequenas oscilações percentuais no decorrer do período. O setor industrial obteve leves variações no período com média de 13,99% no total. O setor da agropecuária obteve um crescimento contido no período. Sugerem-se investimentos para exploração do setor industrial através de incentivos fiscais, patrimoniais e etc., além de motivação para o setor de serviços buscando com isso um maior equilíbrio na distribuição de riquezas do município.

Não obstante, algumas atividades agropecuárias desenvolvidas no município merecem destaque, como a avicultura e a produção de cana de açúcar. O setor terciário, embora apresente participação hegemônica no PIB municipal, caracteriza-se por atividades de apoio à população. A agropecuária é a atividade responsável por uma cadeia produtiva imprescindível, pois o fomenta economicamente a indústria que quanto mais estimulada, mais agregaria em renda empregos e riqueza ao município.

Tabela 10 - Valor Adicionado Bruto por setor de atividade com a participação de cada setor, a preços correntes – município de Santa Fé, período de 2010 a 2013

Ramo de Atividade	2010		2011		2012		2013	
	1.000 (R\$)	%	1.000 (R\$)	%	1.000 (R\$)	%	1.000 (R\$)	%
Agropecuária	31.654	24,09	41.417	20,10	38.999	21,69	48.301	25,12
Indústria	14.573	11,09	31.042	15,07	29.230	16,25	24.392	12,69
Serviços	58.238	44,33	85.015	41,26	80.051	44,51	84.402	43,90
Impostos	26.921	20,49	33.508	16,26	31.552	17,55	35.181	18,30
Total	131.385,95	100,00	206.023	100,00	179.831	100,00	192.276	100,00

Fonte: IBGE, 2016 – Base de Dados elaborada pela DRZ – Gestão de Cidades.

O Gráfico 5 nos remete a média percentual do Valor Adicionado Bruto para o município de Santa Fé no período de 2010 a 2013. Percebemos a maior participação percentual no setor de serviços (44,31%).

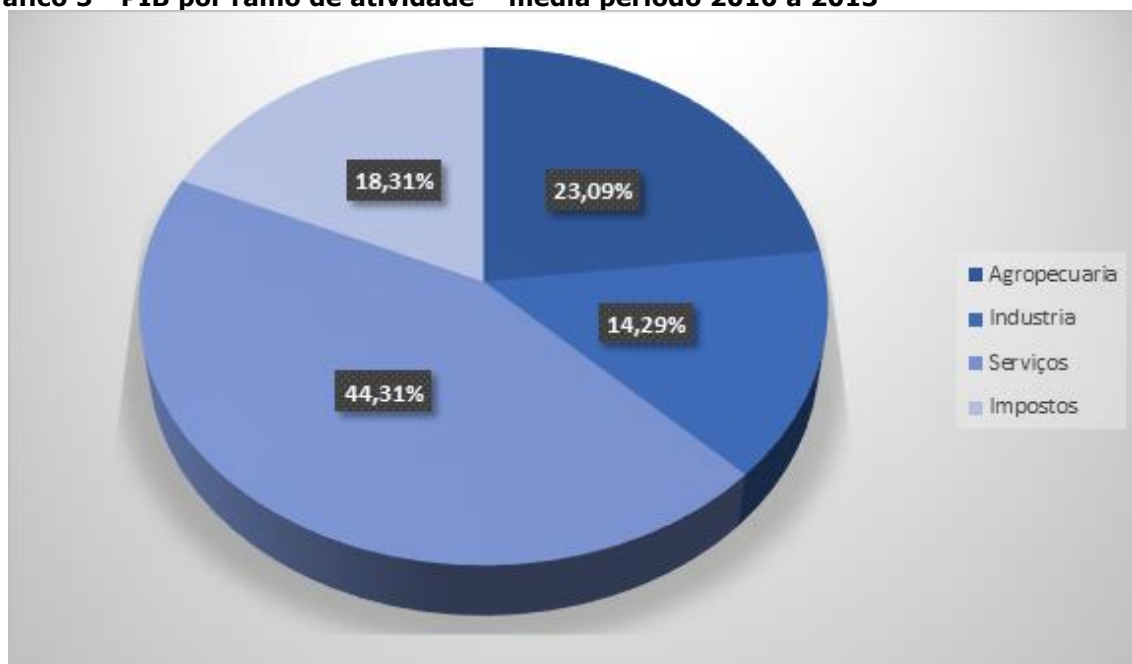


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Gráfico 5 - PIB por ramo de atividade – média período 2010 a 2013



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

VALOR ADICIONADO FISCAL

O Valor Adicionado⁶ é um indicador calculado pela secretaria da Fazenda do Estado do Paraná que indica a participação municipal no repasse de receita do ICMS e do IPI aos municípios. A Tabela 11 mostra o VAF do município de Alvorada do Sul, Tamarana e Santa Fé.

O município de Santa Fé teve o maior valor real médio entre os municípios de Tamarana e Alvorada do Sul com R\$227.500.372,87, porém com queda na média de variação de crescimento real no período de -4,35%. Durante os anos analisados todas as variações foram negativas, mas decrescente a zero, indicando que a participação dos setores da economia vem se recuperando neste município, e com crescimento real inferior à média de crescimento do município de Tamarana (4,60%) e Alvorada do Sul (2,52%).

A média real de crescimento do Valor Adicionado Fiscal para os municípios de Alvorada do Sul, Tamarana e Santa Fé no Gráfico 6. Nele é visível o crescimento real negativo do Valor Adicionado Fiscal de Santa Fé (-4,35%), frente a Alvorada do Sul (2,32%) e Tamarana (4,60%).

⁶ Define-se valor adicionado como o resultado da diferença entre o valor dos bens e serviços vendidos pela empresa, quaisquer que sejam, e o valor dos bens e serviços comprados pela empresa junto a outras empresas. Significa assim o acréscimo de valor que a empresa incorpora ao bem na cadeia produtiva (Montoro Filho, 1994, p. 27).



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

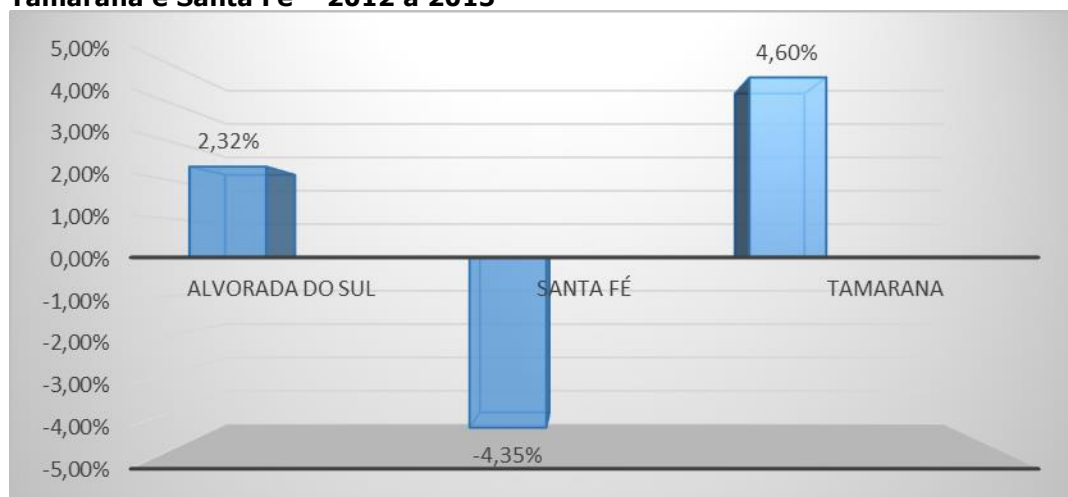
Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 11 - Valor Adicionado Fiscal Deflacionado em R\$ de 2015 dos Municípios de Alvorada do Sul, Tamarana e Santa Fé período de 2012 a 2015 (Em Mil R\$)

Ano	Municípios					
	Alvorada	%	Santa fé	%	Tamarana	%
2012	221.668.801,96	0	245.177.285,51	0	221.234.511,43	0
2013	226.604.381,50	2,23	232.263.438,34	-5,27	209.581.765,28	-5,27
2014	212.468.711,19	-6,24	218.159.128,61	-6,07	192.607.163,01	-8,10
2015	237.043.275,00	11,57	214.401.639,00	-1,72	244.908.787,00	27,15
Média	224.446.292,41	2,52	227.500.372,87	-4,35	217.083.056,68	4,60

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA

Gráfico 6 - Média de crescimento do Valor Adicionado dos municípios de Alvorada do Sul, Tamarana e Santa Fé – 2012 a 2015



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

Dado os valores do PIB de mercado e per capita, o Valor Adicionado Bruto e Fiscal, nos atentaremos a geração direta de renda por meio de empregos formais e estabelecimentos no município de Santa Fé.

ESTABELECIMENTO E EMPREGO POR ATIVIDADE ECONÔMICA

Na Tabela 12 podemos visualizar os estabelecimentos por atividades econômicas, que contribuem na geração de empregos e formação do PIB do município de Santa Fé. Na composição dos Estabelecimentos existentes no município o segmento setor de serviços (73,22%) do qual o comércio varejista o que mais contribui com 41,46% na média do período deste total. O setor agropecuário soma em média 12,98% dos estabelecimentos durante o período analisado



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 12 - Estabelecimentos RAIS de Santa Fé, período 2012 a 2015

Estabelecimentos	Anos			
	2012	2013	2014	2015
INDÚSTRIA				
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	4	5	6	6
Indústria Metalúrgica	5	5	5	5
Indústria da Madeira e do Mobiliário	10	11	11	10
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	5	4	5	5
Indústria da Borracha, do Fumo, de Couros, Peles e Produtos Similares e Indústria Diversa	8	6	6	4
Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	8	9	9	12
Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Alcool Etílico	11	11	11	8
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1	2	2	1
Subtotal	52	53	55	51
SERVIÇOS				
Construção Civil	16	15	16	11
Comércio Varejista	152	179	166	161
Comércio Atacadista	5	4	5	6
Instituições de Crédito, Seguros e de Capitalização	5	5	6	8
Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais, Auxiliar de Atividade Econômica	26	22	22	26
Transporte e Comunicações	13	13	16	19
Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão	44	55	50	50
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	5	5	7	6
Ensino	5	5	7	6
Subtotal	271	303	295	293
ADMINISTRAÇÃO				
Administração Pública	2	2	2	2
Subtotal	2	2	2	2
AGRICULTURA				
Agricultura	65	57	39	45
Subtotal	65	57	39	45
TOTAL GERAL	390	415	391	391

Fonte: MTE/RAIS.

O segmento da indústria em segundo plano teve 13,30% de média dos estabelecimentos com destaque indústria de moveis e mobiliário com 2,65% do total de estabelecimentos neste município. Devido a representação econômica deve-se neste setor incentivar a entrada de novos estabelecimentos devido a sua capacidade de promoção mais consistente para a geração de renda e emprego.

Objetivando o crescimento e a diversificação do setor industrial e considerando a produção agropecuária municipal a ser transformada internamente dará



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

um novo desenho para o aproveitamento das potencialidades locais no processamento industrial dos produtos primários.

A administração pública tem participação pequena em relação ao número de estabelecimentos, atingindo média de 0,50%, mas tem boa representatividade na economia local quanto a empregos. Quanto ao número de estabelecimentos, o município de Santa Fé manteve crescente no período.

Como mostra a Tabela 13, no período compreendido entre 2012 e 2015, segundo a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, o total de emprego na economia de Santa Fé caiu cerca 6%. Trata-se de um comportamento que mostra o reflexo da economia brasileira que a partir de 2014, passou a exibir uma crise econômica, da qual os resultados são sentidos em maior grau nos municípios brasileiros.

Analizando os dados da população ocupada no município de Santa Fé, verifica-se que a maior parte da mão de obra empregada formalmente na economia do município, está alocada no setor de serviços com 42,46% dos empregos formais diferentemente do que ocorre com a maior parte dos municípios em que a administração pública emprega mais formalmente, mas no caso de Santa Fé ela emprega apenas 13,03% do total de empregos formais. Para os empregos na indústria as atividades econômicas são responsáveis por 41,06% em média durante o período em análise do total de empregos. A agropecuária contribuiu com participação média foi de 3,34% do contexto geral.

Esses números sugerem atenção aos setores produtivos da economia no sentido de criação de mais empregos nas atividades privadas para minimizar dependência de administração pública e das transferências de rendas do governo federal, tais como, previdência social, bolsas famílias e etc., embora mostrem a importância do setor público na geração de emprego e renda.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 13 - Empregos RAIS, período 2012 a 2015 – Município de Santa Fé

Variáveis	Anos			
	2.012	2.013	2.014	2.015
INDÚSTRIA				
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	43	57	39	35
Indústria Metalúrgica	23	22	24	23
Indústria da Madeira e do Mobiliário	48	53	44	40
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	45	47	59	51
Indústria da Borracha, do Fumo, de Couros, Peles e Produtos Similares e Indústria Diversa	54	36	8	3
Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	427	503	325	254
Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Alcool Etílico	577	549	506	557
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1	2	3	2
Subtotal	1.218	1.269	1.008	965
SERVIÇOS				
Construção Civil	35	47	68	49
Comércio Varejista	632	704	651	630
Comércio Atacadista	37	27	26	34
Instituições de Crédito, Seguros e de Capitalização	23	25	23	34
Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais, Auxiliar de Atividade Econômica	58	63	57	52
Transporte e Comunicações	25	36	40	58
Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão	265	244	258	237
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	22	23	26	14
Ensino	19	22	18	30
Subtotal	1.116	1.191	1.167	1.138
ADMINISTRAÇÃO				
Administração Pública Direta e Indireta	311	358	373	373
Subtotal	311	358	373	373
AGRICULTURA				
Agricultura	109	86	83	96
Subtotal	109	86	83	96
TOTAL GERAL	2.754	2.904	2.631	2.572

Fonte: MTE/RAIS.

O Gráfico 7 demonstra que o setor de serviços tem a maior parte dos empregos formais de Santa Fé divergindo da maioria dos municípios brasileiros. Esse cenário leva o Executivo e Legislativo olhar as necessidades de avanços imediatos com vistas a um desenvolvimento sustentável ao longo dos próximos anos.

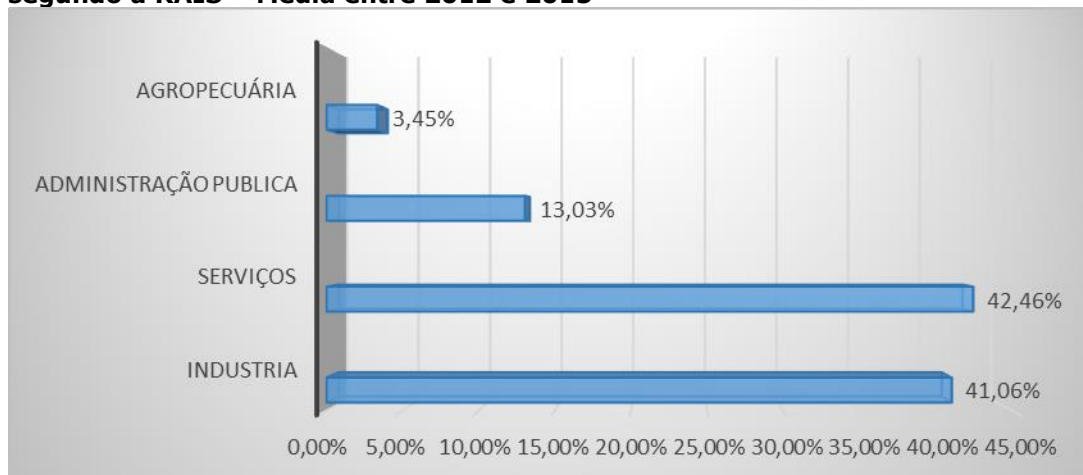


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Gráfico 7 - Proporção entre os setores e o Emprego Total das Atividades Econômica, segundo a RAIS – Média entre 2012 e 2015



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.

Perfazendo uma análise entre número de estabelecimentos e empregos formais em Santa Fé podemos perceber que esta relação sofre alterações decrescentes ao longo do período de 2012 a 2015. Quando dividimos o número de empregos pelo total de estabelecimentos no ano de 2012 temos uma relação de 7,09 empregos formais por estabelecimentos. Em 2013 esta relação foi 7,0 empregos formais por estabelecimentos declinando em 2014 e 2015 com respectivamente 6,73 e 6,58 empregos formais por estabelecimentos. Isso no remete como um indicativo da crise econômica, notadamente, a partir de 2014 que assola o país e com alarmantes níveis de desemprego dificultando as ações de desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Segundo o MTE-RAIS, a flutuação do emprego formal de Santa Fé em 2015 por atividade econômica aponta uma relação desconfortável para os setores apresentados, a exceção fica para a indústria alimentícia com saldo positivo de 93 empregos, as atividades ligadas ao transporte e comunicações com saldo de 16 empregos e a agropecuária com saldo de 5 empregos. Este é um indicativo de alta rotatividade no município, já que o número total de pessoas demitidas (1.206) é maior que o número de pessoas admitidas (1.191).



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 14 - Flutuação do emprego formal de Santa Fé, ano de 2015

Atividade Econômica	Condição da população			Relação Saldo/Admitidos* 100 (%)
	Admitidos	Desligados	Saldo	
Indústria de produtos minerais não metálicos	41	46	-5	-12,20
Indústria metalúrgica	4	5	-1	-25,00
Indústria da madeira e do mobiliário	23	28	-5	-21,74
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	14	18	-4	-28,57
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. divs.	2	5	-3	-150,00
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	76	122	-46	-60,53
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	499	406	93	18,64
Serviços industriais de utilidade pública	2	1	1	50,00
Construção civil	11	25	-14	-127,27
Comércio varejista	303	310	-7	-2,31
Comércio atacadista	9	9	0	0,00
Instituições crédito, seguros e capitalização	2	2	0	0,00
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	28	34	-6	-21,43
Transportes e comunicações	27	11	16	59,26
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	93	119	-26	-27,96
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	9	21	-12	-133,33
Ensino	12	13	-1	-8,33
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	36	31	5	13,89
Total	1.191	1.206	-15	-1,26

Fonte: MTE - RAIS/2015.

Diante da importância da agropecuária para geração do Valor Adicionado Fiscal e estabelecimentos e empregos formais na economia do município de Santa Fé, veremos no tópico a seguir o cenário deste setor econômico.

PRODUÇÃO - LAVOURAS E PECUÁRIA

No período em evidência, 2014-2015, a agropecuária de Santa Fé, em termos do valor bruto da produção, acumulou alta de 9,30%, mostrando a interferência dos preços das *commodities* para a produtividade das safras de cana de açúcar e milho, as principais fontes da economia local.

A Tabela 15 mostra que a produção de cana de açúcar representa o maior valor da produção agrícola municipal, participando em média com 12,46%, na produção agropecuária, enquanto a cultura do milho participou em média com 7,47%. Esses dados indicam que a cultura do milho e cana de açúcar são os maiores responsáveis pela participação da produção agrícola, o que permite ao município, traçar diretrizes de aperfeiçoamento e especialização consolidá-los como vantagens comparativas de produção e comercialização e que as tem nessas variáveis importantes fontes de renda para os produtores e fonte de arrecadação para o município.

Com essas alternativas, recomenda-se apoio e políticas públicas para programar com mais intensidade a exploração de diversas culturas que aparentemente



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

representam-se menos rentáveis, mas que poderão ser viabilizadas e sejam alternativas interessantes para os produtores e para o município.

Tabela 15 - Participação no Valor Bruto de Produção da Agropecuária Municipal em valores reais corrigidos pelo INPC, período de 2013 a 2015 do município de Santa Fé

Ano Base	VBP da Agropecuária Em R\$ (1.000)	Valor Produção Em R\$ (1.000)	Participação % Produção Agropecuária Municipal
Cana de Açúcar			
2013	147.620.441,27	21.146.680,05	14,33
2014	144.704.634,71	19.970.730,10	13,80
2015	161.353.030,24	14.939.000,00	9,26
Milho			
2013	147.620.441,27	9.838.846,68	6,66
2014	144.704.634,71	11.305.187,81	7,81
2015	161.353.030,24	12.793.000,00	7,93

Fonte: IBGE e SEFA PR.

Conforme destaca-se na Tabela 15 a cana de açúcar e o milho são consideradas as principais lavouras da agricultura de Santa Fé. Mas a seguir veremos a composição dos demais cultivos do município.

Lavouras

A análise dos números da produção agrícola do município por lavouras temporárias e permanentes mostram a participação na economia estadual. A intensificação dessas culturas é favorecida pelos elevados investimentos em tecnologias, além de canalizarem todo tipo de conhecimento para elevar sua produtividade. Pela análise dos quadros de produção envolvendo lavouras temporárias e permanentes, o total da área colhida durante o período de 2014-2015 aumentou 1,53%.

No ano de 2015, alguns os produtos tiveram aumento de área de plantio devido as necessidades do mercado agrícola é o caso do trigo, e da cana de açúcar com aumento de 160% e 1,54% respectivamente. No entanto a área referente a cultura da cana de milho e a soja teve sua área de plantio reduzida. O valor da produção agrícola aumentou em 18,79%, notadamente pelos níveis de preços praticados no mercado.

Deve ser analisada a viabilidade de explorar a produção de outras lavouras no sentido de ampliar a diversificação na agricultura. Vê-se a necessidade do município juntamente com a Secretaria Municipal de Agricultura e demais órgãos estaduais vinculados a esse segmento dar incentivos aos agricultores para direcionar atividades alternativas e promover o desenvolvimento do município.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 16 - Produção Agrícola Municipal – área colhida, quantidade produzida e valor da produção município de Santa Fé (Valores corrigidos pelo INPC)

Lavoura	Área Colhida (hectares.)		Área Colhida (%)		Quantidade produzida (tonelada)		Valor da produção (Mil Reais)		Valor da produção (%)	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Abacate	2	2	0,01	0,01	30	30	37,18	51,00	0,07	0,08
Banana	4	4	0,02	0,02	80	120	49,93	61,00	0,10	0,10
Café Arábica	74	59	0,00	0,32	61	78	410,05	429,00	0,80	0,71
Laranja	150	120	0,00	0,66	5.250	4.200	1.366,12	1.235,00	2,68	2,04
Limão	6	3	0,03	0,02	150	60	239,02	120,00	0,47	0,20
Palmito	0	7	0,00	0,04	0	84	-	445,00	0,00	0,73
Tangerina	8	0	0,04	0,00	240	0	275,14	-	0,54	0,00
Cana-de-açúcar	4.483	4.552	25,01	0,00	355.224	347.413	18.799,52	14.939,00	36,88	24,67
Feijão	2	2	0,01	0,01	2	2	4,25	5,00	0,01	0,01
Mandioca	121	473	0,68	2,60	2.420	10.939	887,02	5.545,00	1,74	9,16
Melancia	3	3	0,02	0,02	90	90	47,80	72,00	0,09	0,12
Milho	6.072	6.000	33,88	32,97	33.394	34.920	10.643,18	12.793,00	20,88	21,13
Soja	6.950	6.850	38,78	37,64	16.223	23.838	18.095,22	24.546,00	35,50	40,54
Tomate	1	2	0,01	0,01	35	80	74,36	177,00	0,15	0,29
Trigo	46	120	0,26	0,66	82	240	45,68	136,00	0,09	0,22
Total	17.922	18.197	100,00	100,00	413.281	422.094	50.974,47	60.554,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE/SIDRA

Visto as áreas, quantidades e valores de cada cultivar das lavouras, enunciaremos os estabelecimentos rurais.

Estabelecimentos Rurais

Tabela 17 retrata uma síntese da distribuição de estabelecimentos agropecuários de Santa Fé. Para tal essa análise sugere uma atenção especial para a pecuária e criação de outros animais, como sendo uma fonte de rendimentos de grande importância, reforçada pelas próprias características regionais e presente no município. Por isso, há necessidade de parcerias com as iniciativas privadas que venham ao encontro do interesse do setor público local e regional, são estratégias possíveis para promover investimentos nesse segmento que revertam em desenvolvimento local.

O ramo da pecuária e criação de outros animais foi responsável por 45,88% dos estabelecimentos da agropecuária do município ocupando 31,63% da área destinada aos estabelecimentos da agropecuária. Esses dados refletem de forma absoluta a importância desse segmento para a economia local. Em termos de estabelecimento por área o destaque ficou para as atividades das lavouras temporárias que responderam por 28,82% do total.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 17 - Número e Área de estabelecimentos agropecuários - 2006

Utilização das terras	Número de Estabelecimentos		Estabelecimentos por Área	
	Unidades	(%)	Hectares	(%)
Permanentes	85	16,67	15.025	32,32
Temporárias	147	28,82	11.514	24,77
Horticultura e Floricultura	36	7,06	5.058	10,88
Pecuária e criação de outros animais	234	45,88	14.703	31,63
Produção florestal e florestas plantadas	7	1,37	158	0,34
Sementes mudas e outros	1	0,2	23	0,06
Outros	0	0,00	0	0,00
Total	510	100	46.481	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

A Tabela 17 mostra os estabelecimentos agropecuários com pecuária e lavouras temporárias como os mais volumosos entre os diversos segmentos agropecuários. Veremos como é segmentada este aspecto da economia de Santa Fé.

Pecuária

A análise da distribuição das atividades da pecuária de Santa Fé verifica-se uma concentração dos rebanhos (avicultura, suinocultura e a bovinocultura). Sua participação na economia municipal é significativa e somada à demais culturas formam as principais variáveis locais que podem permitir rápido crescimento econômico e social do município.

Conforme a Tabela 18 no período de 2012 a 2015 a evolução média do efetivo de rebanhos apontou o seguinte retrospecto: Santa Fé com média de crescimento de 10,34%, crescimento na microrregião de Astorga de 7,25%, crescimento de 6,03% para mesorregião central paranaense, crescimento para o Estado de Paraná com 6,83% no total do rebanho no período e o Brasil teve crescimento em seu rebanho 6,42%.

O desempenho na pecuária de Santa Fé continua sendo um dos pontos a melhor ser olhado na economia local. Em média no período de 2012 a 2015 o rebanho de Santa Fé correspondia a 0,07% do Brasil; 0,38% do rebanho do Estado de Paraná; equivalente a 2,16% na Mesorregião Central Paranaense e 18,31% da Microrregião de Astorga.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 18 – Total dos Efetivos de Rebanhos (Cabeças), período de 2012 a 2015

Regiões e Município	2012	2013	2014	2015
Brasil	1.757.072.188	1.770.328.846	1.853.281.155	1.871.487.018
Paraná	300.298.515	317.459.915	344.400.020	366.140.583
Mesorregião Norte Central Paranaense	52.368.779	57.502.885	62.572.225	62.243.546
Regiões e Município	2012	2013	2014	2015
Microrregião Astorga	20.351.621	21.714.157	24.533.390	25.042.145
Santa Fé	1.066.447	1.098.645	1.566.748	1.338.156

Fonte: IBGE/Sidra

A Tabela 19 mostra o total efetivo e os tipos de rebanhos relativo ao período 2012-2015, que se constituía principalmente por aves e bovinos em Santa Fé, trata-se de uma atividade em expansão não há perda de área avicultura.

A avicultura ou galináceos, no ano de 2015, tinha aproximadamente 1.338.156 de aves registradas, sendo a quantidade poderia ter mais representatividade econômica no município. Há necessidade sempre da busca de apoio e subsídios do governo, além de parcerias entre o setor público e a iniciativa privada que podem ser utilizadas para promover maiores estímulos, para geração de emprego e renda.

Tabela 19 - Efetivos de rebanhos por tipo de rebanho, município de Santa Fé

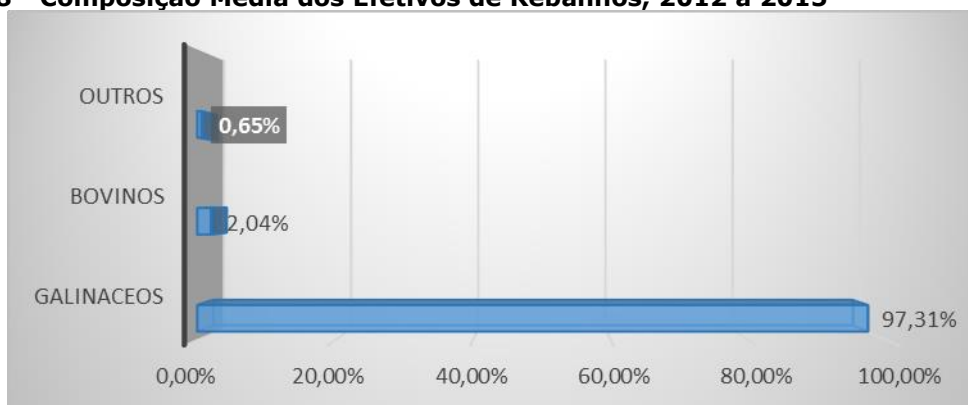
Tipo de Rebanho	Efetivo dos Rebanhos (cabeças)				Efetivo dos Rebanhos (%)			
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Bovino	25.209	27.175	23.389	24.715	2,36	2,47	1,49	1,85
Bubalino	0	0	0	0	0	0	0	0
Equino	784	750	600	794	0,07	0,07	0,04	0,06
Suíno	1.290	2.755	3.075	2.960	0,12	0,25	0,20	0,22
Caprino	110	95	84	77	0,01	0,01	0,01	0,01
Ovino	1.930	2.120	2.100	1.680	0,18	0,19	0,13	0,13
Galináceos	1.037.124	1.065.750	1.537.500	1.307.930	97,25	97,01	98,13	97,74
Total	1.066.447	1.098.645	1.566.748	1.338.156	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE /Sidra

Os rebanhos da bovinocultura são os que detém a segunda maior quantidade de cabeças nos anos analisados cerca de 2,04% do total do rebanho, os demais rebanhos apresentam números de menor expressão, mas que como alternativa econômica e social o executivo municipal, poderá estabelecer políticas de incentivos através de parcerias com as instituições públicas e privadas para viabilizar o crescimento desses rebanhos e torná-lo como mais uma alternativa para o crescimento local. Na demonstração do Gráfico 8, a avicultura tem a maior participação quantitativa e financeira em relação ao total da pecuária municipal, ela muito representa em resultados financeiros, trata-se de um segmento que tende a crescer ao longo dos próximos anos.



Gráfico 8 - Composição Média dos Efetivos de Rebanhos, 2012 a 2015



Fonte: IBGE/SIDRA, dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

A média de galináceos chama a atenção quando nos retemos criação de animais no município de Santa Fé. Os produtos de Origem animal, podem ser inseridos nesta economia, como uma forma de geração de renda, veremos a seguir sua composição.

Produtos de Origem Animal

Os produtos de origem animal apresentam-se como opções viáveis pelos investimentos relativamente baixos e que sinalizam algumas vantagens econômicas e sociais, por serem atividades que podem aquecer o comércio praticamente durante o ano todo. No município de Santa Fé, conforme a tabela 20, fica claro que a produção leiteira e de mel, contribuem como produtos de origem animal. Mesmo atualmente representando pouco para a economia local, mas com políticas públicas e estratégias comerciais poderão ser projetadas com essas atividades e que em médio prazo possam a vir a contribuir na promoção e incentivo ao desenvolvimento local.

A produção do leite apresentou queda média na produção de 11,85% em média durante o período 2012 a 2015, e no valor da produção a preços deflacionados a queda foi em média 6,44%, sendo que os níveis de preços atuaram como fatores negativos. Já a produção de mel declinou cerca de 32,72% na média do período.

O valor da produção do leite, a preços constantes de 2015, corresponde a 89,85% do valor da produção de produtos de origem animal, o que remete o credenciamento dessa atividade extremamente viável para a economia local, devido às próprias características da região. Como sugestão, recomendamos a produção do casulo sendo, portanto, mais uma proposta alternativa de geração de emprego e renda, principalmente porque não há necessidades de investimentos vultosos e intensos. Essa atividade bem gerenciada pode trazer retornos significativos para os produtores e para o município.

Os produtos de origem animal apresentam-se como opções viáveis pelos investimentos relativamente baixos e que sinalizam algumas vantagens econômicas e sociais, por serem atividades que podem aquecer o comércio praticamente durante todos



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

os meses do ano. Analisando os resultados financeiros dos produtos de origem animal, destaca-se a produção de leite que é uma atividade derivada da pecuária e é vista como um forte componente da produção agropecuária.

Além das alternativas mencionadas, pelas características regionais e a estrutura produtiva local, a produção de carnes para abate estrategicamente é um nicho de mercado diferenciado que, comercialmente, se bem trabalhado passa a ser uma possibilidade de adquirir vantagem para a economia de Santa Fé. Assim como a implantação de plantel de animais de elite para reprodução como uma atividade rentável que além dos retornos financeiros aos produtores, também promove o município que por intermédio dessas ações comerciais divulgam a imagem do município.

Tabela 20 - Quantidade e Valor da Produção de Produtos de Origem Animal, durante o período de 2012 a 2015 (Valores em R\$ a preços constantes de 2015)

Produto	Quantidade produzida (Leite - Mil litros; Ovos de Galinha – Mil dúzias e Mel de abelha e o casulo do bicho da seda em quilograma)				Valor da produção Deflacionado (Mil Reais)			
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Lã	0	300	260	294	0	2,00	1,00	2,00
Leite	4.210	4.070	3.016	2.825	4.262,00	4.55,00	3.520,00	3.398,00
Ovos de galinha	11	12	10	13	0	0	0	0
Ovos de codorna	0	0	0	0	0	0	0	0
Mel de abelha	1.300	1.050	10	12	15,00	11,00	0	0
Casulos do bicho-da-seda	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	5.521	5.432	3.296	3.144	4.278,00	4.569,44	3.521,00	3.400,00

Fonte: IBGE/SIDRA (Tabela 74)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração desse caderno, alguns pontos, como o comportamento dos setores da economia, a produção, a renda e a empregabilidade são relevantes para o progresso do município de Santa Fé, mostrando as potencialidades e deficiências do município, as quais poderão servir de sinalizador na promoção do desenvolvimento local.

Conforme informações no corpo deste trabalho existem recursos de gestão empreendedora que se forem bem utilizados serão capazes de disponibilizar condições técnicas, educacional e de infraestrutura até que venham oferecer possibilidades ao setor produtivo e de serviços em diversificar as ações comerciais, tanto na área rural como na implantação de indústria ou agroindústria, fomentando economia local.

Analisando-se a evolução de Santa Fé em relação ao PIB que é o maior indicador da economia, observa-se o município apresentou no período 2010 a 2013, uma taxa de crescimento médio (14,68%). Isso leva a expectativa de que tanto o PIB corrente quanto per capita tende a uma escala de crescimento. Esse comportamento



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ “Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

passa a ser um indicador que pode alertar e ao mesmo tempo buscar fontes de investimentos e motivação para a implantação de novos empreendimentos que venham aumentar a participação dos setores econômicos do município.

O crescimento econômico no município Santa Fé, vem fazendo com o que o município assuma posição econômica aceitável na região nos últimos anos. Na composição do PIB por setor do período de 2010 a 2013 reflete a dinâmica de desenvolvimento do município, além da participação do setor de serviços, se destaca o segmento dos serviços e a agricultura como alternativa de crescimento econômico. A indústria necessita crescer no contexto econômico local, por isso também requer uma reavaliação estrutural e de incentivos no sentido de estabelecer uma melhor distribuição entre as riquezas do município.

No Valor Adicionado o município foi o que obteve queda de 4,35% de crescimento no período 2012/2015. Isso reflete a crise econômica que aflige o país nas participações dos setores econômicos do município. E demonstra também que está situado abaixo aos valores encontrados para os municípios de Alvorada do Sul e Tamarana.

Mediante ao retrospecto econômico que assola o país, este é o momento de acreditar na economia local afim de manter os rendimentos da sociedade ficando no Município, assim a cidade começa a evoluir economicamente e novos recursos poderão ser gerados para o bem estar da população, favorecendo um comércio com grandes possibilidades de geração de emprego, renda e conseqüentemente uma maior arrecadação de impostos, que são destinados as áreas sociais e econômicas e se tornem um efeito multiplicador de renda.

O comércio de Santa Fé caracteriza-se pela sua crescente e atuante participação, visando suprir as necessidades imediatas da população. O setor industrial no município está caminhando para um crescimento gradual, o que leva ao crescimento e posteriormente o desenvolvimento municipal.

A agricultura que apresenta bom desempenho econômico e social do município. Por isso, sugere-se que os setores de Desenvolvimento Econômico e da Agricultura sejam fortalecidos e que tenham maior poder de decisão para implantar os programas específicos a cada área. No desenvolvimento econômico explorar as potencialidades endógenas e exógenas nas áreas da indústria e do comércio, turismo e etc. Para o desenvolvimento da agricultura, as diversificações de culturas e explorações das existentes que não tem sido bem aproveitada ao longo do tempo, poderão estimular a geração de emprego e renda e fixação do homem no campo, além de políticas públicas, principalmente, para os pequenos agricultores, que não possuem potencial suficiente para cultivar uma cultura que exija maiores investimentos.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

A pecuária se constitui em um segmento da agropecuária se identificou como um fator econômico relevante para o município. Isso leva a entender que a pecuária representa uma das alternativas de geração de renda continuada, por isso, os esforços para adoção de políticas de médio e longo prazo para a consolidação dessas commodities, poderá fazer parte permanente do processo de desenvolvimento municipal.

Em relação aos produtos de origem animal, existe a necessidade de investimentos e incentivos na produção de leite uma vez que tem se mantido estáveis os níveis de produção. Quanto à produção de ovos de galinha poderá melhor aproveitar a estrutura da criação de aves para formar uma economia de escopo⁷.

Apesar das incertezas e turbulências com que depara a Agropecuária, é segmento forte e de representatividade para composição do valor adicionado, e nessa linha de pensamento é necessário ajuste e mecanismos políticos para aprimorar o Setor Primário e estabelecer metas e programas de incentivos, também, ao comércio e ao setor industrial como forma de projetar o município para indicadores sociais e econômicos que venham contribuir com a população.

A produção agrícola de Santa Fé, com exceção das culturas da cana de açúcar e milho, que são expressivas. É necessário encontrar alternativas para os segmentos de mercado local e atração de novos investidores poderá possibilitar a instalação de indústrias, agroindústrias para utilizar a matéria-prima produzida internamente e fomentar o comércio, além de promover de investimentos e incentivos para consolidação da pecuária.

O estudo que ora encerramos a respeito de algumas variáveis econômicas, permite ao gestor público uma visão mais ampla dessas questões e que podem auxiliar no planejamento municipal quanto a realidade local e como fazer para melhorar as condições de vida da população, notadamente a geração de emprego e renda que são necessidades principais dos moradores do município.

⁷ Economia de escopo significa que com a mesma estrutura física, tecnológica e humana pode-se produzir mais de um produto com custos menores.

4. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS



4.1 Habitação

Para desenvolver a caracterização habitacional do município de Santa Fé, serão utilizados dados do Censo Demográfico de 2010 pelo IBGE, encontrados no Caderno Estatístico Municipal, elaborado pelo IPARDES e disponibilizado em 2016.

Serão analisados número de domicílios segundo tipo e uso, composição familiar em domicílios particulares, condição de ocupação do domicílio e as características dos domicílios particulares permanentes.

DENSIDADE HABITACIONAL E CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO URBANA

Segundo os dados do censo demográfico do IBGE, no ano de 2010, Santa Fé possuía 3.643 domicílios, sendo que 85,45% estão em área urbana e 14,55% na área rural, conforme podemos observar na Tabela 21. Nos domicílios particulares permanentes, a maioria dos domicílios urbanos e rurais estava ocupada por famílias de dois, três ou quatro componentes (Tabela 22).



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 21 - Número de domicílios segundo tipo e uso

Tipo de Domicílio	Urbana	Rural	Total
Particulares	3.111	528	3.639
Ocupados	2.953	369	3.322
Não ocupados	158	159	317
Coletivos	2	2	4
Total	3.113	530	3.643

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010 (dados da sinopse), Caderno Estatístico do IPARDES, dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.

Tabela 22 - Unidade e percentual de domicílios particulares por número de componentes familiares e situação do domicílio em Santa Fé.

Situação do domicílio	Número de componentes da família	Domicílios particulares (unidades)	Domicílios particulares (percentual)
Total	Total	3.227	100,00
	1 pessoa	-	-
	2 pessoas	1.090	33,78
	3 pessoas	1.058	32,78
	4 pessoas	806	24,98
	5 pessoas	199	6,16
	6 pessoas	65	2,01
	7 pessoas	5	0,16
Urbano	Total	2.861	88,67
	1 pessoa	-	-
	2 pessoas	983	30,47
	3 pessoas	932	28,87
	4 pessoas	698	21,63
	5 pessoas	184	5,70
	6 pessoas	59	1,84
	7 pessoas	5	0,16
Rural	Total	366	11,33
	1 pessoa	-	-
	2 pessoas	107	3,30
	3 pessoas	126	3,90
	4 pessoas	108	3,35
	5 pessoas	15	0,46
	6 pessoas	5	0,17
	7 pessoas	-	-

Fonte: IBGE SIDRA (tabela 229) – Censo Demográfico de 2010, dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Os imóveis residenciais de Santa Fé, em sua maioria são próprios, representando 69,07% dos domicílios, os domicílios alugados representam 16,9% e tem um número próximo da quantidade de imóveis cedidos, conforme pode-se observar na Tabela 23.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 23 - Número de domicílios particulares permanentes por condição de ocupação e situação em Santa Fé.

Condição de ocupação	Número de domicílios
Próprio	2.291
Alugado	537
Cedido	489
Total	3.317

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra), Caderno Estatístico do IPARDES, dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.

Como pode-se observar na Tabela 24, consta no caderno estatístico do IPARDES que mais de 99% dos domicílios em Santa Fé, são atendidos por abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica.

Tabela 24 - Características dos domicílios particulares permanentes

Características	Número de domicílios
Abastecimento de água (água canalizada)	3.317
Esgotamento sanitário (banheiro ou sanitário)	3.317
Destino do lixo (coletado)	2.896
Energia elétrica	3.308
Total de domicílios particulares permanentes	3.317

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra), Caderno Estatístico do IPARDES, dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades.

NECESSIDADE HABITACIONAL

Segundo o Atlas das Necessidades Habitacionais no Paraná, é necessário analisar a situação das habitações paranaenses, sob o conceito de "necessidade habitacional" que considera o déficit habitacional e a inadequação habitacional.

De acordo com o IPEA em 2013 houve redução no déficit habitacional no país. O estudo aponta que o déficit de 10% registrado em 2007 caiu para 8,53% em 2012, ou seja, 5,24 milhões de residências. O Paraná também registra queda, mas ainda está acima do índice nacional com um percentual de 13,22% de déficit habitacional.

Três fatores compõem o cálculo de déficit habitacional: domicílios improvisados; famílias conviventes; coabitação disfarçada.

Na área urbana, o número de famílias conviventes por domicílio é maior do que na área rural e sua diferença entre número de famílias é pequena acarretando em um adensamento habitacional e baixa qualidade de habitabilidade.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 25 – Domicílios particulares permanentes por número de famílias e situação em Santa Fé, ano 2000.

Situação do domicílio	Número de famílias	Domicílios particulares (unidades)	Domicílios particulares (percentual)
Total	Total	2.539	100,00
	Uma família	2.346	92,40
	Mais de uma família	193	7,60
Urbano	Total	2.093	82,43
	Uma família	1.917	75,52
	Mais de uma família	176	6,92
Rural	Total	446	17,57
	Uma família	429	16,89
	Mais de uma família	17	0,68

Fonte: IBGE SIDRA (tabela 2407) – Censo Demográfico de 2000, dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Segundo o Atlas das Necessidades Habitacionais no Paraná, a inadequação habitacional é balizada por padrão mínimo de habitabilidade, definido a partir de critérios de qualidade de infraestrutura de serviços e de critérios quantitativos de cômodos do domicílio em relação ao tamanho da família; ou seja, há inadequação segundo dois parâmetros:

- Adensamento habitacional (diferentemente dos componentes do déficit habitacional, este não contabiliza domicílios com famílias conviventes ou com cômodos alugados);
- Carência ou deficiência de infraestrutura.

O IBGE classifica os domicílios particulares permanentes de acordo com tais parâmetros e estipula as categorias apresentadas na Tabela 26:

- "Adequada" se refere àqueles com rede geral de abastecimento de água, com rede geral de esgoto ou fossa séptica, coleta de lixo por serviço de limpeza e até 2 moradores por dormitório;
- "Semi-adequada" inclui os domicílios com pelo menos um serviço inadequado.
- "Inadequada", aqueles com abastecimento de água proveniente de poço, nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar, etc., lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago, mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 26 – Domicílios particulares permanentes por condição da moradia em Santa Fé, 2000.

Situação do domicílio	Número de famílias	Domicílios particulares (unidades)	Domicílios particulares (percentual)
Total	Total	2.539	100,00
	Adequada	356	14,04
	Semi-adequada	2.121	83,53
	Inadequada	62	2,44
Urbano	Total	2.093	82,43
	Adequada	356	14,04
	Semi-adequada	1.737	68,40
	Inadequada	-	-
Rural	Total	446	17,57
	Adequada	-	-
	Semi-adequada	384	15,13
	Inadequada	62	2,44,

Fonte: IBGE SIDRA (tabela 2417) – Censo Demográfico de 2000, dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Com base na análise dos dados do ano 2000, em Santa Fé, a maioria dos domicílios particulares permanentes é semi-adequada, ou seja, não contam com todos os serviços. Como pode-se perceber na tabela acima, apenas 14,04% dos domicílios são considerados adequados pelos padrões do IBGE. No município, 62 domicílios se encontram em situação inadequada, todos eles na área rural.

Em 2000, o déficit habitacional do município era de 205 domicílios (IPARDES, 2004), o que representava cerca de 8% dos domicílios permanentes. De acordo com o diagnóstico apresentado pelo PLHIS (2009), a partir de dados coletados em 2008, o déficit habitacional de Santa Fé era de 179 unidades habitacionais.

POLÍTICA HABITACIONAL

O PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social foi elaborado e finalizado em 2009. O Plano prevê diversos programas e políticas habitacionais, organizados em três grandes linhas:

• **Provisão de unidades habitacionais**, voltado ao atendimento do déficit quantitativo, compreendendo a produção de novas unidades habitacionais por sistema de autogestão ou empreiteira. Nesta modalidade estão englobados os programas onde há a produção dos lotes urbanizados e a construção de novas unidades habitacionais;

• **Apoio a construção habitacional**, esta modalidade de programa objetiva subsidiar a construção habitacional às famílias que possuem terreno ou a substituição das unidades habitacionais construídas de forma precária que não possibilitam ampliação ou reforma;

• **Titulação da propriedade**, objetiva estimular a legalização da transação imobiliária, possibilitando as famílias de baixa renda o acesso às linhas de financiamento habitacional.” (PLHIS - Caderno de Ações e Investimentos, 2009 - p. 53)



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ **"Santa Fé, Capital da Fotografia"**

Revisão do Plano Diretor Municipal

Ao se implantar o PLHIS, espera-se que as ações de planejamento urbano estruturem o setor de habitação, que sejam analisadas as demandas habitacionais, fornecendo mecanismos para suprir o déficit habitacional, possibilitando o acesso à moradia e vislumbrando um trabalho de médio a longo prazo.



4.2 Sistema Viário e Transportes

REGIONAL

A região de Santa Fé tem como importantes vias de escoamento as rodovias que compõem o anel de integração dando acesso a Foz do Iguaçu e Estado de São Paulo, principalmente pelas BR-369 e BR-376. O acesso ao Município de Santa Fé acontece pela uma rodovia estadual PR-317 no trecho de ligação com o anel de integração e divisa com estado de São Paulo em direção à Presidente Prudente. A distância até Maringá, referência para aeroportos e ferrovias, é de apenas 49 km.

O acesso à área urbana é realizado através da PR-458 classificada como rodovia de ligação entre a BR-376 e município de Guaraci. Em seu trecho compreendido entre o distrito industrial e a malha urbana, possui uma ciclovia com grande fluxo. Na área urbana as faixas não edificantes não foram respeitadas como também não foram executadas marginais ao longo das rodovias.

MUNICIPAL

O município de Santa Fé é cortado por duas rodovias estaduais: PR-317 no sentido norte-sul e PR-458 no sentido Leste-Oeste. Devido a esta configuração, as principais estradas municipais distribuem-se no território a partir dos eixos criados pelas rodovias estaduais. As estradas de maior circulação encontram-se em boas condições de conservação e, por ter solo arenoso, não apresenta problemas em períodos chuvosos.

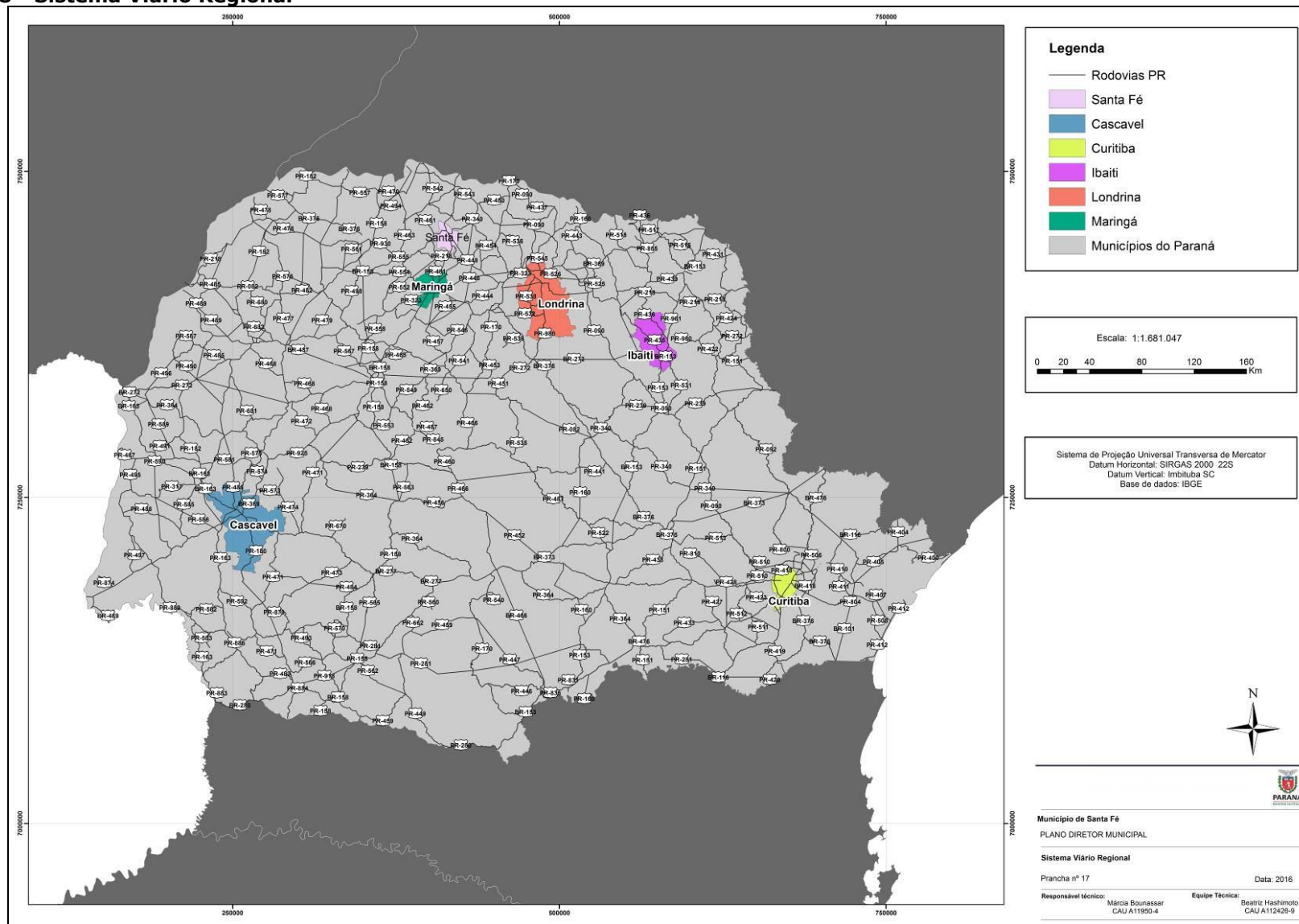


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 38 - Sistema Viário Regional



Fonte: DER – Departamento de Estradas e Rodagens, 2006. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.



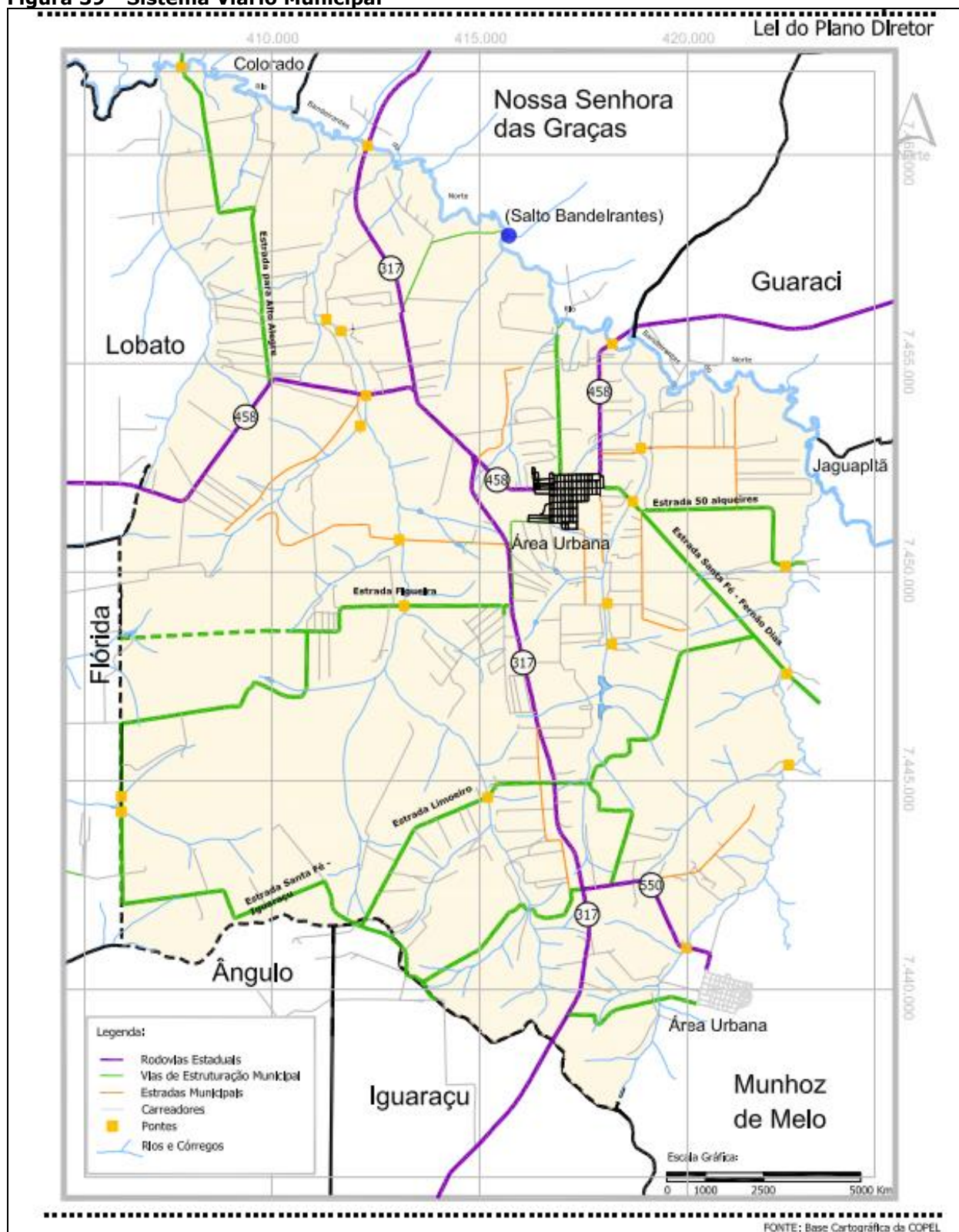


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 39 - Sistema Viário Municipal



Fonte: Plano Diretor Municipal de Santa Fé – Anexo II da Lei do Sistema Viário, 2006



URBANO

Santa Fé possui diretrizes para o sistema viário urbano desde o primeiro plano diretor municipal, em 1995.

Santa Fé tem uma malha urbana predominantemente ortogonal e regular. Na parte mais antiga da cidade, a malha viária é distribuída ortogonalmente em quadras de 150 x 150 m, com caixas de rolamentos de 9 metros e calçadas de 3 metros de largura. A avenida Getúlio Vargas é a principal via sendo a extensão da PR-458 constituída de pista única com caixa de rolamento de 13 metros.

Apesar da malha viária de Santa Fé ser ortogonal, a forma como foram parceladas as glebas da área urbana resultaram em uma malha com diversas ruas sem continuidade definindo poucos eixos de circulação contínua que deverão ser preservados. Os principais eixos existentes de circulação contínua são a Rua Goiás, a Avenida Getúlio Vargas, a Rua Ibiaporã, a Rua G do loteamento Jardim Alvorada, a Avenida Arapongas e a Rua Mandaguari.

Os loteamentos implantados recentemente apresentam malha diferente da anterior, mas buscam manter a continuidade dos eixos e a característica ortogonalidade.

TRANSPORTE

Quanto ao transporte, analisando os anos de 2010-2015 houve um aumento de 46,95% na frota total de veículos e o município apresentou valores representativos na utilização dos automóveis, sendo em média de 52,12% do total de veículos no município (2010-2015).

Considerando-se que são 10.432 habitantes no município para o total de 4.494 veículos, em 2010, temos que a razão é de 1 veículo para cada 2,2 habitantes. Em 2015, segundo IBGE, a população estimada é de 11.431 habitantes e a frota era de 6.604. Assim, os valores se alteram para 1 veículo para cada 1,7 habitantes.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 27 - Frota por tipo de veículo no município de Santa Fé

Tipo de veículo	Ano		
	2005	2010	2015
Automóvel	1.649	2.484	3.442
Caminhão	155	198	284
Caminhão trator	36	46	86
Caminhonete	139	371	668
Camioneta	-	87	121
Micro-ônibus	9	5	18
Motocicleta	392	824	1.084
Motoneta	77	315	601
Ônibus	22	26	36
Trator de rodas	1	2	2
Utilitário	-	4	29
Outros	-	132	233
Total de Veículos	2.480	4.494	6.604

Fonte: IBGE e Departamento Nacional de Trânsito – Denatran, Dados trabalhados pela DRZ- Gestão de Cidades.

5. ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA



5.1 Saneamento Básico

O saneamento básico engloba o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. É o conjunto de medidas, que visa controlar e prevenir doenças, melhorar a qualidade de vida da população, aumentar a produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O sistema de abastecimento de água na Cidade de Santa Fé é operado pela Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, mediante concessão do Município, atendendo a totalidade da área urbana ocupada (Gráfico 9). Na área rural, na maioria dos domicílios, a água é coletada através de poços artesianos próprios (Gráfico 10).

Tabela 28 – Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água em Santa Fé, 2010.

Situação do domicílio	Forma de abastecimento de água	Domicílios permanentes (Unidades)
Total	Total	3.315
	Rede geral	2.860
	Poço ou nascente na propriedade	266
	Poço ou nascente fora da propriedade	189

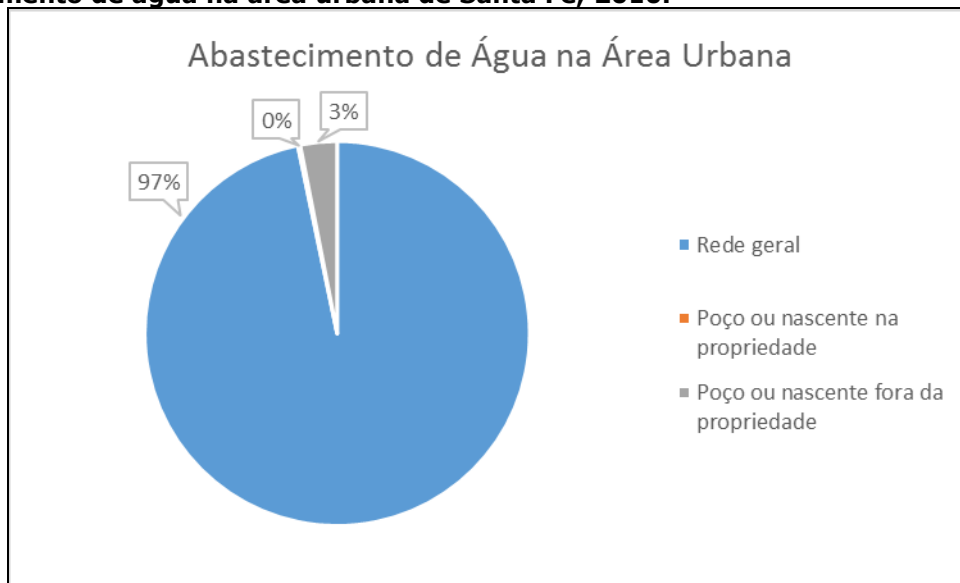
Fonte: SIDRA IBGE (tabela 1395), dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

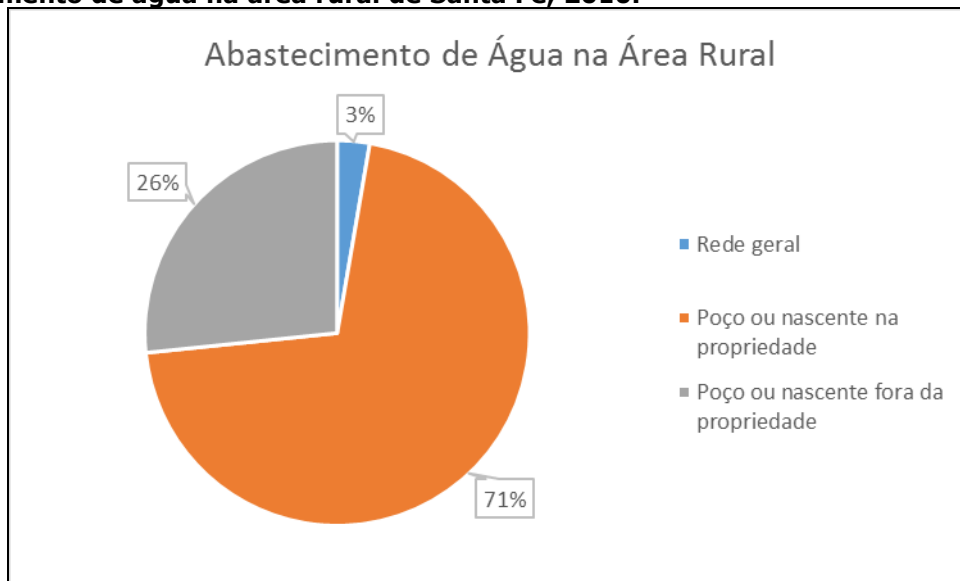
Revisão do Plano Diretor Municipal

Gráfico 9 - Percentual de domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água na área urbana de Santa Fé, 2010.



Fonte: SIDRA IBGE (tabela 1395), dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Gráfico 10 - Percentual de domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água na área rural de Santa Fé, 2010.



Fonte: SIDRA IBGE (tabela 1395), dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

No ano de 2014, IPARDES disponibilizou os seguintes dados atualizados sobre o abastecimento de água segundo as categorias, unidades atendidas e número de ligações. Podemos ver estes dados nas Tabelas 29 e 30.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 29 – Abastecimento de água por categorias atendidas em Santa Fé, 2014.

Categorias	Unidades Atendidas	Ligações
Residenciais	3.752	3.494
Comerciais	272	245
Industriais	4	4
Unidade pública	29	29
Poder público	49	49
TOTAL	4.106	3.821

Fonte: SANEPAR e IPARDES - Caderno Estatístico Municipal.

Nota: Unidade atendida é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

Tabela 30 – Volume de abastecimento de água e consumo de água em Santa Fé, 2014.

Consumo de água	Volume (m³)
Faturado	670.473
Medido	580.263

Fonte: IPARDES – Caderno Estatístico Municipal

O abastecimento da cidade é realizado através de quatro poços. Os três primeiros poços semi-artesianos localizados dentro da malha urbana têm vazão conjunta de 100 metros cúbicos por hora. O sistema conta com três reservatórios, totalizando 800 metros cúbicos de capacidade. Em 2015, foram realizadas obras no sistema de abastecimento, incluindo a interligação do novo poço, com capacidade para 150.000 litros/hora, execução de 2,7 km de adutoras e ampliação da capacidade de tratamento.

O tratamento da água é realizado na estação de tratamento da Sanepar localizada no final da Avenida Presidente Kennedy. A água distribuída em Santa Fé tem alta qualidade e está dentro de todos os parâmetros desejáveis, conforme a Tabela 31.

Tabela 31 - Registro sobre as características da água distribuída, 2016

	Média dos Últimos 30 Resultados	Mínimo/ Máximo Permitido	Portaria 2914-MS
Cor	2,5	15,0	uH-Un.Cor
Fluoretos	0,7	0,6 a 1,1	mg/L F
Turbidez	0,2	5,0	NTU
pH	7,0	6,0 a 9,5	Um.pH
Cloro Residual	0,8	0,2 a 5,0	mg/L Cl
Alumínio	0,041	0,2	mg/ L Al
Ferro Total	0,04	0,3	mg/ L Al
Manganês	0,03	0,1	mg/ L Mn
Microcistinas	0	1,00	ug/L
Coliformes Totais	0	(0) ausente	
Escherichia Coli	0	(0) ausente	

Fonte: Sanepar. Nota: Características da Água Distribuída atualizadas em 26/09/2016.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Santa Fé possui serviço de tratamento de esgoto sob responsabilidade da Sanepar desde 1996. Em 2006, atendia 530 ligações de esgoto no município, atualmente, conforme a tabela abaixo, são 935 ligações, o que representa um aumento de mais 76% no número de ligações de esgoto em dez anos.

Tabela 32 – Atendimento pela rede de esgoto no município de Santa Fé, 2014.

Categoria	Ligações
Residenciais	739
Comerciais	157
Industriais	1
Unidade pública	14
Poder público	24
TOTAL	935

Fonte: SANEPAR e IPARDES - Caderno Estatístico Municipal.

De acordo com os dados do IBGE, referentes ao ano de 2010, a rede geral de esgoto ou pluvial atendia 699 domicílios permanentes (Tabela 33) – 21,08% do total. Segundo o IBGE, cerca de 75% dos domicílios na área urbana utilizam a fossa rudimentar como forma de esgotamento sanitário (Gráfico 11). O percentual de domicílios que utilizam a fossa rudimentar é ainda maior na área rural, representando cerca de 98% do total (Gráfico 12).

Tabela 33 - Domicílios particulares permanentes por forma de esgotamento sanitário em Santa Fé, 2010.

Situação do domicílio	Forma de esgotamento sanitário	Domicílios permanentes (Unidades)
Total (Rural e Urbana)	Total	3.315
	Rede geral de esgoto ou pluvial	699
	Fossa séptica	26
	Fossa rudimentar	2.584
	Vala	3
	Rio, lago ou mar	1
	Outro tipo	1
	Não tinham	1

Fonte: IBGE SIDRA (tabela 1394), dados trabalhados pela DRZ- Gestão de Cidades.

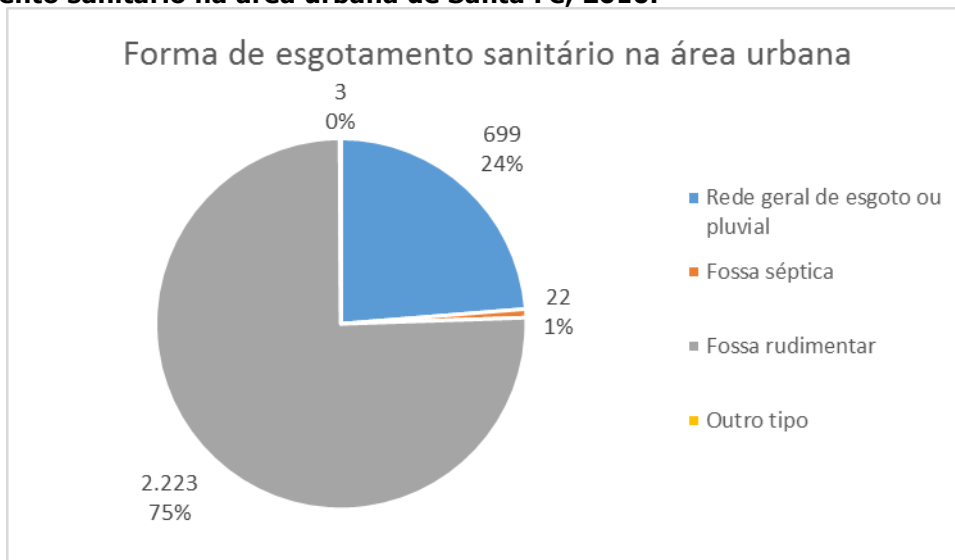


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

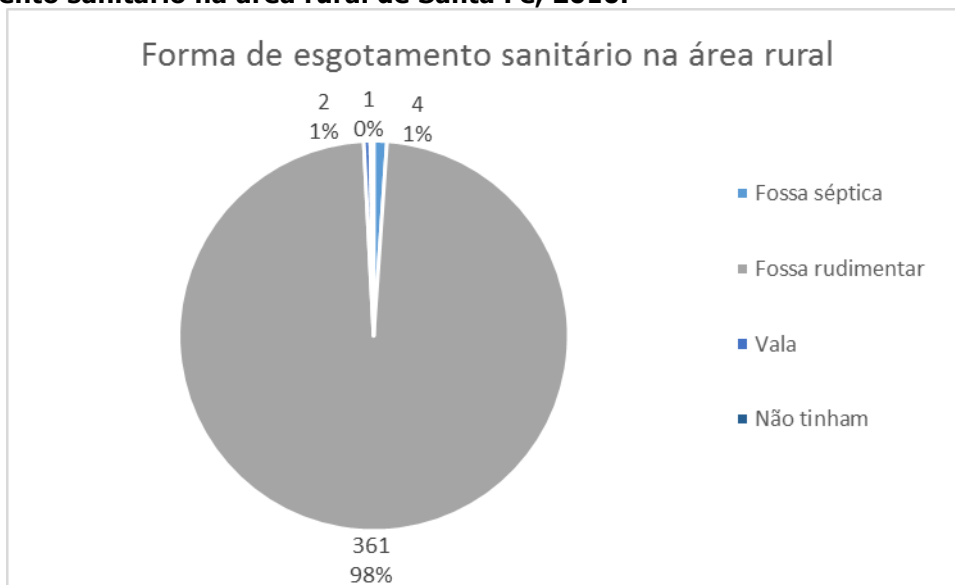
Revisão do Plano Diretor Municipal

Gráfico 11 - Percentual de domicílios particulares permanentes por forma de esgotamento sanitário na área urbana de Santa Fé, 2010.



Fonte: IBGE SIDRA (tabela 1394), dados trabalhados pela DRZ- Gestão de Cidades.

Gráfico 12 - Percentual de domicílios particulares permanentes por forma de esgotamento sanitário na área rural de Santa Fé, 2010.



Fonte: IBGE SIDRA (tabela 1394), dados trabalhados pela DRZ- Gestão de Cidades.

Desde então a infraestrutura de coleta de esgoto em Santa Fé continua sendo ampliada. Em 2015, a Sanepar entregou as obras de ampliação do sistema de esgoto de Santa Fé. Foram investidos R\$ 2,94 milhões na implantação de 25.630 metros de rede coletora de esgoto, 1.575 metros de Coletor e 1.468 ligações prediais, beneficiando 5.500 pessoas. Com as obras, o índice de atendimento da população com rede de esgoto, que era de 22,44%, deve chegar a 58,88%.

Atualmente, segundo a Secretaria de Obras, 61,29% do município é atendido pela rede de coleta e tratamento de esgoto, contando com 2.400 ligações.

Em 2016, a Sanepar intensificou as campanhas de conscientização da população sobre importância dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, orientando



moradores dos bairros que foram atendidos pelas obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário, mas que ainda não efetivaram a ligação.

Para os novos loteamentos a serem implantados, tendo em vista a Lei Federal nº. 9.785/99, é exigido o sistema de coleta de esgoto domiciliar, mesmo que permanecendo lacrado até que possa ser interligada aos interceptores da rede pública.

LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Conforme dados do IBGE em 2010, mais de 88% dos domicílios de Santa Fé eram atendidos pelo serviço de coleta de lixo, sendo 2.947 domicílios na área urbana e apenas 44 domicílios na área rural (Tabela 34). Percebe-se que em Santa Fé práticas como queimar ou enterrar o lixo na propriedade já não são muito comuns. Estas atitudes representam juntas apenas 8,44% do destino do lixo no município. Felizmente atitudes como jogar os resíduos sólidos em terreno baldio, rios ou lagos não são recorrentes no município.

Lixo Doméstico

A coleta de lixo doméstico em Santa Fé, feita pela própria Administração Municipal, é realizada diariamente das 7:00 às 17:00 no centro da cidade e duas vezes por semana nos demais bairros. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, são coletados diariamente cerca de 10 toneladas de lixo doméstico, o que representa aproximadamente 1 kg por habitante. O resíduo sólido urbano coletado é encaminhado para o aterro sanitário municipal.

A coleta de lixo reciclável não é feita pela Prefeitura, mas sim por catadores autônomos que realizam esta atividade diariamente em todo o município. Apesar disso, a Administração disponibiliza um barracão para a triagem de materiais recicláveis ao lado do aterro sanitário.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 34 - Domicílios particulares permanentes por existência e tipo de coleta de lixo em Santa Fé, 2010.

Situação do domicílio	Destino do lixo	Domicílios permanentes (Unidades)
Urbana	Total	2.947
	Coletado	2.887
	Coletado por serviço de limpeza	2.882
	Coletado em caçamba de serviço de limpeza	5
	Queimado (na propriedade)	54
	Enterrado (na propriedade)	3
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	-
	Jogado em rio, lago ou mar	-
	Outro destino	3
Rural	Total	368
	Coletado	44
	Coletado por serviço de limpeza	14
	Coletado em caçamba de serviço de limpeza	30
	Queimado (na propriedade)	198
	Enterrado (na propriedade)	25
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	-
	Jogado em rio, lago ou mar	-
	Outro destino	101

Fonte: SIDRA IBGE (Tabela 1395), dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Resíduos Sólidos de Saúde, Industriais e Entulho

O lixo hospitalar é coletado semanalmente por empresa terceirizada e é encaminhado para um armazenamento apropriado no município de Nova Esperança.

Os resíduos sólidos industriais são coletados pela Administração duas vezes na semana. A coleta de entulhos provenientes da construção civil e da poda de árvores é feita diariamente pela Prefeitura Municipal ou pelos proprietários em veículos próprios ou caçambas contratadas. Os resíduos industriais e os entulhos são encaminhados para um terreno localizado ao lado do aterro sanitário.

Limpeza Pública e Varrição

O serviço de limpeza pública, de ruas, praças e logradouros públicos, é executado diretamente pela Administração Municipal. A varrição de ruas é feita por uma equipe de 10 garis, os quais varrem diariamente a avenida principal, uma vez por semana nos bairros, uma vez por semana nas ruas paralelas à avenida e uma vez nas



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ "Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

ruas transversais à mesma. Por fim, os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteiriça à sua residência.

Aterro Sanitário

Santa Fé conta com um aterro sanitário municipal, com licença de operação nº 33510 fornecida pelo IAP, com validade até agosto de 2017. As dimensões do aterro são suficientes para a demanda do município e o mesmo tem vida útil prevista para mais 10 anos. O aterro é gerenciado pelo Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e pela Secretaria de Obras. A compactação, cobertura do lixo e drenagem do chorume é realizada semanalmente.

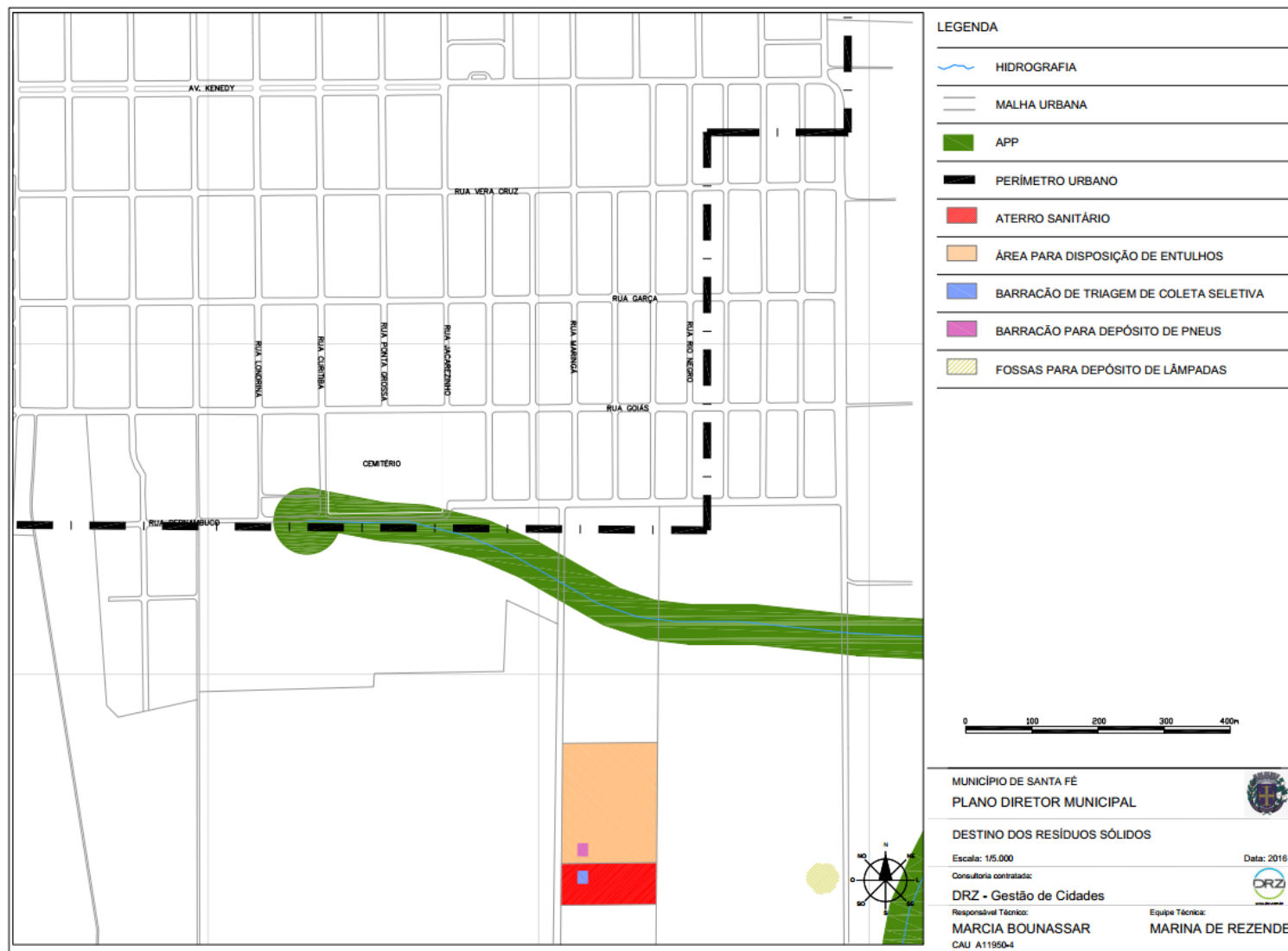


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 40 - Destino dos resíduos sólidos



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.



DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

O sistema de drenagem de águas pluviais está dividido em três quadrantes que conduzindo as águas para os córregos Água das Pedras, Água Santa Fé e Água do Brás atendendo, de acordo com a Secretaria de Obras, 100% dos lotes urbanos.

De acordo com o Plano Diretor Municipal de 2006, em dias de chuva intensa ocorre acúmulo de água na avenida Getúlio Vargas, formando uma lâmina de água em toda a via. Outro ponto onde havia problema em dias de chuva forte localizava-se no cruzamento da Rua Arcídio Roncaglia e Manoel Fernandes onde houve erro de projeto na locação das bocas de lobo como também na rede de galerias. O problema atual causado pelas águas pluviais é apenas a erosão, recorrente no Parque Industrial I.

Na lei urbanística 922/1995 aprovada pela câmara municipal, os loteamentos para serem aprovados devem estar providos de infraestrutura de pavimentação, escoamento de águas pluviais, iluminação e abastecimento de água. A Secretaria de Obras relata também que não há demanda para ampliação do sistema de drenagem para os próximos 10 anos.



5.2 Pavimentação e Acessibilidade Urbana e Rural

PAVIMENTAÇÃO

Santa Fé possui cerca de 98% de sua área urbana pavimentada, mostrando-se em consonância com a lei urbanística aprovada em 1995, na qual há a exigência de pavimentação em loteamentos urbanos. A pavimentação da cidade encontra-se em bom estado, apresentando apenas alguns trechos com buracos, geralmente nas vias de maior circulação, como a Rua Mato Grosso, Santa Catarina, Getúlio Vargas, Arapongas e Ibiporã. As obras para a reparação deste problema já estão em andamento pela gestão pública.

As estradas rurais não são pavimentadas. Elas encontram-se em leito natural e, segundo a Secretaria de Obras, não há grandes problemas referentes às mesmas. De acordo com o Plano Diretor Municipal, os pontos mais críticos são a estrada da Fazenda Zafalon e Bom Jesus, onde o leito carroçável encontra-se abaixo do nível das propriedades.

A largura mínima das ruas e calçadas é regulamentada pela Lei do Sistema Viário, contida na Lei do Plano Diretor.

ACESSIBILIDADE

A acessibilidade urbana está relacionada com a disponibilidade de oportunidades oferecidas ao indivíduo para o seu acesso à cidade, o qual está atribuído a



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ **“Santa Fé, Capital da Fotografia”**

Revisão do Plano Diretor Municipal

condições viáveis de mobilidade, tanto para indivíduos em sãs condições físicas, quanto para indivíduos com necessidades especiais, enfim a população em geral.

Para que a cidade estimule os direitos e deveres de todos os indivíduos e grupos, deve-se pensar em um conjunto de normas e códigos que estimulem a relação entre objetos e pessoas de forma a tornar mais acessível à conexão entre os elementos da cidade. Entretanto, os espaços urbanos não oferecem condições para que os homens exerçam de forma simples um direito garantido pela constituição – direito de ir e vir, pois os cidadãos disputam os passeios públicos e vias de acesso com todos os equipamentos e mobiliários urbanos. Assim, a distribuição espacial das atividades e dos componentes deste ambiente são as peças fundamentais neste processo, ressaltando que essa acessibilidade se dará em função da separação espacial.



5.3 Energia Elétrica, Iluminação Pública e Arborização

O sistema de fornecimento de energia elétrica no Município é feito pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL (decreto nº 41019/57), cuja subestação se situa na própria Cidade e está interligada à Subestação Astorga. Nas agências de atendimento da companhia de eletricidade de COPEL em Santa Fé o cliente pode solicitar informação sobre os serviços fornecidos pela companhia (ligação, religação, vistoria técnica, verificação de tensão).

Segundo a COPEL, como consta no Plano Diretor Municipal de 2006, os dados da rede elétrica urbana e rural são os seguintes: sistema trifásico, nas tensões primárias nominais de 13,8kV, 34,5 kV e nas tensões secundárias de 220/127V; Sistema monofásico nas tensões primárias de 13,8 kV e 19,92 kV e nas tensões secundárias de 254/127 V; Frequência: 60Hz. A faixa de domínio da COPEL da Rede de Distribuição Rural (até 34,5kV) é de uma faixa de largura de 6 metros, a da Rede de Distribuição Urbana (até 34,5kV) é de afastamento mínimo horizontal entre condutores e edificações igual entre 1 e 1,70 metro.

Praticamente todos os domicílios do Município de Santa Fé são atendidos pelo abastecimento de energia elétrica. Segundo o IBGE, em 2010, de um total de 3.315 domicílios particulares permanentes, 3.308 domicílios tinham rede de energia elétrica. Portanto apenas 7 domicílios não tinham energia elétrica, o que representa 0,21% do total, sendo 4 domicílios na área urbana e 3 na área rural.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

De 2010 para 2014, percebe-se um aumento de 3.315 para 3.563 domicílios com rede de energia elétrica. Com um total de 4.630 consumidores no ano de 2014, conforme tabela abaixo, demonstra que a maior parte provém do uso residencial, representando 76,95% do total de ligações. A segunda categoria que há mais consumidores é a rural com 459 (9,9%). O consumo total de energia em Santa Fé, em 2014, foi de 28.394 Mwh. O maior consumo está no setor industrial com 8.441 Mwh (29,73%), seguido pela categoria residencial com 7.464 Mwh (26,29%).

De modo geral, presume-se o aumento da energia consumida tendo como base o aumento ligações. E o incremento das ligações e do consumo na área rural, indica o aquecimento da economia local.

Tabela 35 - Consumo e número de consumidores de energia elétrica, 2014.

Categorias	Consumo (Mwh)	Consumidores
Residenciais	7.464	3.563
Setor secundário (indústria)	8.441	140
Setor comercial	4.882	397
Rural	4.931	459
Outras classes (*)	2.676	71
Total	28.394	4.630

Fonte: IPARDES – Caderno Estatístico Municipal e COPEL

Nota:

(*) Inclui as categorias: poder público, iluminação pública, serviços e própria.

(**) Refere-se ao consumo de energia elétrica da autoprodução da indústria. Inclui os consumidores atendidos por outro fornecedor de energia e os que possuem parcela de carga atendida pela COPEL Distribuição e a outra parcela por outro fornecedor.

Com respeito à iluminação pública, a totalidade da área urbana é atendida. Existe também iluminação pública também na Vila Rural. Um aspecto importante é a compatibilização da arborização pública com a rede de energia elétrica para que as podas, como de costume, não agridam radicalmente as espécies vegetais. Este é um problema comum a praticamente todas as cidades brasileiras em função da distribuição das redes aéreas de energia que nem sempre possuem uma lógica em relação à arborização pública, atravessando cruzamentos na diagonal e alternando os lados das vias de forma aleatória quanto ao ambiente urbano. A poda das árvores é feita pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico em parceria com a COPEL.



5.4 Comunicação

Santa Fé conta com uma boa infraestrutura de telecomunicação, contando com agência de correio, além de serviço de telefonia fixa e móvel e acesso à internet. A sede municipal possui antena retransmissora de redes de televisão de canal aberto. O município possui uma estação de rádio FM local, a Rádio Santa Fé. Possui também um Jornal local, O Pioneiro.

6. ASPECTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS



6.1 Saúde

Santa Fé está inserida na 15ª Regional de Saúde do Estado do Paraná, que é composta por 30 municípios, sendo a sede em Maringá. O papel da regional é de apoio, cooperação técnica e investimentos nos municípios e nos consórcios, fomentando a busca contínua e crescente da eficiência com qualidade. Além disso, Santa Fé é parte do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUSEP (CIAMUSEP) e do Consórcio Intergestores Paraná Saúde.

No Município, no período de 2000 a 2010, como pode-se observar na tabela abaixo, houve grande diminuição da taxa de mortalidade infantil segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. O número de óbitos por mil nascidos vivos foi de 28,0 para 15,8, ficando abaixo da taxa preconizada pela Organização Mundial de Saúde, cumprindo uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (de ficar abaixo de 17,9 óbitos por 1000 nascidos vivos). Outra melhora considerável constatada no mesmo período se deu na esperança de vida ao nascer, que cresceu 3,8 anos passando de 69,7 para 73,5, auxiliando em uma boa composição da Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – 0,808.

Tabela 36 - Indicadores de saúde em Santa Fé, 1991-2010.

Longevidade, mortalidade e fecundidade	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,3	69,7	73,5
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	39,2	28,0	15,8
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	45,1	32,6	18,5
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,3	2,3	1,7

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, disponível em Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Em 2013, como mostra a Tabela 37, a taxa de mortalidade geral ficou em 7,80 por mil habitantes e a mortalidade infantil em 8,33 mil nascidos vivos. A Tabela 38 demonstra que dos 87 óbitos ocorridos no município em 2013, os causados por doenças do aparelho circulatório foram predominantes – 31%.

Tabela 37 – Coeficiente de mortalidade, 2013.

Informação	Coeficiente	Unidade
Mortalidade Infantil (CMI)	8,33	mil nascidos vivos
Mortalidade Geral	7,80	mil habitantes

Fonte: MS-Datasus e SESA-PR, disponível em IPARDES – Caderno Estatístico Municipal, dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Tabela 38 - Óbitos segundo tipos de doenças, 2013.

Tipos de Doenças	Menores de 1 ano	Total
Infecciosas e parasitárias	-	3
Neoplasias (tumores)	-	16
Do sangue, órgãos hematopoéticos e transtornos imunitários	-	-
Endócrinas, nutricionais e metabólicas	-	4
Transtornos mentais e comportamentais	-	2
Do sistema nervoso	-	3
Do aparelho circulatório	-	27
Do aparelho respiratório	-	15
Do aparelho digestivo	-	3
Da pele e do tecido celular subcutâneo	-	-
Do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	-	-
Do aparelho geniturinário	-	1
Algumas afecções originadas no período perinatal	1	1
Malformação congênita, deformidades, anomalias cromossômicas	-	-
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório	-	3
Causas externas de morbidade e mortalidade	-	9
Total - óbitos	1	87

Fonte: MS-Datasus e SESA-PR, disponível em IPARDES – Caderno Estatístico Municipal, dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Santa Fé disponibiliza o Programa Saúde da Família (PSF). O principal objetivo do programa é o acompanhamento preventivo, onde os profissionais fazem visitas domiciliares, criando vínculo com os pacientes e observando periodicamente sua saúde e evolução. As equipes Estratégia Saúde da Família (ESF) atuam em uma determinada área, realizando visitas para identificar as condições de saúde, como diabetes, hipertensão, obesidade, gestação, etc. Além disso as equipes realizam consultas, curativos e outros procedimentos domiciliares. Atualmente o município conta com duas equipes. Uma ESF fica locada na UBS Dr. João Alcir Darcol Trevisan e outra na USF Odila Colombo de Souza. Cada equipe conta com 1 médico, 1 enfermeira, 1 técnico em enfermagem e de 5 a 6 agentes comunitários de saúde.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

De acordo com a Secretaria de Saúde, além do Programa Saúde da Família, são desenvolvidos no município os seguintes programas:

- Ação coletiva de escovação dental supervisionada, ação coletiva de bochecho fluorado e aplicação tópica de flúor;
- Programa Leite das Crianças: acompanhamento das condicionalidades nutricionais das crianças;
- Grupo de Gestantes;
- Grupo de Hipertensos e Diabéticos;
- Grupo de Saúde Mental: grupo de artesanato;
- Projeto Fibromialgia;
- Programa de Educação Nutricional;
- PSE – Programa Saúde na Escola;
- Acompanhamento Materno-Infantil: consultas de pré-natal, puerpério, puericultura e imunização;
- Palestras sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis;
- Equipe multidisciplinar para avaliação de planejamento familiar;
- Grupo antitabagismo;
- Projeto Férias com Saúde: prevenções de doenças para crianças, realizado nas férias escolares.

O município se responsabiliza pelos atendimentos de baixa complexidade. Os atendimentos classificados como média ou alta complexidade são encaminhados para outros municípios. A Unidade de Urgência e Emergência pode também atender casos de média complexidade e avaliar se o paciente deve ou não ser encaminhado.

As especialidades ofertadas à população na Unidade Básica de Saúde são: clínica geral, enfermagem, ginecologia, pré-natal, imunização e odontologia. De acordo com a Secretaria de Saúde, os principais serviços ofertados são consultas médicas, inalações, aplicação de injeções, curativos, vacinas, coleta de exames preventivos e fornecimento de medicação básica.

Quando tratamento ou especialidade não é ofertada na cidade, os pacientes são encaminhados para outras unidades de saúde dentro do Estado do Paraná. Os encaminhamentos são feitos principalmente para o município de Maringá, geralmente através do CIAMUSEP. Para atendimentos eletivos, como cirurgias de cataratas, vasectomias e histerectomias, os pacientes normalmente são encaminhados para Colorado ou Nova Esperança, através da Regional de Saúde. Ainda pela Regional de Saúde, quando necessário, pode-se encaminhar o paciente também para Londrina, Curitiba, Ponta Grossa, Campo Largo ou Campina Grande do Sul. A Unidade de Urgência



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

e Emergência encaminha normalmente os pacientes para os hospitais de Maringá ou Astorga, conforme regulamentação da Central de Vagas.

EQUIPAMENTOS

Analisando os dados até então demonstrados neste capítulo e os contidos nas tabelas 39 e 40, pode-se dizer que Santa Fé possui uma estrutura satisfatória de atendimento às necessidades dos munícipes com estabelecimentos municipais e privadas para o atendimento, principalmente pelo aumento dos índices de Longevidade, que pode ser verificado ao longo dos anos, nos parâmetros bons de esperança de vida ao nascer, no número, tipo e estrutura dos equipamentos de saúde ofertados. Existe apenas 1 estabelecimento de saúde da esfera estadual. Segundo o IPARDES, Santa Fé possui 19 estabelecimentos de saúde.

Tabela 39 -Estabelecimentos de saúde segundo a esfera administrativa, 2014.

Esfera Administrativa	Número
Federal	-
Estadual	1
Municipal	21
Privada	48
Total	70

Fonte: MS/CNES, disponível em IPARDES- Caderno Estatístico Municipal

Tabela 40 -Número de Estabelecimentos de Saúde, segundo tipo de estabelecimento-2014

Tipo de estabelecimento	Número
Centro de atenção psicossocial (CAPS)	-
Centro de saúde / Unidade básica de saúde	2
Clínica especializada / Ambulatório especializado	2
Consultórios	8
Hospital geral	1
Policlínica	1
Posto de saúde	1
Unidades de pronto atendimento (UPAs)	-
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	3
Unidade de vigilância em saúde	-
Unidade móvel de nível pré-hospitalar - urgência / emergência	-
Total de estabelecimentos (1)	19

NOTA: Situação da base de dados nacional em 29 de junho de 2015. Dados sujeitos a retificação. Posição em dezembro. (1) A soma por tipo de estabelecimentos, não representa o total, em razão de não estar sendo considerados todos os tipos, mas a sua maioria (aproximadamente 95%).

Fonte: IPARDES- Caderno Estatístico Municipal

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, o município possui uma Unidade Básica de Saúde, uma Unidade de Saúde da Família e uma Unidade de Urgência e Emergência, além de Clínicas de Odontologia, Fisioterapia, Psicologia, Fonoaudiologia e Raio X, como mostra a tabela abaixo.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 41 - Equipamentos de Saúde de Santa Fé, 2016

Equipamento	Endereço	Horário de funcionamento
UBS Dr. João Alcir Darcol Trevisar	Rua Vera Cruz, 120 – Centro	Das 08:00 às 17:00
USF Odila Colombo de Souza	Rua Nicola Licce, 432 – Jardim Alvorada	Das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00
Unidade de Urgência e Emergência 24 horas	Rua Ponta Grossa, 766 – Centro	24 horas todos os dias da semana
Clínica Odontológica	Rua Vera Cruz, 107 – Jardim Nobre	Das 07:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00
Clínica de Fisioterapia	Rua Maringá, 429 – Centro	Das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00
Clínica de Psicologia e Fonoaudiologia	Rua Sertanópolis, 289 - Centro	Das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00
Setor de Agendamento e Vigilância Sanitária	Av. Presidente Kennedy, 530 - Centro	Das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00
Clínica de Raio X	Av. Presidente Kennedy, 688 – Centro	Das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Os equipamentos de saúde existentes atendem de maneira satisfatória a demanda da população local. A Clínica de Fisioterapia é uma exceção à situação geral, já que a mesma não possui a estrutura ideal e as condições de acessibilidade necessárias para o atendimento satisfatório dos pacientes. Segundo a Secretaria de Saúde, já está prevista mudança da Clínica de Fisioterapia para outro prédio, onde tais questões serão sanadas.

A Clínica Odontológica Municipal, localizada no Jardim Nobre, está sendo realocada para o prédio da Unidade Básica de Saúde, onde funcionará normalmente, ocupando duas salas individuais para os atendimentos odontológicos. De acordo com a Secretaria de Saúde, uma sala para atendimento odontológico será ativada posteriormente na USF.

Quanto à questão de funcionários da área de saúde, como podemos concluir a partir da observação da tabela acima, o município está em déficit, pois não atingiu o padrão ideal de número de médicos por habitante - 1 médico para cada mil habitantes, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, para que este padrão seja atingido é necessária a contratação de mais uma Equipe Estratégia Saúde da Família (ESF).

Já na questão de números de leitos por habitante, a OMS estabelece como padrão ideal a quantidade de 3 leitos para cada mil habitantes. Santa Fé não possui nenhum leito de internação, somente leitos de observação na Unidade de Urgência e Emergência. Quando necessário, o paciente é encaminhado para hospitais de referência na região.

ABRANGÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

De acordo com o mapa de abrangência dos equipamentos de saúde na sede do município de Santa Fé (Figura 41), percebe-se que a área consolidada está bem



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

atendida pelos estabelecimentos instalados ao longo da malha urbana, ou seja, quase todos os loteamentos consolidados apresentam algum equipamento levando em consideração seu raio de abrangência. Os únicos loteamentos que não estão dentro do raio de abrangência dos principais equipamentos de saúde são o Jardim Pioneiros, ao norte, e o Jardim Cristo Rei, à oeste. Mesmo assim, a distância entre os equipamentos e os loteamentos citados é curta, não havendo a necessidade imediata de construção de novos equipamentos. À medida que novo loteamentos forem implantados, devem ser construídos novos pontos de atendimento para que os mesmos não fiquem deficientes nos atendimentos dos serviços de saúde.

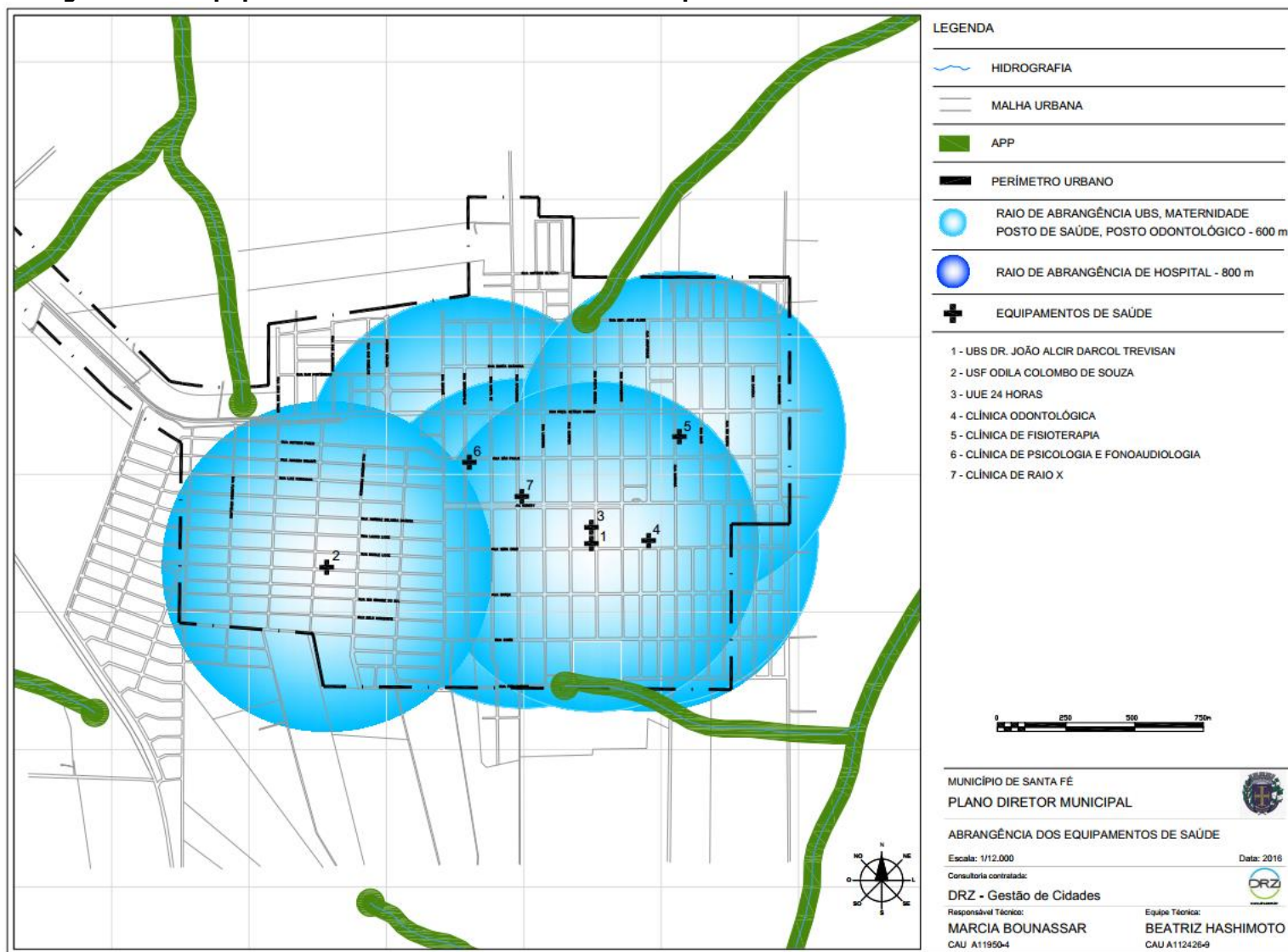


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 41 – Abrangência dos Equipamentos de Saúde na Sede do Município de Santa Fé



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Fé, dados trabalhados pela DRZ- Gestão de Cidades



VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA

De acordo com a Secretaria de Saúde de Santa Fé, a vigilância epidemiológica do município desenvolve as seguintes ações: notificações de agravos e doenças; acompanhamentos e visitas em casos de surtos de doenças epidemiológicas; encaminhamento para consultas especializadas; alimentação de sistemas de informação (SIM, SINAN, SINASC, SIVEP DDA); confecção de relatórios, participação em reuniões; monitoramento dos serviços de vacina; promoção de ações educacionais permanentes sobre vigilância epidemiológica.

A vigilância sanitária por sua vez realiza atividades educativas, cadastro, inspeção e licenciamento de estabelecimentos de serviços de alimentação, recebimento e atendimento de denúncias, fiscalização do uso de produtos fumíferos em ambiente coletivo e instauração de procedimentos administrativos sanitários.



6.2 Educação

No período de 1991 a 2010, o acesso à educação na maioria dos municípios do Estado do Paraná melhorou segundo os indicadores do Desenvolvimento Humano e Santa Fé acompanhou esta evolução. Os índices de educação demonstraram-se os de maiores crescimentos e outra melhoria, foi demonstrada na queda do analfabetismo.

A situação da educação entre a população em idade escolar é verificada pelas proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos e influenciam na composição IDHM Educação – 0,601 em 2010.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano, como ilustra o Gráfico 13, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola no município foi de 95,34%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental foi de 84,42%; já a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 57,58%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 33,51%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 68,63 pontos percentuais, 36,88 pontos percentuais, 34,30 pontos percentuais e 8,47 pontos percentuais.

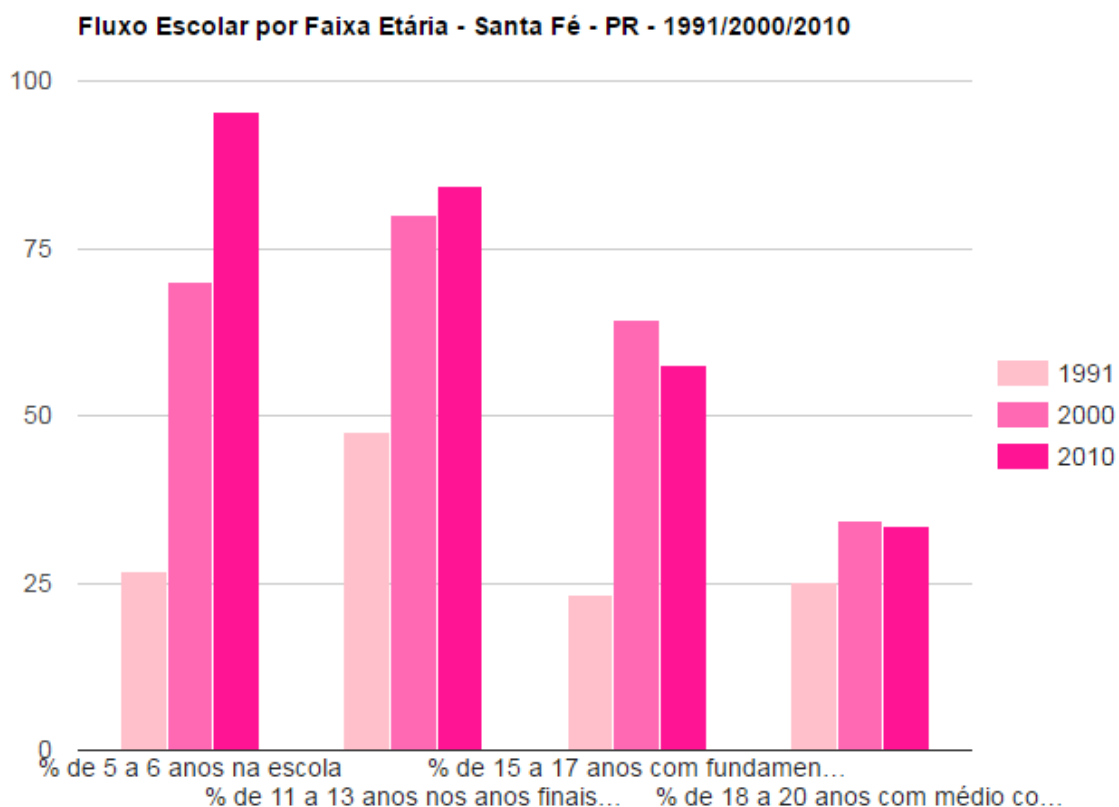
Em 2010, 86,57% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 93,81% e, em 1991, 83,22%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 9,71% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 4,44% e, em 1991, 7,06%.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

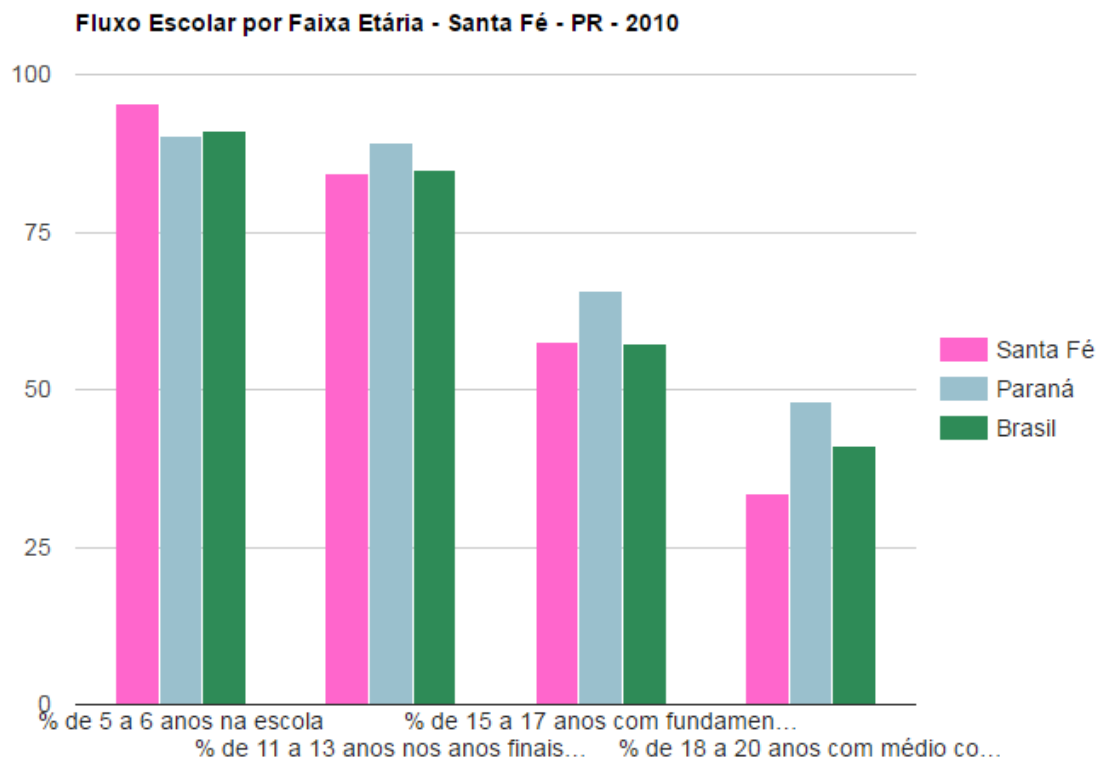
Revisão do Plano Diretor Municipal

Gráfico 13 – Fluxo Escolar por Faixa Etária de Santa Fé, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, disponível no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Gráfico 14 - Comparativo do fluxo escolar por faixa etária em Santa Fé, no Paraná e no Brasil



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, disponível no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

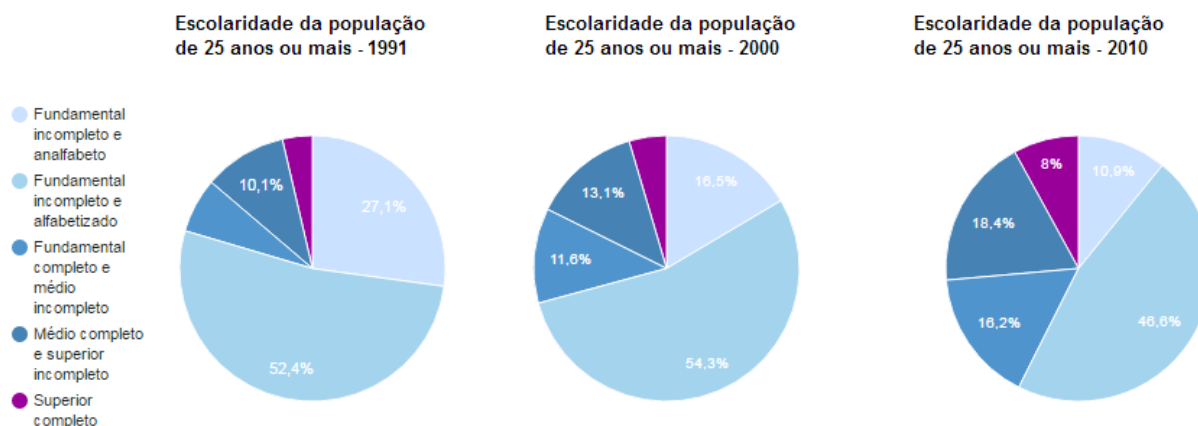
Revisão do Plano Diretor Municipal

O Gráfico 14, onde o fluxo escolar de Santa Fé é comparado ao do Paraná e do Brasil, deixa claro que o nível educacional da população estava, em 2010, aquém da média paranaense em quase todas as categorias. No entanto, o percentual de crianças de 5 a 6 anos na escola estava acima da taxa do Estado. Esta diferença demonstra a eficiência das políticas públicas municipais em relação aos Centros de Educação Infantil (CMEIs).

Continuando a análise dos dados de fluxo escolar por faixa etária observa-se que o nível educacional aumentou muito em todos os aspectos no período entre 1991 e 2000. Já no período entre 2000 e 2010, os percentuais de crianças de 5 a 6 anos na escola e de crianças de 11 a 13 nos anos finais do ensino fundamental cresceram, já o percentual de alunos com o ensino fundamental ou médio completo diminuiu. Podemos, portanto, concluir que o problema da evasão escolar nos últimos anos do ensino fundamental e principalmente no ensino médio tem prejudicado a escolaridade da população jovem santa-feense.

O nível de escolaridade da população adulta também contribui na composição do IDHM Educação. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 35,48% para 47,42%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 23,57%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 10,86% eram analfabetos, 42,58% tinham o ensino fundamental completo, 26,41% possuíam o ensino médio completo e 7,98%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Gráfico 15 - Escolaridade da População Adulta de Santa Fé - 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, disponível no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Com base nos gráficos acima, percebe-se claramente a melhora na



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

escolaridade da população adulta de Santa Fé ao longo dos anos. A constante redução na porcentagem da população analfabeta e o aumento gradativo da população com ensino superior completo são bons indicadores desta melhora.

EQUIPAMENTOS

Santa Fé faz parte do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Maringá. No município existem instituições de ensino regular, educação especial e educação de jovens e adultos. Sobre o número de matrículas de ensino regular, conforme o IPARDES, é possível perceber que o valor mais expressivo é o ensino fundamental, 59,07% do total de matrículas, seguido pela educação infantil, com 21,41%. 49,38% dos alunos do ensino regular estão matriculados na esfera municipal e 45,11% na esfera estadual. Em 2014, as matrículas no ensino especial totalizaram 46 e as da educação de jovens e adultos (EJA), 38.

Tabela 42 - Matrículas no ensino regular, segundo as modalidades de ensino - 2014

Modalidade de ensino	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
Educação infantil (1)	-	-	441	45	486
Creche	-	-	251	24	275
Pré-escola	-	-	190	21	211
Ensino fundamental	-	581	680	80	1.341
Ensino médio	-	443	-	-	443
Educação profissional	-	-	-	-	-
Total	-	1.024	1.121	125	2.270

NOTA: No ensino fundamental, é incluído as matrículas do ensino de 8 e 9 anos. No ensino médio, as matrículas do ensino médio regular, do ensino integrado à educação profissional e do ensino normal / magistério. E na educação profissional, as matrículas concomitante e subsequente. (1) A partir de 2013, a soma de Creche e Pré-Escola diferem do total porque está incluído a matrícula unificada (creche e pré-escola juntas).

Fonte: IPARDES - Caderno Estatístico Municipal

Tabela 43 - Matrículas na Educação Especial e na Educação de Jovens e Adultos, 2014

Dependência Administrativa	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos
Federal	-	-
Estadual	-	27
Municipal	2	11
Particular	44	-
Total	46	38

Fonte: IPARDES, Caderno Estatístico Municipal

O Município possui 3 estabelecimentos de ensino público fundamental, sendo 2 escolas municipais e 1 estadual. Apenas um estabelecimento oferece ensino médio, este é de competência estadual. Além disso, alguns estabelecimentos de ensino abrigam de modo compartilhado, as turmas de competência municipal e de competência estadual. A educação infantil pública é responsabilidade do município. Existem em Santa Fé 3 Centros de Educação Infantil.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 44 - Equipamentos de ensino, por localidade em Santa Fé, 2016

ESCOLA	ALUNOS
CMEI PROF. ANTONIO PEDRO MACHADO	127
CMEI PROF. IVONE MALAVAZI	199
CMEI PROF. MARLY BATISTA DE AZEVEDO SILVA	215
ESC. MUN. 09 DE DEZEMBRO	347
ESC. MUN. JARDIM PRIMAVERA	318
ESC. EST. CECÍLIA MEIRELES	524
COL. EST. MAL. ARTHUR DA COSTA E SILVA	658
ESCOLA ESPECIAL NOVO AMANHECER - APAE	51

Nota: Número de matrículas das Escolas 9 de Dezembro, Jardim Primavera, Cecília Meireles e Colégio Mal. Arthur Costa e Silva são referentes ao ano letivo de 2015.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Núcleo Regional de Educação, dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades

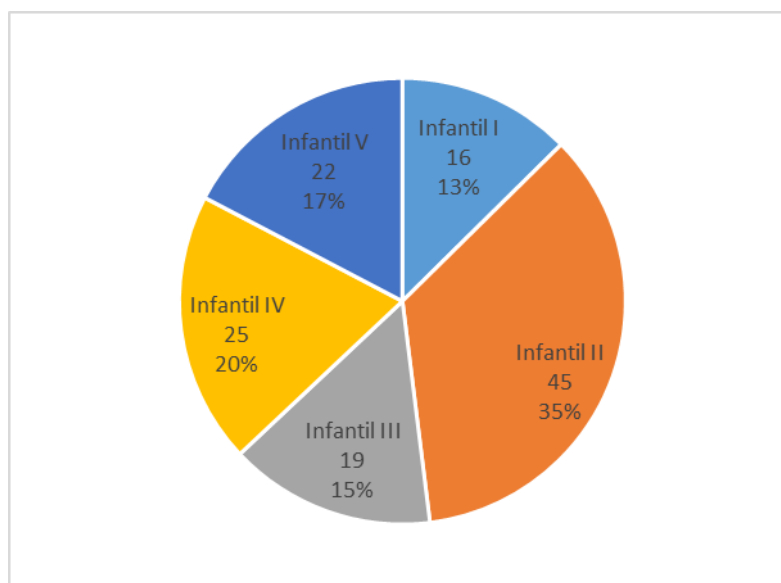
Na Tabela 44 estão listados todos os equipamentos públicos de ensino. No município existe também uma escola particular, a Escola Oxiênio.

Segundo a Secretaria de Educação, os edifícios da área de educação estão adequados e têm as instalações mínimas necessárias para garantir a acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais.

C.M.E.I. Prof. Antônio Pedro Machado

O Centro Municipal de Educação Infantil Professor Antônio Pedro Machado iniciou suas atividades em 1988 e está localizado na Rua Mato Grosso, no Conjunto Habitacional Valdemar Fernandes Pinheiro. Atualmente funciona em período integral e atende crianças de 0 a 5 anos. Hoje estão matriculadas 127 crianças, distribuídas da seguinte maneira:

Gráfico 16 - Distribuição das matrículas por série no CMEI Prof. Antonio P. Machado, 2016



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Fazem parte do quadro de funcionários do CMEI um administrador com pós-graduação, um corpo docente de 7 funcionários (4 com pós-graduação, 2 com graduação e 1 com magistério), 3 auxiliares de serviços infantis, 4 auxiliares de serviços gerais e 4 estagiárias. A infraestrutura do CMEI é satisfatória e foi avaliada pela diretoria da escola como boa e ótima, conforme tabela a seguir.

Tabela 45 - Avaliação dos padrões de infraestrutura do ambiente escolar - CMEI Prof. Antônio P. Machado, 2016

Item avaliado	Ótimo	Bom	Regular	Inadequado
Iluminação	X			
Insolação		X		
Ventilação		X		
Visão para o espaço externo		X		
Rede elétrica e segurança		X		
Água Potável		X		
Esgotamento sanitário		X		
Instalações sanitárias e higiene pessoal das crianças	X			
Instalações para o preparo e/ou serviço de alimentação		X		
Mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos	X			
Adequação às características das crianças especiais		X		
Ambiente interno e externo para o desenvolvimento das crianças	X			

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

C.M.E.I. Prof^a. Ivone Malavazi

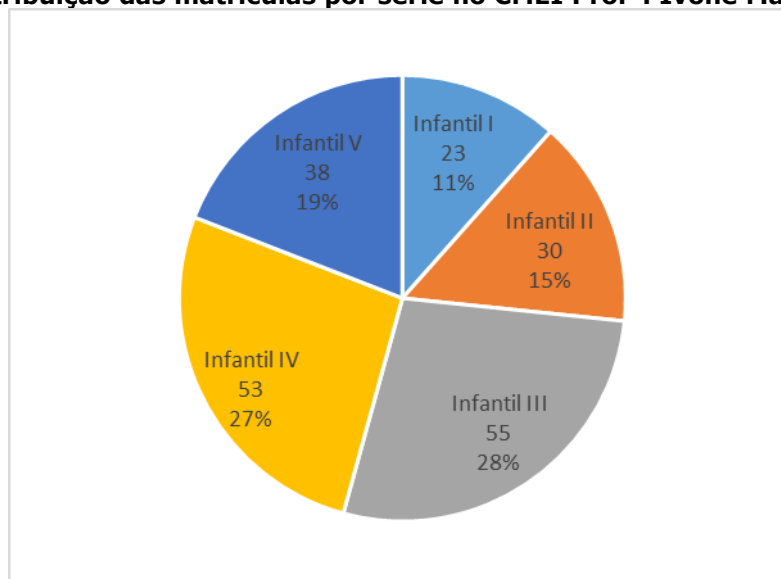
O Centro Municipal de Educação Infantil Professora Ivone Malavazi iniciou suas atividades em 2003, no bairro Jardim Primavera III. Em 2012 passou a atender em novo endereço: Rua Londrina, 781 – Centro. O CMEI funciona em período integral e atende 199 crianças de 0 a 5 anos distribuídas nas séries Infantil I a V conforme o gráfico abaixo:



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Gráfico 17 - Distribuição das matrículas por série no CMEI Profª. Ivone Malavazi, 2016



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades

Tabela 46 - Avaliação dos padrões de infraestrutura do ambiente escolar - CMEI Profª. Ivone Malavazi, 2016

Item avaliado	Ótimo	Bom	Regular	Inadequado
Iluminação	X			
Insolação		X		
Ventilação		X		
Visão para o espaço externo		X		
Rede elétrica e segurança		X		
Água Potável		X		
Esgotamento sanitário		X		
Instalações sanitárias e higiene pessoal das crianças	X			
Instalações para o preparo e/ou serviço de alimentação		X		
Mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos	X			
Adequação às características das crianças especiais		X		
Ambiente interno e externo para o desenvolvimento das crianças	X			

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

A avaliação da infraestrutura e da qualidade do ambiente escolar do CMEI Ivone Malavazi foi a mesma do CMEI Antonio Machado, mostrando uma consistência na manutenção e na gestão feita pela administração municipal. Assim como o CMEI Antonio Machado, todos os itens avaliados foram classificados como bons ou ótimos.

O quadro de funcionários do CMEI é composto por 1 funcionário com pós-graduação no setor administrativo, 11 docentes (4 com magistério, 4 graduados em pedagogia, 4 pós-graduados), 4 auxiliares de serviços infantis, 4 estagiárias e 5 auxiliares de serviços gerais.



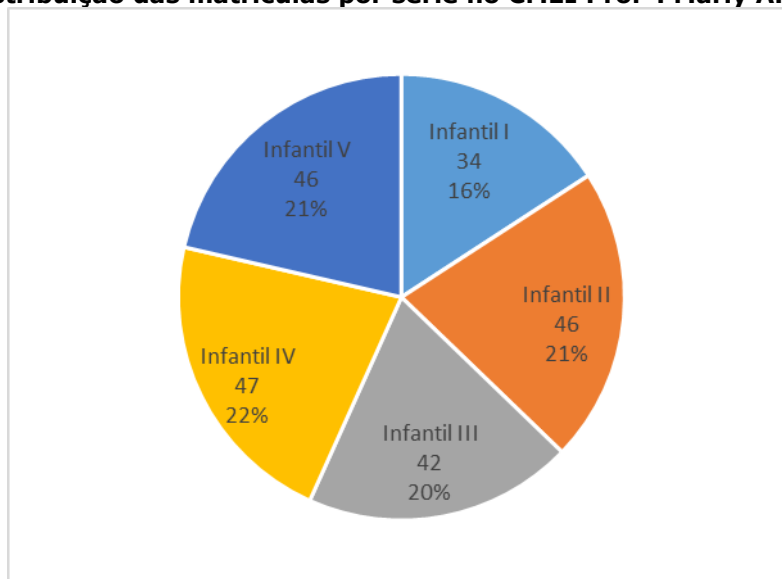
C.M.E.I. Prof^a. Marly Azevedo e Silva

O Centro Municipal de Educação Infantil Professora Marly Azevedo e Silva está localizado no Jardim Alvorado III, entre as ruas Amábil Belanda e Lauro Licce. O CMEI iniciou suas atividades em 2008, funciona em período integral e atende crianças de 0 a 5 anos de idade. Hoje, com 215 crianças matriculadas, é o mais Centro de Educação Infantil do município.

Além do maior número de alunos matriculados, o CMEI Marly Azevedo e Silva também possui o melhor desempenho na avaliação do ambiente escolar – 7 dos 12 itens foram avaliados como ótimo. Outro quesito em que o CMEI se destaca é o seu corpo docente, onde 8 dos 11 professores possuem pós-graduação.

O quadro de funcionários é composto por 3 funcionários no setor administrativo, 11 docentes (1 com magistério, 1 com ensino superior, 8 com pós-graduação), 6 auxiliares de serviços infantis, 6 estagiárias e 5 auxiliares de serviços gerais.

Gráfico 18 - Distribuição das matrículas por série no CMEI Prof^a. Marly A. Silva



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 47 - Avaliação dos padrões de infraestrutura do ambiente escolar - CMEI Profª. Marly A. Silva, 2016

Item avaliado	Ótimo	Bom	Regular	Inadequado
Iluminação	X			
Insolação		X		
Ventilação		X		
Visão para o espaço externo	X			
Rede elétrica e segurança		X		
Água Potável		X		
Esgotamento sanitário		X		
Instalações sanitárias e higiene pessoal das crianças	X			
Instalações para o preparo e/ou serviço de alimentação	X			
Mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos	X			
Adequação às características das crianças especiais	X			
Ambiente interno e externo para o desenvolvimento das crianças	X			

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Segundo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, os três Centros de Educação Infantil contam também com nutricionista, psicopedagoga, psicóloga, fonoaudióloga e coordenação pedagógica.

Escola Municipal 09 de Dezembro

A Escola Municipal 09 de Dezembro tem sede compartilhada com o Colégio Marechal Arthur Costa e Silva e está localizada no Centro de Santa Fé, na Rua São Paulo. A escola oferta os primeiros anos do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) nos períodos matutino e vespertino e da 1ª a 4ª etapa da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno. A Escola tinha, em 2015, cerca de 326 alunos matriculados no ensino regular e 21 no EJA.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 48 - Número de matrículas, desistências, transferências, reprovações e conclusões na E. M. 09 de Dezembro, 2011-2015

Ano	Série	Etapa	Módulo	Matrículas					Desistentes					Transferidos					Reprovados					Concluintes				
				2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
ENSINO FUNDAMENTAL	1º ano			73	53	58	57	49						04	06	07	01	13	0	04	01			69	43	50	56	36
	2º ano			70	80	76	63	60						07	06	07	07	09	08	20	03			55	54	66	56	51
	3º ano			61	73	76	81	71						02	04	05	07	06	06	16	09	03	08	53	53	62	71	57
	4º ano/3ª série			78	63	74	74	85			01			05	02	09	08	09	08	06	02	06	02	65	55	63	59	74
	5º ano/4ª série			73	68	61	71	61						07	03	01	05	01	01	03				65	62	60	66	60
EJA FASE I	1ª etapa			06	09	09	06	09			01			01				01	03	06	04	03	05	02	03	04	03	03
	2ª etapa			05	13	07	03	08							01				04	09	04	02	06	01	03	03	01	02
	3ª etapa			13	14	08	06	03											04	09	05	03	03	09	05	03	03	
	4ª etapa			20	12	04	08	01											06	04	02	03		14	08	02	05	01

Fonte: Escola Municipal 9 de Dezembro, Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Analisando a Tabela 48, percebe-se que a evasão escolar é baixa, não existindo grandes problemas de permanência dos alunos nos primeiros anos do ensino fundamental. A reprovação é uma situação mais recorrente na Escola, principalmente na educação de jovens e adultos. Em 2015, por exemplo, na 1ª etapa do EJA a taxa de reprovação foi de 55%, e na 2ª etapa, 75%. Já no ensino regular, levando ainda o ano de 2015 em consideração, a taxa de reprovação foi de 11% no 3º ano do ensino fundamental, totalizando 8 alunos.

O quadro de funcionários é distribuído da seguinte maneira: 1 funcionário na direção, 2 na equipe pedagógica, corpo docente de 24 funcionários, 5 auxiliares de serviços gerais e 2 cozinheiras.

Segundo informações da Escola, há dificuldades para a implantação das políticas de inclusão, já que não há professores especializados disponíveis para atender esta demanda.

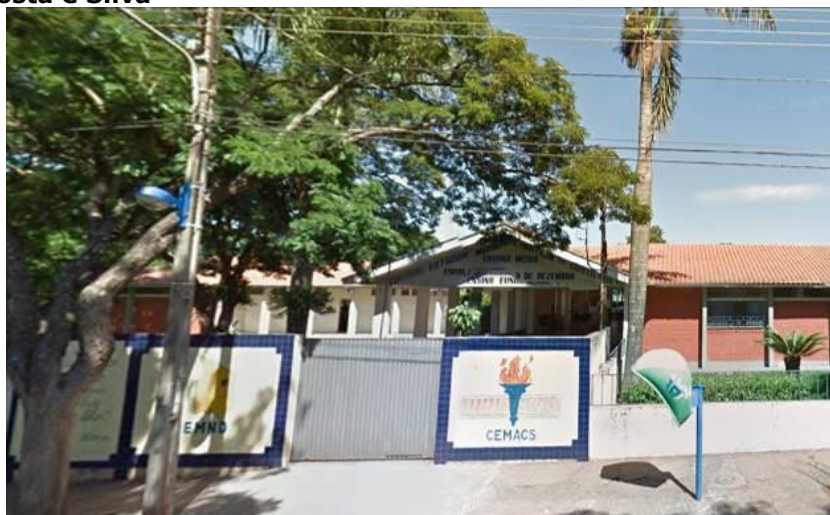
Em relação à adequação do espaço físico à demanda escolar, a Escola Municipal 09 de Dezembro não está satisfatória. É necessária a construção de uma sede própria para a Escola ou pelo menos a construção de um espaço suficiente para implantação de pelo menos 3 novas salas.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ "Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 42 - Sede compartilhada da Escola Municipal 9 de Dezembro e do Colégio Estadual Mal. Arthur Costa e Silva



Fonte: Google Street View, 2012.

Escola Municipal Jardim Primavera

A Escola Municipal Jardim Primavera de ensino fundamental está localizada na Rua das Hortênsias, no Jardim Primavera e funciona nos períodos matutino e vespertino. Em 2015 haviam 318 alunos matriculados.

O quadro de funcionários é composto por 22 professores, 1 diretora, 1 psicóloga, 1 psicopedagoga, 1 bibliotecária, 1 secretária, 1 porteiro, 2 cozinheiras e 4 auxiliares de serviços gerais. 20 professores do corpo docente possuem nível superior e especialização. Como formação complementar, são ofertados pela Secretaria de Educação cursos de capacitação e qualificação aos professores, através do Pacto Nacional pela Educação, Sistema de Ensino Positivo, FTD, entre outros.

A Escola não sofre com problemas de evasão. Os principais problemas enfrentados são a dificuldade de aprendizado dos alunos e a falta de professores intérpretes para a total implementação das políticas de inclusão.

Escola Estadual Cecília Meireles

A Escola Estadual Cecília Meireles funciona nos períodos matutino e vespertino, oferta os últimos anos do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e possui 524 alunos matriculados. A Escola está localizada na Rua Londrina, nº 898.

O quadro de funcionários é composto por 40 docentes – todos com graduação e pós-graduação, 4 pedagogos, 1 diretora e 13 agentes. Cerca de 20% do corpo docente já fez o Programa Desenvolvimento Educacional do Paraná (PDE).

Como podemos constatar com base nas informações da Tabela 49, nos últimos anos, o número de alunos matriculados vem caindo gradativamente. Além disso, percebe-se que a escola tem sofrido com altas taxas de evasão e abandono escolar.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Porém percebe-se também que as taxas de evasão estão diminuindo, o que demonstra a atuação da Escola em face do problema de permanência dos alunos.

Tabela 49 - Número de matrículas e evasão escolar nos últimos 5 anos na E.E. Cecília Meireles

Ano	Matrículas	Evasão	% Evasão
2011	704	45	6,39
2012	674	41	6,08
2013	666	42	6,30
2014	588	33	5,61
2015	524	16	3,05

Fonte: Escola Estadual Cecília Meireles, Secretaria de Estado de Educação

De acordo com a diretoria da Escola, além do abandono escolar e do desinteresse pelos estudos, os principais problemas enfrentados pela Escola Cecília Meireles e pelo setor de Educação de Santa Fé em geral são a falta de acompanhamento da família – especialmente as dos alunos em situação de vulnerabilidade social, a inexistência de uma patrulha escolar no município e a ausência de uma rede de apoio (com psicólogos, assistentes sociais, psicopedagogas, neurologistas e psiquiatras) para atuação junto ao aluno e à família.

Sobre a questão das políticas de inclusão social, observa-se que a Escola Cecília Meireles é uma das melhores preparadas no município. Foram implantados programas como Salas de Apoio a Aprendizagem, Salas de Recursos Multifuncionais, Teatro como atividade complementar curricular de contra turno e aulas especializadas de treinamentos esportivos (futsal e tênis de mesa). Quanto às dificuldades no processo de inclusão, a Escola destaca a falta de profissionais especializados (psicólogo, neurologista, psicopedagogo) para avaliar quais alunos têm dificuldades de aprendizado e necessidade de utilizar os programas de inclusão disponíveis.

Colégio Estadual Marechal Arthur da Costa e Silva

O Colégio Estadual Marechal Arthur da Costa e Silva está localizada na Rua São Paulo, nº 341, e tem sede compartilhada com a Escola Municipal 09 de Dezembro. No período matutino, o Colégio atende turmas do ensino médio regular. No período noturno, são ofertadas ensino médio regular, últimas etapas do ensino fundamental do EJA e ensino médio do EJA.

O quadro de funcionários é composto por 1 diretora, 2 pedagogas, 1 secretária, 3 técnicos administrativos, 7 auxiliares de serviços gerais e 30 professores. Todos os docentes possuem pós-graduação em suas respectivas áreas de atuação e cerca de 50% deles já realizaram o PDE. A maioria dos professores participa também dos cursos de formação ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e de cursos online disponibilizados pela Secretaria de Educação do Estado.



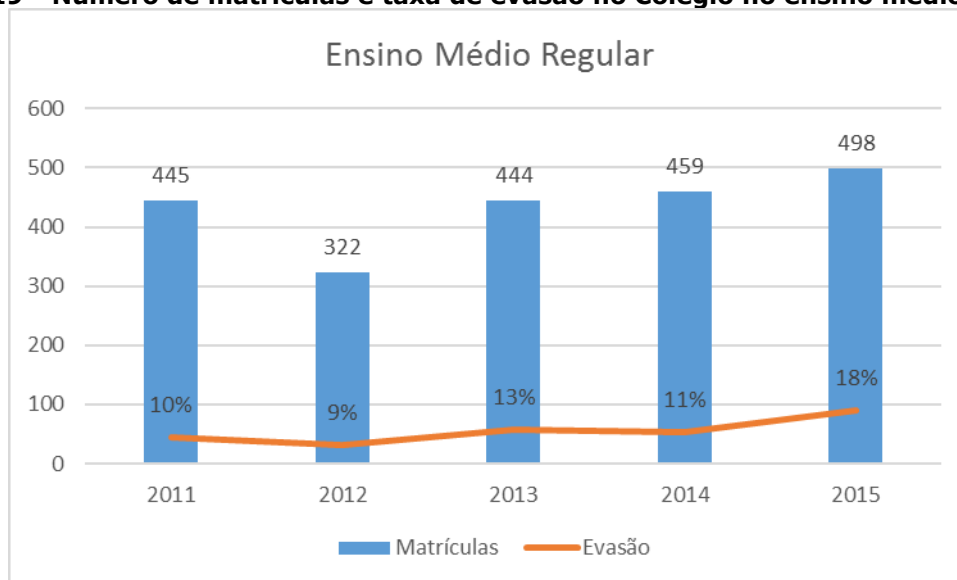
MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

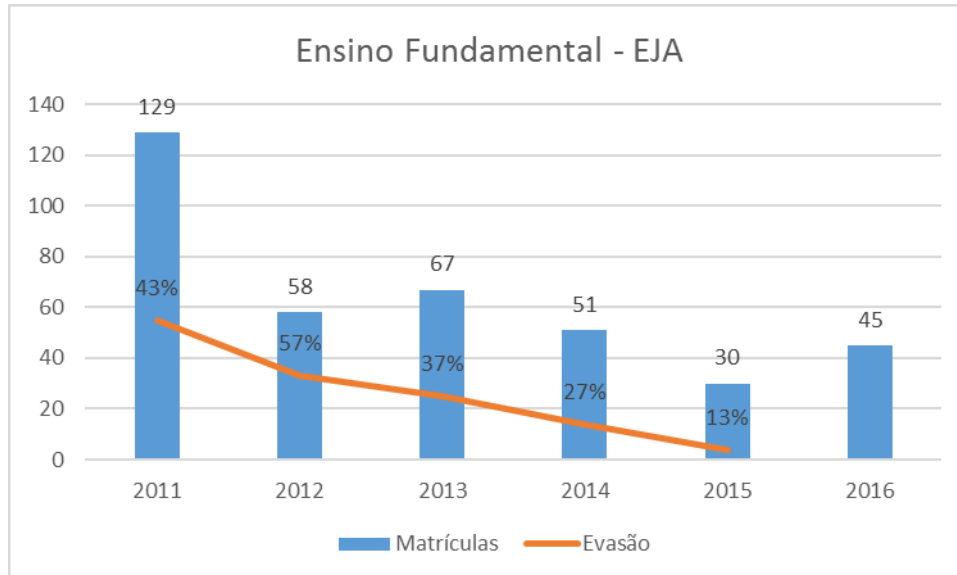
Os Gráficos 19 a 21, a seguir, mostram o número de matrículas e a taxa de evasão de cada etapa de ensino do Colégio Estadual Mal. Arthur Costa e Silva.

Gráfico 19 - Número de matrículas e taxa de evasão no Colégio no ensino médio regular



Fonte: Colégio Estadual Mal. Arthur Costa e Silva, Secretaria de Estado de Educação, dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades

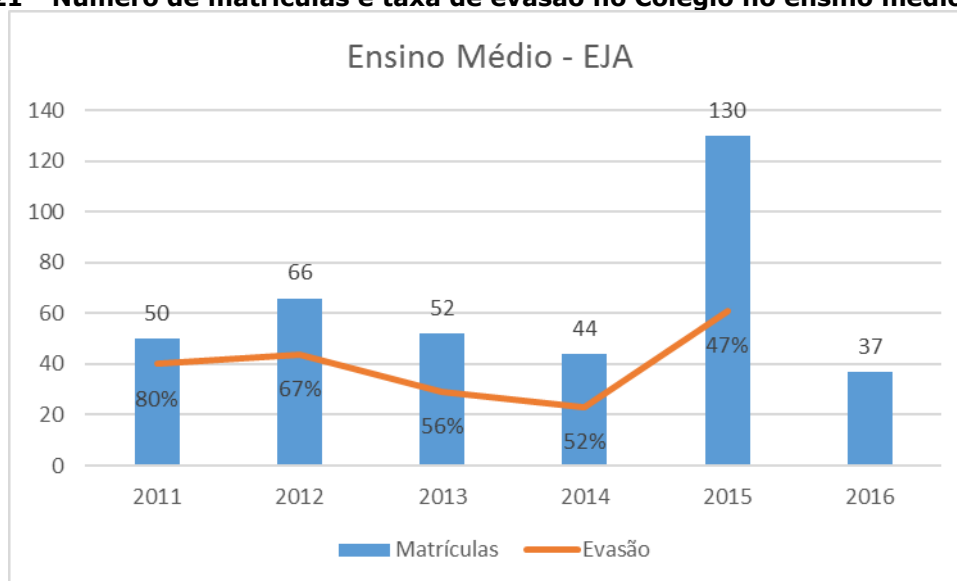
Gráfico 20 - Número de matrículas e taxa de evasão no Colégio no ensino fundamental (EJA)



Fonte: Colégio Estadual Mal. Arthur Costa e Silva, Secretaria de Estado de Educação, dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades



Gráfico 21 - Número de matrículas e taxa de evasão no Colégio no ensino médio (EJA)



Fonte: Colégio Estadual Mal. Arthur Costa e Silva, Secretaria de Estado de Educação, dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades

Analisando os gráficos, sabe-se que o principal problema enfrentado pelo colégio é a evasão escolar. A evasão escolar é ainda maior no período noturno, especialmente na educação de jovens e adultos. O Colégio precisa de políticas que incentivem a permanência dos estudantes. As questões apontadas pela direção do Colégio que agravam o problema da evasão são a falta de uma equipe multidisciplinar que atenda pais, alunos e professores, o consumo de drogas entre os alunos e a falta de comprometimento dos pais com a vida escolar dos filhos.

Sobre a questão das políticas de inclusão, o Colégio Arthur Costa e Silva não possui infraestrutura nem profissionais capacitados para o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais. Estes alunos são atendidos na Escola Estadual Cecília Meireles – 6º ao 9º do Ensino Fundamental.

ABRANGÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

Quanto à abrangência dos equipamentos de educação (Figura 43), nota-se que a sede do município de Santa Fé, tem boa diversidade bom atendimento na área consolidada. No entanto, devem ser construídos novos pontos de atendimento para que os loteamentos que vierem a ser implantados não fiquem deficientes no atendimento.

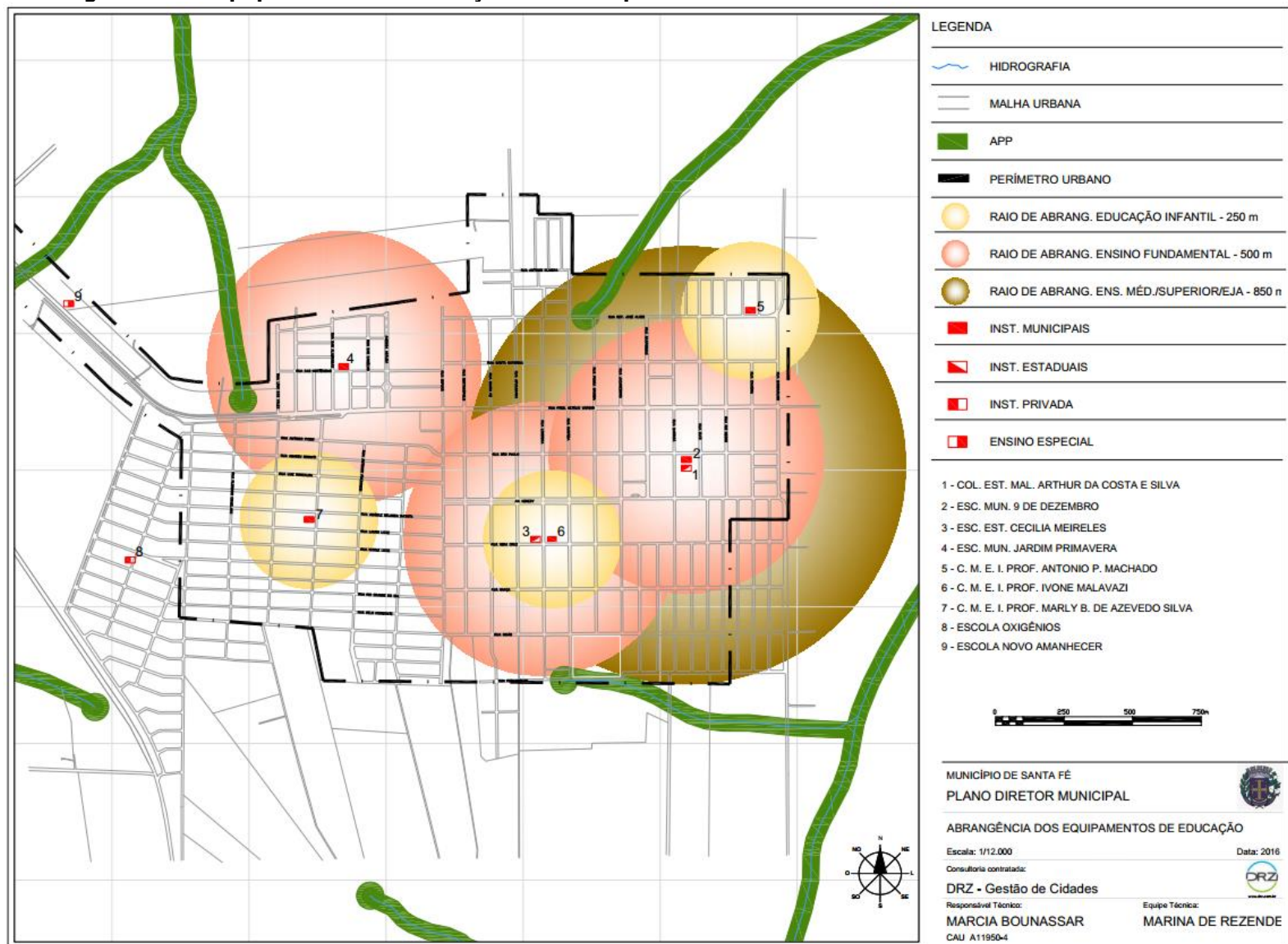


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 43 – Abrangência dos Equipamentos de Educação no Município de Santa Fé



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, dados trabalhados pela DRZ- Gestão de Cidades



MERENDA ESCOLAR

De acordo com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a alimentação escolar faz parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, que contribui na aprendizagem, no rendimento escolar dos estudantes e na formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar com acompanhamento nutricional. O PNAE é acompanhado e fiscalizado pelos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

São atendidos toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades conveniadas com o poder público, por meio da transferência de recursos financeiros pela União a estados e municípios por dia letivo e para cada aluno. A responsável técnica pela Merenda Escolar no município é a nutricionista Silvana da Silva Colombo.

Os alimentos são adquiridos através de licitação ou chamada pública, sendo que grande parte dos produtos provém da agricultura familiar municipal. Os cronogramas de compra e entrega são feitos semanalmente, de acordo com as requisições por estabelecimentos de ensino – Escolas/CMEIs, e a distribuição é feita por profissionais designados pela Prefeitura Municipal, com fornecimento em cada Escola ou CMEI, por veículo próprio. As entregas dos alimentos perecíveis são feitas semanalmente enquanto os gêneros não-perecíveis são destinados para o consumo mensal.

EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E ENSINO SUPERIOR

Não há no município Educação Profissionalizante ofertada pela esfera pública. Existem cursos técnicos e tecnológicos ofertados pela empresa CEDAP/CEDATEC nas áreas de informática, mecânica automotiva, inglês, cabelereiro, maquiagem, eletricitista, atendente farmacêutica e gestão administrativa. Segundo a Secretaria de Municipal de Educação e Cultura, esses cursos técnicos atendem cerca de 280 alunos.

Não há em Santa Fé instituições de ensino superior. O município de Maringá, o mais procurado pela população santa-feense para o ingresso no ensino superior, possui 5 instituições de ensino superior, incluindo uma universidade pública – a Universidade Estadual de Maringá (UEM). Os alunos de educação à distância (EaD) geralmente frequentam o polo de Astorga da UNICESUMAR.

De acordo com a Secretaria de Educação e Cultura, 180 estudantes recebem ajuda financeira através do PROAESF para o transporte até as universidades.

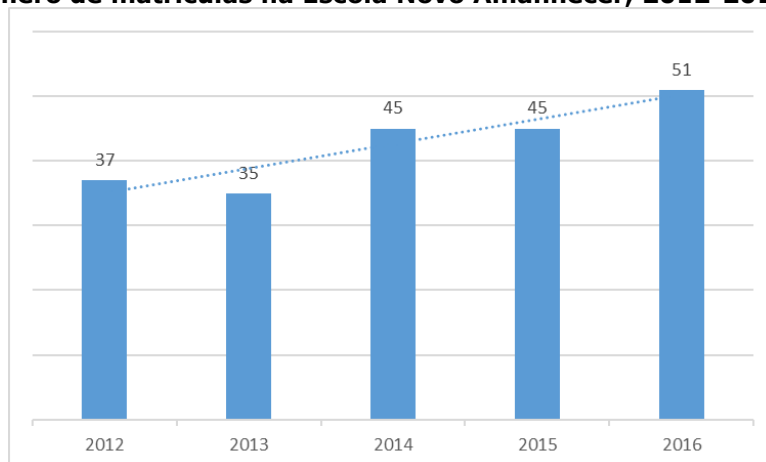


Além deste programa, o município possui uma parceria com a UNICESUMAR para os alunos do curso de Pedagogia.

ENSINO ESPECIAL

Os alunos do ensino especial são atendidos em Santa Fé pela Escola Novo Amanhecer – APAE. A escola é uma instituição filantrópica, financiada por doações privadas, convênios e pela administração pública. A escola atende crianças, jovens e adultos com necessidades especiais nos períodos matutino e vespertino. Atualmente são 51 alunos matriculados.

Gráfico 22 - Número de matrículas na Escola Novo Amanhecer, 2012-2016



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, dados trabalhados pela DRZ- Gestão de Cidades

Os alunos são separados em salas de acordo com suas dificuldades/deficiência sempre que possível, respeitando as normas do Ministério da Educação de quantidade máxima de alunos por sala e por docente.

Para atender de maneira adequada todos os alunos, considerando suas diferentes deficiências, a Escola conta com profissionais das mais diversas áreas em seu quadro de funcionários, como podemos observar na Tabela 50. Todos os professores possuem especialização na área de ensino para pessoas com deficiência intelectual ou outras deficiências. Os professores participam durante o ano letivo de diversas capacitações e cursos oferecidos pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 50 - Quadro de funcionários da Escola Novo Amanhecer

Qtd	Cargo	Vínculo
13	Professoras	QPM
05	Professoras	PSS
01	Professora	Município
01	Secretária	Convênio
01	Terapeuta ocupacional	SUS
01	Assistente Social	SUS
01	Fisioterapeuta	SUS
01	Fonoaudióloga	SUS
01	Psicóloga	SUS
01	Psiquiatra	SUS
02	Atendentes	PSS
01	Merendeira	Convênio
02	Instrutoras	Convênio
02	Auxiliares de Serviços Gerais	Convênio
01	Setor financeiro	Recursos próprios
01	Caseiro	Recursos próprios
01	Nutricionista	Voluntário

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura



6.3 Cultura e Turismo

CULTURA

Santa Fé possui poucos equipamentos na área de cultura. O município conta com a Biblioteca Municipal, a qual inclui também um Auditório, e um Centro de Convivência. Todos os equipamentos, de acordo com a Secretaria de Educação e Cultura, estão adequados às questões de acessibilidade.

Tabela 51 - Equipamentos Culturais de Santa Fé, 2014

EQUIPAMENTOS	NÚMERO
Anfiteatro	2
Ateliê/ Estúdio	-
Auditório	-
Biblioteca	1
Centro Comunitário/ Associações	-
Centro Cultural/ Casa de Cultura	-
Arquivo/ Centro de Documentação	-
Cinema/ Cine teatro	-
Circo	-
Concha Acústica/ Coreto	-
Livraria	-
Museu	-
Galeria de Arte/ Sala de Exposição	-
Salão para Convenção	-
Teatro	-
Outros espaços	-
TOTAL	3

Fonte: IPARDES – Caderno Estatístico Municipal, dados trabalhados pela DRZ- Gestão de Cidades



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

A Biblioteca Municipal possui grande parte de seu acervo catalogada, porém não possui nenhuma informação digitalizada. Atualmente, a biblioteca conta com três funcionários e recebe poucas visitas. O auditório da biblioteca dá espaço para palestras, encontros, peças de teatro, oficinas e apresentações diversas e é utilizado pelos órgãos públicos, escolas e pela comunidade em geral.

O município de Santa Fé conta com poucas atividades culturais. De acordo com informações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Santa Fé oferece regularmente algumas atividades para as crianças do município. Estas atividades têm por objetivo contribuir com a formação integral, reverencia os valores culturais, difundir o senso estético, promover sociabilidade e expressividade, desenvolver a criatividade e musicalidade, introduzir o sentido de trabalho em grupo e cooperação. São elas:

- **Escola Municipal de Ballet "Pequeno Reino"**

Atividade: aulas de balé;

Público: cerca de 80 crianças de 4 a 12 anos de idade;

Horário/data: de segunda à sexta-feira, das 17:00 às 19:00;

- **Banda Marcial "Música Sem Fronteiras"**

Atividade: aulas de música;

Público: crianças e adolescentes de 10 a 14 anos;

Horário/data: segundas, quartas e quintas-feiras, das 16:00 às 19:00.

Santa Fé conta com alguns eventos culturais que acontecem anualmente. São eles, segundo a Secretaria de Educação e Cultura:

- **Carnaval de rua;**
- **Show de talentos** – maio;
- **Festa do Milho**, prato típico do município – junho;
- **Desfile cívico** – 07 de setembro;
- **Rodeio** – outubro;
- **Concurso de decoração natalina** – dezembro;
- **Santa Fest**, Festa das Nações e Aniversário da Cidade – dezembro;
- **Festival de Coral** – dezembro.

TURISMO

Quanto à atividade de turismo em Santa Fé, pode-se afirmar que, apesar de ter-se iniciado muito recentemente, esforços têm sido empreendidos pelos órgãos públicos para aproveitar o potencial turístico e paisagístico da região. Os primeiros passos para o desenvolvimento do potencial turístico do município foram dados em 2014, a partir da parceria firmada entre o município e a Rede de Turismo Regional (RETUR) – uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público cujo objetivo é prestar assessoria para o município no desenvolvimento do turismo.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Já em 2015, com a ajuda da RETUR, Santa Fé já possuía estratégias e potenciais turísticos definidos em diferentes categorias: turismo ecológico e rural, turismo gastronômico e turismo religioso.

O maior potencial turístico em Santa Fé está no turismo ecológico e rural. Os proprietários (de áreas com beleza natural, de áreas aparentemente degradadas e/ou de áreas com potencial turístico natural, como parques e áreas remanescentes da mata nativa), investiram financeiramente no potencial atrativo do município e vem obtendo resultados com a representatividade regional, atraindo visitantes à porção norte do Paraná para utilizarem outra opção de área de lazer.

As principais atrações em Santa Fé são os Balneários Santo do Bandeirante e Rossi. Os dois balneários são pesqueiros e reservas de mata transformadas em Reservas Particulares de Proteção Natural. O Salto do Bandeirante hoje possui também um Hotel Fazenda, que explora o potencial dos atrativos naturais do município.

Figura 44- Balneário Rossi



Fonte: Plano Diretor Municipal de Santa Fé, 2006



Figura 45- Balneário Santo do Bandeirante



Fonte: Plano Diretor Municipal de Santa Fé, 2006

Além dos balneários e seus atrativos naturais, Santa Fé, juntamente com a RETUR, vem desenvolvendo roteiros que aproveitem o turismo rural no município. O município fica na região "Corredores das Águas", uma das 14 regiões turísticas que compõe o estado do Paraná. Segundo a Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo, criou-se em 2015 os projetos de roteiros turísticos como o "Binóculo Rural", o "Café Rural" e a "Rota Sertaneja".

Na área de turismo gastronômico, Santa Fé tem como grande potencial a Festa do Milho. A primeira edição foi realizada nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2016 e, segundo a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, se repetirá anualmente. A festa celebra a Sopa de Milho, escolhida como prato típico do município. A Festa do Milho foi um grande sucesso e promete ser um atrativo para o turismo gastronômico da região.

O principal atrativo para o turismo religioso é a Gruta Macagnan, atrativa para o público católico. Na gruta, localizada em uma propriedade rural à 7km do centro, são realizadas missas uma vez ao mês e é o destino final de caminhadas com até 500 pessoas, as quais acontecem duas vezes ao ano.



6.4 Esporte e Lazer

Em Santa Fé, as práticas esportivas e de lazer são coordenadas pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo que conta com a estrutura composta de Ginásio de Esportes José Brambilla – com capacidade de 3000 pessoas podendo sediar jogos regionais; Quadra Coberta do Colégio Estadual Marechal Arthur Costa e Silva – utilizado em períodos de campeonatos regionais; Quadra coberta da Escola Municipal Jardim Primavera e dois Estádios Municipais: Otávio Scandelai e Etori Rocaglia, ambos em condições para sediar jogos regionais.

Em Santa Fé as áreas de lazer públicas inseridas na malha urbana são de pouca representatividade e quantidade. Algumas localizam-se juntamente com os edifícios públicos, onde foram distribuídos mobiliários urbanos. O município conta também com algumas Academias da Terceira Idade (ATI) e Academias Estação Saúde (AES), como consta na Tabela 52, na qual estão listados todos os equipamentos na área de esporte e lazer.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 52 - Equipamentos de Esporte e Lazer em Santa Fé

Equipamento	Localização
Ginásio de Esportes José Brambilla	Rua São Paulo, s/n
Mini Ginásio de Esportes Henrique Fernandes	Rua das Violetas, s/n
Quadra da Escola Estadual Cecília Meireles	Rua Londrina, 898
Quadra do Colégio Estadual Mal. Arthur Costa e Silva	Rua São Paulo, 341
Estádio Municipal Étore Rancaglia	Rua Santa Catarina, s/n
Estádio Otávio Scandelai	Bairro Santa Inês
ATI - Ginásio de Esportes	Rua Maringá, s/n
ATI - CMEI Marly Batista Azevedo Silva	Rua Amábil Belanda Batista, 541
Academia Estação Saúde	Rua Jacarezinho, s/n
Academia Estação Saúde	Rua Domingos Thomazella, s/n
ATI - Vila Rural Emílio Torrenho Roldan	Bairro Santa Inês

Fonte: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo.

Os equipamentos são adequados para a demanda do município, porém não possuem acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Figura 46 - Ginásio de Esportes José Brambilla em Santa Fé



Fonte: Plano Diretor Municipal de Santa Fé, 2006

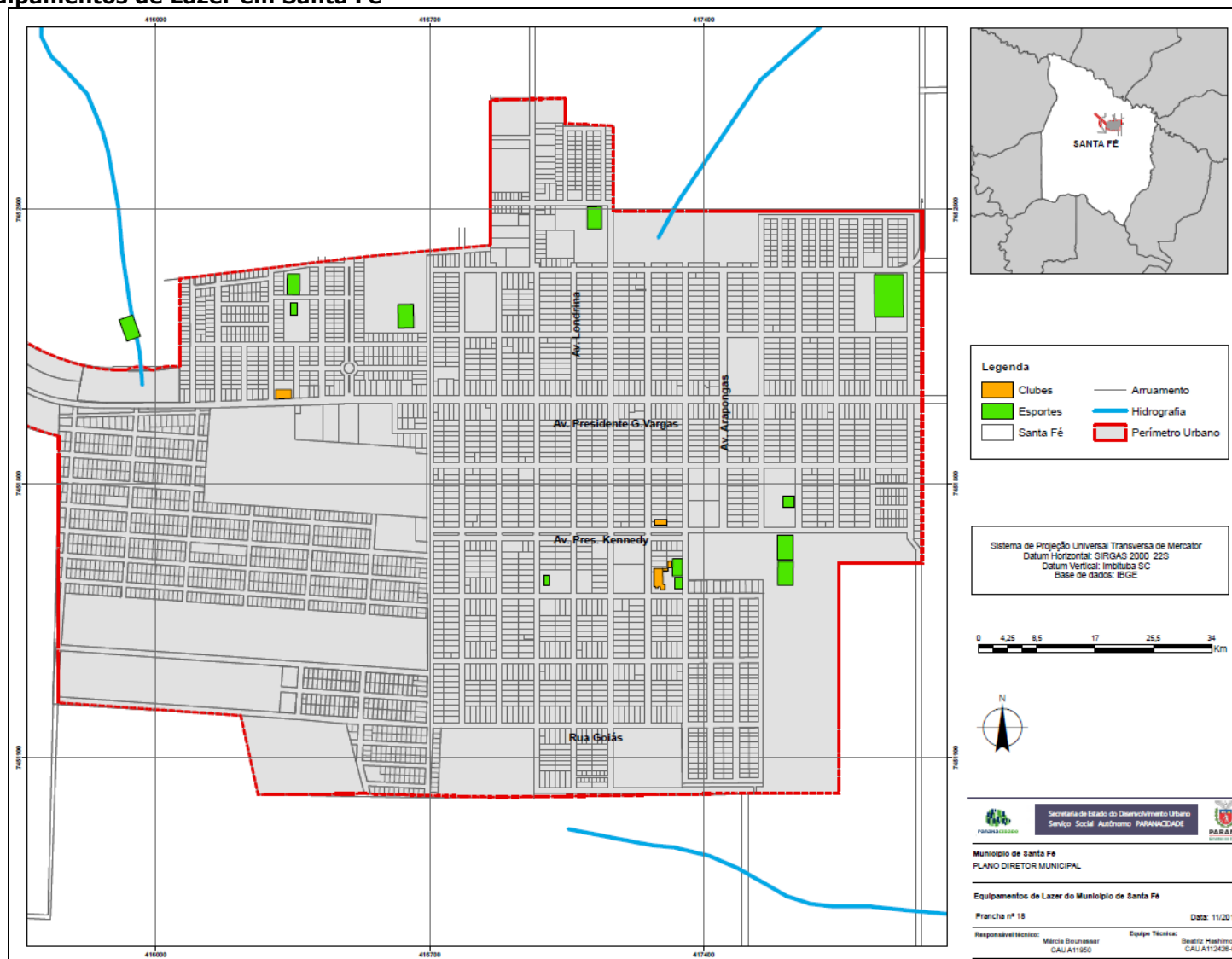


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 47 - Equipamentos de Lazer em Santa Fé



Fonte: DRZ- Gestão de Cidades



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

A Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo foi criada em 2013 e possui atualmente um orçamento de 2% do total de investimentos do município. Santa Fé conta hoje com 04 profissionais da área de Educação Física e 05 estagiários, os quais são responsáveis pelos projetos e modalidades esportivas ofertadas pelo município. Estes projetos e modalidades esportivos são:

- **Futsal Masculino** nas categorias sub 7, sub 9 e sub 11. São atendidas 130 crianças, com 2 treinos por semana no Ginásio de Esportes José Brambilla;
- **Futsal Feminino** nas categorias sub 14, sub 17 e adulto. Cerca de 50 atletas que treinam 2 vezes por semana no Ginásio de Esportes José Brambilla;
- **Voleibol** nas categorias sub 14 e sub 17, tanto masculino quanto feminino. 60 atletas com dois treinamentos por semana no Ginásio de Esportes Henrique Fernandes;
- **Handebol feminino:** 30 atletas na categoria sub 10, com dois treinos por semana no Ginásio de Esportes José Brambilla;
- **Futebol de campo masculino**, em parceria com a Escola Furacão do Clube Atlético Paranaense, com cerca de 50 alunos de 6 a 10 anos de idade. Com treinos duas vezes na semana no Estádio Municipal;
- **Atletismo** duas vezes por semana, para 40 crianças e adolescentes com idade entre 7 e 18 anos;
- **Projeto de Ginástica Aeróbica** duas vezes por semana para cerca de 25 mulheres com encontros em frente à Prefeitura;
- **Projeto Funcional de Caminhada e Corrida** com encontros em frente à Prefeitura duas vezes por semana para 80 mulheres.



6.5 Assistência Social

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Santa Fé é o órgão responsável por implementar de modo articulado e intersetorial a Política Municipal de Assistência Social, formulada democraticamente com a sociedade. As ações sociais desenvolvidas abrangem a população nas diversas faixas etárias, as quais são realizadas através de serviços socioassistenciais governamentais e não governamentais de proteção social básica e especial.

Nos atendimentos as pessoas são encaminhadas para programas e/ou projetos que pretendem desenvolver suas habilidades e fornecer vínculos familiares comunitários. A porta de entrada das famílias para os serviços é o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS –que tem como função organizar, coordenar e executar todos os programas e serviços de proteção social básica em áreas onde se observa maior vulnerabilidade social. Seu objetivo é realizar ações e acompanhá-las de perto, prevenindo situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Segundo a Secretaria de Assistência Social, são atendidas atualmente no município 225 crianças e adolescentes, 180 mães e 200 idosos.

O Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO) reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em Santa Fé em junho de 2016 era de 945 dentre as quais: 102 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00; 104 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; 421 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo; 318 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário informa também que no município, o PBF beneficiou, no mês de setembro de 2016, 206 famílias, representando uma cobertura de 78,0 % da estimativa de famílias pobres de Santa Fé. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 151,23 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 31.154,00 no mês.

Tabela 53 - Quantitativo por tipo de benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) em Santa Fé, setembro de 2016

Tipo de Benefícios	Quantidade
Benefício Básico	143
Benefícios Variáveis	317
Benefício Variável Jovem – BVJ	42
Benefício Variável Nutriz – BVN	8
Benefício Variável Gestante – BVG	8
Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP	47

Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, dados trabalhados pela DRZ- Gestão de Cidades.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, foi realizado, com base no bimestre de março de 2016, o acompanhamento da frequência escolar de 185 alunos entre 6 e 15 anos e de 39 alunos entre 16 e 17 anos, o que equivale a aproximadamente 90% dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2015, atingiu 98,3%, percentual equivale a 170 famílias de um total de 173 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 48 – Equipamentos de Assistência Social, Associações e Entidades



Fonte: Secretaria de Assistência Social de Santa Fé, dados trabalhados pela DRZ- Gestão de Cidades



6.6 Segurança

O município está equipado com uma Delegacia de Polícia Civil. O 4º. Batalhão da Polícia Militar de Maringá é responsável pelo destacamento de policiais militares que atuam no município de Santa Fé. A Polícia Federal mais próxima também se encontra no Município de Maringá.

Segundo o Plano Diretor Municipal de 2006, a maioria das ocorrências está relacionada à furtos simples e perturbação do sossego devido a atração regional para turismo e lazer. Em reuniões com a comunidade, a segurança foi apontada como item negativo ao que se refere à falta de equipamentos e policiamentos nas ruas para ação preventiva, entretanto a tranquilidade de Santa Fé sempre foi indicada como positivo pelos moradores.

Defesa Civil

Santa Fé não possui Defesa Civil ou Corpo de Bombeiros próprios. O atendimento das ocorrências no Município, quando necessário, é realizado pelos órgãos do Município de Maringá, há cerca de 50 km.

A Lei Municipal nº. 1.290, de 2006, regulamenta a política de defesa civil de Santa Fé:

"Art. 24. A política municipal de defesa civil será pautada nas seguintes diretrizes:

I - implementar programas de mudança cultural e de treinamento de voluntários, objetivando o engajamento de comunidades participativas, informadas, preparadas e cientes de seus direitos e deveres relativos à segurança comunitária contra desastres;

II - priorizar as ações relacionadas com a Prevenção de Desastres, através de atividades de avaliação e de redução de riscos de desastres;

III - implementar Plano de Defesa Civil, com a finalidade de prevenir e garantir a redução de desastres, em seu território;



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

IV - apoiar a organização e o funcionamento de Comissões Municipais de Defesa Civil - COMDEC, de forma articulada;

V - promover a inclusão de conteúdos relativos à redução de desastres, valorização da vida humana, primeiros socorros e reanimação cardiorrespiratória nos currículos escolares;

VI - mapear áreas suscetíveis e áreas de risco."

No âmbito Federal e Estadual, a legislação relacionada à Defesa Civil é a seguinte:

- Resolução Federal de nº. 13, de 14 de dezembro de 1976 – dispões sobre a distribuição, o transporte e o comércio do gás liquefeito de petróleo – GLP, exceto do gás canalizado da rua para utilização como combustível;
- Lei Federal de nº. 8.176, de 8 de fevereiro de 1991 – define os crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis;
- Portaria Federal de nº. 27, de 16 de setembro de 1996 – estabelece as condições mínimas de segurança das instalações de armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP);
- Decreto Estadual de nº. 4.223, de 14 de abril de 1998 – cria o Plano Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais para o Estado do Paraná – Mata Nativa;
- Decreto Federal de nº. 96.044, de 18 de maio de 1998 – aprova regulamento para o transporte rodoviário de produtos perigosos;
- Decreto Estadual de nº. 1.343, de 29 de setembro de 1999 – regulamenta o Sistema Estadual de Defesa Civil no Estado do Paraná;
- Decreto Estadual de nº. 4.299, e 21 de junho de 2001 – cria o Programa Estadual de Controle do Transporte, Manuseio e Armazenagem de Produtos Perigosos no Estado do Paraná;
- Decreto Estadual de nº. 5.830, de 3 de julho de 2002 – cria a Rede Estadual de Emergência de Radioamadores (REER);
- Decreto Estadual de nº. 6.416 e anexos I e II, de 11 de outubro de 2002 – aprova o regulamento do Sistema Integrado de Comando e Operações em Emergência (SICOE);
- Portaria Federal de nº. 724, de 23 de outubro de 2002 – Portaria do Ministério de Integração Nacional que regula a transferência de recursos federais somente com COMDEC em funcionamento;
- Resolução Federal de nº. 420, de 12 de fevereiro de 2004 – Resolução do Ministério dos Transportes que dispõe sobre o Decreto Federal de nº. 96.044.



6.7 Serviços Funerários

O Município de Santa Fé conta com apenas um cemitério municipal, o qual foi implantado em 1955 e tem aproximadamente 26 mil m² e com boa massa verde formada por Sibipirunas. O cemitério encontra-se atualmente com sua capacidade praticamente esgotada, necessitando ampliações.

De acordo com Lei de Zoneamento Urbano, o cemitério se encontra na Zona de Controle Ambiental, devido ao grande impacto ambiental causado pelo necrochorume. O impacto ambiental do cemitério é ainda mais prejudicial quando consideramos a proximidade do mesmo com um corpo hídrico, área que deveria ser de preservação permanente.

O Município conta também com uma capela mortuária, localizada ao norte do cemitério.

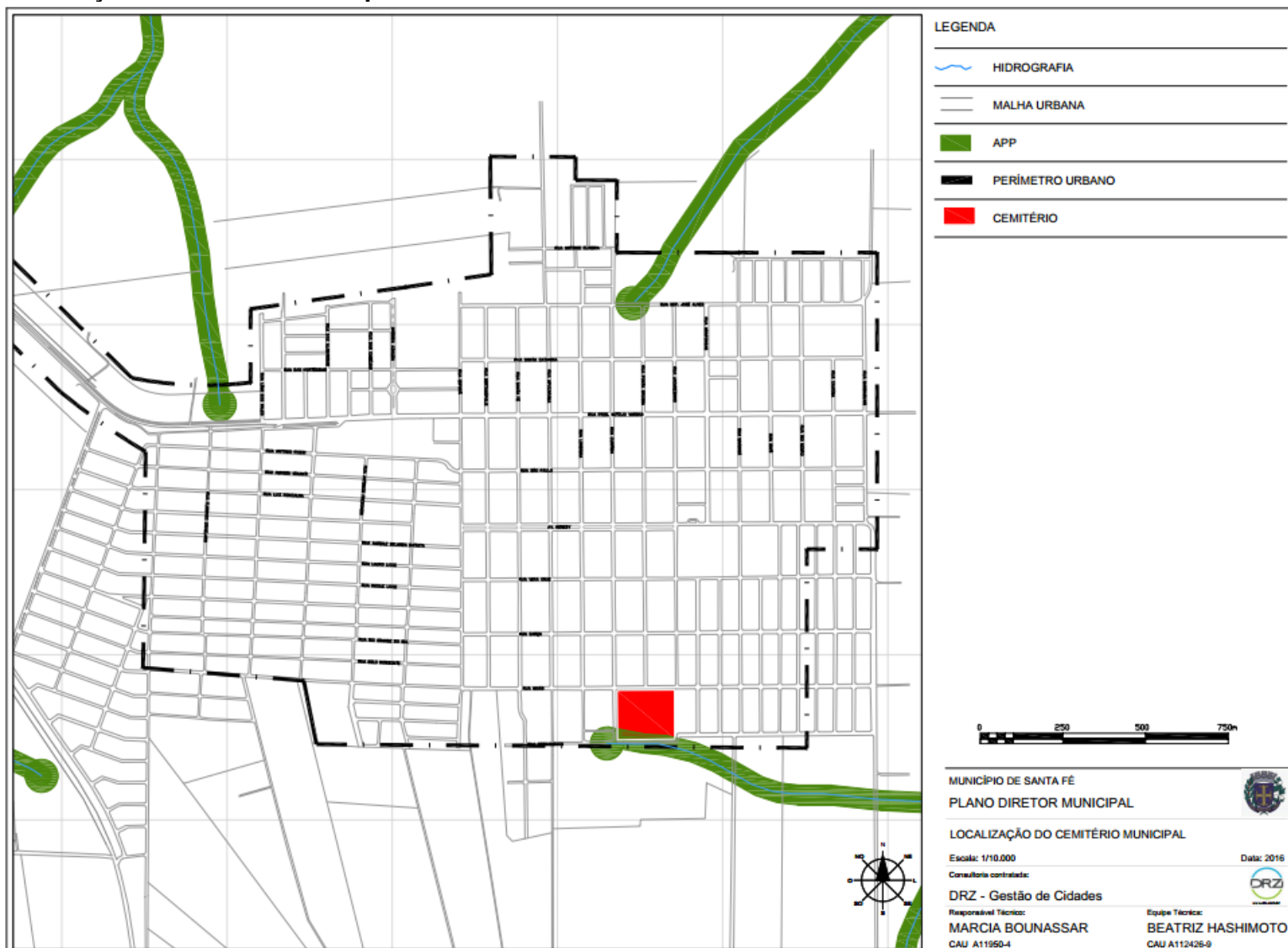


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 49 – Localização do Cemitério Municipal de Santa Fé



Fonte: DRZ- Gestão de Cidades

7. ASPECTOS INSTITUCIONAIS



7.1 Organização Administrativa

A estrutura administrativa do Município de Santa Fé, regulamentada pela Lei Municipal nº. 914 de 1995, é composta por unidades organizacionais da Administração Direta e de entidades da Administração Indireta e Fundacional, integradas segundo os setores de atividades relativas às metas e objetivos, que devem, conjuntamente, buscar atingir. Os órgãos que compõem a estrutura administrativa são:

- **Órgãos de Assistência Imediata:**

Gabinete do Prefeito; Procuradoria Jurídica;

- **Órgãos de Administração Geral:**

Secretaria Administração; Secretaria da Fazenda;

- **Órgãos de Administração Específica:**

Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo; Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Secretaria de Educação e Cultura; Secretaria de Saúde; Secretaria de Esportes e Lazer; Secretaria de Assistência Social;

- **Órgãos de Administração Descentralizada:**

FUPRESEM – Fundo Previdenciário dos Serviços Municipais de Santa Fé;

- **Órgãos de Aconselhamento:**

Conselho Municipal de Administração; Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Municipal de Saúde; Conselho Municipal de Bem-Estar Social.

Os Conselhos Municipais fazem parte da estrutura administrativa afim de garantir a participação popular na administração pública.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

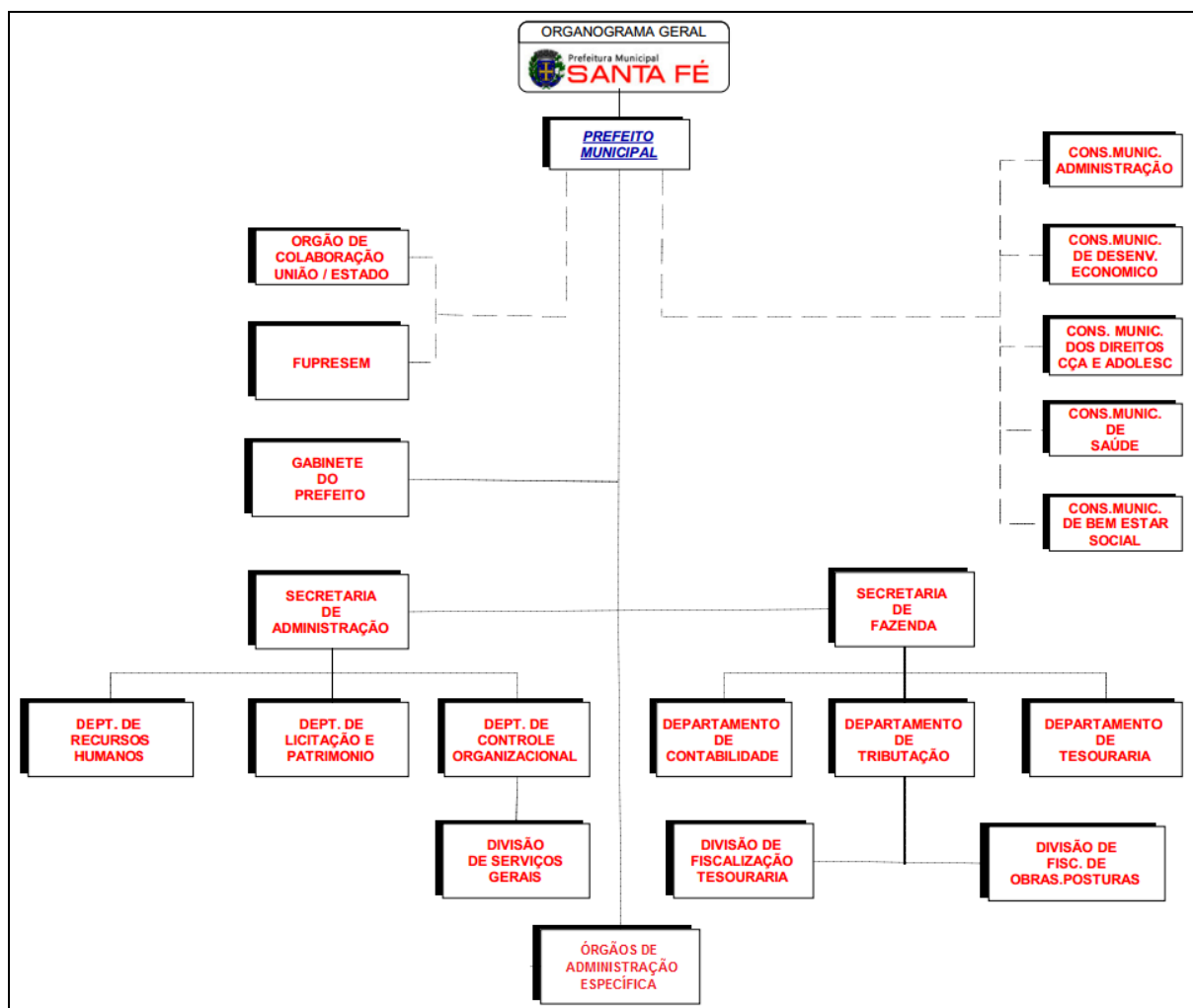
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Os órgãos integrantes à estrutura administrativa, descritos acima, obedecem ao seguinte escalonamento hierárquico:

1. Secretarias e Assessorias Gerais;
2. Departamentos;
3. Divisões;
4. Seções;
5. Serviços.

Figura 50 - Organograma Administrativo Geral



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Fé

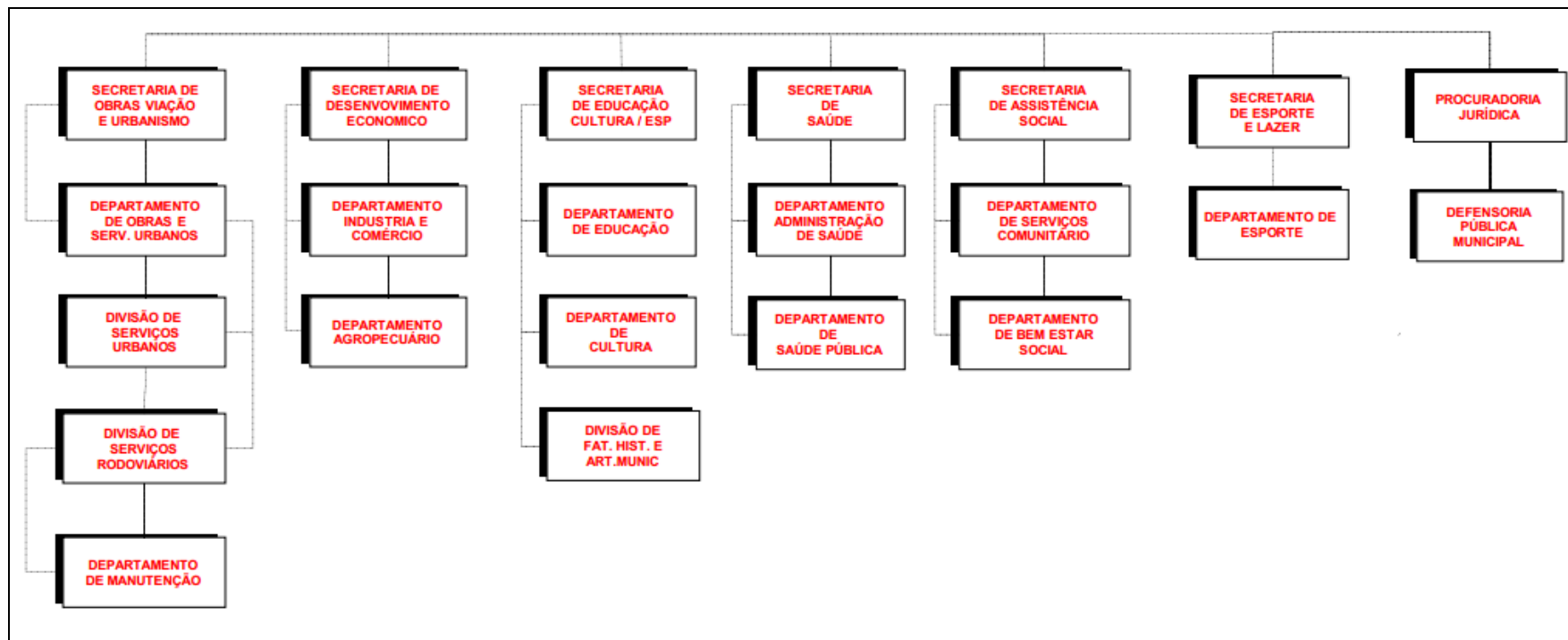


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 51 - Organograma dos Órgãos de Administração Específica



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Fé



Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo

Esta Secretaria é de vital importância para a elaboração, implantação, implementação e revisão do Plano Diretor. Dentro da estrutura administrativa vigente existe o Departamento de Obras e Serviços Urbanos. Atualmente o setor encontra-se com necessidade de melhora nos equipamentos e no setor de cadastro, bem como treinamento e reorganização do departamento.

Além disso, não existe um setor específico para o acompanhamento de obras. Este papel de zelar pelo cumprimento das normas legais aplicáveis, bem como manter um arquivo em perfeita ordem dos novos loteamentos e de obras, é realizado também pelo Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Controle de Patrimônio

O sistema de controle patrimonial deve ser implantado, bem como os procedimentos e as rotinas operacionais devem incorporar os interesses da administração quanto a um controle eficaz, permitindo um melhor gerenciamento e planejamento do patrimônio público.



7.2 Finanças Públicas

A Lei Orgânica do Município de Santa Fé, aprovada pela Câmara Municipal em 1990, já dispõe sobre a importância das políticas de planejamento urbano município e seus instrumentos, sendo o principal deles o Plano Diretor Municipal. Neste sentido, destacam-se os Capítulos XI e X da Lei Orgânica.

É o conjunto de ações e problemas que integram o processo de arrecadação e execução de despesas, pela administração pública e a gestão do patrimônio público. Abrangem todos os atos relativos a arrecadação de tributos, captação de outros recursos, formulação e execução dos orçamentos, realização de compras, fiscalização, controle interno e prestação de contas.

Para que o governo possa realizar políticas de alocação e de realocação de recursos escassos, tornam-se imprescindível a existência de fontes de arrecadação de recursos, necessárias ao pagamento do que chamamos de estrutura pública, responsável pelos estudos e aplicação de políticas econômicas objetivadas na equidade e crescimento da renda.

De uma forma geral, a teoria das finanças públicas gira em torno da existência das falhas de mercado que torna necessária a presença do governo, o estudo das funções do governo, da teoria da tributação e do gasto público. Embora muito se tivesse ouvido dizer sobre redução de gastos governamentais e redução do "tamanho" do Estado, a sua participação na economia é de extrema importância, e inúmeras são as funções desempenhadas. Fica difícil decidir onde serão feitos os cortes: se na saúde, educação, defesa, policiamento, justiça ou, no investimento econômico-social.



Tem-se observado um fenômeno de crescente participação do gasto público no PIB em todas as principais economias mundiais. Esse fato é historicamente explicado pelo envelhecimento da população e pelo processo de urbanização. É importante ressaltar que a elevação do gasto público tem sido total ou parcialmente compensada com elevação tributária, não causando grandes impactos no percentual da dívida sobre o produto interno.

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Conceitualmente as receitas e despesas públicas são indicadores do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira nestas localidades. A arrecadação, por ser de diversas fontes, varia muito em função da área do município, da população e das atividades econômicas. As despesas, geralmente, estarão indexadas às receitas arrecadadas conforme previstos nos orçamentos públicos, normalmente as despesas ficam à mercê da restrição orçamentária dos municípios.

Receitas Municipais

No município de Santa Fé como a maioria dos municípios brasileiros, a receita é composta, fundamentalmente, por Receitas Correntes⁸ que exercem grande influência na arrecadação. No período de 2013 a 2015, as receitas correntes sem as deduções foram responsáveis em média por 90,50% das receitas orçamentárias, que pode ser observado a partir da elevação das transferências governamentais de nível federal e estadual durante o período analisado.

A Receita de Capital⁹ representou apenas 9,50% na média da Receita Orçamentária do município (Tabela 54), e nos anos analisados as Transferências de Convênios participaram em média 1,23%, demonstrando que é necessário um maior esforço na busca deste tipo de recurso, que exige contrapartida do Município.

A dedução das receitas correntes para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB tem objetivo proporcionar a elevação e uma nova distribuição dos investimentos com a educação, que estarão nos municípios para atendimento ao Ensino Fundamental e Educação Infantil.

⁸ **Receitas Correntes** - Receitas que apenas aumentam o patrimônio não-duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como de transferências correntes.

⁹ **Receitas de Capital** - receitas que apenas aumentam o patrimônio duradouro do Estado, como, por exemplo, aquelas provenientes da observância de um período ou do produto de um empréstimo contraído pelo Estado em longo prazo. Compreendem, assim, a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos, reservas, bem como a transferência de Capital.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

A medida provisória nº. 339/06, de 28 de dezembro de 2006, especifica as receitas que compõem o FUNDEB são, entre outras: o FPM, o ICMS, o IPI exp., o IPVA e o ITR. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional – STN a partir 2008, dos valores do FPM, FPE, IPI - Exportação e ICMS LC 87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEB.

Em média as deduções das receitas correntes legais não comprometeram as receitas corrente no período 2013-2015. Em valores reais (deflacionados a preços constantes de 2015), as deduções significam 16,47% da receita corrente indicando que a distribuição nos investimentos com educação precisa ser melhorada.

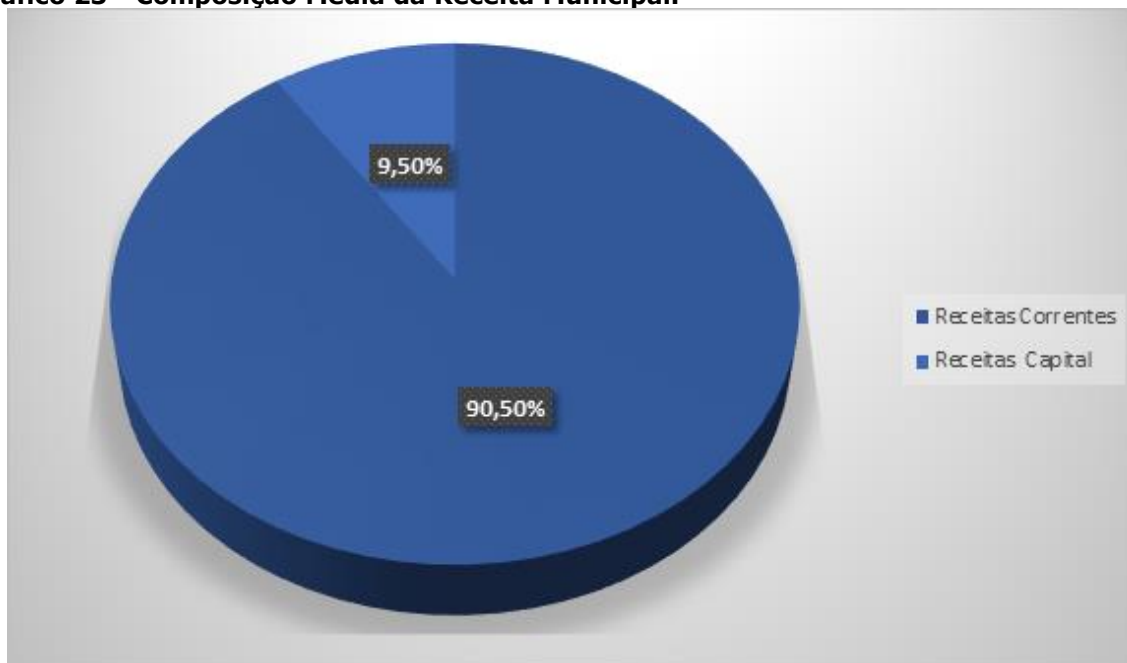
Tabela 54 - Receitas Municipais de Santa Fé, período 2013 a 2015 a preços de 2015 (em R\$ 1,00) - Valores Deflacionados.

Ano	Receitas				Dedução da Receita Corrente (5)	Transferências de Convênios
	Receita Corrente (1)	Receita Corrente Líquida (2) (1-5)	Receita Capital (3)	Receita Orçamentária (4) 2+3		
2013	21.975.758,59	18.653.509,36	2.651.482,34	21.304.991,70	3.322.249,24	339.025,22
2014	23.795.994,77	20.134.908,38	2.249.736,18	22.384.644,56	3.661.086,39	453.207,09
2015	24.905.952,73	21.007.458,21	1.373.567,31	22.381.025,52	3.898.494,52	80.038,60

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Santa Fé, 2016.

O Gráfico 23 mostra que o município de Santa Fé auferiu, ao longo do período 2013-2015, baixas receitas de capital que pudessem condicionar o município a melhorar os níveis de investimentos.

Gráfico 23 - Composição Média da Receita Municipal.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2016.



A seguir trataremos sobre as transferências constitucionais que representam o maior montante das receitas do município de Santa Fé.

TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (TSN), o rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos é dividido entre os entes federados, sendo um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e Municípios. Dentre as principais transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, previstas no art. 159 da Constituição, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

O art. 161 da Constituição Federal estabelece que ao Tribunal de Contas da União compete calcular e fixar os coeficientes de participação na distribuição de recursos das referidas repartições tributárias. Compete, ainda, ao TCU, fiscalizar a entrega dos recursos aos beneficiários e acompanhar, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que dão origem às repartições.

Na Tabela 55 constata-se o peso elevado que as transferências constitucionais têm nas receitas públicas de Santa Fé. As transferências do FPM e do FPE respondem por uma importante parcela do FUNDEB transferido aos Estados e Municípios, o que indica que as isenções dadas pela União ao IPI e ao IR refletem-se duplamente na receita destes entes da Federação. As isenções diminuem tanto o valor dos Fundos de Participação como também do FUNDEB.

Considerando as médias das evoluções do período de 2013 a 2015, no município de Santa Fé as Transferências Constitucionais apresentaram as seguintes variações: a) nas Transferências Correntes (somatório das Transferências da União, Estado e Outras) o crescimento foi de 4,75%; b) as Transferências Correntes do Estado de 13,20% e c) as Transferências da União apresentaram queda de 4,62%. Entre 2013 e 2015 as Transferências de Capital caíram em mais de 13,55% e as Transferências de Convênios caíram 41,17%.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 55 - Transferências Constitucionais recebidas pelo município de Santa Fé (em R\$) - Valores deflacionados

Ano	Transferências Correntes				Transferências de:	
	União (1)	Estado (2)	Outras (3)	(4) 1+2+3	Capital (5)	Convênios (6)
2013	9.910.201,65	4.714.398,32	3.664.638,54	18.289.238,51	2.306.012,83	339.025,22
2014	10.276.067,56	5.250.624,06	4.120.985,98	19.647.677,60	1.354.534,73	453.207,09
2015	10.024.997,48	6.039.877,25	3.988.639,10	20.053.513,83	987.350,38	80.038,60

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Santa Fé, 2016

O Gráfico 24 mostra a relevância financeira que exerce sobre as transferências totais recebidas pelo município e em contraste as transferências de capital são extremamente reduzidas para fazer frente aos investimentos necessários.

Gráfico 24 - Transferências Constitucionais – Média No período de 2013 a 2015



Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Santa Fé, dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2016

Comparando a receita orçamentária com as transferências correntes (sem as deduções) recebidas pelo município de Santa Fé, verifica-se que a equivalência média é de 87,74%, sendo em todos os anos analisados a equivalência foi inferior a 100,00%. Isso leva a conclusão que quanto maior a equivalência menor é a participação das receitas próprias do município.

O crescimento médio das receitas orçamentárias durante o período de 2013 a 2015 atingiu 1,68%. O crescimento médio das transferências correntes durante o período de 2013 a 2015 foi de 2,07%, ou seja, o crescimento das receitas orçamentárias é menor que o das transferências correntes.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 56 - Comparativo da Receita Orçamentária com as Transferências Correntes recebidas de Santa Fé, no período de 2013 a 2015 (em R\$) - Valores deflacionados.

Ano	Origem dos Recursos		Equivalência Receita e Transferência (%)	Crescimento Real (%) Deflacionado	
	Receita Orçamentária	Transferências Correntes		Receita Orçamentária	Transferências Correntes
2013	21.304.991,70	18.289.238,51	85,84	-	-
2014	22.384.644,56	19.647.677,60	87,77	5,07	7,43
2015	22.381.025,52	20.053.513,83	89,60	-0,02	2,07

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Santa Fé, 2016

As transferências constitucionais do Governo Federal serão delineadas e mostrarão que o volume financeiro é muito significativo.

Transferências Constitucionais do Governo Federal

Transferências Constitucionais são as parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal, transferidas para estados, Distrito Federal e municípios, conforme estabelecido na Constituição Federal. A importância do FPM no orçamento dos pequenos municípios como é o caso de Santa Fé foi evidente quando considerada em termos per capita pela proporção de repasse maior em relação aos municípios de médio porte para cima. Os demais repasses representados pelo Imposto Territorial Rural – ITR, Lei Candir 87/96, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE e Fundo de Exportação – FEX participam em menor escala em relação ao total das transferências constitucionais. Segundo o STN, os recursos dos Fundos provêm da arrecadação das receitas do Imposto de Renda - IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, em percentuais indicados na Tabela 57.

O repasse do Governo Federal para o município de Santa Fé durante o período 2013 a 2015 apresentou um declínio de 1,35%, comparado com a inflação média do mesmo período que foi de 7,69% sinaliza um baixo desempenho da evolução das transferências na esfera federal, tal desempenho foi corroborado pelas políticas macroeconômicas que culminou nos repasses do FPM para os Estados e Municípios.

Tabela 57 - Origem dos Recursos Federais para repasse aos Estados e Municípios

Fundo	Imposto de Renda	IPI
FPE*	21,5%	21,5%
FPM*	22,5%	22,5%
FNE	1,8%	1,8%
FNO	0,6%	0,6%
FCO	0,6%	0,6%
FPEX**	-	10,0%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/ Constituição Federal, art. 159, Inciso I

(*) 15% destinados ao FUNDEF;

(**) Cada estado deve entregar 25% do valor recebido aos respectivos municípios, observados os critérios estabelecidos na Constituição Federal.

Em 2014 o crescimento real dos repasses federais foi de 2,82% em relação ao ano anterior, quando comparado com a inflação de 5,56% do ano de 2013



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

pode-se considerar um baixo resultado. Em relação aos repasses do Governo Federal para o município de Santa Fé, o Fundo de Participação dos Municípios - FPM é a principal fonte de recursos do Governo Federal, mostrou a participação média de 96,44% do total dos repasses federais ao longo dos três anos.

A evolução do FPM foi decrescente no período de 2013 a 2015 com uma média de 11,48% de retração, e pela regularidade destes repasses, proporcionaria condições de planejamento na utilização dos recursos transferidos pela União ao longo dos anos, desde que não haja interferência econômica nacional e/ou internacional. Em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEB, segundo maior repasse do governo federal, a média de crescimento do período de 2013 à 2015 foi de 2,57%.

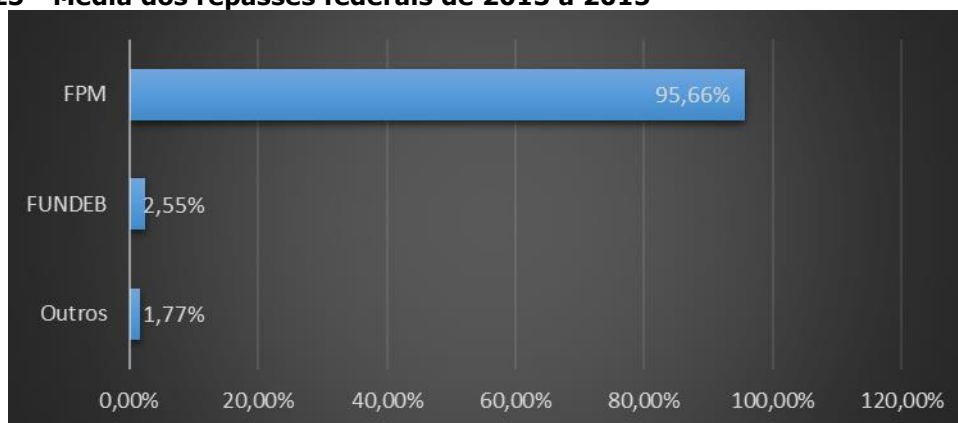
Tabela 58 - Repasses de Receitas Federais - município de Santa Fé, 2013 a 2015 (em R\$) - Valores deflacionados

Especificação	2013	2014	2015
FPM	8.665.606,74	8.760.659	8.353.077
ITR	58.738,59	77.293	70.623
LC 87/96	38.594,71	134.629	37.330
CIDE	1.482,36	2.826	9.599
FEX	0,00	23.951	24.173
FUNDEB	221.152,84	239.650	232.841
TOTAL	8.985.575,24	9.239.008	8.727.643

Fonte: STN/FINBRA – Dados Contábeis dos Municípios.

O Gráfico 25 mostra a média dos repasses federais para o período de 2013 a 2015 em Santa Fé. Os repasses oriundos do FPM chamam a atenção pelo volume destinado a este município frente aos demais repasses como o FUNDEB.

Gráfico 25 - Média dos repasses federais de 2013 a 2015



Fonte: STN/FINBRA – Dados Contábeis dos Municípios, dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

As transferências constitucionais do Governo Estadual serão delineadas e mostrarão que o volume financeiro é muito significativo, tala como aconteceu com as transferências do Governo Federal.



Transferências Constitucionais do Governo Estadual

O ICMS, que se refere ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, é de competência dos Estados e do Distrito Federal. As receitas do ICMS, principal imposto arrecadado pelo Estado, que destina aos municípios 25% (vinte e cinco por cento) do seu total, além do IPVA, que destina 50% da arrecadação aos municípios nos quais se verifique o licenciamento dos veículos.

Em relação ao total das transferências correntes, o ICMS principal fonte de recursos do governo estadual. No município de Santa Fé os repasses estaduais apresentaram-se crescentes entre os anos analisados, com participação média o ICMS de 79,12% e crescimento médio de 7,81%.

Em Santa Fé, o repasse do IPVA (Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores) é a segunda transferência mais significativa, com média de participação 19,95% assim como em boa parte dos municípios brasileiros, mas com crescimento médio de 13,07% no período, notadamente por determinação de estratégias de políticas econômicas do Governo Federal.

Tabela 59 - Comparativo das Transferências Constitucionais do Estado para o município de Santa Fé, 2013 a 2015 (em R\$)

Ano	ICMS		Fundo de Exportação	Royalties Petróleo	IPVA	Total Repasse Líquido
	Repasse Bruto	Repasse Líquido				
2013	5.137.698,40	4.110.158,96	66.121,54	1.617,90	946.023,70	5.123.922,09
2014	5.734.233,31	4.587.386,91	73.672,23	2.088,49	1.043.443,93	5.706.591,56
2015	5.964.066,87	4.771.253,72	71.345,11	1.269,98	1.227.607,33	6.071.476,14

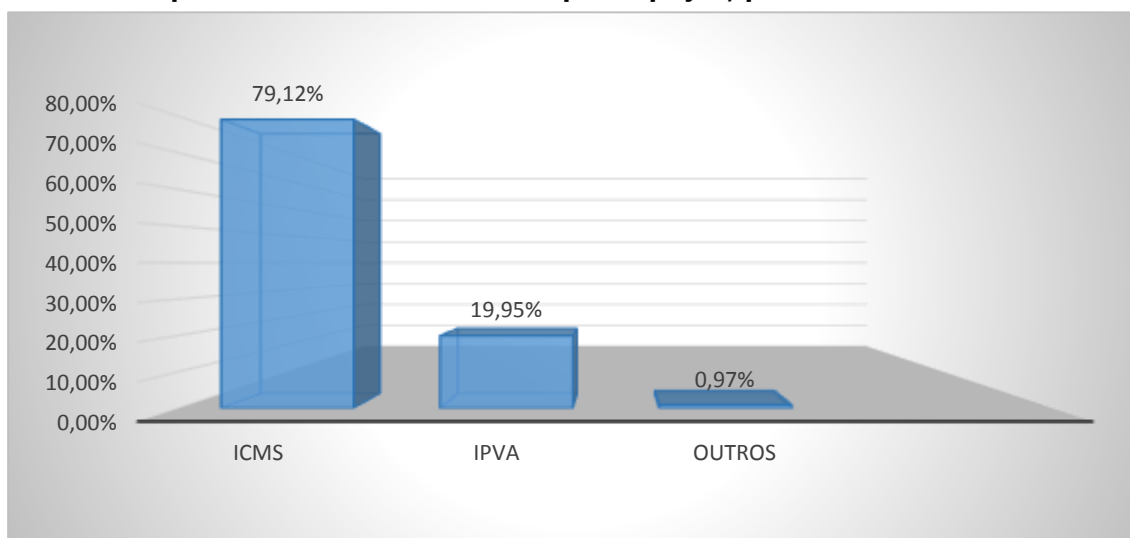
Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda

**Compensação Financeira sobre Exploração de Gás, Energia Elétrica, Óleo Bruto, Xisto Betuminoso de acordo com a Lei 7.990

A participação absoluta do ICMS para as receitas do município de Santa Fé é demonstrada no Gráfico 26 e também confirma as necessidades municipais nessa linha de transferência como fonte indispensável para as atividades da Administração Pública. Essa participação somada as transferências do FPM pelo Governo Federal se transformam em uma dependência muito grande em face de baixa arrecadação própria.



Gráfico 26 - Repasses Estaduais – Média de participação, período 2013 a 2015



Fonte: DRZ - Geotecnologia e Consultoria

A seguir trataremos sobre as receitas correntes do município que são compostas principalmente pelas transferências correntes e pelas receitas tributárias municipais.

Composição das receitas correntes

A receita corrente é fragmentada por diversos tipos de receitas, entre elas as mais importantes são as transferências constitucionais federais e estaduais e as receitas tributárias. Os números comprovam a dependência do município nas transferências da União e do Estado. Em valores deflacionados a análise conjunta das principais fontes de receitas durante o período 2013 a 2015, mostra quão dependente é o município das transferências governamentais.

Analisando o quadro recente de evolução das receitas correntes do município, durante o período de 2013 a 2015, verifica-se que em média real das receitas correntes cresceram 6,47%. A receita tributária apresenta uma taxa de crescimento médio real de 3,90% e as receitas com transferências correntes cresceram em média real 4,75%.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 60 - Composição da Receita Corrente do município de Santa Fé, (em R\$) – Valores deflacionados

Receitas Correntes	2013	2014	2015
Contribuições Sociais	478.904,39	511.975,91	561.427,21
Serviços	88.421,71	63.367,12	64.175,01
Tributaria	2.590.453,20	2.729.966,03	2.795.817,27
Patrimonial	217.366,27	374.116,31	506.026,33
Transferências correntes	18.289.238,51	19.647.677,60	20.053.513,83
Outras receitas correntes	311.374,51	468.891,81	924.993,08
Demais Receitas	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes	21.975.758,59	23.795.994,77	24.905.952,73

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Santa Fé.

As receitas tributárias e receitas próprias serão mostradas a seguir com destaques para o IPTU E ISSQN que são as principais fontes de receitas municipais.

Receitas Tributárias e Receitas Próprias

A análise conjunta das principais fontes de arrecadação própria mostra que o IPTU e ISSQN são os principais impostos da arrecadação própria do município. Eles representam em média 49,76% de participação da arrecadação própria total, levando-se em consideração que em todos os anos analisados foi crescente a participação do IPTU do ISSQN. O ITBI teve um crescimento maior que os demais (5,54%) e as taxas municipais precisam ser mais bem administrados no sentido de que possam aumentar os níveis de arrecadação própria do município vistos que houve retração de 1,28%.

Os resultados na arrecadação própria do município refletiram em crescimento médio de 3,9% durante o período 2013 a 2015, haja vista, o desempenho do IPTU e ISSQN. No entanto tal resultado se comparado com os índices de inflação de igual período que em média atingiu a 7,69%, pode-se dizer que em valores precisam melhorar para que não haja perca econômicas.

Cabe salientar que muitos impostos municipais têm momentos de instabilidades e oscilações, além da sazonalidade na arrecadação que é peculiar no serviço público. Sabe-se que no primeiro semestre o comportamento de arrecadação, normalmente, é mais saudável que o comportamento de arrecadação do segundo semestre. Em relação às receitas tributárias que incluem a arrecadação do IRRF o crescimento real médio no período 2013-2015 foi de 23,31%.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

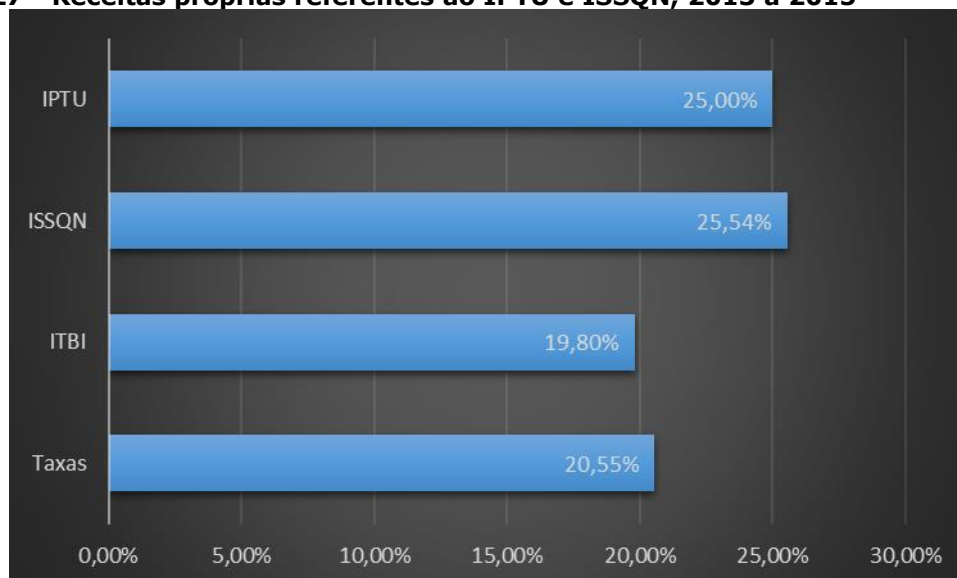
Tabela 61 - Receitas Próprias e Tributárias de Santa Fé, período de 2013 a 2015 (em R\$), valores deflacionados

Receita	2013	2014	2015
IPTU	636.678,26	640.819,44	671.444,17
ISSQN	662.812,05	708.430,34	685.056,47
ITBI	486.376,87	574.660,25	534.080,97
TAXAS	570.009,83	528.570,85	553.418,44
Contribuição de Melhoria	11.398,14	0,00	12.495,35
Total das Receitas Próprias	2.367.275,15	2.452.480,88	2.456.495,40
IRRF	223.178,06	277.485,15	339.321,87
Total das Receitas Tributárias	2.590.453,20	2.729.966,03	2.795.817,27

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Santa Fé

De acordo com o Gráfico 27 as receitas próprias referentes ao IPTU e ISSQN, além da nulidade da receita originada da Contribuição e Melhorias precisam ser analisadas sobre a maneira de aumentar as suas participações nas receitas próprias do município.

Gráfico 27 - Receitas próprias referentes ao IPTU e ISSQN, 2013 a 2015



Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Santa Fé, dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

O comparativo entre as receitas correntes e tributária tem a finalidade de identificar a proporcionalidade das receitas próprias em relação a totalidade das receitas correntes. Esse parâmetro pode despertar a necessidade de rever e estabelecer estudos para minimizar a diferença e consequentemente aumentar a arrecadação pública municipal.



Receitas Correntes e Receita Tributária

Nos últimos três anos a receita tributária do município de Santa Fé, mostrou um crescimento médio real de 3,9%, correspondendo em relação a 6,47% da receita corrente média real. O que reflete um indicador com média de 11,50%. Com esses dados, percebemos que o executivo está em busca de estratégias e mecanismos de atualização fiscal a fim de melhorar os índices de arrecadação, e que nos últimos anos vem melhorando.

Visualizando a hipótese do poder Executivo exercer os limites de apuração, a capacidade contributiva da população representada nos tributos, os mesmos poderão ser revistos pelos processos de modernização na estrutura municipal e também no sentido adoção de fiscalização mais eficaz com a finalidade de aprimorar o desempenho da política tributária no médio e longo prazo.

Tabela 62 - Relação da receita tributária com a receita corrente, de Santa Fé, período de 2013 a 2015(em R\$) – Valores deflacionados

Ano	Receita Tributária (R\$)	Receita Corrente (R\$)	% Indicador (A:B). 100
2013	2.590.453,20	21.975.758,59	11,79
2014	2.729.966,03	23.795.994,77	11,47
2015	2.795.817,27	24.905.952,73	11,23

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Santa Fé

Depois das análises sobre as receitas correntes, de capital e tributária, analisaremos a seguir o comportamento das despesas financeiras e comparar essas modalidades de entrada e saída das finanças públicas do município de Santa Fé.

DESPESAS FINANCEIRAS

Para fazer frente às despesas administrativas, operacionais e financeiras, o município de Santa Fé depende de receita financeira dentro dos limites constitucionais, efetivando os pagamentos legais por despesas necessárias ao andamento do setor público municipal, tais como salários, encargos financeiros e sociais, amortizações dos financiamentos, custeio, investimentos, manutenção e etc.

A Tabela 63 tem o objetivo de detalhar informações sobre a composição das despesas, apontando as principais decisões tomadas para fazer frente aos níveis de arrecadação.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 63 - Composição das Despesas Correntes e de Capital de Santa Fé. Anos de 2013, 2014 e 2015 (em R\$) – Valores Deflacionados.

Elementos Contábeis	2013	2014	2015
Despesas correntes	18.146.889,84	20.220.173,02	22.265.339,91
Pessoal e encargos	10.181.452,69	10.556.589,00	11.272.298,99
Juros e Encargos da dívida	242.401,43	299.950,65	369.515,55
Outras despesas correntes	7.723.035,72	9.363.633,38	10.623.525,37
Despesas de Capital	1.639.733,52	4.448.708,22	1.609.530,88
Investimentos	1.107.646,01	3.942.609,14	1.083.812,32
Amortizações da dívida	532.087,51	506.099,08	525.718,56
Inversões Financeiras	-	-	-
Despesas orçamentárias	19.786.623,36	24.668.881,23	23.874.870,79

Fonte: STN-FINBRA

De acordo com a Tabela 64 e o Gráfico 28 os indicadores encontrados na proporcionalidade entre Despesas de Capital e Despesas Correntes revelam o peso que a manutenção da estrutura administrativa incide sobre pequenos municípios. Em Santa Fé nos anos analisados em média de 88,98% das Despesas Correntes estiveram comprometidas com Despesas Orçamentárias e as Despesas de Capital com 11,02% das Despesas Totais.

Tabela 64 - Participação das Despesas Correntes e de Capital em relação a Despesa Orçamentária de Santa Fé, período de 2013 a 2015 (em R\$) – Valores deflacionados

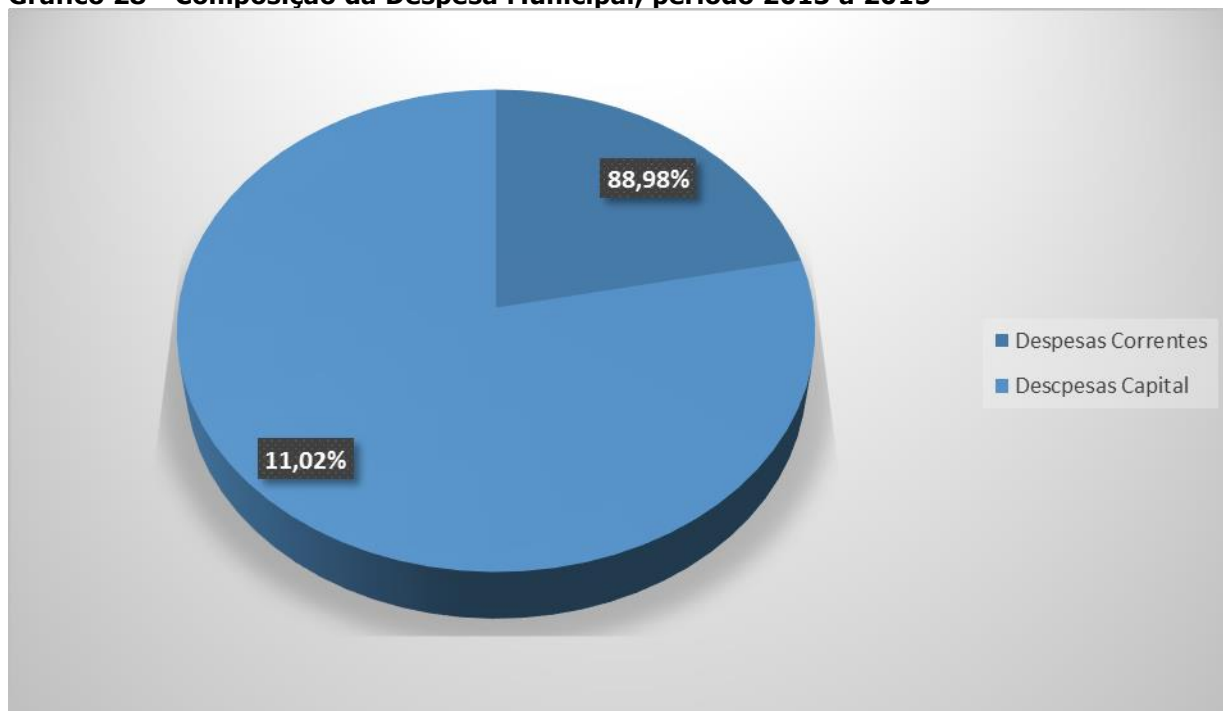
Ano	Despesa Corrente	%	Despesas de Capital	%	Despesa Orçamentária	%
2013	18.146.889,84	91,71	1.639.733,52	8,29	19.786.623,36	100,00
2014	20.220.173,02	81,97	4.448.708,22	18,03	24.668.881,23	100,00
2015	22.265.339,91	93,26	1.609.530,88	6,74	23.874.870,79	100,00

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - FINBRA

Denota-se a baixa participação das despesas de capital, demonstrando que os investimentos municipais são relativamente pequenos se considerado os montantes das despesas orçamentárias conforme podemos visualizar o Gráfico 28.



Gráfico 28 - Composição da Despesa Municipal, período 2013 a 2015



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades.

As despesas de função a serem tratadas na sequência refletem a alocação dos recursos recebidos através de transferências constitucionais e receitas próprias.

DESPESAS POR FUNÇÃO

As despesas por função refletem de certa forma, as prioridades dadas pelo governo à alocação dos recursos que lhe são disponíveis. Dessa maneira, a análise é útil para se medir a destinação dada pelo governo no que se refere à prestação de serviços básicos à sociedade. As despesas por função correspondem ao somatório das despesas correntes e despesas de capital. No município de Santa Fé em relação ao período 2013 a 2015 a média dos maiores gastos foi concentrada pela ordem de grandeza: Saúde, Administração e Educação (Tabela 65 e Gráfico 29).

Considerando os gastos com as principais funções, observa-se que com:

- i) **Educação** - os gastos foram em média 27,80% do total das despesas. A maior participação ocorreu em 2015 com 29,66 %;
- ii) **Saúde** - os gastos foram em média 25,97% do total das despesas, com maior participação no ano de 2015 com 29,14%;
- iii) **Administração** - os gastos foram em média 16,12%.

De acordo com estudos realizados por Amarante e Moreira (2008) há uma tendência à diminuição dos gastos com administração ao longo do tempo na economia brasileira. Isso é verificável para a realidade da Santa Fé.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

O município de Santa Fé não apresenta nenhuma despesa para as funções relacionadas o Legislativa, defesa nacional, segurança pública, comércio e serviços, habitação, saneamento, indústria e comunicações o que a torna mais vulnerável quando se busca o desenvolvimento econômico, por serem áreas relevantes ao crescimento da economia local.

Tabela 65 - Despesas por Função do município de Santa Fé, período 2013 a 2015

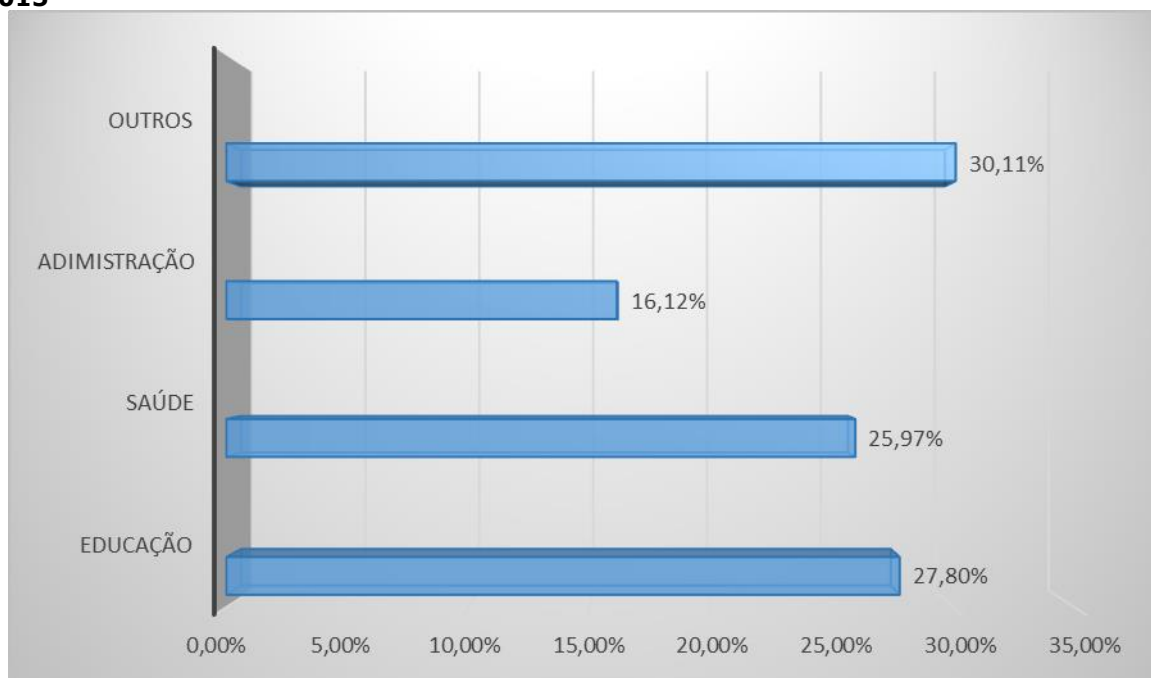
Discriminação	Em Reais			Participação %		
	2.013	2.014	2.015	2.013	2.014	2.015
Judiciária	187.063,62	240.781,85	236.283,90	1,00	0,98	0,99
Administração	3.032.977,03	3.597.249,62	4.194.667,39	16,21	14,58	17,57
Defesa Nacional	41.498,91	48.381,57	45.093,15	0,22	0,20	0,19
Assistência Social	1.187.280,93	1.407.500,77	1.463.301,49	6,34	5,71	6,13
Saúde	4.590.889,73	7.189.131,82	5.783.199,64	24,53	29,14	24,22
Trabalho	84.276,69	98.046,09	104.481,00	0,45	0,40	0,44
Educação	5.453.847,71	6.068.594,50	7.081.534,29	29,14	24,60	29,66
Cultura	331.379,82	392.541,55	293.617,07	1,77	1,59	1,23
Urbanismo	1.702.183,52	2.531.385,81	2.042.355,18	9,10	10,26	8,55
Gestão Ambiental	40.238,64	144.961,02	76.673,86	0,22	0,59	0,32
Agricultura	273.300,60	297.967,53	458.546,31	1,46	1,21	1,92
Indústria	216.360,66	237.831,27	199.685,04	1,16	0,96	0,84
Transporte	469.049,07	1.244.276,96	575.791,36	2,51	5,04	2,41
Desporto e Lazer	98.268,96	109.431,89	173.138,40	0,53	0,44	0,73
Encargos Especiais	1.005.337,94	1.060.798,97	1.146.502,71	5,37	4,30	4,80
Total despesas por função	18.713.953,83	24.668.881,23	23.874.870,79	100,00	100,00	100,00

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Santa Fé

O Gráfico 29 mostra as principais despesas por função para o município de Santa Fé entre os anos de 2013 e 2015. Percebemos que os três maiores montantes de recursos são da Educação, Saúde e Administração, como em quase todos os demais municípios brasileiros.



Gráfico 29 - Composição das principais despesas por função – Média do período 2013 a 2015



Fonte: DRZ - Geotecnologia e Consultoria

A seguir o tratamento será sobre as principais despesas do município que é a despesa com pessoal e como ela se comporta diante da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Despesa com Pessoal e a Lei de Responsabilidade Fiscal

A Despesa Corrente municipal de Santa Fé é encabeçada pela Despesa de Pessoal. Durante os anos analisados de acordo com a Tabela 66 não chegou a ameaçar de forma mais contundente os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, significando que a gestão de recursos humanos no município de Santa Fé está em boa posição e atende a legislação em vigor.

Os indicadores que medem a participação financeira das Despesas de Pessoal, em relação às receitas e despesas totais e correntes mostram um bom desempenho, pois os gastos com pessoal no município de Santa Fé atingiram uma média de 53,56% da Receita Corrente Líquida - RCL que é inferior ao limite de 54% da RCL (Art. 19, Art. 21, III, b e Art. 22, parágrafo único) para os gastos com pessoal.

No exercício de 2013 ocorreu a maior alta do gasto com pessoal, conforme demonstrado na Tabela 66 esses gastos foram responsáveis por 54,58% acima do limite de 54% da Receita Corrente Líquida. Esse indicador está muito próximo ao limite de 54% da receita corrente líquida.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 66 - Gastos com Pessoal em relação a Receita Corrente Líquida (RCL) de Santa Fé - Período 2013 a 2015 (em valores deflacionados)

RCL e Despesa com Pessoal	Anos		
	2013	2014	2015
Receita Corrente Líquida (R\$)	18.653.509,36	20.134.908,38	21.007.458,21
Despesa com Pessoal (R\$)	10.181.452,69	10.556.589,00	11.272.298,99
Gasto Pessoal em relação a RCL (%)	54,58	52,43	53,66
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, Art. 20 da LRF) 60 %	11.192.105,61	12.080.945,03	12.604.474,93
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único, Art. 22 da LRF) 57%	10.632.500,33	11.476.897,78	11.974.251,18
LIMITE MÁXIMO (Par. UNICO, Art. 19, Art. 2 inciso III e Art. 22 da LRF) 54%	10.072.895,05	10.872.850,53	11.344.027,43

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - FINBRA

Como parte fundamental das finanças públicas do município, o estudo seguinte permite a comparação entre as despesas e receitas orçamentárias com a finalidade de mostrar os caminhos a serem traçados para propiciar maior racionalidade econômica da gestão pública municipal.

Evolução das despesas orçamentárias em relação às receitas orçamentárias

As receitas e despesas públicas são indicadores do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira. O município de Santa Fé apresentou índices diferenciados para os anos apresentados (em média negativa de -3,25%), em que as despesas referentes administração pública municipal foram superiores a receita orçamentária nos anos de 2014 e 2015, indicando desequilíbrio nas contas públicas do município.

Tabela 67 - Resultado da Execução Orçamentária - Relação entre despesa e receita do município de Santa Fé, durante o período de 2013 a 2015 (em R\$)

Descrição	2013	2014	2015
Receita Orçamentária	21.304.991,70	22.384.644,56	22.381.025,52
Despesa Orçamentária	19.786.623,36	24.668.881,23	23.874.870,79
Superávit Orçamentário	1.518.368,34	- 2.284.236,68	- 1.493.845,27
Despesa/Receita (%)	92,87	110,20	106,67
Equilíbrio Orçamentário[1]	7,13	- 10,20	- 6,67

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura de Santa Fé

Para aperfeiçoar a gestão a pública municipal, os estudos e a compreensão relacionados aos indicadores econômicos e financeiros podem auxiliar os gestores na aplicação de recursos para investimentos e gastos.

INDICADORES FINANÇAS PÚBLICAS

Os indicadores representam as possibilidades de a Administração Pública tomar decisões de investimentos e gastos em geral, sendo uma bússola para que o



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Executivo tome decisões técnicas no sentido de salvaguardar o patrimônio público. Os vários indicadores econômicos do Município possibilitam a caracterização das atividades e os impactos no mercado de trabalho, na renda familiar e nas finanças públicas municipais. Tais indicadores permitem observar aspectos do recente desenvolvimento econômico de Santa Fé.

Indicador de Dependência

Neste índice procura-se avaliar em que medida o Município depende das receitas transferidas para poder oferecer o conjunto de bens e serviços à população. Trata-se de um quociente entre Receitas Transferidas e Despesas Totais. Quanto mais próximo de "1" maior a dependência do Município em relação às transferências, especialmente o FPM e ICMS.

Com média de 0,95 no indicador durante o período 2013-2015, comprova que o município de Santa Fé tem dependência e que fica à mercê das transferências constitucionais tanto do Governo Federal como do Governo Estadual.

No ano de 2013 constatou-se o maior grau de dependência municipal em relação às transferências governamentais, sendo 0,97 isso passa a ser preocupante e que requer políticas públicas urgentes para se criar mecanismos de defesa as dependências, pois os números retratam quase a exclusividade dos repasses constitucionais como fonte de recursos para atendimento as demandas municipais nas mais diferentes áreas do setor público local. Este resultado demonstra que o município deve realizar planejamentos de alternativas próprias, fazendo também adoção de políticas de crescimento e estratégias de desenvolvimento, para fazer frente aos imprevistos nos repasses dos recursos governamentais.

Tabela 68 - Indicador de Dependência – Santa Fé em Valores Deflacionados, 2013 a 2015 (em R\$)

Ano	Receita Transferida ¹⁰ (A)	Despesa Orçamentária (B)	Indicador (A: B)
2013	20.595.251,33	21.304.991,70	0,97
2014	21.002.212,33	22.384.644,56	0,94
2015	21.040.864,21	22.381.025,52	0,94

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Santa Fé

A seguir, os estudos se voltam para o indicador dos gastos que são dependentes do orçamento de receitas.

Indicador de Financiamento dos Gastos

Esse estudo mostra a relação entre despesas correntes e receita própria; ou seja, em que medida o Município consegue cobrir seus gastos de custeio da

¹⁰ Somatórios da transferência de receita corrente e transferência de capital



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

máquina administrativa com sua arrecadação própria (excluídas as Receitas Transferidas e Operações de Crédito). Quanto maior o índice, menor o esforço tributário.

O município de Santa Fé está na dependência de um grande esforço tributário para obtenção de índices mais satisfatórios que possam fazer frente às despesas correntes. A Tabela 69 mostra o comportamento da arrecadação própria, cujos indicadores comprovam a forte dependência dos recursos de transferência. Na relação despesa corrente e receita tributária o maior esforço dessa receita ocorreu no ano de 2015, ou seja, evidencia-se o maior esforço da receita tributária para fazer frente as despesas correntes e investimentos de capital, ou seja, a necessidade de maior arrecadação faria diminuir esse indicador.

A participação da receita tributária tem crescimento médio de 3,90% e as despesas correntes (10,77%), o que é um fator bom para a administração pública. Com isto percebe-se que com a arrecadação própria, a administração municipal consegue através de seus tributos melhorar a gestão de suas finanças. Mesmo com as quedas de arrecadação no segundo semestre, visto que nesse período, normalmente ocorrem declínio financeiro nos cofres públicos devido a menor entrada de recursos, principalmente através de tributos municipais.

Tabela 69 - Indicador de Financiamentos dos Gastos do município de Santa Fé, período 2013 a 2015 (em R\$)

Ano	Despesa Corrente (A)	Receita Tributária (B)	Indicador (A: B)
2013	18.146.889,84	2.590.453,20	7,01
2014	20.220.173,02	2.729.966,03	7,41
2015	22.265.339,91	2.795.817,27	7,96

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Santa Fé

O indicador de poupança tem origem dos registros de entrada e saída de recursos públicos, cujos resultados estão vinculados fatalmente ao superávit ou ao déficit financeiro do município.

Indicador de Poupança

Com receitas municipais próprias arrecadadas, o município terá deduções de despesas, e quando possível a diferença poderá ser utilizada para investimento de capital. A Poupança foi calculada obtendo-se o saldo resultante da diferença entre Receitas Correntes e Despesas Correntes no período 2013 a 2015 e o Indicador foi calculado a partir da razão entre as Receitas Correntes e Despesas Correntes.

Este indicador reflete o esforço da administração em relação ao saneamento financeiro do município. Conforme Tabela 70 e Gráfico 30, o melhor indicador de poupança foi 1,21 no exercício de 2013 e a média dos indicadores de poupança do município foi de 1,17 com índices baixos de poupança no período. A



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

poupança maior significa o uso mais racional dos recursos financeiros podendo ser destinados a investimentos e propiciar uma melhor infraestrutura que beneficie a ação da iniciativa privada e da população em geral.

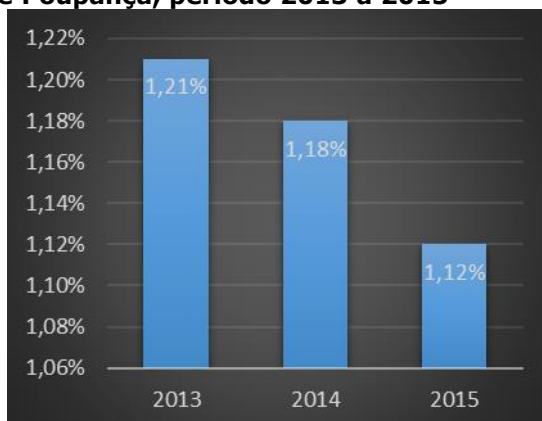
Tabela 70 - Indicador de Poupança do município de Santa Fé, 2013 a 2015 (em R\$)

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança	Indicador (A: B)
2013	21.975.758,59	18.146.889,84	3.828.868,75	1,21
2014	23.795.994,77	20.220.173,02	3.575.821,75	1,18
2015	24.905.952,73	22.265.339,91	2.640.612,82	1,12

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Santa Fé

No município de Santa Fé esses indicadores ao longo dos anos crescentes, conforme o Gráfico 30, refletindo na melhor saúde financeira municipal. A poupança gera possibilidades para a projeção de novos investimentos.

Gráfico 30 - Indicador de Poupança, período 2013 a 2015



Fonte: STN-FINBRA, dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

O indicador de capacidade de investimento tem o objetivo de sinalizar se o município é capaz ou não de promover investimentos que venham dar mecanismos de crescimento e desenvolvimento econômico local.

Indicador Capacidade de Investimento

O município poderá investir 13,64% das receitas, se considerado o ano de 2013 sendo sua maior capacidade de investimento. A análise geral da despesa total é que a mesma continuará aumentando anualmente face ao aumento de receita, com isso possibilitando maiores investimentos nos próximos anos. De acordo com os dados da Tabela 71, o município de Santa Fé apresentou nos três anos analisados uma capacidade de investimento média de 10,28%. Em todos os anos analisados as despesas correntes e amortizações foram inferiores as receitas efetivas, esse comportamento proporciona indicadores favoráveis para ampliar a capacidade de investimento.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 71 - Capacidade de Investimento do município de Santa Fé, 2013 a 2015 (em R\$)

Variáveis	Valores Deflacionados (R\$)		
	2013	2014	2015
Receita Orçamentária	21.304.991,70	22.384.644,56	22.381.025,52
Receita Corrente	21.975.758,59	23.795.994,77	24.905.952,73
Transferência Corrente	18.289.238,51	19.647.677,60	20.053.513,83
Receita[1] Efetiva	21.630.289,08	22.911.203,86	24.639.135,80
Despesa Corrente	18.146.889,84	20.220.173,02	22.265.339,91
Investimentos	1.107.646,01	3.942.609,14	1.083.812,32
Amortizações	532.087,51	506.099,08	525.718,56
Despesa corrente + amortização	18.678.977,35	20.726.272,09	22.791.058,47
Capacidade de Investimento[2]	2.951.311,73	2.184.931,77	1.848.077,33
Capacidade de Investimento (%) [3]	13,64	9,54	7,50
Investimento/receita orçamentária (%)	5,04	16,57	4,35

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Santa Fé

Os investimentos do município durante o período de 2013 a 2015 em relação a receita orçamentária atingiu em média de crescimento de 8,65%.

COMPORTAMENTO PER CAPITA DAS PRINCIPAIS RECEITAS E DESPESAS

A Tabela 72 mostra o que compete a cada cidadão de Santa Fé em termos de esforço tributário, despesas, investimentos e receitas. Pode-se dizer que cada cidadão de Santa Fé participa em média durante o período analisado com R\$ 1,949,59 nas receitas orçamentárias e R\$ 2.015,20 nas despesas orçamentárias. Isso significa que a receita orçamentária per capita é inferior as despesas orçamentárias em R\$ 65,60.

Tabela 72 - Comportamento das principais receitas e despesas. Estudo per capita em valores deflacionados do município de Santa Fé, durante o período de 2013 a 2015 (em R\$)

Descrição	2013	2014	2015
Receita Orçamentária	1.909,39	1.981,47	1.957,92
Despesa Orçamentária	1.773,31	2.183,67	2.088,61
FPM	776,63	775,49	730,74
ICMS	460,45	507,59	521,74
Investimentos	99,27	349,00	94,81
Receita Tributária	232,16	241,65	244,58
Receita Própria	212,16	217,09	214,90

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Santa Fé

Os principais repasses recebidos o FPM e ICMS juntos representam em média 64,5% das receitas orçamentárias ficando 35,5% das receitas orçamentárias a serem distribuídas entre as demais receitas. As demais comparações apresentadas mostram, a participação financeira que cada cidadão tem em seu município, cabendo ao executivo a aplicação de políticas expansionistas para melhorar o desempenho nas variáveis dependente e independentes das contas públicas do município.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os dados apresentados neste capítulo e verificando as causas e consequências dos ativos e passivos da contabilidade pública do município, as finanças públicas do Município apresentaram os seguintes resultados de forma analítica:

No geral, o município de Santa Fé se apresenta, com receitas correntes inferiores as despesas correntes, capacidade de poupança pífia, despesas com pessoal perto do limite legal. Mas com grande dependência das transferências do governo Federal e Estadual. Como na grande maioria dos municípios brasileiros, há necessidade de modernização tributária, com a finalidade de angariar mais recursos que possam ajudar no custeio e investimentos, portanto, pode ser verificado que a arrecadação própria do município atingiu patamares que podem ser melhorados.

O objetivo dessa modernização é tornar o Município com menor dependência das receitas de transferências do Estado e União, para tanto, o município deverá estimular os contribuintes, através da arrecadação, principalmente de Taxas. Mas é necessário ressaltar que o poder Executivo deve rever a capacidade de contribuição da população em relação aos tributos, adotando uma fiscalização mais eficaz melhorando o desempenho da política tributária no médio e longo prazo, reduzindo a dependência do Município em relação às Receitas de Transferências.

Os índices de esforço tributário, financiamento dos gastos, poupança e dependência do município em relação às receitas adquiridas através de transferências, mostraram seus pontos fracos, ou seja, necessidades de rever o comportamento com as finanças públicas municipais. As Transferências do FPM e ICMS demonstraram ser muito importante no total das receitas do município. Sendo que o aumento nessas transferências requer mais investimentos em infraestrutura para oferecer condições de que outras empresas e instituições sejam atraídas para gerar mais desenvolvimento econômico e social.

A capacidade de investimento próprio do município demonstrada durante o estudo apresentou-se positiva, indicando que o município tem capacidade de formar poupança, no entanto é necessária a precaução das Despesas Correntes para viabilização de novos investimentos, para evitar um descontrole ao longo do exercício. Através do índice de dependência, é sempre uma grande preocupação para o município, principalmente quando este tem um elevado índice de dependência em relação às transferências ou repasses do governo federal e estadual, principalmente em relação ao ICMS e FPM.

Em média as Despesas Correntes representaram montantes elevados em relação a despesa total. A despesa com pessoal corresponde a grande parte da despesa corrente, não compromete a legislação vigente (LRF), o que indica um bom desempenho diante da conjuntura do setor público brasileiro. Os gastos com pessoal



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

estão perto do limite legal, a conta pessoal que atingiu uma média de 53,56% de participação em relação a receita corrente líquida, indicando o bom controle quanto a folha de pagamento com o pessoal.

As Despesas por Função mostram o destino dos recursos que o município disponibiliza para atendimento a sua população com isso e de acordo com as informações a distribuição entre as despesas com administração, saúde e educação está dentro da realidade de grande parte dos municípios. Há necessidade, portanto, uma readequação orçamentária no direcionamento dos investimentos, principalmente na indústria, habitação e saneamento para promover o desenvolvimento econômico, e com isso definir a aplicação dos recursos com a finalidade de proporcionar maior a criação de empregos e geração de renda.

Ao longo desse estudo foram mostradas várias análises de entrada e saída de recursos, bem como os indicadores financeiros que podem auxiliar o gestor público nas decisões que venham dinamizar com mais qualidade as dimensões estruturais, econômicas e sociais com a finalidade de promover o desenvolvimento do município.

Pode-se concluir, que durante o período analisado, foi identificada uma grande dependência do município para a realização de investimentos em relação às transferências intergovernamentais. Verificou-se também um alto grau de necessidade de desenvolvimento do município, através de incentivos e investimentos realizados pelo setor público, visando aumentar a sua própria arrecadação.



7.3 Legislação Urbanística

A Lei Orgânica do Município de Santa Fé, aprovada pela Câmara Municipal em 1990, já dispõe sobre a importância das políticas de planejamento urbano município e seus instrumentos, sendo o principal deles o Plano Diretor Municipal. Neste sentido, destacam-se os Capítulos XI e X da Lei Orgânica.

O Capítulo X dispõe sobre as políticas municipais e define três principais ações a serem promovidas:

" I - Condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer.

II - Respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental.

III - Acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município às ações e serviços. " (Art. 157, Lei Orgânica Municipal de Santa Fé, 1990)

Essas ações só conseguem ser alcançadas plenamente quando existe o planejamento urbano. Por isso, a Seção XI deste capítulo define a política urbana de Santa Fé, cujo objetivo principal é o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar de seus habitantes (Art. 227). Fica definido, também nesta seção, o Plano Diretor como instrumento básico da política urbana (Art. 228).

Já o Capítulo IX discorre mais especificamente sobre o planejamento municipal, que deve ser um processo de planejamento democrático participativo, multidisciplinar e permanente (Art. 150). Fica definido pelo Artigo 151 que o planejamento das atividades do Governo Municipal será feito por meio de elaboração e atualização do Plano Diretor.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ **“Santa Fé, Capital da Fotografia”**

Revisão do Plano Diretor Municipal

Além da Lei Orgânica, Santa Fé possui outras diversas leis que abrangem e interferem no âmbito urbanístico. A principal delas é a Lei do Plano Diretor (Lei Municipal nº 1.290/2006). Neste presente trabalho, desde sua apresentação, deixa-se explícita a importância e a abrangência da do Plano Diretor para o desenvolvimento municipal. Conforme Lei Federal nº 10.257/2001, a Lei do Plano Diretor Municipal deve ser revisada a, pelo menos, cada 10 anos.

Tudo que fica definido pelas Leis do Plano Diretor incide diretamente na área urbana do município. A área urbana é definida pelo perímetro urbano. Este ficou definido pela Lei Municipal nº 1.293/2006. O perímetro foi posteriormente alterado, com o objetivo de se adequar às novas necessidades do município, pela Lei Municipal nº 1.610/2011.

A Lei Municipal nº 1.291, também parte do Plano Diretor, dispõe sobre o zoneamento do uso e ocupação do solo urbano, definindo as atividades permissíveis e todos os índices urbanísticos. As alterações nesta Lei foram feitas através da Lei Municipal nº 1.639/2012 e da Lei Municipal nº 1.783/2014.

Outra parte da Lei do Plano Diretor é o Plano de Ação e Investimentos (PAI). O PAI, aprovado em 2006 com validade de 10 anos, foi alterado pela Lei Municipal nº 1.763/2014, para que pudesse também estar adequado à situação atual.

Outra Lei de grande importância neste aspecto é o Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 2/2010), onde há disposições sobre o cadastro imobiliário, sobre o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), entre outras tributações e definições que dão forma ao meio urbano.

Por fim, a legislação de Santa Fé conta também com o Plano Plurianual (PPA) como instrumento de planejamento. Cada PPA é válido para um período de quatro anos. O PPA em vigência é o definido na Lei Municipal nº 1.745/2013, onde ficou estabelecidos os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados de 2014 a 2017.

8. PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ **"Santa Fé, Capital da Fotografia"**

Revisão do Plano Diretor Municipal

No dia primeiro de novembro de 2016, no Auditório da Biblioteca Municipal, aconteceu a Primeira Audiência Pública, na qual foi realizado um trabalho de grupo para leitura popular sobre os pontos positivos e negativos de Santa Fé, com a participação de 39 pessoas. Os participantes analisaram e listaram as potencialidades e deficiências do município. Foram preenchidos 19 questionários anônimos, de onde foram coletados os dados listados a seguir.

Pontos positivos

- 1. Saúde: bom atendimento, UBS, UUE 24h, Programa Saúde da Família;**
- 2. Pavimentação;**
- 3. Habitação;**
- 4. Saneamento básico: abastecimento de água e rede de esgoto;**
- 5. Plano Diretor Municipal;**
- 6. Escolas bem servidas de professores;**
- 7. Limpeza;**
- 8. Cultura;**
- 9. Transportes;**
- 10. Assistência social;**
- 11. Gestão pública;**
- 12. Lazer para a Terceira Idade;**
- 13. Crescimento do turismo;**
- 14. Aumento na frota municipal.**

Pontos Negativos

- 1. Não há hospital no município;**
- 2. Necessidade de geração de empregos;**
- 3. Falta de segurança;**
- 4. Arborização inadequada;**
- 5. Falta preocupação com questões ambientais;**
- 6. Educação;**
- 7. Faltam médicos especialistas;**
- 8. Mão-de-obra pouco qualificada;**
- 9. Infraestrutura precisa ser melhorada;**
- 10. Falta participação e envolvimento da população jovem;**
- 11. Faltam investimentos em empresas privadas;**
- 12. Renda baixa;**
- 13. Perda de receita da produção agrícola;**
- 14. Faltam parques, praças e áreas de lazer público;**
- 15. Tráfego pesado na área urbana**



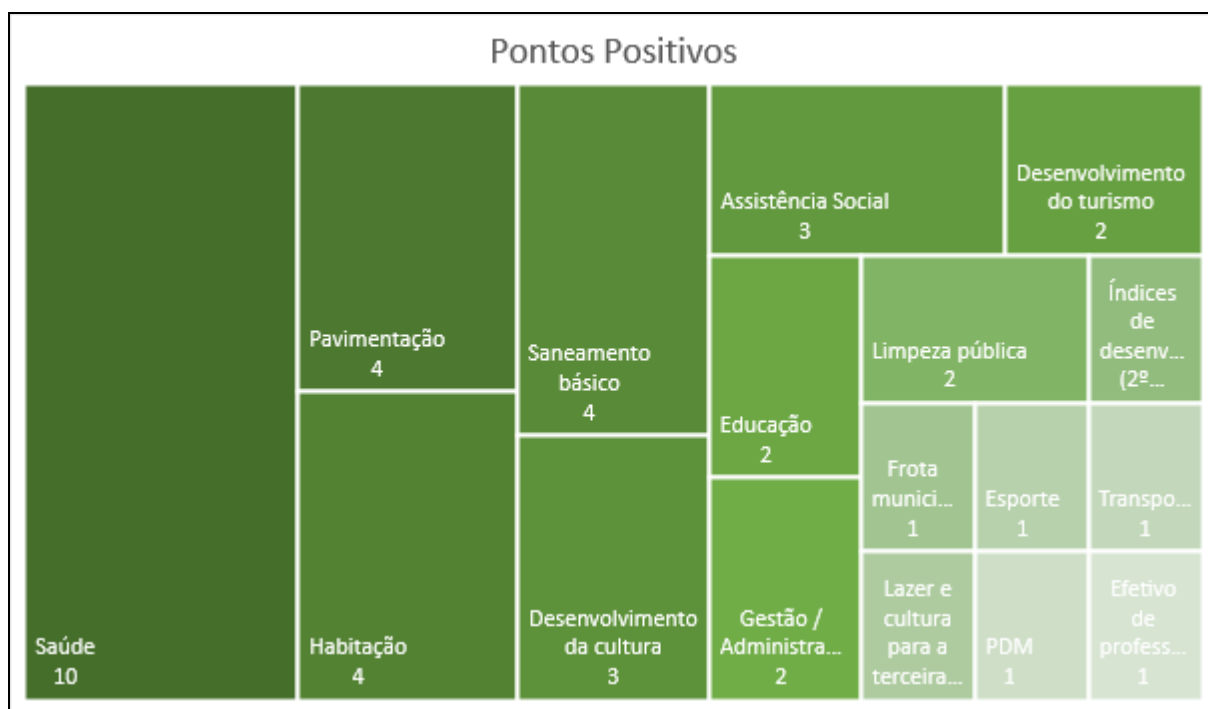
MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Os dados foram sistematizados também em forma de gráfico, onde podemos perceber a recorrência de cada item apontado. Quanto maior a área que cada item ocupa no gráfico, mais vezes este foi apontado pelos participantes da Audiência Pública. De acordo com os participantes da audiência, a área da saúde é o principal ponto positivo do município – presente em 52,6% dos questionários, seguido por pavimentação, saneamento básico e habitação – cada um apontado por 21% dos participantes. Já os pontos negativos mais lembrados foram a falta de segurança, os problemas na área de educação, a necessidade de geração de empregos, a falta de preocupação com o meio ambiente e a falta de um hospital no município – cada um presente em 21% dos questionários respondidos.

Gráfico 31 - Pontos positivos levantados na 1ª Audiência Pública



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

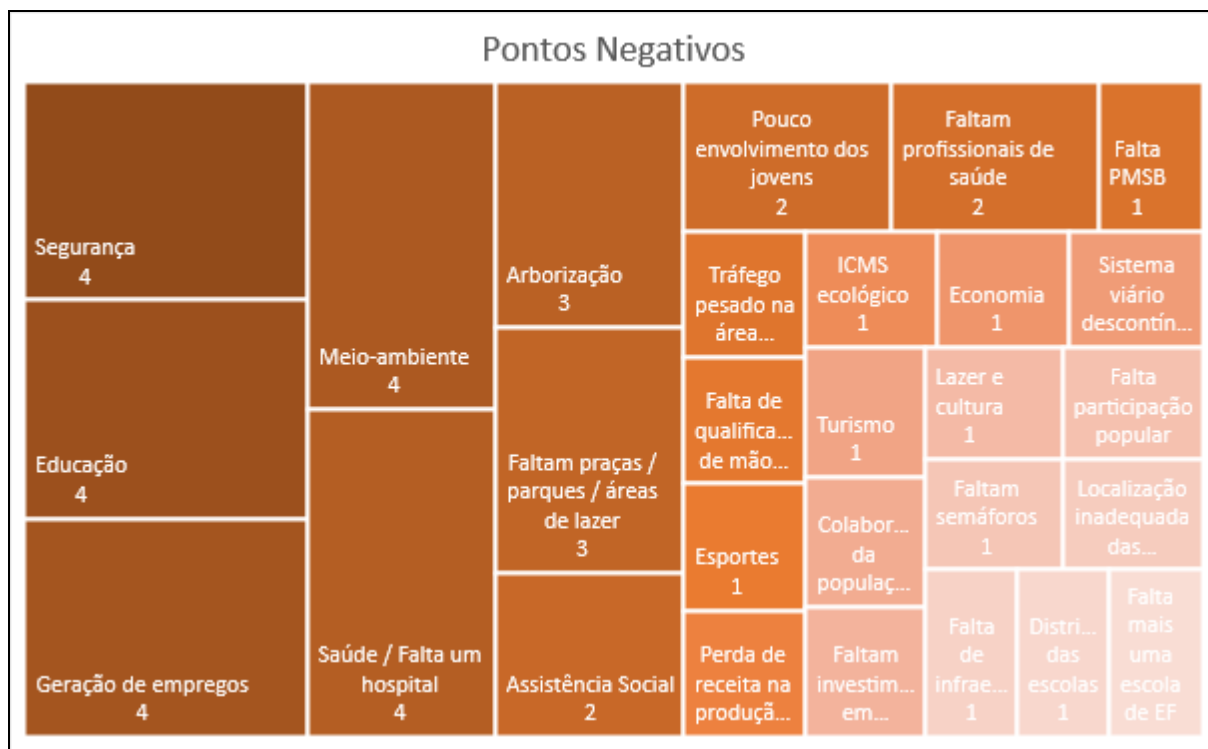


MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

Gráfico 32 - Pontos negativos levantados na 1ª Audiência Pública



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

A compilação dos resultados apontou questões pertinentes e muito semelhante entre os diferentes questionários preenchidos, o que significa que são demandas reais e compartilhadas pela população. Os pontos serão abordados de acordo com sua pertinência na fase seguinte, de redefinição das diretrizes e proposições para o município de Santa Fé.



LISTA DE SIGLAS

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APP – Área de preservação permanente
CE – Constituição Estadual
CF – Constituição Federal
CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil
COMDEC – Comissões Municipais de Defesa Civil
COPEL – Companhia Paranaense de Energia
CPRM – Serviço Geológico do Brasil (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais)
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
DER - Departamento de Estradas e Rodagens
DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito
EAD –Educação a Distância
EC – Estatuto da Cidade
EJA – Escola de jovens e Adultos
EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNDEB – Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GLP – Gás liquefeito de petróleo
IAP – Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LDO – Lei de Diretriz Orçamentária
LOA – Lei de Orçamento Anual
LOAS – Lei orgânica da Assistência Social
MEC – Ministério da Educação
MINEROPAR – Serviço Geológico do Paraná (Minerais do Paraná)
NRE – Núcleo Regional de Educação
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial de saúde
PAI – Plano de Ação e Investimento



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

PBF – Programa Bolsa Família

PDM – Plano Diretor Municipal

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

RETUR - Rede de Turismo Regional

RPPN – Reserva Particular do patrimônio Natural

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná

SEDEC – Secretaria Especial de Defesa Civil

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Paraná

SEDU – Secretaria do de Estado do Desenvolvimento Urbano

SUDHERSA – Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental



REFERÊNCIAS

BRASIL. Departamento nacional de Trânsito - DENATRAN. Estatísticas: frota. Disponível em <<http://www.denatran.gov.br/frota.htm>>. Acesso em: ago. 2016.

_____. Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: jun. 2016.

_____. Ministério das Cidades. SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Disponível em: < <http://www.snis.gov.br/> >. Acesso em jun. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Bolsa Família. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>. Acesso em: ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <<http://inep.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo Escolar. Disponível em: <www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/resultados.htm>. Acesso em: ago. 2016

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB. Disponível em: < <http://ideb.inep.gov.br/> >. Acesso em: ago. 2016

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. EDUDATABRASIL - Sistema de Estatísticas Educacionais. Disponível em <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2016.

_____. Ministério da Saúde. SINASC - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=1515>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de disseminação das estatísticas do trabalho. Bases estatísticas RAIS/CAGED. Disponível em <<http://sgt.caged.gov.br/index.asp>>. Acesso em: ago. 2016.

_____. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Disponível em: <www.defesacivil.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. Senado Federal. Estatuto da Cidade. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/Programas/EstatutodaCidade/>>. Acesso em: ago. 2016.

COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná. Disponível em: <<http://www.cohapar.pr.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2016.

FERRARI, Celso. Dicionário de Urbanismo. São Paulo: Dial, 2004.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

“Santa Fé, Capital da Fotografia”

Revisão do Plano Diretor Municipal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 2000. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Censo Demográfico, 2010. Rio de Janeiro, 2010.

_____. IBGE Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2016.

_____. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Banco de Dados Agregados. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2016.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense. Curitiba: BRDE, 2004.

_____. Caderno Estatístico – Município de Santa Fé. Curitiba: IPARDES, 2015.

MASCARÓ, Juan. Infra - estrutura urbana. Porto Alegre: +4, 2005.

_____. Loteamentos urbanos. Porto Alegre: +4, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ. Prefeitura Municipal de Santa Fé. Disponível em: < www.santafe.pr.gov.br > Acesso em ago. 2016.

_____. Plano Local de Habitação de Interesse Social. 2009

_____. Plano Diretor Municipal. 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 28 jun. 2016.



MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Revisão do Plano Diretor Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ



"Santa Fé, Capital da Fotografia"

FERNANDO BRAMBILLA
Prefeito Municipal

CNPJ nº. 76.291.418/0001-67
Avenida Presidente Kennedy, 717, Centro
Santa Fé- PR
Telefone/Fax: (44) 3247-1247
CEP 86770-000



EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Alcir Fracassi Lopes
Ana Paula Kaneko
Aparecido Arruda dos Santos
Aparecido Donizete Ribeiro
Bruno Henrique Peitl
Carlos Enéias Ferreira
Claudio Luis Beas
Cláudio Paviani
Dirceu Vicentin
Elislaine Aparecida da Silva
Evaldo Altamir Pedrazzani
Evaneide Aparecida Colombo
Flávio Aparecido Mesquita
Flávio Aparecido Zunta
Francisco Carmino Senise
Inês Malavazi Lopes
João Mateus
José Francisco Rosa
Josimar de Rossi
Lourdes Mendes Arantes
Luciano Tieppo
Márcia Valéria da Cruz
Maria Antonieta Tomazela
Mathias Brescanzin do Rocio
Nilséia Pedrazzani Simardi
Onéia Cardoso de Moraes
Raíssa Leal Calliari
Reginaldo Arias
Rodrigo Zancan
Rosa Maria de Souza
Sílvia Fernandes Pinheiro Higuti
Sílvia Regina Barion
Sônia Aparecida Molinari
Suzete Aparecida Boian
Valdemar Pereira Vogel



CONSULTORIA CONTRATADA



DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

CNPJ: 04.915.134/0001-93 • CREA Nº 41972

Avenida Higienópolis, 32,4º andar, Centro.

Tel.: 43 3026 4065 - CEP 86020-080 - Londrina-PR

Home: www.drz.com.br • e-mail: drz@drz.com.br

DIRETORIA:

Agostinho de Rezende - Diretor Geral

José Roberto Hoffmann - Eng. Civil e Diretor Técnico

Rubens Menoli - Diretor Institucional

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Marcia Maria Bounassar – Arquiteta Urbanista e Gestora de Projetos - CAU A11950-4

EQUIPE TÉCNICA:

Agenor Martins Junior – Arquiteto e Urbanista - CAU A13861-4

Antônio Carlos Picolo Furlan – Engenheiro Civil – CREA-PR 15962/D

Beatriz Leiko Hashimoto – Auxiliar de Arquitetura

Francielly de Moraes Namur – Auxiliar de Analista Ambiental

Marcia Maria Bounassar - Arquiteta e Urbanista – CAU A11950-4

Marina Machado de Rezende – Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Virginia Maria Dias – Contadora – CRC-PR 064.554/O-3

Wagner Delano Hawthorne - Engenheiro Civil - CREA-PR 24572/D

Agostinho de Rezende

Diretor Geral

CRA-PR 6459